



# Ateliê de História

Departamento de História ISSN 2358-4440 Volume 06, nº1, 2018





# **Universidade Estadual de Ponta Grossa**

Reitor: Carlos Luciano Sant'Ana Vargas

Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes

Diretor: Luis Fernando Cerri

Diretor Adjunto: Lucimar Araújo Braga

Departamento de História

Chefe: Marco Antonio Stancik

Adjunto: Niltonci Batista Chaves

Revista Ateliê de História UEPG (Departamento de História  
- Universidade Estadual de Ponta Grossa).

Ponta Grossa, PR, 2018-162p.

Volume 6, n.1, 2018

**Editores**

Marco Antonio Stancik (UEPG)

Edson Armando Silva (UEPG)

Francieli Lunelli Santos (NUTEAD/UEPG)

**Conselho Editorial**

Amanda Cieslak Kapp

Cláudio Luiz Denipoti

Myriam Janet Sacchelli

Niltonci Batista Chaves

**Projeto gráfico e Diagramação**

Edson Gil Santos Jr.

## **Pareceristas ad-hoc deste número**

Ályda Zomer

Caroline Dähne

Cesar Van Kan Saad

Bruna Alves Lopes

Daniel Trevisan Samways

Eliezer Souza

Fernando Botton

Georgeana Vendrami

Kevin Kossar Furtado

Maria Julieta Cordova

Maristela Carneiro

Maura Petruski

Os textos publicados na revista são de inteira responsabilidade de seus autores.

APRESENTAÇÃO.....	09
HISTÓRIA AMBIENTAL: TEORIA E CAMPOS TEMÁTICOS Lucas Vinicius Erichsen da Rocha .....	11
O ROMANTISMO DE TOLKIEN E LEWIS COM RELAÇÃO AO MUNDO NATURAL NO SÉCULO XX Adelle Volpato Leria .....	13
A HISTÓRIA AMBIENTAL: DA TEORIA À PRÁTICA Henrique Serra Marcondes Lucas Vinicius Erichsen da Rocha .....	17
AOKIGAHARA. A FLORESTA DOS SUICIDAS João Antonio Machado .....	23
NOVAS PERCEPÇÕES DA PAISAGEM NA CONSTRUÇÃO HISTORIOGRÁFICA A PARTIR DA HISTÓRIA AMBIENTAL Luiz Fernando Pereira do Prado Lucas Vinicius Erichsen da Rocha .....	27
REFLEXÕES ACERCA DE UM CAMPO: A HISTÓRIA AMBIENTAL Thais da Silva Osga .....	33
PERIÓDICO O TRABALHO: “SOCIALISMO DE CENTRO” E MILITÂNCIA ANTICOMUNISTA E ANTIINTEGRALISTA NA IMPRENSA OPERÁRIA MAFRENSE (1934-1935) Danilo Eduardo Pinto de Miranda Fernando Bagiotto Botton .....	37
REPRESENTAÇÕES DO HOSPITAL DA CRIANÇA NO PORTAL ONLINE DO PERIÓDICO DIÁRIO DOS CAMPOS (2009-2016) Tiago Faria Szczerepa Bruna Alves Lopes .....	51

OS PRIMEIROS ANOS DA APAE DE IPIRANGA PR (1989-2001) Veridiane Colman Guerlinguer Francieli Lunelli Santos .....	63
O LUGAR DAS MEMÓRIAS DO TROPEIRISMO NA CIDADE DE CAMPO DO TENENTE-PARANÁ (2008-2018) Beatriz Santos de Oliveira Lorena Zomer .....	71
MEMÓRIAS RELIGIOSAS ATINENTES AO “MONGE JOÃO MARIA” NO DISTRITO DE LAGEADO, RIO NEGRO, PARANÁ (1960-1990) Célia Maguirovski Simone Aparecida Dupla .....	85
AS NOTÍCIAS POLÍTICAS PUBLICADAS NO JORNAL LOCAL A GAZETA DE RIO NEGRO E MAFRA EM 1968 Jocemara Maria de Campos Letícia Leal de Almeida .....	95
HISTÓRIA E REPRESENTAÇÃO DO PROTESTANTISMO NA LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA Rafael Magno de Paula Costa Carina Mirelli da Silva .....	105
CULTURA POLÍTICA E CULTURA HISTÓRICA: O POSICIONAMENTO POLÍTICO DE JOVENS DOS CAMPOS GERAIS/PR ACERCA DO RETORNO DO MODELO IMPLANTADO EM 1964 Matheus Mendanha Cruz Luis Fernando Cerri .....	143







## APRESENTAÇÃO

Iniciamos o ano com a publicação de mais um número da Revista Ateliê de História UEPG. Esta edição é composta por artigos e monografias construídos a partir de pesquisas discentes nos cursos de graduação em História, modalidade presencial e a distância.

Nove trabalhos de conclusão de curso foram selecionados a partir da avaliação realizada pelas bancas examinadoras, considerando o desempenho dos acadêmicos durante a pesquisa e na exposição de seu produto final, o trabalho de conclusão de curso.

Além destes nove trabalhos, também compõe a edição um dossiê intitulado “A multiplicidade da História Ambiental: ensaios de uma nova geração de historiadores”, organizado pelo Prof. Ms. Lucas Vinicius Erichsen da Rocha, que conta com um texto de apresentação próprio. O dossiê é composto por cinco textos.

Desta forma, temos o orgulho de apresentar aos nossos leitores o resultado do esforço conjugado de orientadores(as) e acadêmicos(as) que acreditam na importância da pesquisa para formação acadêmica e profissional, bem como na relevância da história local e regional. Estas pesquisas refletem a urgência e a necessidade de pensar e repensar os contextos locais, considerar fontes históricas de naturezas diversas, problematizando política, cultura, religiosidades, educação, deficiência.

Assim, abrimos este número com o texto de Jéssica Andressa Zucco Valente, intitulado Periódico *O Trabalho: “Socialismo de centro” e militância anticomunista e anti-integralista na imprensa operária mafrense (1934-1935)*. Outra pesquisa que utiliza a imprensa periódica é a de Tiago Faria Szczerepa, com trabalho nomeado: *Representações do Hospital da Criança no portal online do periódico Diário dos Campos (2009-2016)*. Colocando em evidência as questões que envolvem a história da deficiência, Veridiane Colman Guerlinguer historicizou *Os primeiros anos da APAE de Ipiranga PR (1989-2001)*.

*O lugar das memórias do tropeirismo na cidade de Campo do Tenente-Paraná (2008-2018)* é o título do trabalho assinado por Beatriz Santos de Oliveira. Já Célia Maguirovski escreveu sobre as *Memórias religiosas atinentes ao “Monge João Maria” no distrito de Lageado, Rio Negro, Paraná (1960-1990)*. Jocemara Maria de Campos conduziu a pesquisa que resultou no manuscrito *As notícias políticas publicadas no jornal local a Gazeta de Rio Negro e Mafra em 1968*.

Por fim, apresentamos as monografias *História e representação do protestantismo na literatura brasileira contemporânea*, fruto da pesquisa realizada por Rafael Magno de Paula Costa e *Cultura política e cultura histórica: o posicionamento político de jovens dos Campos Gerais/PR acerca do retorno do modelo implantado em 1964*, pesquisa assinada por Matheus Mendanha Cruz.

Assim, desejamos a todos os nossos leitores e leitoras uma excelente leitura e aproveitamento dos textos.

Francieli Lunelli Santos  
Editora





Ateliê de História

**DOSSIÊ**

# HISTÓRIA AMBIENTAL: TEORIA E CAMPOS TEMÁTICOS

Os textos do Dossiê **A multiplicidade da História Ambiental: ensaios de uma nova geração de historiadores** são resultantes da disciplina “História ambiental: teoria e campos temáticos”, a qual foi lecionada pelo professor Lucas Vinicius Erichsen da Rocha durante o segundo semestre de 2017 aos alunos do 3º ano do Bacharelado em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Organizados em ordem alfabética por nome de autor, os textos versam sobre os mais diversos aspectos da História Ambiental, apresentam um tom ensaístico e por isso mesmo dispõem de verdadeiras potencialidades. A liberdade da escrita ensaística é similar a da ordem das experimentações artísticas, os textos aqui publicados possuem potencial historiográfico, diversas formas criativas e assimilações temáticas, sem jamais deixar de lado o rigor acadêmico.

Sem uma ordem de leitura recomendada, o leitor que desejar conhecer todos os textos encontrará uma multiplicidade cuja composição temática e teórica que abordam proposições tais como: a genealogia da História Ambiental; as bases epistemológicas e a historicidade das mesmas em sua aplicabilidade; definições conceituais deste campo historiográfico; o conceito de território e paisagem para o caso de uma História Ambiental do Brasil; o reconhecimento da existência de agentes não-humanos na historicidade do mundo biofísico; alianças disciplinares que exploram o contexto histórico e as relações com o ambiente de autores da literatura fantástica; o reconhecimento e a inter-relação dos subcampos da própria História Ambiental; os ambientes biofísicos para além do ocidente e a relação destes com práticas ligadas a vida e a morte auto imposta; a compreensão das espessuras temporais que a História Ambiental trata de salientar e demais elementos que os leitores encontrem.

Considerando que toda escrita e toda leitura são atos de encontro, desejamos um ótimo encontro entre leitores e autores. Boa leitura e bons encontros.

Lucas Vinicius Erichsen da Rocha  
Berlim, Abril de 2018.



## O ROMANTISMO DE TOLKIEN E LEWIS COM RELAÇÃO AO MUNDO NATURAL NO SÉCULO XX

Adelle Volpato Leria<sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

A relação entre o homem e a natureza é tão antiga quanto a própria humanidade. O homem foi moldado pelo ambiente ao seu redor e sua presença em tal ambiente também foi acompanhada de modificações.

Desde seus primeiros tempos, o *Homo sapiens* atua de forma direta no espaço natural por onde ele passa. Nesse sentido, algumas teorias paleontológicas dizem que o impacto deste em certos habitats era tão radical que levava várias espécies, tanto de animais quanto de plantas, do local à extinção – tanto que é atribuída a essa teoria a extinção do homo Neandertal, uma vez que estes eram coletores sedentários (que se estabeleciam em um local fértil e que fornecia uma gama suficiente de alimentos para a sua sobrevivência). Quando os *Homo sapiens* entravam em contato com o local, estes últimos devastavam as regiões nas quais aqueles vivam, deixando-os sem recursos e a mercê de sua própria sorte (HARARI, 2012).

Mas, por mais nociva que seja a relação do homem com a natureza, ela é necessária. Há aqueles que dizem que o homem se comporta para com a natureza como um vírus se comporta para com um corpo, destruindo tudo que há até que não reste mais nada a não ser a morte. Tal apologia não pode ser necessariamente negada, no entanto, é de se concordar que, mesmo sendo comparável a um vírus, o ser humano tem um senso de preservação muito grande e consciência de que sem uma relação saudável com a natureza a única certeza será a sua própria danação.

A relação do ser humano com o meio ambiente nunca fora tão danosa quanto nos séculos XIX e XX. Com o avanço da tecnologia se fez necessário também a busca pelos recursos e, devido a admiração com a modernidade, pouco se parava para refletir sobre os seus custos. Apesar dos estudos, o conhecimento do peso dos atos humanos na natureza era limitado e a conscientização geral mais limitada ainda.

Temos como exemplo clássico a seleção natural da borboleta *Biston betularia* em Manchester, na Inglaterra. Este inseto tem como hábito descansar nos troncos dos videiros que são muito comuns no país. No período anterior a Revolução Industrial a maior parte de sua população se consistia nas borboletas de asas claras, pois ao pousar nos troncos esbranquiçados das árvores as borboletas de asas escuras se tornavam muito evidentes para os seus predadores, os pássaros, vindo a sobreviverem menos. Porém, com o início da Revolução Industrial, a fuligem contaminou as árvores e estas passam a ter uma tez mais escura na qual as borboletas de asas no mesmo tom puderam

#### Palavras - chave:

História Ambiental, literatura, Tolkien, Lewis.

**Resumo:** O presente texto procura trazer uma discussão sobre a relação do homem com o meio ambiente que foi representada na literatura, tendo com foco as obras *O Senhor dos Anéis* de John Ronald Reuel Tolkien e *As Crônicas de Nárnia* de Clive Staples Lewis. Através deste trabalho busca-se compreender melhor a relação que a História Ambiental pode criar com os vários aspectos da sociedade, como, o aqui trabalhado, a literatura.

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de História Bacharelado da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: adelle.vo.leria@gmail.com

se camuflar melhor, se tornando então a maior parte da população da espécie, uma vez que as borboletas com asas mais claras passaram a ser avistadas e devoradas pelos predadores. Este é um exemplo claro do impacto que a tecnologia, em função do homem, causa na natureza.

A conscientização deste impacto, no entanto, se tornou mais evidente somente décadas mais tarde, já no século XX, durante o período no qual emergiram as chamadas contraculturas. Os movimentos de contracultura ocorreram em vários países do mundo com suas formas distintas, sendo que o primeiro país onde se formou concretamente um corpo composto por vários grupos de contracultura foi o Estados Unidos da América.

Dentre esses vários grupos que compuseram o movimento de contracultura, se encontram os *beatniks* que posteriormente formaram um outro grupo, os *hippies*. O movimento *beatnik* já era adepto ao convívio mais profundo do homem com a natureza e o movimento *hippie* seguiu uma parte de seu legado tornando esse convívio muito mais profundo. Os *hippies* ressaltavam os malefícios que a vida moderna trazia não só para a natureza, mas como para o próprio homem, devido ao afastamento que foi se gerando ao longo do tempo entre os dois. Os *hippies* não pregavam necessariamente o afastamento completo da humanidade das cidades, mas sim uma forma mais natural de se viver e que trazia a natureza para o seu meio de convívio do homem.

Tal movimento de contracultura se iniciou em grande parte nas universidades, aonde já se faziam debates sobre o relacionamento entre o ser humano e o ambiente e o impacto que um gerava no outro. Alguns anos mais tarde, como Pádua comenta em seu texto *As bases teóricas da história ambiental*, se consolidou efetivamente os estudos sobre esta relação tão antiga e inevitável, dando início ao que veio a ser chamado de História Ambiental.

Segundo Pádua, o movimento histórico que aí se iniciava era mais que um movimento social e repercutiu nos mais variados campos do saber, pois

a ideia de “ecologia” rompeu os muros da academia para inspirar o estabelecimento de comportamentos sociais, ações coletivas e políticas públicas em diferentes níveis de articulação, do local ao global. Mais ainda, ela penetrou significativamente nas estruturas educacionais, nos meios de comunicação de massa, no imaginário coletivo e nos diversos aspectos da arte e da cultura. (PÁDUA, 2010, p. 82)

Visando que, apesar da historiografia ambiental

e outros estudos sobre ecologia se tornarem mais consistentes a partir da década de 1970, já haviam certos pensamentos e estudos sobre os mesmos temas em tempos anteriores. Nesse sentido, vejo que é possível estabelecer uma relação ainda mais ampla ainda, na qual seria inclusa, além da história e da ecologia, a literatura.

A literatura é um tipo de arte e, como toda arte, expressa uma realidade social. Os artistas não são seres isolados e apáticos para com as suas sociedades e sua época, assim produzem em sua arte uma representação do mundo no qual eles vivem. Portanto, a literatura encontra sua razão de existir na necessidade de expressão de uma sociedade e tem como função prática a de problematizar o mundo real.

Se desde o início do século XX os sintomas da relação entre o homem e a natureza já estava se tornando mais evidentes, de alguma forma este assunto se fez parte da sociedade nas quais elas ocorriam, principalmente dentre do corpo acadêmico, uma vez que é dentro deste grupo que ocorrem uma grande parte dos debates científicos e foi através do mesmo que mais tarde se consolidou conceitos pertinentes sobre a relação do homem com o meio.

Foi na metade do século XX que dois intelectuais e escritores viveram e participaram de grandes mudanças que ocorriam no mundo naquela época, eram eles J. R. R. Tolkien e C. S. Lewis. Apesar de dedicados a uma literatura fantástica, eles ainda assim atribuíam as suas obras certos aspectos e até mesmo críticas sobre a sua sociedade.

Como dito anteriormente, o impacto abrupto do homem para com a natureza se desenvolveu quando se fez necessário a alta demanda de recursos e materiais naturais em pró da tecnologia e da produção industrial. Como bem se sabe, o principal polo industrial no início do século XX foi a Inglaterra, progenitora da Revolução Industrial, e foi no seu ambiente que primeiro se notou a interferência desta nova economia mundial na natureza.

Acompanhando tais mudanças que ocorriam no ambiente do país no qual moravam, Tolkien e Lewis desenvolveram certa aversão a tais aspectos modernos, principalmente os com relação as cidades, pois é nas cidades que se apresentam os principais aspectos do desenvolvimento de uma determinada sociedade. Segundo Munford,

[...] as cidades são um produto do tempo. São os moldes dentro dos quais a existência dos homens se resfia e condensa, dando forma duradoura,



por via da arte, a momentos que, de outra forma, findariam com os vivos e não deixariam atrás de si meios de renovação e de participação mais ampla. Na cidade, o tempo torna-se visível: os edifícios, os monumentos, as vias públicas, mais claramente que o testemunho escrito, mais sujeitos ao olhar de muitos homens do que os artefatos dispersos do campo, deixam uma impressão nas mentes até mesmo dos ignorantes ou dos indiferentes. (MUMFORD, 1961, p. 14)

A sociedade britânica se tornava cada vez mais barulhenta, alvoroçada e poluída durante o século XX e isso desagradava tanto Tolkien quanto Lewis, os quais desenvolveram então certo romantismo, apresentando em suas obras uma sociedade na qual os indivíduos convivam em harmonia e cercados pela natureza e que, quando era apresentada, a tecnologia era sinônimo de destruição e até mesmo de corrupção.

O *Senhor dos Anéis* de Tolkien se passa em um mundo fantástico no qual os seus personagens vivem em equilíbrio com a natureza e as exceções são na verdade os vilões que usufruem dos benefícios da natureza para gerar a destruição, precisando assim serem derrotados. Por sua vez, *As Crônicas de Nárnia*, de Lewis, ocorre em um mundo no qual os seres humanos, chamados na história de filhos de Adão e filhas de Eva, convivem de igual para igual com os animais, chamados como narnianos, e quando não há esta igualdade se faz notar que algo está errado e precisa ser corrigido.

Os autores representam os indivíduos de sua época que não só notaram a influência do homem na natureza como também se colocaram contra essa atuação extrema. Lewis e Tolkien, assim como qualquer escritor, colocavam suas personalidades, seus conceitos e crenças em suas obras e, por sua vez, todas estas facetas foram parcialmente moldadas pelo meio social no qual viveram. Lewis considerava que o papel do homem para com a natureza era completamente oposto ao qual era frequente em sua sociedade, que o ser humano não deveria causar destruição, mas proteger o natural. E Tolkien considerava a natureza como uma fonte de magia, na qual o homem poderia entrar em contado com o magnífico e se misturar com ele. Os autores expressaram em suas obras, entre outros aspectos, o seu conceito sobre a relação entre o homem e o ambiente.

Tal vinculação que foi estabelecida entre história, literatura e história ambiental se dá pelo fato de que não existe história que não seja ambiental:

[...] existem historiografias que ignoram a dimensão ambiental mas quando você estuda a vida de qualquer sociedade, num lugar e num momento, essa dimensão ambiental é constitutiva da história. Não é um detalhe, ela é parte constitutiva da história. (PÁDUA apud CARVALHO; LAVERDI, 2014, p. 457)

Portanto, concluímos que os estudos sobre História Ambiental podem ser muito amplos, abrindo um leque de possibilidades que podem ser trabalhadas pelo historiador, podendo até mesmo ser trabalhada a relação do intelectual com os conceitos estudados e utilizados pela História Ambiental, uma vez que cada intelectual se trata de um fruto da sociedade e do ambiente no qual está inserido, sendo também uma representação da mesma.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, Alessandra Izabel. LAVERDI, Robson. **A dimensão ambiental do conhecimento histórico: entrevista com José Augusto Pádua**. Revista História Regional, vol 19. 2014.

HARARI, Yuval Noah. **Uma breve história da humanidade**. Porto Alegre, L&PM. 2016.

LEWIS, C. S. **As Crônicas de Nárnia**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

MUMFORD, Luís. **A cultura das cidades**. Editora Itatiaia Limitada, Belo Horizonte. 1961.

PÁDUA, José Augusto. **As bases teóricas da história ambiental**. Estudos avançados, no 24. 2010.

TOLKIEN, J. R. R. **O Hobbit**. São Paulo: Martins Fontes. 2009.

\_\_\_\_\_. **O Senhor dos Anéis: As duas Torres**. São Paulo: Martins Fontes. 2000.

\_\_\_\_\_. **O Senhor dos Anéis: A Sociedade do Anel**. São Paulo: Martins Fontes. 2000.

\_\_\_\_\_. **O Senhor dos Anéis: O Retorno do Rei**. São Paulo: Martins Fontes. 2000.

\_\_\_\_\_. **O Silmarillion**. São Paulo: Martins Fontes. 2009.







Ateliê de História

## A HISTÓRIA AMBIENTAL: DA TEORIA À PRÁTICA

Henrique Serra Marcondes<sup>1</sup>

Lucas Vinicius Erichsen da Rocha<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

Afinal de contas, o que é a História Ambiental? A pergunta que nos norteia aqui é essa, mas nada fácil de ser respondida. Pois, ao olhar a imensa bibliografia existente tivemos que escolher o que colocar e o que tirar do texto. Etapa essa muito complicada, por sinal.

Ao particionarmos a História Ambiental, pretendemos ensinar no leitor, que tem afã por conhecê-la, que busque as obras citadas e de mais obras existentes dentro da História Ambiental. O prazer de conhecer um novo conteúdo, um novo campo, só será experimentado por aquele que o fizer, mas se contribuirmos com esse desejo inicial já teremos cumprido com o nosso papel aqui.

Não pretendemos esgotar as explicações sobre esse campo, apenas apresenta-lo de forma breve e introdutória. Partimos então, de uma explanação de seu contexto histórico de surgimento e os problemas desenvolvidos pelos historiadores ao propor uma visão diferente de história. Surgida na década de 1970, essa corresponde a uma ampliação da perspectiva historiográfica, unindo cultura à natureza.

Ao final, gostaríamos de apresentar três trabalhos conforme as três categorias apresentadas pelo historiador norte-americano Donald Worster. Nelas, o historiador destaca os caminhos, em que vê que a historiografia tem trabalhado dentro do campo da História Ambiental.

Falar em História Ambiental é valorizar toda a discussão ambiental do seu período de surgimento e, conseqüentemente, a atual. Em um período em que um personagem da política internacional ironicamente “zomba” das mudanças catastróficas do clima<sup>1</sup>, em que desastres ambientais causam prejuízos a várias famílias, sem falar no estrago ambiental por si só, processo esse que já se desenrola por dois anos e sem previsão para punição dos responsáveis e mesmo se encerrar (RICCI, 2018). É imprescindível falarmos em História Ambiental e em todas as discussões levantadas desde então.

**Palavras - chave:**  
História Ambiental; Teoria;  
Epistemologia.

**Resumo:** Este texto busca apresentar de forma breve o aparato teórico da História e depois passa a uma sucinta análise de alguns trabalhos que tratam na sua totalidade ou em certa medida com a história ambiental. Para isso, trataremos de utilizar três categorias delineadas pelo historiador norte-americano Donald Worster para caracterizar a história ambiental, nas quais são destacadas diretrizes para uma historiografia produtiva e afinada com duas das principais premissas da história ambiental, a de que a ação humana sempre ocorre no mundo biofísico e sempre possui historicidade.

1 Acadêmico do curso de História Bacharelado da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: henriqueserra@live.com

2 Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS-UFRJ). Foi Gastdoktorand (doutorando convidado) do Lateinamerika-Institut (LAI) da Freie Universität-Berlin (FU-Berlin), durante o primeiro semestre de 2018. E-mail: lucaserichsen@outlook.com

3 TRUMP diz que gostaria de 'bom e velho aquecimento global' contra o frio. O globo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/sustentabilidade/trump-diz-que-gostaria-de-bom-velho-aquecimento-global-contr-frio-22237611>> Acessado em: 22 de Abril de 2018.

## O FLORESCIMENTO: SURGIMENTO E DISCUSSÕES INICIAIS EM HISTÓRIA AMBIENTAL

A história ambiental surge como campo historiográfico na década de 1970. Período este que está relacionado com uma ampla discussão em escala global em torno das questões ambientais e do crescimento de movimentos ambientalistas entre os cidadãos de vários países. Desta forma a consolidação do campo da História Ambiental está muito ligada a essas discussões que estão presentes nas ruas. Como discute o historiador americano Donald Worster:

[...] ela [a História Ambiental] nasce numa época de reavaliação e reforma cultural, em escala mundial. A história não foi a única disciplina afetada por essa maré montante de preocupações pública: o trabalho acadêmico nas áreas de direito, filosofia, economia, sociologia e outras foi igualmente sensível a esse movimento. (WORSTER, 1991, p. 2)

Essa proximidade com as discussões políticas pode assustar, inicialmente. Mas há que se apontar que o historiador é um produto social, estando inserido nas mais diversas ações da sociedade que o cerca. E o mesmo pode se dizer de suas divagações teóricas e pesquisas. Afinal, o historiador pertence mais ao tempo presente do que ao passado. Vale lembrar o que diz Michel de Certeau:

Certamente não existem considerações, [...] capazes de suprimir a particularidade do lugar de onde falo e do domínio em que realizo uma investigação. Esta marca é indelével. No discurso onde enceno as questões globais, ela terá a forma do idiotismo: meu *patoá* representa minha relação com um lugar (DE CERTEAU, 1982, p. 65).

E, especialmente, nessas discussões deste período, houve uma transformação social em âmbito geral, e ainda mais curioso, dois mundos começaram a dialogar entre si, no caso, o campo acadêmico e a sociedade em geral. Como pontua o historiador brasileiro José Augusto Pádua:

A ideia de “ecologia” rompeu os muros da academia para inspirar o estabelecimento de comportamentos sociais, ações coletivas e políticas públicas em diferentes níveis de articulação, do local ao global. Mais ainda, ela penetrou significativamente nas estruturas educacionais, nos meios de comunicação de massa, no imaginário coletivo e nos diversos aspectos da arte e da cultura. (PÁDUA, 2010, p. 2)

Porém, essa movimentação social que teve seu auge na década de 1970, posteriormente, decaí e torna-se então uma questão acadêmica, simples-

mente, com sua sofisticação e teorias complexas de mais para o público em geral. E, assim, é vista por Worster:

A história ambiental nasceu, portanto, de um objetivo moral, tendo por trás fortes compromissos políticos, mas, à medida que amadureceu, transformou-se também num empreendimento acadêmico que não tinha uma simples ou única agenda moral ou política para promover. Seu objetivo principal se tornou aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados. (WORSTER, 1991, p. 2)

Em contrapartida o historiador brasileiro Pádua, amplia a discussão em torno da consolidação da História Ambiental, mostrando que essa cena política e social nascente na década de 1970 não é suficiente para explicar a consolidação do campo da História Ambiental. Questões internas nas academias, como as mudanças epistemológicas acontecidas no século XX, já suscitavam as relações do mundo natural na vida humana. Dentro disso, o autor destaca três importantes mudanças que ocorreram nesse processo:

1) a ideia de que a ação humana pode produzir um impacto relevante sobre o mundo natural, inclusive ao ponto de provocar sua degradação; 2) a revolução nos marcos cronológicos de compreensão do mundo; e 3) a visão de natureza como uma história, como um processo de construção e reconstrução ao longo do tempo. (PÁDUA, 2010, p. 3)

Seguindo esta mesma linha de raciocínio do autor, este afirma que a atenção dada à natureza, não é apenas uma questão levantada na contemporaneidade. Mas uma questão recorrente no mundo Ocidental, remontando à Antiguidade. Ao passo em que as sociedades se assentavam “emergiram incontáveis exemplos de práticas materiais e percepções culturais referidas ao mundo natural” (PÁDUA, 2010, p. 3).

As indagações decorrentes dessa sociedade assumem um caráter filosófico questionando-se sobre qual seria o ponto de interferência do mundo natural no agir do indivíduo. Em contrapartida, a inversão da questão surge apenas com o mundo moderno. Interagindo com processos macro históricos, “[é] o caso da expansão colonial europeia e da incorporação de vastas regiões do planeta, uma grande variedade de territórios e ecossistemas, a uma economia-mundo sob sua dominância” (PÁDUA, 2010, p. 4). Há, também, o processo de transformação urbana-industrial dos séculos XIX e XX, e a

formalização da ciência como modo de compreensão do mundo.

Pádua, ainda discute questões em torno da História Ambiental em relação ao tempo. Diz ele, no século XVIII a ideia de tempo já vinha sofrendo certos abalos. Partindo da interpretação dos textos eclesiásticos se supunha determinada temporalidade da vida terrena em centenas de anos. O que se supõe, posteriormente, passa a casa dos milhões e mais tarde chega a bilhões. A história da vida humana no planeta é muito mais longa do que consagram os escritos eclesiásticos, “é de longuíssima duração”, conceito apresentado por Fernand Braudel (1965), e pego de empréstimo à História Ambiental:

A revolução cronológica nas ciências naturais produziu grande impacto epistemológico nos historiadores ambientais, que vêm buscando metodologias que permitam investigar a história humana em um marco temporal mais amplo. Ou seja, a repensar o lugar do ser humano no quadro mais amplo da história do planeta. Não se trata, por certo, de sempre trabalhar na longuíssima duração. Pode-se fazer história ambiental de períodos relativamente curtos. Mas sempre tendo em mente, ao menos como pano de fundo, a presença de grandes escalas na constituição dos fenômenos que estão sendo analisados. Seja no aspecto natural – com as realidades biofísicas de cada região demarcada para um trabalho de pesquisa –, seja no da formação de populações e sociedades humanas que nela e com ela interagem. (PÁDUA, 2010, p. 8)

Já o historiador brasileiro José Augusto Drummond, em relação ao tempo na História Ambiental propõe uma visão complementar a de Pádua. Ele discute que as ciências sociais não utilizavam as “novas” noções de tempo que propunham a geologia. Fixando nas ciências sociais uma percepção que isolava as sociedades humanas das diversas relações em que possui com o ambiente natural. Em suas palavras:

Para os clássicos das ciências sociais, as sociedades humanas estavam, portanto, fora ou acima da “história natural”, ou do “tempo geológico” adotado a duras penas no estudo dos fatores vivos e mortos da natureza. Se a opção foi consciente ou inconsciente, pouco importa. Importa que é duradoura [...] [dois sociólogos] indagando já na década de 1980 o motivo de as ciências sociais não terem integrado a vanguarda do ‘despertar ecológico’ mundial da década anterior, concluíam que, desde a sua origem, elas adotaram um ‘paradigma da imunidade humana’ (*human exemptionalism paradigm*) aos fatores da natureza. Nele, cada sociedade e a cultura humana em geral são inteligíveis apenas em si mesmas. Nos termos de Durkheim, fatos sociais só podem ser explicados por outros fatos sociais. (DRUMMOND, 1991, p. 3)

Certamente, a História Ambiental rompe com isso e traz a luz para historiografia uma percepção mais ampla das relações humanas. É um meio de pesquisa sem limitações canônicas, como afirma Pádua “é um campo com fronteiras fluídas” (DE CARVALHO; LAVERDI; PÁDUA, 2014, p. 7). Transitando entre geografia histórica, ecologia, antropologia e demais áreas que possibilitem a percepção do indivíduo em relação ao mundo natural. Essa noção de história extrapola os paradigmas vigentes até então. A História Ambiental não se limita aos usuais marcos cronológicos. Assim, ela transita entre várias temporalidades ao ressaltar a historicidade humana em relação com o mundo biofísico.

Ora, a História Ambiental corresponde a uma ampliação dos horizontes dentro da própria História, como exemplifica o historiador Donald Worster:

A história ambiental é, em resumo, parte de um esforço revisionista para tornar a disciplina da história muito mais inclusiva nas suas narrativas do que ela tem tradicionalmente sido. Acima de tudo, a história ambiental rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e ‘supranatural’, de que as consequências ecológicas de seus feitos passados podem ser ignoradas. A velha história não poderia negar que vivemos neste planeta há muito tempo, iria, pôr desconsiderar quase sempre esse fato, portou-se como se não tivéssemos sido e não fôssemos realmente parte do planeta. (WORSTER, 1991, p. 2)

Ainda segundo o mesmo historiador, a História Ambiental se debruça sobre três questões. A primeira trata da natureza em si, como se organizou e funcionou no passado. A segunda busca trazer o elemento socioeconômico e como este interage com o ambiente. E a terceira e última questão, é exclusiva dos humanos e diz respeito ao mundo “mental ou intelectual, no qual, as percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza” (WORSTER, 1991, p. 5).

## HISTÓRIA AMBIENTAL NA PRÁTICA

Conforme anteriormente indicado por meio de Worster, o historiador ambiental tem de trabalhar conjuntamente com três questões distintas. Assim sendo, apresentaremos sucintamente produções que transitem entre tais categorias.

Nessa primeira categoria poderíamos citar o trabalho do historiador americano William Cronon,

autor que afirma o fato de que nossa presença na natureza é um ato de usá-la e transformá-la (CRONON, 1995). Já em outro trabalho, mas ainda continuando nesta mesma linha, o historiador trabalha com essa relação, indivíduos e natureza:

Para Bonnifield, as tempestades de areia de 1930 foram, sobretudo desastres naturais, quando as chuvas cessaram, as pessoas tiveram que lutar por suas fazendas, suas casas, sua própria sobrevivência. Seu sucesso nessa luta foi um triunfo do espírito individual e comunitário: a natureza fez uma bagunça e os seres humanos a limpavam. A versão de Worster é dramaticamente diferente. Embora as chuvas tenham caído durante a década de 1930, seu desaparecimento expressou o clima cíclico de um ambiente semiárido. A história do Dust Bowl é menos sobre os fracassos da natureza do que sobre as falhas dos seres humanos em acomodar-se à natureza. Uma longa série de mal-entendidos e ataques humanos intencionais levou finalmente a um colapso cujas origens eram principalmente culturais. (CRONON, 1992, p. 1348)<sup>4</sup>

Outro historiador que podemos citar aqui, ainda na primeira categoria, é Simon Schama e o seu trabalho *Paisagem e Memória*. Neste, o autor trabalha em uma perspectiva de Identidade Nacional e Memória, falando em como alguns países construíram uma narrativa nacionalista se utilizando de sua “paisagem”, segundo o próprio “paisagem é cultura antes de ser natureza; um constructo da imaginação projetado sobre mata, água, rocha” (SCHAMA, 1996, p.70). Embora possamos citar inúmeros outros trabalhos, dentre os quais até mesmo *O Mediterrâneo o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II* do historiador francês Fernand Braudel.

Na segunda categoria gostaríamos de citar dois trabalhos. O primeiro é um artigo de Lucas Vinicius Erichsen da Rocha e Alessandra Izabel de Carvalho, intitulado de: *Mapeando cerceamentos e o lugar da matança animal: o caso do Matadouro Municipal de Ponta Grossa*. E o segundo trabalho de autoria de Karen Cristina Barros dos Santos, intitulado de: *Natureza e Cultura Ordinária de pescadores em Santa Helena/PR*.

Nos dois trabalhos, os autores relacionam elementos socioeconômicos com o ambiente. No primeiro caso, sobre o Matadouro Municipal, que fornecia carne a população em fins do século XIX, a época analisada passava por um período em que o

discurso dentro da cidade, de modernização e progresso, vinha sendo discutido e se propunha que era imprescindível repensar e disciplinar as práticas de matanças. O segundo trabalho, se propõe a refletir sobre a intervenção humana sobre o mundo natural, em uma localidade próxima à Usina de Itaipu; construída na década de 1980. Segundo a autora, “local que possui em suas margens uma quantidade significativa de famílias que extraíam da atividade pesqueira sua maior fonte de sobrevivência” (SANTOS, 2014, p.1).

Na terceira categoria, apresentamos dois autores, Gilberto Freyre e Lévi-Strauss. Em 1937 era lançada a obra do Gilberto, que já em sua apresentação destacava que sua obra era “uma tentativa de estudo ecológico do Nordeste do Brasil” (FREYRE, 1937). E Lévi-Strauss que adentra no campo da ecologia no seu trabalho antropológico.

No trabalho de Freyre, o autor tenta traçar o que chama de “fisionomia daquele Nordeste agrário, hoje decadente, que foi, por algum tempo, o centro da civilização brasileira” (FREYRE, 1937). Trabalho esse que busca a relação do habitante daquela região com a natureza, aquele que é o:

fundador de lavoura e transplantador e criador de valores à sombra da agricultura, ou antes, da monocultura da cana. O homem colonizador, em suas relações com a terra, com o nativo, com as águas, com as plantas, com os animais da região ou importados da Europa ou da África (FREYRE, 1937, p.33).

Do outro lado do Atlântico, Lévi-Strauss apresenta em *O Olhar Distanciado*, a seguinte reflexão:

[...] os materiais brutos que o meio ambiente natural oferece à observação e à reflexão são, ao mesmo tempo, tão ricos e tão diversos que, de todas essas possibilidades, o espírito não é capaz de apreender senão uma fracção. Ele serve-se deles para elaborar um sistema entre uma infinidade de outros igualmente concebíveis; nada predestina um qualquer de entre eles a um destino privilegiado. (LÉVI-STRAUSS, 2010, p. 152)

Nessa direção, Lévi-Strauss sempre visou em seus trabalhos produzir um saber, uma ciência social fundamentada principalmente na linguística e na antropologia um método capaz de prover uma certa inteligibilidade global da humanidade (DOSSE, 2017, p.v). Nesse sentido, é compreensível a relação que

4 For Bonnifield, the dust storms of the 1930s were mainly a natural disaster; when the rains gave out, people had to struggle for their farms, their homes, their very survival. Their success in that struggle was a triumph of individual and community spirit: nature made a mess, and human beings cleaned it up. Worster's version differs dramatically. Although the rains did fall during the 1930s, their disappearance expressed the cyclical climate of a semiarid environment. The story of the Dust Bowl is less about the failures of nature than about the failures of human beings to accommodate themselves to nature. A long series of willful human misunderstandings and assaults led finally to a collapse whose origins were mainly cultural. (CRONON, 1992, p. 1348)



o autor de *O Cru e o Cozido* faz da etnografia com temas que lhe eram muito caros e que muitas vezes acenavam para além do entendimento antropológico até então mais usual:

Por que me esforçaria eu por identificar com precisão as plantas e os animais conhecidos de cada sociedade, as suas utilizações técnicas particulares e, tratando-se de espécies comestíveis, as diferentes maneiras de as preparar: cozidas em água, em estufa ou a vapor, assadas, grelhadas, fritas, ou então secas ou fumadas, para assegurar a sua conservação? (LÉVI-STRAUSS, 2010, p. 151)

Se Claude Lévi-Strauss tentava ir além das fronteiras da antropologia produzida durante o século XX ao também delinear usos de outras espécies animais por parte da espécie humana, algo similar no sentido de transpassar marcos fronteiriços também ocorre na história ambiental quando esta é produzida de maneira a alcançar um público para além da academia.

É o caso do texto *História Ambiental: historiografia comprometida com a vida*. Texto publicado na internet que sem perder a seriedade acadêmica, apresenta o campo da História Ambiental, a interdisciplinaridade da mesma, seus vários pesquisadores ao mesmo tempo em que consegue divulgar para o grande público sobre o conhecimento produzido por um campo acadêmico tão profícuo. Abordagem mais do que necessária quando as ciências, especialmente aquelas dedicadas aos estudos ambientais e/ou ecológicos, são constantemente colocadas em dúvida e descreditadas diante dos sujeitos que normalmente estão fora do ambiente acadêmico ou que não possuem um contato constante com a produção teórica e epistemológica das ciências.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não damos este trabalho como encerrado, pois ainda há muito que conhecer e refletir dentro da história ambiental. Mesmo de maneira breve, foi possível vislumbrar a amplitude temática deste campo acadêmico, sua complexidade e capacidade de produzir substanciais alianças disciplinares. Características que tornam a história ambiental uma ciência inerentemente interdisciplinar e que sempre parte da premissa de que tudo possui historicidade, ou seja, de que tudo está em perpétua mudança.

## REFERÊNCIAS

CRONON, William. A place for stories: Nature, history, and narrative. **The journal of American history**, v. 78, n. 4, p. 1347-1376, 1992.

\_\_\_\_\_. The Trouble with Wilderness: or, Getting Back to the Wrong Nature. **Environmental History**, p. 7-28. 1995.

BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais: a longa duração. **Revista de História**, v.30, n. 62, páginas 261-294, 1965.

DA ROCHA, Lucas Vinicius Erichsen; DE CARVALHO, Alessandra Izabel. Mapeando cerceamentos e o lugar da matança animal: o caso do Matadouro Municipal de Ponta Grossa. **Antíteses**, v. 10, n. 19, p. 397-424, 2017.

DE CARVALHO, Alessandra Izabel; LAVERDI, Robson; PÁDUA, José Augusto. A dimensão ambiental do conhecimento histórico: Entrevista com José Augusto Pádua. **Revista de História Regional**, v. 19, n. 2, 2014.

DE CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. **A escrita da história**, v.2, p. 65- 109, 1982.

SANTOS, Karen Cristina Barros dos. Natureza e Cultura Ordinária de pescadores em Santa Helena/PR. In: **XIV Encontro Regional de História 1964-2014: 50 anos do golpe militar no Brasil**, 2014, Campo Mourão: Universidade Estadual do Paraná. 2014. Página 2198-2205.

DOSSE, François. **História do Estruturalismo**; tradução de Álvaro Cabral; revisão técnica de Marcia Mansor D'Alessio. – Bauru, SP; EDUSC, 2007.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Revista Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

FERRI, Gil Karlos. **História Ambiental: historiografia comprometida com a vida**. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/historia-ambiental-historiografia-comprometida-com-a-vida/>> Acessado em: 22 de Abril de 2018.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**: aspectos da influência da canna sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil. J. Olympio, 1937.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Cap VII: Estruturalismo e Ecologia”. In: **O Olhar Distanciado**. 2010.

\_\_\_\_\_. **O cru e o cozido**; tradução de Beatriz Perrone-Moisés. -- 2. ed. -- São Paulo : Cosac & Naify, 2010. (Mitológicas; I )

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos avançados**, v.24, n. 68, p. 81-101, 2010.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. Revista Estudos Históricos, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

## WEBSITES

FERRI, Gil Karlos. **História Ambiental**: historiografia comprometida com a vida. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/historia-ambiental-historiografia-comprometida-com-a-vida/>> Acessado em: 22 de Abril de 2018.

RICCI, Larissa. **Vítimas da tragédia de Mariana ainda esperam novas casas e punição dos culpados**. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/08/10/interna\\_gerais,890768/vitimas-da- tragedia-de-mariana-ainda-esperam-casas-e-punicao-dos-culpa.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/08/10/interna_gerais,890768/vitimas-da- tragedia-de-mariana-ainda-esperam-casas-e-punicao-dos-culpa.shtml)> Acessado em: 22 de abril de 2018.

TRUMP diz que gostaria de ‘bom e velho aquecimento global’ contra o frio. **O globo**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/sustentabilidade/trump-diz-que-gostaria-de-bom-velho-aquecimento-global-contra-frio-22237611>> Acessado em: 22 de Abril de 2018.



Ateliê de História

**Palavras - chave:**  
Aokigahara, Floresta,  
Suicídio.

**Resumo:** Suicídio. Prática que remonta às eras mais remotas da história e perpassa quase todas as civilizações do globo. Jocasta e Dejanira enlaçaram talingas ao pescoço. Ajax optara pelos gumes do gládio; Antero de Quental preferira o projétil; e Walter Benjamin achara menos dolorosa a morfina. Personagens esses (mitológicos ou não) que deixaram uma marca na História do Ocidente. Portanto, fatos de mais fácil acesso a nós todos. Entretanto, mesmo sabendo da escassez de historiografia acerca do assunto, mister se faz igualmente pensar o mesmo na Terra do Sol Nascente e, neste caso, levando em conta as dimensões ambientais ligadas a tal ação. É a isso que o ensaio a seguir se propõe: pensar preliminarmente a autoquíria intensificada nas últimas décadas na floresta japonesa de Aokigahara e, a partir disso, desenvolver propostas para futuras pesquisas mais aprofundadas.

## AOKIGAHARA. A FLORESTA DOS SUICIDAS

João Antonio Machado <sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

O presente ensaio tem por finalidade realizar uma confluência das ideias transmitidas pelos seguintes textos: *A dimensão ambiental do conhecimento histórico: Entrevista com José Augusto Pádua*, feita por Alessandra Isabel de Carvalho e Robson Laverdi, e transcrita por Danusa de Lourdes Guimarães da Silva; As bases teóricas da história ambiental, de José Augusto Pádua; e “A evolução da floresta” (capítulo I da obra *A Ferro e Fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*, escrita por Warren Dean).

Entretanto, além da mera contraposição de pensamentos acerca da temática de História Ambiental, proponho-me a inserir um tema a ser esquadrihado, dentro de minhas possibilidades enquanto pesquisador ocidental. Tratarei, portanto, de descrever brevemente sobre a floresta de *Aokigahara*, localizada no Japão, e quais as principais relações do ser humano com a mesma. Assim sendo, me valerei das proposições teóricas dos autores mencionados logo atrás, no intuito de perceber a floresta para além de seus limites biológicos e geográficos. Pois que, aqui objetivo incluir os aspectos sociais e culturais relacionados à mesma.

Contudo, antes de dar prosseguimento ao escrito, relevante se faz destacar que se trata de um ensaio com os olhos voltados para a porção do globo que nós ocidentais denominamos de “Oriente”. Quando, na verdade seria muito mais cabível a utilização do substantivo no plural. Com efeito, o que gostaria de salientar é que, pelo fato de haver um “muro” imaginário a separar as culturas ocidentais das sociedades orientais, difícil se torna avançar neste campo de pesquisa imensamente amplo (BUENO, 2017, p. 5-16). Justamente porque as obras existentes sobre esses povos, com tradução em português, nem sempre estão disponíveis em bibliotecas públicas ou são de fácil acesso para compra no mercado. Devido a tal empecilho, acabei por recorrer a informações retiradas de sites disponíveis na internet. O que pode, por vezes, diminuir a qualidade do trabalho.

Mesmo assim, é imperioso que nós todos, pesquisadores e estudiosos, reflitamos sobre as fronteiras as quais estamos buscando solapar. Pádua assevera que a História Ambiental funciona muito bem como uma ferramenta, para a amplificação das abordagens históricas. Não está ela, portanto, separada da história econômica, política e social. Mas sim, visa um processo de interdisciplinaridade, de aproximação, com o restante das formas de se interpelar o passado, bem como com outras ciências (sejam elas da área das

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de Bacharelado em História, na Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: joao.antonio.machado@hotmail.com

Humanidades ou não. Como exemplo, cabe citar aqui as pesquisas feitas nos campos da Astronomia, da Geologia e da Biologia, muito úteis à História Ambiental), afim de dar ênfase no local em que a história acontece, no mundo biofísico e diminuir a perspectiva “flutuante”, a qual separa o homem do restante dos elementos com os quais ele convive: plantas, animais, córregos, montanhas, rochas e materiais do subsolo, etc. Tudo de que ele se utiliza e se relaciona, para poder viver (CARVALHO; LAVERDI; SILVA, 2014, p. 457-484).

Destarte, podemos nos questionar até onde esse inter-relacionamento (tanto disciplinar como humano) alcança. Porque, em matéria de buscar desconstruir as barreiras que nos separam de civilizações com culturas extremamente ricas (Orientes), quase nós todos (muitas vezes inconscientemente) cometemos o pecado da exclusão, pelo esquecimento. Sem avançar, portanto, um passo de formiga que seja (caso deste ensaio), rumo a mares ainda não bem explorados, é possível indagar se o escrito adiante auxiliará no incremento do diálogo intercultural e, logo mais, no conhecimento acerca do outro, mesmo que singelo. Se assim ocorrer, já é um primeiro passo para em direção a épica frase: *γνῶθι σεαυτόν* (Conhece-te a ti mesmo). Ao participar de uma roda de conversas sobre a Memória Ferroviária em 2015, foi possível observar de forma muito palpável tudo aquilo que se lê e interpreta nos manuais teóricos que tratam da memória e aspectos da identidade de um grupo social. A falta de zelo do Estado, que deveria ser

## AOKIGAHARA OU KUROI JUKAI

A palavra *Kuroi Jukai* é atualmente usada, tal qual *Aokigahara*, como um designativo para a floresta em questão. Acredita-se que o primeiro termo mencionado tenha se popularizado a partir da publicação, em 1960, duma obra homônima, escrita por *Seichō Matsumoto* (Disponível em: <<https://www.japantimes.co.jp/life/2011/06/26/general/inside-japans-suicide-forest/#.WuJ768gvzIU>> Acesso em: 05 dez. 2017). No ano seguinte, o mesmo autor lançou o livro *Nami no Tō* (Título traduzido para o inglês como *Tower of Waves*), sendo que neste, assim como romance anterior, Matsumoto faz referência à floresta como um local de preferência para a prática de suicídio. Desde então, o número de autoexterminios em *Aokigahara* veio aumentando, a ponto de, somente no ano de

2003, terem sido encontrados 105 corpos em seu interior (Disponível em: <<http://www.aokigahara-forest.com/>> Acesso em: 05 dez. 2017).

*Aokigahara* fica localizada na ilha de Honshu (a maior, dentre as quatro principais do arquipélago japonês. Cerca de 97% do território terrestre do país é composto pelas ínsulas Hokkaido, Honshu, Shikoku e Kyushu), mais especificamente na porção central, entre o Monte Fuji e os lagos Motosu, Shoji e Saiko (Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/Japan/@31.6803314,120.2920795,4z/data=!3m1!4m5!3m4!1s0x34674e0fd77f192f:0xf54275d47c665244!8m2!3d36.204824!4d138.252924?hl=en>> Acesso em: 05 dez. 2017). Sabendo, por meio duma análise cartográfica, que o Monte se encontra a sudoeste de Tóquio e próximo ao litoral, é de se supor que a sua porção oriental receba os ventos que movem as águas quentes da corrente marítima Kuroshio. A qual, mais ao norte se encontrará com as correntezas gélidas denominadas Oyashio, formando, ainda às margens de Honshu, um importante polo pesqueiro (QIU, 2001, p. 1413-1425). É possível que tais ventos meridionais também venham a atingir a floresta. Entretanto, sabe-se que nela há cavernas em que o gelo mantém-se, mesmo durante os verões. O que torna as mesmas uma atração turística.

Como o Japão é um país de extensão relevante a nível longitudinal, os climas que nele predominam variam conforme a região. Mais ao sul, nas Ilhas Ryukyu, o calor acaba por ser mais intenso, as águas e ventos mais cálidos, contribuindo para a formação de uma flora de caráter tropical, embora com a existência de coníferas em certas partes. Já nas plagas setentrionais (em especial a ilha de Hokkaido, a norte de Honshu), nas regiões subalpinas, as espécies pertencentes à divisão Pinophyta prevalecem. Não obstante, faz-se mister revelar que dentre as espécies de plantas endêmicas do Japão, uma média de 3.950 delas são angiospermas, enquanto que apenas 40 espécimes não possuem suas sementes protegidas por qualquer tipo de fruto (Disponível em: <<http://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/floraefauna.html>> Acesso em: 05 dez. 2017). Portanto, em Hokkaido não existem somente gimnospermas, já que sabe-se que muitas árvores frutíferas necessitam de x horas de frio para germinarem e frutificarem. Um exemplo é a *Prunus avium* (encontrada em muitas partes do Japão) e que necessita de aproximadamente 1000 horas com a temperatura abaixo de 7°C para bro-



tar (Disponível em: <<https://www.greenme.com.br/como-plantar/4597-plantar-cereja>> Acesso em: 05 dez. 2017).

Assim sendo, estando *Jukai* na faixa central (no que toca a linhas de escala latitudinal), a floresta parece possuir árvores de folhas caducas, o que se evidencia durante as estações inverniais, bem como uma grande quantidade de briófitas e pteridófitas a recobrirem o solo rochoso<sup>2</sup> e os caules de algumas árvores. Estas últimas se desenvolvem bem, devido à alta pluviosidade e à alta temperatura no verão, visto que nos meses de estio as temperaturas chegam próximo dos 30°C (Disponível em: <<https://www.jnto.go.jp/eng/basic-info/basic-info/climate.html>> Acesso em: 05 dez. 2017). Ademais, todas essas condições recém citadas favorecem a existência de uma fauna, que vai desde insetos, como besouros, a animais de pequeno, médio e grande porte. Dentre esses últimos poderíamos mencionar a toupeira japonesa, javalis, ratos, morcegos e o urso negro asiático.

Pela descrição feita logo a atrás, a impressão que se tem é de que Aokigahara é uma floresta distinta das demais, em todo o restante do país. Demonstra ser uma zona sombria e obscura pela qual os *yūrei* (fantasmas dos mortos) vagueiam incansavelmente, a conduzir novas almas para o regaço álgido e úmido do escuro e monótono vale recoberto por ramificações vegetativas. Um ambiente destinado tão somente para este fim lúgubre.

Contudo, não fora mencionado que, além do aspecto sepulcral, deveras destacado pelos agentes midiáticos de alto impacto da atualidade (indústria cinematográfica, literatura, música, animes e mangás), especialmente a partir da entrada no 3º Milênio, há igualmente uma face vital. Não apenas besouros e larvas a rastejarem pela superfície folhosa e repleta de musgos. Mas também uma série de espécies de borboletas a cintilarem quando tocadas pelos raios luminosos do Sol; tordos a tagarelarem, pica-paus a estridularem e cuckoos a gorjearem com graça; veados saltam e pastam cá e lá; lebres disparam entre os galhos, sumindo-se em meio à mata; e esquilos empreendem bailados em suas escaladas pelos troncos verticais. Noutras palavras, a vida também pulsa em Aokigahara.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao invés de elencar quaisquer conclusões, opto pela formulação de questões neste último tópico do ensaio.

Devido à complicação de imersão no mundo cultural japonês, reconheço que este trabalho deixa a desejar. Porém, sabendo dos aspectos físicos da floresta trabalhada e da relação que as pessoas com ela possuem, podemos indagar: já que Aokigahara não é uma floresta essencialmente distinta das demais encontradas no território japonês, por que o número de suicídios em seu interior vem aumentando, principalmente nas últimas décadas? Sabe-se que no séc. XIX, ela, assim como muitos outros lugares isolados, eram utilizados para a prática de *ubasute*<sup>3</sup>. Mas não que a relação com o suicídio seja de longa data. Embora seja essa uma tradição secular no Japão, onde os mais vetustos registros remetem à prática de *seppuku/harakiri*<sup>4</sup>.

Não seria o alto índice de suicídios no Japão contemporâneo um efeito do rápido crescimento industrial e da urbanização, ou mesmo da pós-modernidade, do que uma permanência/resquíio das práticas samurais? No caso de analisar tanto um como outro (contemporaneidade e vida dos samurais), é bastante relevante a chamada de atenção feita por Pádua acerca do termo *Physis* ("Natureza"), que ao longo da história ocidental passou por diversas significações. Para ele, Natureza seria tudo o que não é criação humana, nem depende do arbítrio do homem. Como, então, os japoneses, com base em todo o aparato religioso-filosófico a eles inerente, entenderiam esse termo (ou algo que dele se aproxime) e o ser humano em sua essência?

Para finalizar, gostaria de lançar ao ar uma pergunta com base numa assertiva de Dean. Ele assevera que, nos EUA as florestas têm sido vistas, historicamente, como uma oportunidade para a extração de recursos. Já em muitos reinos da Europa, elas eram os lugares mais apropriados para as aristocracias realizarem jubilosamente suas caçadas. Agora perguntamos: que finalidades sócio-culturais tinham e têm as florestas no Japão? Afinal, cerca de 70% de seu território é reflorestado ou está ambientalmente intacto (Disponível em: <<http://japaohistoriae-tradicao.blogspot.com.br/2011/03/meio-ambiente-do-japao.html>> Acesso em: 05 dez. 2017).

2 Originário da sedimentação de lava vulcânica expelida pelo Monte Fuji e posteriormente resfriada, quando em contato com a atmosfera.

3 Prática em que algum jovem da família se encarregava de levar um parente idoso e doente para uma montanha ou local isolado e abandoná-la lá para morrer.

4 Suicídio samurai. O qual era visto como uma prática extremamente honrosa e como forma de demonstrar lealdade ao protegido e ao código de conduta samurai (Bushido).

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, Alessandra Isabel de; LAVERDI, Robson; SILVA, Danusa de Lourdes Guimarães da. "A dimensão ambiental do conhecimento histórico: Entrevista com José Augusto Pádua". In: **Revista de História Regional**. Ponta Grossa, UEPG, 2014, Vol. 19, nº 2, p. 457-484.

PÁDUA, José Augusto. "As bases teóricas da história ambiental". In: **Estudos Avançados**. São Paulo, USP, 2010, Vol. 24, nº 68, p. 81-101.

DEAN, Warren. **A Ferro e Fogo**. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira.

BUENO, André. A dificuldade em falar sobre 'Oriente' no Brasil. In: **Mais Orientes**. Rio de Janeiro/União da Vitória, UERJ/UNESPAR, Edições Sobre Ontens/LAPHIS, 2017.

QIU, Bo. Kuroshio and Oyashio Currents. In: **Encyclopedia of Ocean Sciences**. Honolulu, University of Hawai'i at Manoa, 2001.

## WEBSITES

Aokigahara forest. <<http://www.aokigaharaforest.com/>> Acesso em: 05 dez. 2017.

Gilhooly, Rob. Inside Japan's 'Suicide Forest'. <<https://www.japantimes.co.jp/life/2011/06/26/general/inside-japans-suicide-forest/#.Wu-J768gvzIU>> Acesso em: 05 dez. 2017.

## GOOGLE MAPS

<<https://www.google.com.br/maps/place/Japan/@31.6803314,120.2920795,4z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x34674e0fd77f192f0xf54275d47c665244!8m2!3d36.204824!4d138.252924?hl=en>> Acesso em: 05 dez. 2017.

## FLORA E FAUNA NO JAPÃO

<<http://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/floraefauna.html>> Acesso em: 05 dez. 2017.

## PLANTIO DE CEREJEIRA

<<https://www.greenme.com.br/como-plantar/4597-plantar-cereja>> Acesso em: 05 dez. 2017.

## JAPAN'S CLIMATE

<<https://www.jnto.go.jp/eng/basic-info/basic-info/climate.html>> Acesso em: 05 dez. 2017.

## MEIO AMBIENTE DO JAPÃO

<<http://japaohistoriaetradicao.blogspot.com.br/2011/03/meio-ambiente-do-japao.html>> Acesso em: 05 dez. 2017.



## NOVAS PERCEPÇÕES DA PAISAGEM NA CONSTRUÇÃO HISTORIOGRÁFICA A PARTIR DA HISTÓRIA AMBIENTAL

Luiz Fernando Pereira do Prado <sup>1</sup>

Lucas Vinicius Erichsen da Rocha <sup>2</sup>

### A EMERGÊNCIA DA HISTÓRIA AMBIENTAL

**Resumo:** O texto faz uma relação entre autores, traçando preocupações iniciais que levaram intelectuais e a sociedade como um todo a se preocupar com o meio ambiente, resultando em uma visão romantizada da paisagem, no qual a partir de 1970 o ambientalismo tornou-se um fenômeno sociológico significativo da história contemporânea, analisando a construção da sensibilidade em torno do pensamento ecológico na modernidade e as consequências ambientais do agir humano. Um dos exemplos de poluição do meio ambiente com o objetivo de acumular capital, em um contexto contemporâneo, são os matadouros de animais, que necessitam de muitos recursos desde a criação do animal, depositando seus dejetos em lagos e rios, além de utilizar de um grande volume de água para a criação e após o abate o sangue e impurezas são jogados nos rios, água que posteriormente chega na casa das pessoas para o consumo, gerando grandes impactos desde a criação até o abate.

Os estudos historiográficos da História Ambiental como campo científico e consciente de si, podem ser indicados como emergentes dos espaços intelectuais e acadêmicos a partir de 1970. Sendo a primeira sociedade científica preocupada com essas investigações a *American Society for Environmental History*, criada em 1977. Contudo, já havia um número recorrente de publicações a respeito de análises

[...] histórico-ambientais, no entanto, algo bem diferente da simples proposição de influências naturais na história humana, já vinha se delineando desde a primeira metade do século XX e, em certa medida, desde o século XIX. Para refletir sobre a gênese e evolução desse campo de conhecimento, é preciso levar em conta fatores sociológicos e epistemológicos. (PÁDUA, 2010, p. 81)

Conforme aponta José Augusto Pádua, o primeiro curso voltado para a abordagem da História Ambiental foi ministrado em 1972, na Universidade da Califórnia em Santa Bárbara pelo historiador Roderick Nash, através da sua publicação *Wilderness and the American Mind*, onde buscava traçar uma imagem a respeito da chamada vida selvagem e como ela integrava a construção das ideias de identidade nacional norte-americana. Ao apresentar essas pesquisas como uma nova abordagem no ensino de História, deixava entrever que também estava “respondendo aos clamores por responsabilidade ambiental que atingiram um crescendo nos primeiros meses daquele ano” (PÁDUA, 2010 - p. 81), dando a entender que as pessoas comuns tiveram participação relevante na formação dessa perspectiva da História Ambiental.

Sabe-se que as influências do tempo passado-presente-futuro fomentam novas perguntas a respeito do meio social que é vivido e essas indagações ocorrem pela transformação do meio natural e social, sabendo-se que tudo está sempre em constante mudança. Assim, novas perguntas naturalmente surgem para explicar essas experiências vivenciadas ou, para responder quais e como os acontecimentos foram desencadeados, e com isso resultam em pesquisas científicas voltadas para o campo de interesse da historiografia ressignificando as perspectivas históricas.

A emergência de um “ambientalismo complexo e multissetorial” a partir da década de 1970, dotado de alto perfil na cena pública global, representou um dos fenômenos sociológicos mais significativos da história contemporânea. (PÁDUA, 2010, p. 82)

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de Bacharelado em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: luiz2690@gmail.com

<sup>2</sup> Doutorando em História pelo Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Essa concepção do ambiente que estava se tornando frequente nas escritas científicas, também fazia parte do comportamento social, como ações coletivas e políticas. Ora, não eram somente as universidades que estavam fazendo estas novas discussões, tais elementos penetraram na sociedade como algo relevante a partir das comunicações de massas, escolas, no imaginário coletivo e em aspectos da arte e cultura. (Idem). Fossem as pessoas de fora do mundo acadêmico ou os pesquisadores propriamente ditos, deve-se ter em mente que tais indivíduos eram integrantes das sociedades e estavam conhecendo os novos aspectos do meio físico do planeta, sua biodiversidade, suas diversas formações geológicas ao mesmo tempo em que surgiam novas interpretações historiográficas, novas epistemologias e entendimentos sobre o chamado mundo natural. Buscar compreender o mundo físico se tornava componente básico para assim dar sentido a própria “existência social”, a qual estaria inserida no processo maior e mais complexo do chamado mundo natural.

As preocupações da modernidade em se industrializar, relacionadas com as novas indagações sobre o ambiente, em que o avanço do uso da matéria prima sem uma consciência de utilização, que tornaria a vida humana inviável não está ligada apenas com as transformações que ocorreram ou somente com a construção dos centros “urbano-industriais”, mas com sucessivos acontecimentos numa escala “macro-histórica” anterior a tais períodos, que ainda assim, se relacionam dentro das rupturas e permanências (PÁDUA, 2010).

O autor também fala que as ações humanas influenciaram o início das preocupações com as pesquisas e “produzindo denúncias contra o desflorestamento, a erosão dos solos, a sedimentação dos rios etc.” (Idem). Outro caso a ser pensando pode ser aquele que diz respeito ao momento em que os europeus começaram a expandir seus territórios para o outro lado do Atlântico. Nesse sentido, impactos relevantes aconteceram levando a mudanças no meio físico, “na medida em que a rápida transformação das áreas florestais em monoculturas e minas geravam modificações ambientais “à flor da terra”, por assim dizer”. (Idem. p. 84). Ou seja, o surgimento de um “ambientalismo complexo e multisetorial” levou a transformações que reverberaram em estudos de períodos posteriores. Assim, o autor salienta que as construções científicas do período geraram uma sensibilidade “pré-romântica” e “ro-

mântica” do mundo, as paisagens que antes eram vistas como coadjuvantes da sociedade receberam certa valorização a partir da estética do sublime. Entretanto, esta é uma assertiva que merece ser tratada com atenção, especialmente em vista de que:

Não se trata, por certo, de traçar uma linha direta entre a crítica ambiental que começava a aparecer nos séculos XVIII e XIX, e o fenômeno do ‘ambientalismo’ contemporâneo. Não é o caso de buscar “precursores”. Mas sim de analisar um movimento histórico mais amplo e difuso: a construção da sensibilidade ecológica no universo da modernidade. (PÁDUA, 2010, p. 84)

O ponto fundamental é perceber que a partir desses novos interesses e mudanças culturais, se deram as reflexões históricas sobre as consequências ambientais do agir humano. Mas não somente isso, a percepção de que a História da espécie humana nunca deixou de ser uma História de contínua mutualidade com a materialidade do mundo biofísico.

## **PAISAGENS, O BRASIL E OS AMBIENTES URBANOS**

No que diz respeito a uma leitura direcionada à reflexão sobre os motivos e a relevância de estudar sobre História Ambiental, seja em um contexto macro ou apenas no Brasil, podemos passar ao texto “Por que Estudar a História Ambiental do Brasil” de autoria de José Augusto Drummond (2002). Neste texto, o historiador apresenta os principais motivos para a relevância do Brasil para a História Ambiental.

Embora o autor não tenha/ como principal enfoque destacar a questão da paisagem como principal objeto de trabalho, é analisando o texto e as discussões geradas pelo mesmo, que descobrimos que o Brasil tem um opulento território e, a proporção que a sociedade vai utilizando desses recursos, a paisagem vai se alterando e causando impactos. Sendo o Brasil um lugar “grande e populoso”, o maior país da América do Sul, ocupando um território que compreende quase metade do continente latino americano (mais especificamente 47,7%), o terceiro maior do continente americano, ocupando 20% do território da América e possui 8,5 milhões de km<sup>2</sup>, participando em quinto lugar do rank de maior país do mundo (DRUMMOND, 2002).

Apenas com essas breves dimensões, podemos imaginar a capacidade econômica do Brasil, capacidade muitas vezes subaproveitada em detrimento de setores econômicos específicos, fazendo com



que o país muitas vezes seja reconhecido como da ordem da pouca riqueza econômica e de parco desenvolvimento.

Esses dados são tão interessantes que apenas eles seriam suficientemente relevantes para essa discussão acerca do motivo de estudar as questões “sócio-ambientais” do Brasil.

A preocupação específica da história ambiental — examinar os processos de influência mútua entre as sociedades e os seus quadros de recursos e condições naturais tem no Brasil um palco cheio de personagens e acontecimentos. (DRUMMOND, 2002, p. 15)

Entre os motivos que o autor coloca como fatores relevantes e razões para estudar a história ambiental no país, está a questão da “Grandeza territorial”, tendo em conta que um território “propicia variações marcantes nos processos ecológicos, nos ecossistemas e nas paisagens, compondo palcos distintos para os muitos atos de interação entre as sociedades humanas e a natureza” (DRUMMOND, p.16). Outro elemento citado pelo historiador é o fator “tropicalidade”, áreas onde o clima é mais quente e úmido, cujas regiões possuem uma biodiversidade abundante e que propiciam uma importante interação entre as sociedades humanas e a natureza.

A “variedade de biomas e ecossistemas” são fica de fora e os números expressam essa dimensão:

As biologicamente ricas florestas tropicais úmidas (nas suas formações Amazônica e Atlântica) cobrem ou cobriram cerca de 55% do Brasil, fazendo interfaces com os também ricos cerrados (25%). Há as caatingas, menos extensas (13%) e menos ricas biologicamente, que fazem interfaces com os cerrados. Há ainda os campos gramados tropicais e temperados (2,5%) e o pequeno, mas rico Pantanal (1,0%). Essa variedade dos biomas terrestres/continentais é complementada pelas formações litorâneas de manguezais e restingas e pelas formas de vida propriamente estuarinas, marinhas e oceânicas dos quase 8 mil km de litoral Atlântico. (DRUMMOND, 2002, p. 16)

São números que impressionam, mesmo para habitantes desse território e que normalmente estariam habituados com os tais ambientes. Se estes dados do rico bioma brasileiro, muitas vezes passam muitas vezes desconhecidos, isto por vezes se desdobra para a questão do quanto os recursos são utilizados em grande escala.

Biomas explorados por motivos mercantis, muitas vezes não havendo tempo para recuperação de florestas, gerando desigualdade e brigas territoriais, sendo que poderiam ser utilizados para outros fins,

de modo que esses recursos poderiam estar à disposição de todas e todos para o bem-estar e, se usados de maneira consciente, na produção de atividades tecnológicas e científicas de alto nível.

A paisagem e os territórios do Brasil também emergem no texto José Augusto Drummond quando tais itens são pensados dentro das diferentes espessuras temporais da História. Nesse sentido, o autor vai falar em “Pré-história ‘curta’”, e nesse tópico esclarece ao leitor que as Américas estão entre as “últimas grandes formações terrestres do planeta a serem ocupadas pelo ‘Homo sapiens’” (DRUMMOND, 2002, p.16), tendo uma datação com por volta de cerca de 8 mil anos atrás. Para a História do planeta, esse é um tempo relativamente curto, e conseqüentemente, a paisagem apresenta mudanças menos dramáticas quando comparada a outros territórios, especialmente se levarmos em conta que os povos nativos, antes da colonização, não utilizavam de grandes máquinas para a exploração em grandes quantias dos recursos naturais, extraindo o que era necessário para a sua sobrevivência ou praticando regimes de cultivo do solo que jamais atingiriam proporções deletérias e irreversíveis.

Dentro dessa dimensão anteriormente citada, pode-se dizer que é criada a noção de “Novo Mundo” em oposição ao “Velho Mundo”, os países da Europa, África e Ásia. “Nesse sentido, o território brasileiro é mais “rústico”, ou mais “inculto”, ou mais “selvagem”, exibindo marcas humanas muito mais “leves”. (DRUMMOND, 2002, p. 17). “A longa experiência da comunidade primitiva” pré-histórica e história no Brasil, se deu sobre o sistema de “caçadores-coletores nômades ou pequenas aldeias de semi-sedentarização cujos indivíduos eram “policultores tropicais”, algo muito diferente do havia sido praticado na História do “Velho Mundo”, onde se praticaram outros modelos de subsistência (por vezes sendo identificados dois tipos de processos de sedentarização (CALLAWAY, 2013), com a emergência de regimes de produção agrícola, animais domesticados e divisões sociais por classes.

Como bem sabemos, as diferenças de contexto e formas de vivência dos então nativos do território que viria a ser chamado de ‘América’, na maioria das vezes levaram os europeus a considerar tais sociedades e culturas como “comunidades primitivas”. Apesar da dizimação dos grupos étnicos, ainda há parte significativa desses povos que sobrevivem através de suas lutas, alguns dos quais ainda passam ao largo de processos como os de intensa industrialização e que muitas vezes geram um impacto redu-

zido sobre o mundo.

De todo modo, se a paisagem antes da chegada dos europeus parecia tão inalterada, não se tratava de ser “intocada”, e sim de ter sido transformada pelas populações humanas em menor escala e durante um reduzido período temporal, sendo essa breve apresentação outro motivo apontado por Drummond para compreender a dimensão temporal do ambiente na História Brasileira. Vale lembrar que o Novo Mundo, era outro velho mundo, “exatamente como algum império remoto, antigo, com suas origens míticas [...]” (DEAN, 2013, p. 37).

Seguindo para outro motivo relevante para o autor sobre estudar a História Ambiental brasileira, fica evidente o fator da “Colonização mista e o ‘imperialismo ecológico’” que, embora em o elemento da colonização um primeiro momento pareça não ter importância para os estudos da história ambiental, deve ser levado em consideração. Este elemento deve ser pensando quando levamos em conta que a atual América Latina foi colonizada por europeus modernos, que deixaram as populações nativas à mercê de suas vontades, contaram com a força do trabalho escravo e que por consequência exploraram e a dominaram o território do continente.

Esses três grupos, dotados de experiências civilizatórias diferentes entre si, se agruparam dentro das fronteiras da colônia e da nação brasileiras. Assim, a colonização reuniu três grupos humanos distintos num terreno novo para dois deles, formando um quadro rico em influências culturais mútuas. (DRUMMOND, 2002. P.18).

Esse processo já é conhecido, mas uma nova perspectiva ganha forma, pois, que junto com essa colonização, a paisagem é alterada de uma forma “gritante”, de maneira muito mais acelerada do que havia acontecido nos períodos anteriores a chegada dos Europeus. Foram introduzidas na fauna e flora novas espécies que vinham da Europa, e consi- go, doenças eram propagadas nos novos territórios, alterou-se o regime de extração de recursos naturais e ocorrem mudanças no modo de produção agrícola. A miscelânea cultural que constitui o Brasil insere-se também nos processos para com o mundo biofísico. Enfim, são vários os processos que ocorreram e não deixaram de mudar a vida da população nativa, africana e europeia.

No sentido de reconhecer aquilo que Drummond qualifica como o “Tesouro natural do Brasil”, a região tem grandes quantidades de recursos naturais que são úteis à humanidade. Há ainda elementos nem descobertos, mas o importante é destacar o

potencial híbrido do Brasil para consumo humano e de hidrelétricas. “Tem reservas significativas dos minerais mais amplamente utilizados e de outros mais nobres (ferro, alumínio, manganês, estanho, cobre, caulim, quartzo, nióbio etc.)” (DRUMMOND, 2002. P.18). Colocando tais elementos em perspectiva, vale ressaltar que, este potencial hídrico e energético possui hoje, no final da segunda década do século XXI, outros tantos desdobramentos para serem analisados e estudados pelos historiadores ambientais. Desdobramentos que nem sempre figuram nas melhores perspectivas e que, se fornecessem energia elétrica para alguns, jogam a existência de tantos outros na escuridão, especialmente das populações tradicionais que habitam muitas das regiões onde hidrelétricas são construídas.

Se os elementos supracitados dizem respeito às alterações da paisagem e do território em quadros de longa duração, o mesmo pode ser pensado em níveis histórico-ambientais em uma temporalidade mais recente e de transformações muito mais rápidas do que as que acompanhamos até agora. Ou seja, podemos inserir ao entendimento dos processos de alteração das paisagens e dos ambientes os chamados ambientes urbanos.

Um dos locais de grande interesse que podemos encontrar nestes ambientes urbanos são aqueles destinados à matança de animais para a comercialização e consumo dos seres humanos, os chamados matadouros. No caso da cidade de Ponta Grossa, é a partir de 1888 que a matança de animais para o consumo passa a ter maior impacto e influência na mudança do espaço urbano, haja visto que as práticas de matança animal até então ocorriam em locais esparsos; geralmente improvisados.” (ROCHA; CARVALHO, 2017, p. 398).

Mudanças como essa foram inevitáveis na criação de ambientes “citadinos” e “civilizados” de maneira que, não havia mais como controlar e fiscalizar a produção de carne consumida. Isso recai na reflexão do quanto era explorado nesse setor de produção, de quantos animais por dia eram abatidos, e também como era feita a criação dos mesmos. Não somente, outros aspectos são relevantes como:

[1] que um matadouro pode alterar o estado do solo por conta da excessiva presença de bois e porcos com suas passadas e dejetos; [2] o despejo de resíduos de matanças em afluentes, rios, como isso altera os mesmos e o solo das margens; [3] como espécies animais e vegetais específicas daqueles ambientes reagem; [4] as alterações da paisagem sonora com a incorporação de sons específicos das reses destinadas aos abates; [5] os próprios ruídos do matadouro e de suas matanças; [6] as maneiras

que eram estabelecidas as moradias nos arredores; [7] se havia criminalidade em regiões vizinhas aos matadouros [8] como os usos de lenha na alimentação de caldeiras tinha relação com a história da indústria madeireira; [9] como uma das etapas das matanças afetava os locais de extração levando a prováveis migrações forçadas de espécies animais e, quem sabe, até na destituição de populações humanas nativas e tantos outros aspectos que as fontes permitirem rastrear. (ROCHA, 2015, p.156-157)

Outrossim, podemos lembrar que deveriam existir espaços destinados aos animais de criação, que por vezes ficavam concentrados e produziam dejetos. A utilização de água e comida para a criação dos animais também causam impactos no local onde são criados, pois, normalmente são muitos animais e exigem gigantescos volumes de água. Do mesmo modo que, ao despejarem na água sangue e fezes, muitas vezes uma água que poderia ser utilizada para consumo se torna imprópria, fazendo com que os matadouros causem um impacto não somente local, mas também por onde toda a água contaminada passa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste breve texto tentamos estabelecer alguns pontos de interesse para aqueles que desejam conhecer um pouco da História Ambiental, suas potencialidades, alguns dos principais autores e quais as dimensões que podem ser exploradas no trabalho acadêmico. Nesse sentido, é interessante notar como a ideia de ambiente pode ser compreendida no sentido de mundo biofísico. Assim sendo, é possível ressaltar o caráter ambiental das cidades enquanto ambientes urbanos, ao mesmo tempo em que se reconhece que a existência da espécie humana constitui-se em constante agenciamento com o ambiente biofísico e com todas as outras espécies que habitam este mesmo mundo.

## REFERÊNCIAS

CALLAWAY, Ewen. **Farming invented twice in Middle East, genomes study reveals**. Nature. Junho/2016. Disponível: <<https://www.nature.com/news/farming-invented-twice-in-middle-east-genomes-study-reveals-1.20119>> Acesso: 21/06/2016

DEAN, Warren. **A ferro e fogo : a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira**. Companhia das Letras. 2013.

DRUMMOND, José Augusto. **Por que estudar a história ambiental do Brasil? – ensaio temático**. Revista VARIA HISTORIA, nº 26 Janeiro, 2002

DA ROCHA, Lucas Vinicius Erichsen; CARVALHO, Alessandra Izabel. **“Mapeando cerceamentos e o lugar da matança animal; o caso do Matadouro Municipal de Ponta Grossa em fins do século XIX.”** Revista Antítese, v. 10, n. 19, p.397-424, jan./jun. 2017

DA ROCHA, Lucas Vinicius Erichsen. **Passagens e novas fronteiras dos abates: o Matadouro Municipal de Ponta Grossa e a historicidade dos espaços de matança animal centralizada**. Dissertação (Mestrado em Historia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.

PÁDUA, José Augusto. – **As bases teóricas da história ambiental**. – Estudos Avançados 24 (68), 2010





Thais da Silva Osga<sup>1</sup>

### O QUE É “HISTÓRIA AMBIENTAL”?

A definição de História Ambiental apresentada por Warren Dean (1996) é uma história de exploração e devastação florestal. Para Pádua (2014), a História Ambiental pode ser trabalhada dando foco maior tanto na questão cultural, nas percepções de mundo, como também no aspecto mais materialista.

De acordo com o autor, áreas mesclando os dois focos são propostos, como por exemplo, a História Urbana, que aborda as enchentes, sistemas de esgoto e a presença da natureza na cidade (Idem, p. 464). Pádua, diferente de Dean (1996), considera que não existe nenhuma história que não seja ambiental, pois esse aspecto seria uma parte que constitui a própria história, uma vez que a mesma ocorre/ocorreu em um lugar físico (PÁDUA, 2014, p. 464). Nas palavras do autor:

Mas a História Ambiental não tem necessariamente um enfoque materialista ou hiper-materialista, porque tudo que é material na história humana passa também pelo cultural, pelos entendimentos do mundo e da natureza. (PÁDUA, 2014, p.464).

Pádua considera o ser humano como parte da vida do planeta, e que, portanto, possui uma dimensão ambiental. Desse modo, ao mesmo tempo em que é um ser biológico, é cultural, fazendo parte da própria natureza e transformando-a.

Nesse sentido, Pádua afirma que:

o ideal é que a historiografia levasse em conta com mais atenção a complexidade do mundo, o mundo biofísico onde e através do qual nós vivemos, o território onde a história se faz. Por que a história sempre acontece em algum lugar e em algum momento, obviamente. (PÁDUA, 2014, p.466).

A História Ambiental começou a se constituir como um campo acadêmico na década de 1970 (PÁDUA, 2010, p.81). Nessa mesma década que nasce também, a ideia de ecologia. O cenário político era favorável, como também os historiadores ambientais foram estimulados pelas mudanças presentes no campo científico, como por exemplo, a ideia de que a ação humana pode provocar relevantes impactos na natureza, gerando inclusive a degradação. Contudo, o autor vai ressaltar que já vinham sendo realizadas análises histórico-ambientais desde o século XIX (Idem, p.81).

Apesar disso, Pádua expõe que as preocupações dos homens em relação a natureza, estiveram presentes na cultura erudita europeia pelo menos des-

**Palavras - chave:**  
Campo Historiográfico,  
História Ambiental, História  
Ambiental Urbana.

**Resumo:** Por meio deste ensaio, tentou-se estabelecer em poucas páginas uma definição básica desse campo acadêmico denominado História Ambiental, o qual é consideravelmente recente. Além disso, buscou-se exemplificar um breve resumo do seu surgimento de tal campo, como também clarificar e explicar o que ele estuda, suas outras possibilidades, como a História Ambiental Urbana. Ademais, objetivou demonstrar a relevância desse campo historiográfico, principalmente se tratando de Brasil.

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Bacharelado em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: thais\_osga@hotmail.com.

de o século XVIII e ajudaram a cunhar o pensamento moderno. Dean (1996, p. 22) vai demonstrar dois principais aspectos dessa História Ambiental, a qual ele vai chamar de História Florestal. Vai enfatizar a História Florestal americana, na qual a floresta aparecia como “uma reserva de madeira viva” (Idem p. 22), principalmente como algo relacionado ao comércio. Já as europeias, vão considerar de extrema riqueza, devido a sensibilidade, pois “foram escritas ricas ‘histórias florestais’, sensíveis às particularidades locais e aos projetos humanos e cautelosas na explicação do comportamento e do ser das formas de vida que as constituem” (Idem, p.22). Apesar disso, ela se limitaria “ao manejo de arvoredos desgalhados e podados e de macabras reservas de caça” (Idem, p. 22).

## HISTÓRIA AMBIENTAL NO BRASIL

A História Ambiental engloba diferentes aspectos da natureza e a interação do homem com a mesma. O Brasil, sendo um país tropical de dimensões continentais, é um prato cheio para estudos relacionados ao meio ambiente e história.

Drummond (2002) expõe que o Brasil, esse grande país tropical é extremamente relevante para a História Ambiental. Ele possui dimensões continentais, uma tropicalidade presente na maior parte do território juntamente a uma enorme variedade de biomas e ecossistemas (DRUMMOND, p. 16). Além disso, possui uma pré-história curta somada a longa experiência da comunidade primitiva, “imperialismo ecológico” e o próprio “tesouro natural do Brasil”. Ainda de acordo com o mesmo autor, o Brasil foi colonizado por europeus juntamente com africanos escravizados (involuntariamente). Desse modo, a colonização reuniu três grupos diferentes em um mesmo território. Obviamente, houve a interação desses grupos entre eles e entre o próprio ecossistema, o que levou a introdução de doenças, plantas e animais. Ademais, relembra que o Brasil tem esse nome devido à árvore pau-brasil, matéria-prima muito explorada na época durante a colonização (DRUMMOND, p. 16-19).

O desmatamento intenso da Mata Atlântica e da Floresta Amazônica contribuíram para a formação de uma “identidade ambiental” do Brasil no exterior, o que acabou gerando uma preocupação do brasileiro em relações as questões ambientais (DRUMMOND, p. 22). Drummond também con-

sidera a Mata Atlântica como um objeto rico para o campo da História Ambiental, principalmente pelo tamanho e formações.

Além disso, ainda é possível pensar um outro aspecto da História Ambiental: as cidades. A história ambiental urbana surge com o objetivo de romper com a ideia de que a natureza e humanos estão totalmente desconectados. Desse modo, Maia e Sedrez (2011) afirmam que

As relações entre história e natureza, nem sempre são reconhecidas pelos urbanistas. Na dicotomia campo/cidade, homem/natureza, o entendimento implícito é que no campo se está sujeito aos caprichos da natureza, e na cidade, ao contrário, se está a salvo e acima destes. (MAIA; SEDREZ, 2011, p. 223).

Para Munford (1988, p. 13-15) a cidade é algo natural, mas também algo construído conscientemente. No caso das cidades Latino-americanas, Romero (2009) destaca que a expansão europeia, as quais tiveram uma mentalidade fundadora fundamentada na certeza de posse da verdade, teve ambientes urbanos que inicialmente surgiram sendo um forte, no estilo cidade fortaleza, ou como um porto, ou também erguidas no lugar de cidades indígenas.

## HISTÓRIA URBANA REGIONAL

Da Rocha; De Carvalho (2017) pesquisam a relação da História Ambiental Urbana com o matadouro Municipal da cidade de Ponta Grossa. Ponta Grossa, no final do século XIX, estava enfrentando o processo de modernidade e progresso. Desse modo, deveria repensar a reorganização e as práticas de saneamento, como também as práticas relacionadas a mortes de animais para consumo no município.

Parece-nos que os habitantes da época viveram em um período intermediário em que, apesar de toda a incrementação pelo qual o espaço urbano de Ponta Grossa vinha passando (e que à primeira vista poderia ser corroborada pela modernidade de se ter um matadouro municipal), existia um local de matança próximo, com as condições de funcionamento aqui já discutidas, coexistindo com uma vida urbana de significativa movimentação. Características também evidenciadas ao perceber que, na documentação de transferência e concessão de terras, arte da população habitava ou buscava edificar residências nas proximidades do matadouro municipal. (DA ROCHA; DE CARVALHO, 2017, p. 422).

Nesse trabalho é possível perceber a relação da população com o matadouro. Inicialmente o prédio estava localizado no atual estacionamento do

Campus Central da Universidade Estadual de Ponta Grossa e a população tinha o costume de usá-lo como ponto de referência de localização espacial.

Deve se ter em mente que Ponta Grossa, um centro ferroviário, recebia pessoas de todo o lugar, logo, um matadouro seria visto com maus olhos. A cidade que almejava modernidade, principalmente na rua XV de Novembro (CHAVES; RUMBELSPERGER, 2011 apud DA ROCHA; DE CARVALHO, 2017, p. 412), estava marcada pelo sangue, odores e ruídos desagradáveis na região central. Portanto, esse quadro deveria ser mudado. A partir de 1936, o matadouro foi transferido da região central para o atual bairro de Uvaranas. Portanto, era notável a transformação da cidade, entretanto, as práticas de matança permaneciam as mesmas (DA ROCHA; DE CARVALHO, 2017, p. 413).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das leituras apresentada somada ao que foi trabalhado em sala durante este curso, ficou claro que a História Ambiental não está relacionada somente as árvores e ao mundo natural. Claro, ela possui relação, mas não pode ser limitada somente a isso. Ela estuda a Historicidade e por vezes também o impacto da relação entre os não-humanos (animais, plantas, alteração de paisagens, invenções humanas, entre outros) na vida das pessoas e de civilizações, considerando o ambiente.

## REFERÊNCIAS

DA ROCHA, Lucas Vinicius Erichsen; DE CARVALHO, Alessandra Izabel. Mapeando cerceamentos e o lugar da matança animal: o caso do Matadouro Municipal de Ponta Grossa em fins do século XIX. **Antíteses**. v. 10, n. 19, p.397-424, jan./jun. 2017.

DEAN, W. Prefácio e Capítulo I In: **A Ferro e Fogo: A História e a Destruição da Mata Atlântica Brasileira**, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

DRUMMOND, J. A., Por que Estudar a História Ambiental do Brasil? – Ensaio Temático, **Varia História**, n. 26, 2002

MAIA, A. C. N.; SEDREZ, L. Narrativas de um Dilúvio Carioca. **História Oral**, v. 2, n. 14, p. 221-

254, jul.-dez. 2011.

MUNFORD, L. Introdução. In: **A cultura das cidades**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1961. 590 p; Sedrez, Lise. Natureza urbana na América Latina: cidades diversas e narrativas comuns. **RCC Perspectives**, v. 2013/7, 2013.

PÁDUA, J. A. A dimensão ambiental do conhecimento histórico. Ponta Grossa: UEPG, 2014. **Revista de História Regional** 19(2): 457-484, 2014.

PÁDUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos avançados**. [online]. 2010, vol.24, n.68, pp. 81-101.

ROMERO, José Luiz. O Ciclo das Fundações. In **América Latina As Cidades e as Ideias**. tradução Bella Josef. - 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009;





## PERIÓDICO O TRABALHO: “SOCIALISMO DE CENTRO” E MILITÂNCIA ANTICOMUNISTA E ANTI-INTEGRALISTA NA IMPRENSA OPERÁRIA MAFRENSE (1934-1935)

Jéssica Andressa Zucco Valente <sup>1</sup>

Fernanda Cássia dos Santos <sup>2</sup>

**Resumo:** Na cidade de Mafra/SC, em setembro de 1934, tiveram início as publicações do jornal O Trabalho, um órgão informativo do então sindicato dos ferroviários do município, a organização local do Sindicato Ferroviário Catarinense. Ativo até novembro de 1937, esse periódico semanal noticiou assuntos referentes às ações sindicais, esportes, atividades sociais e atualidades, sendo a conjuntura política da época um dos temas mais recorrentes. Havia, nesse contexto, uma disputa em âmbito internacional entre comunistas e integralistas e os redatores do jornal participaram desse debate político. Defendendo uma ideologia autodeclarada como “socialista de centro”, o periódico publicou inúmeros artigos inflamados, se posicionando simultaneamente contra as correntes fascistas europeias e o comunismo russo. Não demorou muito para que os redatores se posicionassem também com relação ao integralismo, dedicando para isso bastante do seu espaço, inclusive da primeira página. Nesse sentido, essa pesquisa analisa o discurso produzido pelo jornal O Trabalho entre os anos de 1934 e 1935 no que diz respeito à configuração de sua identidade como “socialista de centro”. Compreendendo que essa construção identitária foi feita através da desqualificação de comunistas e integralistas, investigamos, ainda, a forma como foram definidas essas alteridades no discurso do jornal. Por fim, dadas as características do próprio discurso do periódico, apresentamos algumas reflexões sobre a forma como razão e paixão se articulam na construção desses discursos sobre identidades e alteridades.

### INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, a História se restringiu apenas a questões políticas, limitadas a disputas pelo poder e sua manutenção. Já no Antigo Regime, a História legitimava o sistema monárquico e seu soberano e, mais tarde, com as revoluções e quedas desses regimes, passou a legitimar o Estado e a nação. Essa concepção de História levou à construção de análises elitistas, baseadas numa narrativa linear e que só abordavam alguns personagens de destaque, negligenciando os diversos atores envolvidos na dinâmica de uma sociedade. Em suma, como afirma René Remond (2003, p. 18), a História apresentava fatos, mas não refletia sobre eles, quer dizer, era superficial.

Foi contra essas características que um grupo de historiadores se pronunciou, formando a primeira geração da Escola dos Annales, na década de 1930. Nesse período, marcado pelo advento da democracia política e social, a História Política foi considerada antiquada e caiu no esquecimento. A partir de então, os historiadores passaram a se interessar pela história dos anônimos, das massas, com abordagens voltadas para as esferas econômicas e sociais.

Com o acontecimento das duas guerras mundiais, no entanto, os historiadores voltaram a se questionar sobre a influência do político na sociedade, e a História Política retornou às suas análises. Entretanto, esse retorno ao político não se deu a partir dos antigos paradigmas negados pelos Annales. De acordo com Remond (2003, p. 28) “a Nova História Política se apropriou de uma gama muito grande de problemas que antes não lhe diziam respeito e com os quais a antiga História Política não se preocupava” de modo que “medidas relacionadas com o saneamento público, água, a construção de moradias, hospitais, segurança, cultura, meio ambiente, entre outras, aproximavam a História Política das massas e lhe deram a possibilidade de cobrir uma quantidade muito maior de objetos e de ‘verdades históricas’”. Assim, temas antes ignorados passaram a chamar a atenção dos historiadores, como as prostitutas, feitiçadeiras, pobres, crianças, o poder, diferentes formas de crenças, etc.

No ritmo dessa renovação, na década de 1980, Pierre Ansart rompeu com a separação entre razão e sentimento na política, introduzindo o es-

1 Acadêmica do Curso de Licenciatura em História pela UEPG. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na disciplina de OTCC.

2 Orientadora. Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná e docente da ESEBA - Universidade Federal de Uberlândia, MG. E-mail: fernanda.cassia@ufu.br



tudo das afetividades na configuração dos partidos políticos e da militância (BRESCIANI; ANSART, 2002, p. 8). Desse modo, o paradigma do predomínio da razão no comportamento ocidental foi colocado em cheque, inclusive no âmbito da política. Assim, as ideologias que conferem coesão a partidos e movimentos políticos, por exemplo, passaram a ser objetos de estudos da História.

Nessa perspectiva, nossa pesquisa pretende ser uma contribuição para os estudos da Nova História Política ao analisar o discurso do jornal sindicalista *O Trabalho* acerca do integralismo e do comunismo em Mafra/SC. Esse periódico semanal iniciou suas publicações em 1934, como um órgão informativo do então sindicato dos ferroviários de Mafra. Nesse contexto, havia uma disputa em âmbito internacional entre comunistas e integralistas e os redatores do jornal participaram desse debate político. Defendendo uma ideologia autodeclarada como “socialista de centro”, o periódico publicou inúmeros artigos inflamados, posicionando-se simultaneamente contra as correntes fascistas europeias e o comunismo russo. Não demorou muito para que os redatores se posicionassem também com relação ao integralismo, dedicando para isso bastante do seu espaço, inclusive da primeira página. Já numa primeira leitura, percebemos nas manchetes e nos próprios textos publicados, um forte desprezo com relação a essas duas correntes ideológicas, o que abriu possibilidades para que nos interrogássemos a respeito dos sentimentos que são acionados pelo discurso político produzido por esse jornal.

Para analisar o discurso produzido pelo jornal, dialogamos com os pressupostos da Nova História Política, compreendendo as ideologias como um sistema de ideias e sentimentos que assumem diferentes formas através do tempo, em que cada grupo defende ser o portador legítimo da verdade. Dessa forma, criam-se discursos para deslegitimar o pensamento dos opositores, inspirados por sentimentos como ódio e desprezo.

Ao desqualificar comunistas e integralistas, os redatores do jornal *O Trabalho* construíram um aparato ideológico próprio, através do qual defi-

niram sua própria identidade como “socialistas de centro”. Esse princípio de alteridade é uma das bases da formação das identidades dos partidos e movimentos políticos. Difamar o “outro”, nesse sentido, é uma forma desses grupos reforçarem quem são dizendo: “nós não somos isto” (SAMWAYS, 2014, p. 25). Em decorrência disso, seguindo a análise de Raoul Girardet (1987, p. 57), entram em cena os mitos e as mitologias políticas. Esses mitos políticos, que sempre vêm acompanhados de um “salvador”, criam um “outro” carregado de características maléficas, inculcando medo na sociedade e tornando urgente atitudes para combatê-lo.

O jornal *O Trabalho* funcionou até dezembro de 1937, mês em que publicou sua última edição, declarando que iria fechar temporariamente sem esclarecer o motivo. Não encontramos, no entanto, informações a respeito de uma reabertura desse periódico. Durante os três anos em que ele funcionou, foram publicadas 150 edições, das quais 99 estão disponíveis na biblioteca municipal de Mafra/SC. Desses documentos, selecionamos o primeiro ano de funcionamento do jornal para a pesquisa desse TCC se tornar viável, com a pretensão de trabalhar com o restante da documentação futuramente.

Sabemos que o movimento integralista teve adesão em Mafra através de uma foto que retrata uma numerosa reunião de integralistas com o braço estendido, fazendo a conhecida saudação “Anauê”. Essa foto está disponível no site “ClickRiomafrá” em publicação de 2011 com fotos históricas do município de Mafra, em homenagem aos, na época, 94 anos da cidade. Entretanto, apresenta apenas a legenda “Integralistas”, sem informar a data, local ou a quem ela pertence.<sup>3</sup> Não há indícios de que o comunismo tenha tido adeptos em Mafra/SC, mas o fato de o jornal *O trabalho* ter se dedicado a combatê-lo indica que havia um debate no município a respeito dessas ideologias políticas. Entretanto, não há estudos publicados sobre esse tema em Mafra ou sobre o periódico sobre o qual aqui nos debruçamos.

As discussões sobre comunismo e integralis-

3 Mafra 94 anos – Fotos históricas. Disponível em: <http://www.clickriomafra.com.br/portal/noticias/riomafra/?p=7166>. Nesse mesmo site, em 2012, foi publicado um artigo do professor rionegrense Fabio Reimão de Mello, com o título “‘Anauê’: o integralismo em Riomafrá”. Esse artigo, no qual o professor se limitou a fazer uma explicação geral sobre o integralismo, acrescentando que Riomafrá também militou nesse movimento, é ilustrado com a mesma foto, mas também sem nenhuma informação sobre ela. (“Anauê”: o Integralismo em Riomafrá. Disponível em: <http://www.clickriomafra.com.br/guia/fatos-historicos/anaue-o-integralismo-em-riomafra/>).

mo no Brasil durante a década de 1930, por seu turno, já foram mapeadas pela historiografia. Nesse sentido, podemos citar Hégio Trindade, que na obra “Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30” (1974) se preocupou em entender a natureza desse movimento, defendendo a sua semelhança com o fascismo europeu. J. Chassin, com a mesma preocupação, na obra “O Integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade do capitalismo” (1999) negou o caráter fascista do integralismo, baseado no princípio ontológico de Marx, considerou superficial o mimetismo ideológico utilizado por Trindade. Acerca do comunismo no Brasil, João Quartim de Moraes (1991) analisou o seu surgimento e como se processou a influência do comunismo Russo na esquerda brasileira. No tocante aos movimentos antifascistas, Angela Meirelles de Oliveira (2013) estabeleceu uma comparação entre as diferentes linhas de pensamento que circularam pelo Brasil e demais países do Cone Sul.

Esses movimentos políticos, bem como a construção de ideologias que a eles são associadas, são bastante complexos e permitem análises através de diferentes perspectivas. Nosso trabalho, nesse sentido, pretende contribuir para essa historiografia apresentando uma leitura comprometida com a articulação entre a história local do município de Mafra e o contexto brasileiro da época.

Assim, esse texto está dividido em três partes. Começaremos analisando o discurso do jornal acerca do “outro” comunista e, na segunda parte, em relação ao “outro” integralista. Por fim, compreendendo que o periódico construiu a sua identidade como “socialista de centro” através da desqualificação de comunistas e integralistas, analisaremos o discurso produzido pelo periódico no que diz respeito à sua configuração identitária. Dadas as características do próprio discurso do periódico, pretendemos também apresentar algumas reflexões sobre a forma como razão e paixão se articulam na construção desses discursos sobre identidades e alteridades.

Como metodologia, nos baseamos nos pressupostos sugeridos por Tânia Regina de Lucca (2013, p. 111-153) para o trabalho com jornais. Nesse sentido, a autora aponta para a importância de constituir uma série significativa. Ao analisarmos as ideias e informações contidas nesse tipo de fonte é necessário considerar o contexto

em que elas foram produzidas, para evitar tomar como fatos objetivos algo que é permeado pela subjetividade. Dada a influência que a imprensa exerce sobre a opinião pública, ela não pode ser vista como um órgão compromissado com a imparcialidade, pois seus discursos são ditados por intenções. Estas podem ser derivadas da ideologia do grupo dirigente, da pressão publicitária, do governo ou até mesmo da necessidade de agradar seu público-alvo, lembrando que o jornal é, também, um produto. Apenas através da análise de séries extensas que essa complexidade que envolve cada linha veiculada nos periódicos pode ser averiguada.

No caso do jornal *O Trabalho*, como seu público-alvo era o operariado, sua intenção parece ser promover ideias que possibilitassem uma melhoria das suas condições de trabalho, mas que não derrubassem o regime político vigente como propunham as ideologias comunista e integralista que circulavam na época. O jornal se apresentava como um “órgão de colaboração com o governo constituído, sem quebra de sua independência e dignidade” (*O TRABALHO*, 07 set. 1934, p. 1). A publicação era comercializada e contava com anúncios publicitários para se manter. Desse modo, não podemos considerar seu discurso totalmente independente.

De acordo com Tânia de Lucca, questões relacionadas à materialidade do jornal também devem ser exploradas. Quer dizer, é importante analisar se as condições técnicas em que o jornal foi produzido eram ou não modernas para a época, além de outros detalhes que nos ajudem a caracterizar o grupo dirigente do jornal e, por consequência, os objetivos de suas publicações, assim como a organização do conteúdo. A frequência com que o tema em estudo aparece, o local do jornal em que está localizado, a formatação da fonte, como tamanho e cor são detalhes que nos mostram a ênfase que os redatores queriam dar ao assunto.

Quando analisamos os textos com conteúdo anticomunista e anti-integralista publicados pelo jornal *O Trabalho*, percebemos que os recursos gráficos utilizados demonstram o interesse dos editores em destacar esse tema. Um exemplo é a matéria publicada na capa do dia 07 de abril de 1935, que além de apresentar um título com fonte diferenciada contém uma moldura que a deixa em evidência:



Figura 1 – O TRABALHO, 07 abr. 1935, p. 1.  
Fonte: Biblioteca Municipal de Mafra - SC.

O jornal *O Trabalho* possuía impressos modernos para a época. No entanto, era um periódico pequeno, pois, considerando os apontamentos de Nelson Araújo ([200-?], p. 6), jornais que faziam parte da grande imprensa, como o carioca *Correio da Manhã*, contavam com uma diagramação, em geral, de 24 páginas, enquanto *O Trabalho* continha oito, suas dimensões também eram um pouco menores. A ênfase que os redatores queriam dar à difamação do comunismo e do integralismo é evidente. Nesse primeiro ano do semanário, raramente uma edição não apresentava um artigo sobre o assunto, sendo destaque na capa ao menos uma vez no mês. Em março, todas as suas publicações deram destaque a esse tema na capa.

## O “OUTRO” COMUNISTA

O comunismo, segundo Andrew Heywood, se constitui como uma divisão do socialismo, ideologia que tem como principal característica a defesa da igualdade social e pode ser definida pela sua “oposição ao capitalismo e pela tentativa de oferecer

às pessoas uma alternativa de vida mais humana” (HEYWOOD, 2010, p. 107). Estes ideais, no entanto, permearam diferentes projetos de sociedade, muitas vezes antagônicos, que surgiram no século XIX como resposta à pobreza e às péssimas condições de trabalho da classe de operários que se formou com o crescimento do capitalismo industrial. Heywood destaca como as concepções comunistas que mais se sobressaíram a vertente dos sociais-democratas, que defendiam reformas no sistema capitalista que melhorassem a situação dos trabalhadores, e a dos comunistas marxistas, que defendiam a abolição do capitalismo. No entanto, segundo Spindel, os adeptos das ideias marxistas, no século XIX, usavam tanto o termo “socialismo” quanto “comunismo”, até 1923, quando foi lançada a Internacional Socialista. Com isso, ocorreu uma ruptura entre os dois termos, passando o primeiro a se aproximar mais dos ideais da social-democracia e o segundo das ideias marxistas (SPINDEL, 1980, p. 65).

O comunismo marxista surgiu com a obra de Marx e Engels. Esses teóricos acreditavam que, com a ascensão do capitalismo, ocorreria a dicotomização das classes na sociedade, isto é, esta passaria a ser constituída apenas por burgueses, os donos dos meios de produção, e proletários, aqueles que tinham como único meio de sobrevivência a venda da sua força de trabalho aos burgueses. Nessa dinâmica, conforme Marx analisou, os proletários se encontravam em uma situação de desvantagem, em que os burgueses lucravam pagando a eles uma quantidade inferior ao que realmente produziam. Entretanto, uma vez que o proletariado se transformasse em maioria, tornar-se-ia inevitável a desapropriação dos meios de produção da classe burguesa, instituindo-se, assim, a ditadura do proletariado, em que todos viveriam em uma sociedade igualitária. Mas somente em um sistema industrial bem desenvolvido que a produção de riquezas permitiria que todos os indivíduos contribuíssem segundo suas capacidades e recebessem de acordo com suas necessidades (BEDESCHI, 1998, p. 208-210).

Foi através de uma interpretação teórico-prática do marxismo que Lênin liderou a Revolução Russa em 1917, derrubando o czarismo e instaurando o regime comunista nesse país. Entretanto, conforme Bedeschi (1998, p. 110), Kautski interpretou, na época, que o capitalismo na Rússia não estava em seu ápice e, por consequência, o sistema industrial não era bem desenvolvido, sendo o proletariado minoria. Desse modo, o sucesso da Revolução dependeria de



métodos de controles antidemocráticos e policiais. De fato, construir o comunismo marxista ao contrário de esperar ele se estabelecer como uma evolução natural do capitalismo, conforme Marx profetizou, levou ao controle policial-terrorista dos diferentes partidos russos. De acordo com Moraes (1991, p. 70), essa característica se intensificou no governo de Stalin, que assumiu em 1924, após a morte de Lênin, e permaneceu no poder até ter sua vida interrompida por um derrame cerebral, em 1953.

Os horrores que ocorreram durante o governo de Stalin, no entanto, só foram revelados no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1956. Apesar disso, enquanto primeira experiência comunista de grande impacto, o regime russo gerou uma onda de anticomunismos desde o seu surgimento, mobilizando diferentes setores da sociedade que enxergaram, cada qual, algo de ameaçador nessa doutrina.

No Brasil, segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2000, p. 35-70), o anticomunismo começou a tomar vulto na década de 1930, em consequência do crescimento do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que, conforme expandia a sua influência, fomentava a organização de seus adversários. Motta destaca três matrizes ideológicas principais que permearam o anticomunismo brasileiro: o catolicismo, o nacionalismo e o liberalismo. Para o catolicismo, o comunismo representava uma ameaça devido à sua filosofia materialista que entrava em conflito com a religião. Os argumentos de ordem nacionalista acusavam os militantes comunistas de serem defensores dos interesses da URSS, enquanto que o anticomunismo de matriz liberalista se preocupava com o direito à propriedade privada, considerando sua coletivização um atentado à liberdade.

Nesse contexto, o jornal *O Trabalho* enxergou na doutrina russa um perigoso inimigo da classe operária. Os redatores desse periódico se preocuparam em demonstrar que os comunistas não eram verdadeiramente defensores dos proletários, construindo um cenário em torno dessa doutrina permeado pelos sentimentos de ódio e desprezo, marcado pelo materialismo, pela crueldade e pela perda da liberdade.

Segundo os redatores do jornal, o materialismo era a raiz do problema do regime russo. Para eles, uma doutrina materialista era incompatível com os valores elevados do amor, da harmonia e da justiça, pois essas características não seriam essencialmente humanas, sendo necessário que as pessoas se conectem a uma deidade para ter acesso a elas. Outro

problema do materialismo citado pelo jornal seria sua crença na seleção natural, tanto entre animais quanto entre os homens. Nas palavras dos redatores:

[...] e por ela [a seleção natural] se compreende, se justifica e até se admite plenamente o DIREITO DO MAIS FORTE direto este que em poucas palavras se traduz perfeitamente por opressão, tirania, violência, enfim, guerra, luta, extermínio em todos os setores da vida (FATI, 11 out. 1934, p. 4).

Desse modo, o jornal retratou esse regime como essencialmente impiedoso, justificando a afirmação: “o comunismo-materialista, que nega, pois, aos fracos o direito à vida não póde, sem suspeição, se declarar defensor daqueles que no mundo são as vítimas miseráveis da Burguezia, do Capitalismo e do Estado-Tirania” (FATI, 11 out. 1934, p. 4).

Na ocasião em que o redator-chefe do jornal, D’Almeida Vítor, foi chamado de comunista pelos militantes integralistas de Rio Negro, cidade vizinha, o jornal se empenhou em rebater. Os conflitos envolvendo integralistas relatados pelo jornal nesse seu primeiro ano de funcionamento citam apenas o movimento que se estabeleceu na cidade de Rio Negro, município vizinho. Não encontramos informações de quando o núcleo integralista municipal se instalou em Mafra, mas esse fato nos indica que essa instalação ocorreu após setembro de 1935. Entretanto, os desentendimentos dos redatores do jornal mafrense com os militantes integralistas de Rio Negro não são estranhos, devido à intensa ligação entre os habitantes dessas duas cidades, que constituem uma população cambiante. Separados por um rio estreito, esses dois municípios, até 1917, formavam uma única cidade, Rio Negro/PR, parte da região disputada por Paraná e Santa Catarina na Guerra do Contestado (1912-1916). Um dos acordos firmados entre esses estados com o final da guerra foi a anexação de uma parte do território de Rio Negro à Santa Catarina, parte esta que ganhou o nome de Mafra. Com isso, partidos políticos e todos os demais assuntos burocráticos passaram a ser separados, mas o cotidiano continuou sendo comum, inclusive, há jornais e estabelecimentos comerciais que usam a palavra “Riomafra” ou “RioMafra” no nome.

Conforme foi relatado no jornal, em uma matéria que ocupou a sua primeira página e também a contracapa, houve um desentendimento, no centro de Rio Negro, decorrente de um encontro casual entre alguns integralistas e um ferroviário avesso a esse movimento. Na sequência disso, afirma-se na

matéria que a redação do periódico recebeu uma ameaça dizendo que se esses acontecimentos fossem publicados no jornal, D'Almeida Vitor seria agredido. Além de ameaçado, o redator-chefe foi também chamado de comunista, o que os redatores jornal acharam ofensivo:

D'Almeida Vitor está pela liberdade, está pelo direito, está pela Justiça. [...] Para D'Almeida Vitor ser comunista, é necessário que se torne fruto proibido o pensamento e o interesse em ser livre, de ser senhor de si, de ter o que lhe é devido, de acordo com as suas necessidades materiais e capacidades produtivas (O TRABALHO, 12 fev.1935, p. 1).

Ao responder à acusação com essas palavras, o redator-chefe relacionava o comunismo russo a um regime que cerceava as liberdades e promovia uma igualdade injusta. Um mês após a veiculação dessa matéria, que ocorreu em fevereiro de 1935, a equipe do jornal relembrou esse acontecimento, ainda preocupada em esclarecer que o *O Trabalho* não era um periódico comunista. Foi então publicado um longo artigo, sem autoria, na primeira página explicando porque Furiati, o diretor do jornal, era contrário ao comunismo. O autor do artigo transcreve trechos de textos que o diretor publicou em jornais que trabalhou anteriormente expondo seu posicionamento político:

Não foi o 'simples acaso' que me jogou aos azares da luta de classe, que desde logo, infelizmente, estabelece a organização proletária, por incompreensão recíproca entre trabalhadores e patrões, mas a minha vontade consciente e esclarecida pelo estudo sereno do mundo, visível e invisível. [...] De que me serviria, pois, a compreensão das Coisas, desde que essa compreensão não fosse exteriorizada em atos que as justificassem? [...] Eis ahi, claramente expresso o porque me fiz socialista e antiguerreiro, combatendo ao mesmo tempo, como corolário natural toda e qualquer opressão ou tirania. [...]. Assim, pois, não trabalho por Egoísmo ou Ambição própria, mas por um ideal da verdadeira Fraternidade Universal. [...] Deante do que expusemos verifica-se a perversidade, a maldade e a má fé das acusações a que nos referimos, porque ao nosso Diretor não interessa, como vimos, a propaganda de idéas demagógicas e extremistas sejam elas quais forem. (O TRABALHO, 10 mar. 1935, p.1).

Assim, de acordo com os redatores do jornal, Furiati não poderia ser comunista, uma vez que ele se esforça em combater a opressão e a tirania, ocorrendo, desse modo, uma associação do comunismo a essas características.

Outro argumento utilizado pelos redatores do jornal para explicar por que o regime russo não po-

deria ser, verdadeiramente, defensor da classe operária se constituiu em acusá-lo de ineficiente, o que o teria levado a se tornar um regime burguês ou capitalista. Isso foi dito em um artigo que explicava sobre as doutrinas extremistas europeias, que ao falar sobre o comunismo afirmou o seguinte:

o comunismo russo vae aos poucos, insensivelmente, se transformando em regime burguês. Bem cedo os ideólogos moscovitas compreenderam, diante da penencia fatal das realidades assoberbantes, não ser possível construir uma sociedade nova absolutamente igualitária, social, política e economicamente. Veio o desequilíbrio e com o desequilíbrio a miséria. (O TRABALHO, 23 dez. 1934, p.5).

Essa crítica também apareceu na nota que o jornal publicou em decorrência do 17º aniversário do regime soviético:

O que é interessante é a completa e ingênua ilusão que há, em algumas regiões do mundo, e naturalmente no Brasil, acerca da expressão política e social desse regime. Com efeito, ainda há quem imagine que os 'camaradas de Moscou', regidos pela batuta de Stalin são os mesmos ferozes anti-burgueses e anti-capitalistas regidos há 17 anos pela batuta de Lenin. Ingênua ilusão, premiados pela necessidade de recursos financeiros, os 'camaradas' há muito evoluíram para o capitalismo. (O TRABALHO, 03 mar. 1935, p. 5).

Desse modo, para os redatores do jornal o comunismo era falho, pois segundo eles uma sociedade totalmente igualitária seria insustentável. Assim, as dificuldades financeiras geradas pela tentativa de manter um regime comunista teriam levado a Rússia a se tornar capitalista.

No entanto, foi à crítica ao movimento integralista, entendido pelos redatores do jornal como uma cópia das correntes fascistas europeias, que os redatores d'*O Trabalho* dedicaram mais espaço. Talvez isso signifique que o integralismo teve mais aceitação no município do que o comunismo.

## O "OUTRO" INTEGRALISTA

Antes de analisar a imagem que os redatores construíram acerca do movimento integralista, cabe fazer algumas observações sobre a complexidade que envolve a definição de termos como fascismo e integralismo. Conforme Saccomani, o fascismo pode ser entendido, de maneira geral, como uma doutrina baseada no autoritarismo e que adota um sistema de representação política monopartidária. Tem como características os propósitos de expan-

são imperialista, o apelo às massas e um sistema de propaganda e de censura dos meios de comunicação, assim como o uso de violência na repressão da oposição. Sua ideologia é fundada “no culto do chefe, na exaltação da coletividade nacional, no desprezo dos valores do individualismo liberal e no ideal da colaboração de classes, em oposição frontal ao socialismo e ao comunismo, dentro de um sistema de tipo corporativo.” (SACCOMANI, 1998, p. 466).

As teorias sobre o fascismo, no entanto, seguem dois segmentos diferentes que, segundo Saccomani, costumam ser denominadas de “singularizantes” e “generalizantes”. As abordagens teóricas “singularizantes” entendem o fascismo como movimento político que ocorreu na Itália entre os anos 1919 e 1945. Desse modo, utilizar o termo “fascista” para designar diferentes movimentos políticos apenas se pautando nas similaridades entre suas doutrinas seria impertinente, uma vez que esse termo define a experiência italiana, enquanto que diferentes contextos históricos pedem análises específicas. Já as abordagens “generalizantes”, por sua vez, interpretam o fascismo como um fenômeno que pode ser percebido em diferentes contextos e que pode ser qualificado como tal na medida em que apresente as características essenciais a ele. Desse modo, o termo fascismo pode ser estendido a eventos como o nazismo alemão ou movimentos similares (SACCOMANI, 1998, p. 467).

Nas teorias sobre o movimento integralista brasileiro (AIB – Ação Integralista Brasileira), esse debate também aparece. A AIB foi o primeiro partido político brasileiro que alcançou todas as regiões do país. Fundada por Plínio Salgado em 1932, permanece atuante até hoje, porém com uma visibilidade menor. Possui uma ideologia fundamentada nos princípios morais da doutrina social da Igreja, com o lema “Deus, Pátria e Família”, e defende a instalação de um sistema corporativista baseado na pequena propriedade rural, declarando-se contra a burguesia e seus princípios capitalistas de acumulação. Esse movimento se destacou pelas suas semelhanças com o fascismo italiano e o nazismo alemão, como o autoritarismo e culto a um líder, nacionalismo acentuado, incentivo a disciplina militar e uso de símbolos e rituais parecidos, como a saudação “Anauê” com o braço estendido, lembrando o “Heil Hitler”.

Assim, nas interpretações sobre o integralismo há uma corrente que entende essa doutrina como possuidora de uma identidade fascista intimamente ligada aos regimes italiano e alemão da época, tendo

em Héglio Trindade um de seus expoentes mais conhecidos. E outra, iniciada por Chassin, que nega a possibilidade de comparar o integralismo aos eventos políticos europeus, devido às diferenças existentes no contexto histórico dessas regiões.

Nesse debate, Chassin (1999) afirma que, enquanto o capitalismo ainda estava em fase de desenvolvimento no Brasil, a Europa já se encontrava no que ele chama de *capitalismo tardio*. Assim, integralismo e fascismo tinham intentos diferentes. Atendo-se aos escritos de Plínio Salgado, Chassin caracteriza o integralismo como uma utopia reacionária que pregava um modelo de corporativismo que contivesse o desenvolvimento da industrialização e do capitalismo. O fascismo italiano e o nazismo europeu, ao contrário, buscavam potencializar a produção industrial e mobilizar a nação para a guerra imperialista.

Héglio Trindade (1974), por sua vez, além de considerar as semelhanças entre esses movimentos políticos, também atenta para a influência que o nazismo e o fascismo, declaradamente, exerceram sobre Plínio Salgado. Assim como a simpatia pelos regimes de Mussolini e Hitler terem sido um dos principais motivos de adesão dos militantes ao integralismo.

Não é a intenção desse trabalho defender nenhuma dessas teses, apenas analisar de que forma os redatores do periódico perceberam o integralismo e como as afetividades estiveram presentes nesse discurso. Dito isto, uma das maiores preocupações do jornal foi denunciar o caráter nazifascista do integralismo e o perigo que isso representava. Para os redatores do jornal, esses regimes deveriam ser temidos, pois eram a tentativa da burguesia em manter seus privilégios, o que teria como consequência a restrição das liberdades e a violência contra o proletariado. Vários são os artigos em que o jornal se preocupa em destacar essas características do fascismo aos seus leitores.

Em um artigo publicado na primeira página, o redator alerta: “O fascismo visa o esmagamento das forças renovadoras e motrizes da sociedade, e pretende ‘totalizar’ (sic) o poder estatal nas mãos dos magnatas das finanças e da indústria que se utilizam dos Hitleres e dos Mussolinis como ‘testa de ferro’”. (O TRABALHO, 28 dez. 1934, p. 1).

Em outro, feito por Correia das Neves do jornal “O Sindicato”, a crítica se estende aos proletários e pequenos burgueses que aderem aos movimentos fascistas. Segundo das Neves:

Fascismo, nazismo e integralismo são vinhos da

mesma pipa. É o capitalismo feroz organizado em bandos assalariados, de lupem-proletariados e pequenos burgueses, para continuar o seu regime de opressão e de exploração. Intitulam-se contrários aos interesses da burguesia e dos capitalistas. Mas na aparência. É movimento de demagogia cínica. [...] O fascismo é o continuador, além da opressão e da exploração, das guerras imperialistas. Reveste-se de pomposidades patrióticas, exaltando o nacionalismo. Faz isso para distrair as massas. (NEVES, 13 dez. 1934, p.3).

Assim, de acordo com os redatores do jornal, os grandes capitalistas estariam iludindo os operários e pequenos burgueses ingênuos para poderem continuar explorando-os. Os regimes fascistas, desse modo, não poderiam ser aliados dos proletários que tivessem consciência de suas mazelas.

O entendimento de que o integralismo era um regime fascista, burguês e opressor também apareceu na nota que a Federação Operária de São Paulo distribuiu à população, em decorrência de um conflito entre integralistas e membros da Frente Única Antifascista (FUA) que ocorreu na Praça da Sé, São Paulo, em 07 de outubro de 1934. De acordo com Castro, a FUA era formada por anarquistas, socialistas, comunistas e antifascistas (Castro, 2002, p. 361). Esse conflito ocorreu em uma marcha integralista que comemorava os dois anos de atuação desse movimento e, segundo a referida nota, um grupo antifascista reagiu a essa manifestação devido “a arrogância e desafio com que os integralistas vinham exaltando os ânimos do proletariado paulista.” (O TRABALHO, 11 nov. 1934, p. 1).

Como os dois lados estavam armados, esse confronto resultou em algumas mortes entre integralistas, antifascistas e policiais. Essa nota foi publicada em primeira página do jornal com o pedido de que o proletariado se atentasse ao que ela diz. Nela, se afirma que o integralismo é um “regime de violências que se pretende implantar no Brasil, copiando caricatamente alguns países da Europa [...] que visa a destruição dos direitos de associação e pensamento e a submissão incondicional aos privilégios da burguesia, colocando o indivíduo na condição de escravo.” (O TRABALHO, 11 nov. 1934, p. 1).

Outra publicação que recebeu destaque na primeira página d'O Trabalho foi um artigo do jornal O Sindicalista, órgão do sindicato operário de Sorocaba, que trazia na manchete: “O Integralismo visa a escravização dos proletários”. (O TRABALHO, 24 fev. 1935, p. 1). No corpo do artigo afirma-se que o integralismo seria uma ameaça à libertação do proletariado que sofre sob o jugo capitalista, pois esse

movimento era, na verdade, um intérprete do capitalismo reacionário.

Os redatores do periódico também salientaram a incompatibilidade do fascismo com a índole brasileira, principalmente em função do antissemitismo nazista que encontrou ressonância em alguns grupos integralistas. Nesse sentido, o jornal publicou na primeira página um artigo do semanário brasileiro-alemão de São Paulo, *Gegenwart*, que dizia o seguinte: “Enquanto os hitleristas consideram qualquer mistura de raças como um infortúnio e uma vergonha, os brasileiros bem sabem que o cruzamento de diversas nações pode ser de grande proveito” (O TRABALHO, 13 dez. 1934, p. 1). Apesar das alegações do jornal, as questões raciais no Brasil não estavam bem resolvidas. O discurso oficial dessa época defendia a ideia de uma nação unida racialmente, Silva e Fonseca (2011), no entanto, ao analisarem as publicações do jornal Brasil Médico no período de 1928 a 1945, afirmam que nesse periódico a imagem do negro era associada a degeneração física e moral. Desse modo, os negros não atendiam aos princípios eugênicos promovidos na época, que almejavam uma nação sadia. Com isso, podemos perceber as divergências e contradições que envolviam as questões raciais nesse período.

Mesmo o *Gegenwarte* sendo um órgão que representava uma parcela dos brasileiros com ascendência alemã, os redatores d'O Trabalho veicularam essa matéria sob o título “A opinião brasileira e o nacional-socialismo”. Posteriormente, foi publicado que “No Brasil o Integralismo importou, sem pagar direitos de alfândega, o hitlerismo e o fascismo com a guerra aos judeus, problema que não nos afflinge, porque entre nós o filho do judeu se dissolve na massa geral da população brasileira” (O TRABALHO, 23 dez. 1934, p. 5).

A índole brasileira também era avessa, segundo os redatores do jornal, à opressão intrínseca ao fascismo. Desse modo o integralismo não prosperaria, pois: “no Brasil, graças ao espírito frondeur de nossa raça nunca foram possíveis os governos de força, as ditaduras truculentas” (O TRABALHO, 23 dez. 1934, p. 5). Na mesma edição, os redatores do jornal afirmavam:

Os pedantes que citam Hitler e Mussolini [referindo-se aos integralistas], leigos em sociologia, sedentos por exhibições, esquecem-se, infelizmente, que o brasileiro é, por índole, inimigo do absolutismo, da tyrannia, não se submetendo a um governo de um partido violento (O TRABALHO, 23 dez. 1934, p. 5).



Essa ideia se repete em mais um artigo, onde encontramos a seguinte citação: “não acreditamos, que no Brasil sobejamente conhecido por índole liberal, que não suportou uma monarquia hereditária, viria após, admitir uma oligarquia férrea [referindo-se ao integralismo]”. (DOMIT, 13 dez. 1934, p. 2).

Entretanto, como o movimento integralista estava tendo aceitação no Brasil, houve uma preocupação em questionar a efetividade desse fato. Nesse sentido, foi publicado no periódico um texto que Ten. Sombra enviou ao jornal *O Homem Livre*, do Rio de Janeiro, após se desentender com Plínio Salgado e romper com o movimento integralista. Sombra era líder de um movimento com características fascistas, no Ceará, antes de ingressar no integralismo, porém esse fato não é citado, ele é apresentado pelo *O Trabalho* como um homem de valor e de ação, interessado em propagar a cultura. O texto do Ten. Sombra ocupa a primeira página de três edições com o título “A verdade sobre a Ação Integralista Brasileira”, nas quais Plínio é acusado de mentir para se promover. De acordo com esse relato, o Ten. Sombra não concordou com algumas diretrizes criadas por Plínio, porém ele o ignorou e usou o nome do tenente de maneira desonesta para conseguir seguidores no nordeste. Assim, o sucesso do integralismo nessa região teria sido ilegítimo, pois Plínio Salgado sozinho não conseguiu muito apoio. (O TRABALHO, 30 dez. 1934, p. 1; O TRABALHO, 06 jan. 1935, p. 1; O TRABALHO, 13 jan. 1935, p. 1).

A desqualificação da aceitação do movimento integralista também se deu através do deboche aos seus militantes. Na ocasião do confronto entre integralistas e antifascistas ocorrido na Praça da Sé de São Paulo em outubro de 1934, o jornal publicou um depoimento, sem identificar a fonte, de um militante camisa-verde que teria declarado o seguinte sobre sua participação na manifestação:

Nois sema da Alta Sorocaba. Viémo aqui a São Paulo porque o padre de lá disse que era preciso vir matar o comunismo que mata homens, mulheres e crianças e que deflora as moças. Ele disse que só com o comparecimento de muitas camisas dessas é que o comunismo não vem no Brasil. Mas o que nós vimo é que esse mundão de gente toda é contra nós, só porque temo essa camisa. Nois cá não volta não! O padre que venha matá o tar de comunismo. (O TRABALHO, 11 nov. 1934, p. 2).

Assim, os redatores ridicularizaram os militantes integralistas associando-os ao estereótipo do caipira ignorante e deslegitimaram a aceitação que

esse movimento estava tendo ao enfatizar a falta de convicção da milícia camisa-verde que participou da manifestação.

Em outra situação, foi relatado um caso que teria ocorrido em um bloco de carnaval em Curitiba. Segundo essa reportagem, um integralista estava participando do bloco com a camisa verde, seus colegas de militância tentaram tirá-lo, pois acharam um desrespeito com o movimento, mas não obtiveram sucesso. O redator da reportagem então aproveitou para debochar da falta de engajamento entre os militantes integralistas: “Integralismo em marcha... para o ridículo. [...] Eis ahi. O patriota preferiu a phantasia carnavalesca à farpela esperançosa de legionário. Não diremos que todos são assim. Mas há muitos assim.” (O TRABALHO, 27 jan. 1935, p. 2).

A partir do quinto mês de funcionamento do jornal, há um acirramento de ânimos, após o confronto entre integralistas e um ferroviário opositor a esse movimento, que ocorreu em Rio Negro, município vizinho de Mafra. Segundo noticiado (O TRABALHO, 12 fev. 1935, p. 1), o incidente não acabou em morte, porém, após esse ocorrido, os ataques do jornal ao integralismo passaram a enfatizar a necessidade de se tomar atitudes mais enérgicas com relação aos militantes da AIB. Inicia-se uma fase de apelos às autoridades, que na visão dos redatores do jornal, deveriam fazer restrições aos extremismos estrangeiros em defesa da segurança nacional, incluindo o integralismo nessa categoria. A partir de então, ganham força também as acusações de conspirações nazistas nos núcleos integralistas de Santa Catarina.

O fato dos redatores do jornal utilizarem termos como “assombroso” e “purulento” para se referir ao integralismo ou associar esse movimento a um “vespeiro” ou ao “lixo” indica que seus discursos estavam permeados por mitologias políticas. Conforme Raoul Girardet (1987) explica, em momentos de crise política, inconscientemente as pessoas imergem em uma atmosfera mitológica, carregada com denúncias de conspirações maléficas e anúncios de heróis salvadores. Nesse contexto, o inimigo é revestido de características obscuras, vinculado a animais peçonhentos e a coisas sujas, fétidas, de forma que é fomentada, em nosso inconsciente, a sensação de que estamos em uma batalha do bem contra o mal.

A partir do quinto mês de funcionamento do jornal, essa atmosfera mitológica ficou mais densa nas páginas do periódico. O integralismo, que an-

tes era considerado apenas uma cópia das doutrinas fascistas e nazistas, passou a ser descrito como um núcleo de conspirações que intentavam subjugar o povo brasileiro aos alemães, criando um clima de temor:

Cruz gamada do hitlerismo tremulando desabuscadamente acima do pavilhão nacional. [...] Ella representa uma cerimônia dos elementos fascistas locais, em que tomaram parte homens, mulheres e crianças brasileiras, descendentes de alemães. Todos esses elementos pertencem ao grupo integralista de Blumenau [...]. O General Goés Monteiro, ministro da Guerra, que tanto tem falado em conspirações contra a segurança nacional está no dever de agir com energia para que o mal não se torne cada vez maior. (O TRABALHO, 24 mar. 1935, p. 1).

Em outra manifestação integralista, em Bananal, o jornal acusou um padre de ter atacado o governo de Getúlio Vargas, considerando isso mais uma expressão da falta de patriotismo presente entre os camisas-verdes:

Quanta mesquinhez temos presenciado ultimamente por parte dos *galinhas verdes* e, entretanto, o campo é vastíssimo para a sua liberdade de ação. [...] O padre Sebastião gritava espavorido que Hitler em breve governará o Brasil. Nesse caminho não tardará muito e se tornará em realidade. É preciso tomar providências a respeito (O TRABALHO, 07 abr. 1935, p. 1).

Além dessas acusações, o jornal afirmava que os integralistas em Blumenau não usam a saudação “Anauê”, mas sim “Heil Hitler”, que em Jaraguá os líderes camisas-verdes discursavam apenas em alemão e, ainda, que funcionários públicos haviam sido demitidos de seus cargos por se exasperarem contra o domínio teuto. Com essas afirmações, os redatores de *O Trabalho* clamavam pela censura ao integralismo, justificando seus pedidos pelo medo de que o país fosse submetido à Alemanha Nazista.

## A IDENTIDADE “SOCIALISTA DE CENTRO”

De acordo com Pierre Ansart (1978, p. 81), cada período de uma formação histórica possui um campo de posições ideológicas, onde cada expressão se encontra em um ponto desse campo e constrói sua identidade a partir das relações de afinidade ou distância com as outras expressões posicionadas. Envolvido nessa dinâmica, o grupo que se expres-

sou através do jornal *O Trabalho* se definiu como “socialista de centro”. Esse termo não é recorrente na historiografia, no entanto, pode-se dizer que sua ideologia se aproxima da social-democracia, explicada por Heywood como “tipo reformista ou moderado de socialismo que defende um equilíbrio entre o mercado e o Estado, em vez da abolição do capitalismo.” (HEYWOOD, 2010, p. 108).

Esse posicionamento do jornal pode ser percebido em algumas afirmações publicadas. Em uma entrevista feita com o líder do movimento pró-integralismo em Rio Negro e Mafra, Cel. Lamaison, a qual os redatores publicaram em 23 de dezembro de 1934, dizendo estarem cumprindo o dever informativo do periódico, são feitas perguntas sobre as ideias dessa doutrina. Uma das perguntas diz o seguinte:

Como socialistas de centro nós nos batemos para que a República constitua no futuro o único poder, emanado do povo e apoiado nas classes ora existentes e que seriam organizadas em corporações sindicais, à base da unidade.

A Indústria, o Comércio a Lavoura, os transportes, Bancos, Instrução Pública, etc, seriam socializados sob o controle do Estado.

E o Integralismo?

Pretende o Integralismo nacionalizar ou socializar estes serviços?<sup>4</sup> (O TRABALHO, 23 dez. 1934, p. 11).

Desse modo, os redatores do jornal defendiam uma reforma no regime republicano, sugerindo um socialismo sindicalista. Não é explicado como ocorreria a socialização dos serviços sob o controle do Estado, mas em mais de um momento os redatores defenderam o liberalismo econômico, indicando que haveria algum equilíbrio entre o mercado e o Estado. Em 30 de dezembro, foram publicadas no periódico algumas partes de um artigo de Plínio Barreto escrito para o jornal *Estado de São Paulo*, que os redatores consideraram que deveriam ser conhecidas e estudadas: “entendo que mais acertado será limitar o liberalismo, sem asphyxia-lo, do que adotar outro regime que o elimine. Enquanto houver esperança de reformá-lo, reduzindo-lhe os vícios e fortalecendo-lhes a virtude acho que não deve ser abandonado.” (O TRABALHO, 30 dez. 1934, p. 3).

Em outro momento, na capa do dia 24 de janeiro, foi publicado um texto de Bezerra de Freitas, no qual o autor depreciava os críticos do liberalismo:

Todos os fenômenos políticos e sociais modernos – as anomalias econômicas, inflação monetária, a violenta destruição da riqueza pública e privada, as

4 Segundo os redatores do jornal, o Cel. Lamaison disse que isso seria regulamentado consultando os interesses da nação.

atrocidades dos governos, as usurpações dos parlamentares – são atribuídos ao nefasto regime liberal, e nesse jogo de imagens e interesses escondem uns a sua incapacidade administrativa e ocultam outros a sua irremediável inépcia psicológica. A insensatez dos adversários pessoais do sistema democrático arrasta-os ao extremo das afirmações mais atrevidas e mentirosas. (FREITAS, 24 jan. 1935, p. 1).

Assim, apesar dos redatores do jornal terem emitido duras críticas à classe burguesa, principalmente colocando-a como o agente que buscava manter a exploração proletária através do integralismo, eles não propõem a sua abolição, mas sim uma harmonia entre as classes. Esse posicionamento contrário à luta de classes também ficou exposto no artigo publicado em resposta aos integralistas que chamaram a equipe do jornal de comunista. Nesse artigo é salientada uma reclamação do diretor do periódico à luta de classes “que infelizmente, estabelece a organização proletária, por incompreensão recíproca entre empregados e patrões”. (O TRABALHO, 10 mar. 1935, p. 1).

Essas características da doutrina defendida pelos redatores do periódico talvez expliquem o fato deles se colocarem como favoráveis ao governo Vargas. De acordo com Boris Fausto, o governo getulista (1930-1945), em contraste ao descaso do Estado com os problemas da classe operária urbana na década de 1920, criou leis que protegiam os trabalhadores, como “as que regularam o trabalho das mulheres e dos menores, a concessão de férias, o limite de oito horas da jornada normal de trabalho” (FAUSTO, 1995, p. 335). No entanto, a atenção dada ao operariado foi organizada de modo a promover uma harmonia entre as classes, prova disso foi a criação, em 1932, da Junta de Conciliação e Julgamento, através da qual era possível reclamar os direitos trabalhistas. Essa junta era formada por representantes do empregador e do empregado, com a intenção de atender aos interesses de ambos os lados, apaziguando os conflitos. Isso pode ter inspirado nos redatores do periódico certa confiança em Getúlio Vargas como representante de seus interesses.

Enquanto no integralismo, segundo os redatores do jornal, a opressão e a tirania eram frutos da ação da burguesia, no caso do comunismo isso foi atribuído ao seu caráter materialista. O fato de o jornal ter se pronunciado contra o materialismo e criticado a seleção natural indica a sua adesão ao pensamento cristão da época, no entanto, não era um periódico católico. Para os redatores do jornal o clero também era materialista, o que fica claro em um artigo

publicado na contracapa de uma das edições com o título “Materialismo Religioso”, com letras grandes em negrito. No texto foi feita a seguinte crítica: “O clericalismo é o maior empresario das festas de caridade, absorve os dinheiros angariados, em benefício exclusivo das confrarias e irmandades – nega uma simples caneta ao maior analfabeto.” (ANDRADE, 13 dez. 1934, p. 6).

O jornal não defendia nenhuma religião específica. No entanto, entre 23 de dezembro até a publicação de sete de abril, manteve uma *Seção Espiritualista*. Durante esse período foram publicados dois textos fracionados, devido o espaço dessa seção ser muito pequeno, de cunho teosófico. Em um deles, os redatores explicam o Karma, que seria uma lei da natureza que responderia às boas ações das pessoas com boas energias e bons acontecimentos. No outro texto, por sua vez, foi exposto o princípio teosófico que diz que é possível o espírito sair do corpo físico conscientemente, visitar o plano onde ficam os mortos e depois retornar ao corpo sem dano algum.

Em contrapartida, na segunda página da publicação de 28 de outubro é veiculada uma nota sobre a conversão de um padre alemão ao espiritismo, relatada na revista internacional do espiritismo, onde os redatores do jornal elogiam a inteligência desse padre. Desse modo não fica muito claro se o jornal teria uma orientação espiritista ou teosófica.

No entanto, um artigo publicado em 30 de dezembro com o título *Christo Social* esclarece a relação dos redatores do jornal com o cristianismo:

A doutrina do ‘amae a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a vós mesmos’ resume perfeitamente todos os princípios do Socialismo, de que Christo foi o insigne fundador [...] A Missão do Christo, que se salienta nos Evangelhos como uma estrela de primeira grandeza que scintilla no firmamento é a reunião da família Humana pelo amor – sob a Paternidade de Deus” (O TRABALHO, 30 dez. 1934, p. 4).

Demonstrando, assim, que eles pensavam-se, enquanto socialistas de centro, como herdeiros dos ensinamentos de Cristo. Pontuar como missão de Cristo e, portanto, um desígnio do socialismo, “a reunião da família Humana pelo amor” vai de encontro ao posicionamento do jornal contrário à luta de classes e seu interesse em promover um entendimento mútuo entre patrões e empregados. E como essa missão de Cristo estaria ligada a Deus, podemos perceber que os redatores do periódico articularam, mesmo que de forma sutil, política e religião.



Fazia parte do discurso do jornal, também, a defesa das liberdades. Em um primeiro momento os redatores demonstraram isso defendendo seus inimigos ideológicos, o comunismo e o integralismo. Em 11 de novembro, foi publicada na capa a notícia de que o comunismo e o integralismo seriam combatidos pelo governo, ao que os redatores criticaram a ação relatada dizendo que se baseava “no aparelhamento (sic.) repressivo nos conceitos de ordem jurídica em que repousa fundamentalmente a democracia que no rege.” (O TRABALHO, 11 nov. 1934, p. 1). Essa notícia voltou a ser criticada na capa do jornal em 13 de janeiro, onde os redatores sugeriram: “Dê-se Liberdade e Justiça, e consequentemente apoio social ao povo brasileiro, e teremos realizada a fórmula imediata para a reorganização nacional”. (VITOR, 13 jan. 1935, p. 6).

No entanto, ao mesmo tempo em que defenderam a liberdade de expressão dos seus inimigos, construíram uma imagem deles ligadas à tirania, opressão, violência, extremismo e escravização do proletariado. Em uma ocasião, inclusive, foi feita uma associação direta entre essas duas doutrinas: “contém no programa integralista, preceitos de Lenine, como: A perda do direito individual; a propriedade restringida e o poder nas mãos de um homem.” (DOMIT, 13 dez. 1934, p. 2). Com isso, se posicionar contra essas doutrinas era, também, uma forma dos redatores defenderem a liberdade, uma vez que, de acordo com o discurso do periódico, elas a ameaçavam. Paradoxalmente, é em defesa da liberdade que os redatores passaram a clamar pela censura aos integralistas, pois eles estariam, conforme o periódico, articulando um plano para submeter o Brasil à Alemanha nazista.

Para que um grupo consiga manter a sua presença no campo das posições ideológicas, conforme Ansart, é necessário denotar a sua diferença em relação aos demais. Se for um grupo marginal, como no caso do jornal *O Trabalho*, essa distinção precisa ser realizada de forma mais enérgica, “a riqueza dos desempenhos críticos condiciona aqui a emergência de um novo lugar no subsistema.” (ANSART, 1978, p. 81).

Assim, as críticas ao integralismo e ao comunismo formaram uma das bases da identidade ideológica do jornal. Por meio delas, os redatores do periódico se afirmaram como uma terceira via, distante dessas duas ideologias por eles consideradas como extremistas. De um modo geral, enquanto o “outro” era apresentado como violento, opressor e impróspero, o socialismo de centro manifestava-se

como uma opção viável, alinhada com a harmonia e a liberdade.

Esteve presente nessas críticas um forte componente emocional, as afetividades de ódio e desprezo. Apesar de o jornal apresentar um discurso que se pretende ser racional, Marion Brepohl, ao interpretar os escritos de Ansart, afirma que não se deve dicotomizar as esferas subjetivas e objetivas, pois, segundo a psicanálise freudiana, a razão não elimina a emoção, de modo que ambas se projetam nas relações sociais (BREPOHL, [200?], p. 5). No entanto, Ansart considera interessante interpretar “as paixões não como sintoma de irracionalidade, mas como dimensões essenciais da experiência histórica.” (ANSART, 2000, p. 150).

Desse modo, o tom inflamado com o qual o jornal construiu as críticas aos seus inimigos ideológicos demonstra que houve influência da esfera sentimental na produção de seus discursos. Os afetos de ódio e desprezo ao “outro” comunista e integralista fizeram parte da sua afirmação identitária no campo das posições ideológicas, mesclando-se aos elementos racionais.

## FONTES:

O TRABALHO. Energia e Trabalho. Mafra. Ano I, n. 1, 07 de setembro de 1934, p. 01.

FATI, Aldo. O Socialismo. O Trabalho. Mafra. Ano I, n. 8, 11 de outubro de 1934, p. 04.

O TRABALHO. Os acontecimentos revoltantes, da noite do dia 2. Mafra. Ano I, n. 22, 12 de fevereiro de 1935, p. 01.

O TRABALHO. Foco comunista. Mafra. Ano I, n. 26, 10 de março de 1935, p. 01.

O TRABALHO. Extremismo. Mafra. Ano I, n. 15, 23 de dezembro de 1934, p. 05.

O TRABALHO. Comunismo evoluindo. Mafra. Ano I, n. 25, 03 de março de 1935, p. 05.

O TRABALHO. O fascismo. Mafra. Ano I, n. 11, 28 de outubro de 1934, p. 01.

NEVES. O Fascismo. O Trabalho. Mafra. Ano I, n. 14, 13 de dezembro de 1934, p. 03.

O TRABALHO. Anauê. Mafra. Ano I, n. 13, 11 de novembro de 1934, p. 01.

O TRABALHO. O integralismo visa a escravização dos proletários. Mafra. Ano I, n. 24, 24 de fevereiro de 1935, p. 01.

O TRABALHO. A opinião brasileira e o nacional socialismo. Mafra. Ano I, n. 13, 13 de dezembro de 1934, p. 1.

O TRABALHO. Em torno do fascismo. Mafra. Ano I, n. 15, 23 de dezembro de 1934, p. 05.

DOMIT. O Eu do Integralismo. O Trabalho. Mafra. Ano I, n. 14, 13 de dezembro de 1934, p. 02.

O TRABALHO. A verdade sobre a Ação Integralista Brasileira. Mafra. Ano I, n. 16, 30 de dezembro de 1934, p. 01.

O TRABALHO. A verdade sobre a Ação Integralista Brasileira. Mafra. Ano I, n. 17, 06 de janeiro de 1935, p. 01.

O TRABALHO. A verdade sobre a Ação Integralista Brasileira. Mafra. Ano I, n. 18, 13 de janeiro de 1935, p. 01.

O TRABALHO. Em contraste com a atitude consciente do estudante Delcio de Oliveira, eis como se expressou, na hora da debanda geral, um militante integralista. Mafra. Ano I, n. 13, 11 de novembro de 1934, p. 02.

O TRABALHO. Integralismo em marcha... para o ridículo. Mafra. Ano I, n. 20, 27 de janeiro de 1935, p. 02.

O TRABALHO. A cruz gamada do hitlerismo tremulando desabusadamente acima do pavilhão nacional. Mafra, 1935, p. 1.

O TRABALHO. Atacado fortemente o governo Vargas. Mafra. Ano I, n. 30, 07 de abril de 1935, p. 01.

O TRABALHO. Ação integralista. Mafra. Ano I, n. 15, 23 de dezembro de 1934, p. 11.

O TRABALHO. Integralismo. Mafra. Ano I, n. 16, 30 de dezembro de 1934, p. 03.

FREITAS. O Verbalismo Integralista. O Trabalho. Mafra. Ano I, n. 19, 24 de janeiro de 1935, p. 01.

ANDRADE. Materialismo Religioso. O Trabalho. Mafra. Ano I, n. 14, 13 de dezembro de 1934, p. 06.

O TRABALHO. Christo social. Mafra. Ano I, n. 16, 30 de dezembro de 1934, p. 04.

O TRABALHO. Comunismo e Integralismo serão combatidos. Mafra. Ano I, n. 13, 11 de novembro de 1934, p. 01.

VITOR. Repressão a que extremismo. O Trabalho. Mafra. Ano I, n. 18, 13 de janeiro de 1935, p. 06.

## REFERÊNCIAS:

ANSART, Pierre. **Ideologias, Conflito e Poder**. Tradução: Aurea Weissenberg. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1978.

ANSART, Pierre. Em defesa de uma Ciência Social das paixões políticas. In: **História: Questões e Debates**. Curitiba. v. 17. n. 33. p. 145-164. jul-dez. 2000. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/issue/view/issue/2307/394> Acesso: 15/01/2018

ARAÚJO, Nelton. **Imprensa e poder nos anos 1930: uma análise historiográfica**. [200-?]. Disponível em: [www.ufrgs.br/alcar/.../Imprensa%20e%20Poder%20nos%20anos%201930.pdf](http://www.ufrgs.br/alcar/.../Imprensa%20e%20Poder%20nos%20anos%201930.pdf) Acesso: 10/01/2018.

BEDESCHI, Giusieppe. Comunismo. In: BOBBIO, N., MATTEUCCI, N., PASQUINO. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 204 – 210.

BREPOHL, Marion. **Pierre Ansart e o lugar das paixões na política**. [200?]. Disponível em: [http://www.academia.edu/11231758/Pierre\\_Ansart\\_e\\_o\\_lugar\\_das\\_paix%C3%B5es\\_pol%C3%ADticas](http://www.academia.edu/11231758/Pierre_Ansart_e_o_lugar_das_paix%C3%B5es_pol%C3%ADticas) Acesso: 15/01/2018.

BRESCIANI, Stela; ANSART, Pierre. Apresentação. In: SEIXAS, J.; BRESCIANI, M.; BREPOHL, M. (org.). **Razão e paixão na política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

CASTRO, Ricardo. A Frente Única Antifascista (FUA) e o antifascismo no Brasil. **Topoi**, Rio de Janeiro, p. 354-388, dez, 2002. Disponível em: [http://www.revistatopoi.org/numeros\\_anteriores/topoi05/topoi5a15.pdf](http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi05/topoi5a15.pdf) Acesso: 29/05/2018.

CHASSIN, José. **O Integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade do capitalismo**. São Paulo: Editora Ad Hominem, 1999.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Editora Companhia da Letras, 1987.

HEYHOOD, Andrew. Socialismo. In.: **Ideologias políticas: do liberalismo ao fascismo**. Tradução: Janaína Marcoantonio, Mariane Janikian. 1. ed. São Paulo: Ática, 2010, p. 107-147.

LUCCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKI, Carla (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2013.

MORAES, João Quartim. A Influência do Leninismo de Stalin no Comunismo Brasileiro. In: FILHO, Daniel Aarão et al. **História do Marxismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1991.

MOTTA, Rodrigo Pato de Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo, 2013, 315 f.

OLIVEIRA, Angela Meirelles. **Palavras como balas: imprensa e intelectuais antifascistas no Cone Sul (1933-1939)**. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo, 2013, 331 f.

RÉMOND, René. **Por uma História Política**; Tradução Dora Rocha. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SACCOMANI, Edda. Fascismo. In: BOBBIO, N., MATTEUCCI, N., PASCHINI. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998, p. 466-475.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. **Inimigos imaginários, sentimentos reais: medo e paranoia no discurso anticomunista do Serviço Nacional de Informações (1970-1973)**. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. 2014. 250 f.

SILVA, Eliana; FONSECA, Alexandre. Ciência, estética e raça: observando imagens e textos no periódico *O Brasil Médico*, 1928-1945. **Hist. Ciênc. Saúde**. Manguinhos, vol. 20, supl. 1, Rio de Janeiro, nov, 2013. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/hcsm/v20s1/0104-5970-hcsm-20-s-1287.pdf](http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v20s1/0104-5970-hcsm-20-s-1287.pdf) Acesso: 01/03/2018.

SPINDEL, Arnoldo. **O que é Socialismo**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1980.

TRINDADE, Hégio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**. São Paulo: Editora Difusão Europeia do Livro, 1974.



Ateliê de História

**Palavras - chave:**

Jornal. Hospital. Discurso.  
Jornal Diário dos Campos.  
Hospital da Criança.

**Resumo:** Este artigo analisa como o jornal Diário dos campos, em sua versão online, apresentou o Hospital da Criança João Vargas de Oliveira, no período entre 2009 a 2016, em Ponta Grossa. Observou-se que o jornal possui um discurso ideológico voltado para a relação entre o Hospital e a política local vigente. Partindo de um referencial teórico baseado em trabalhos de diferentes áreas, com autores como Cirino e Tuzzo (2015), Deslandes (2004), Lopes (2014), Foucault (2008), Pinsky (2006) e Sanglard (2007), dentre outros, buscou-se compreender algumas particularidades do discurso do jornal a respeito do Hospital da Criança. A metodologia utilizada para analisar o jornal tem base no trabalho de Pinsky (2006), Da Silva e Franco (2010), de modo que o discurso se dá na leitura crítica e separação de trechos para efetuar uma comparação entre a ação do hospital e o discurso da mídia. O discurso é visto mediante a questão dos interesses envolvidos, sendo estes políticos e sociais, por vezes tendenciosos e direcionadores, de modo a captar as intenções dos escritores do jornal para com a população e a percepção desta sobre a importância do Hospital da Criança na sociedade pontagrossense.

## REPRESENTAÇÕES DO HOSPITAL DA CRIANÇA NO PORTAL ONLINE DO PERIÓDICO DIÁRIO DOS CAMPOS (2009-2016)

Tiago Faria Szczerepa <sup>1</sup>

Bruna Alves Lopes <sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

O Jornal Diário dos Campos é um dos periódicos mais populares da cidade de Ponta Grossa. Com trajetória que remonta todo o século XX, o jornal traz noticiários que informam a comunidade pontagrossense, trazendo diferentes informações ao longo das décadas. O noticiário existe desde 1907, com abrangência nos eventos decorridos na cidade de Ponta Grossa e em outras cidades dos Campos Gerais. João Antunes de Oliveira trabalhava no jornal “O Progresso”, que estava decretando, em 1907, situação de falência. Para não perder o emprego, ele junta-se a Jacob Holzmann e inicia a produção das edições.

O referido jornal mantém o nome até 1913, quando passa a se chamar “Diário dos Campos”. Já em 1939, passa a ter melhor qualidade de imagens, pois se adquire uma máquina de linotipo, significativamente moderna para o período. Esse recurso marca uma grande transformação da trajetória do jornal, que passa a levar mais qualidade para os leitores (PREFEITURA DE PONTA GROSSA, 2012).

Como portador de um discurso, o periódico é uma importante fonte histórica, conforme aponta Pinsky (2006), pois possui um teor informativo impresso que pressupõe uma narrativa de verdade. Assim, passa um tipo de confiabilidade diferenciada, pautada nas notícias e imagens. Mediante o pensamento da autora, torna-se possível vê-lo a partir de sua trajetória, com rupturas e permanências, discursos e representações. A produção de sentidos feita pelo jornal ajuda a compreender o que se julgava importante de ser noticiado na cidade de Ponta Grossa.

Ao se pensar o jornal enquanto fonte histórica verifica-se a complexidade de temáticas que podem ser trabalhadas. Entretanto, uma das questões de significativa importância são as notícias sobre saúde. Ponta Grossa possui diversas clínicas e hospitais, mas um deles tem destaque nessa pesquisa: o Hospital da Criança.

Esta casa hospitalar, que direciona seu atendimento ao público infantil, é de indescritível importância ao município devido a sua especificidade, tendo como diferencial não apenas paredes coloridas e espaços de descontração, mas diversos fatores que o tornam sobremaneira importante.

Um hospital infantil pauta suas atitudes no cuidado da criança em sua

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Licenciatura em História – modalidade a distância pela UEPG. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na disciplina de OTCC. Email: tiago\_carioca@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Orientadora. Licenciatura em História, Mestre e Doutoranda pela UEPG em Ciências Sociais Aplicadas.



totalidade, entendendo tudo a sua volta, busca conhecer o ambiente familiar, trazendo o máximo de conforto e tranquilidade, pois não basta cuidar somente da doença e sim de toda a esfera que cerca uma criança. Este estará sempre atualizado às questões relacionadas à pediatria, neste local, não apenas os médicos possuem experiência em cuidados infantis, mas todos os profissionais envolvidos na atividade, e este saber surge com os anos trabalhados e dedicados aos pequenos, havendo assim uma concentração de conhecimento. Desde uma gripe até uma doença rara, a instituição hospitalar estará preparada para atender as crianças com os profissionais específicos para tal.

Em um hospital para crianças, os equipamentos são próprios e todos calibrados para as elas, até as cadeiras são feitas para os pequenos, nada pode simplesmente ser adaptado, sendo tudo dedicado às crianças, onde estas não são prioridade, são sim as donas do local, fazendo-se necessário um ambiente de internação confortável e seguro, buscando a máxima aproximação de sua casa.

O ambiente é todo pensado para aliviar a tensão, os medos e aflições das crianças e de seus pais, bem como tudo o que norteia a vida delas, a forma com que esses pequenos enxergam o mundo e os cuidados que necessitam. Um hospital infantil tem, na medida do possível, horários diferenciados para, entre outras coisas, diminuir o impacto do desconforto do jejum, etc.

Essa especificidade toda no trato com as crianças é realmente um diferencial para uma cidade, é algo de imensurável importância social e precisa ser tratado de acordo com sua importância e responsabilidade, erros sempre estão sujeitos a acontecer em uma casa hospitalar, mas quando tudo é pensado para o atendimento de um adulto e chega uma criança, precisando assim de adaptações para a realização do atendimento a ela, a chance de algo dar errado é muito maior. Hospitais especializados no atendimento infantil possuem seus próprios protocolos e processos para refrear esse risco. Isto posto, enfatiza-se o discurso do jornal e a forma como a

notícia é escrita, como o Hospital da Criança é visto e tratado.

Além disso, cada espaço do Hospital pode ser analisado separadamente, visto que a brinquedoteca, a farmácia, as enfermarias e até mesmo áreas administrativas podem estabelecer diferentes visões do todo que é o Hospital (LOPES, 2014)<sup>3</sup>. As instalações prediais são antigas, mas receberam reformas recentes para ampliação de UTI's (DIÁRIO DOS CAMPOS, 2017).

O Hospital João Vargas de Oliveira é homenagem a um ex-prefeito da cidade. O nome "Hospital da Criança", ou "Hospitalzinho", são nomenclaturas populares dentro do cenário local e regional. Segundo Lopes (2014) o Hospital possui média de 50 consultas diárias e 37 leitos para internação. O local atende crianças nas mais diferentes necessidades, com um espaço de descontração e brincadeiras, a fim de minimizar o desgaste emocional sofrido pelos internos e acompanhantes, etc., realização de exames laboratoriais e até mesmo cirurgias.

A inauguração do Hospital, segundo Lopes (2014), se dá em 1996, e o jornal vem acompanhando os eventos decorridos no local desde então.

O que se discute aqui é a relação entre o Hospital e o discurso midiático, visto que é possível saber se havia visibilidade/invisibilidade do Hospital no discurso do jornal, ou se a presença do Hospital nas matérias está alocada em determinados períodos de tempo<sup>4</sup>. Assim, o recorte desta pesquisa será analisar o discurso do Jornal Diário dos Campos a respeito do Hospital da Criança, na cidade de Ponta Grossa, dentre 2009 e 2016.

O questionamento que norteia este estudo foi: de que maneiras o jornal apresenta o Hospital da Criança, no período entre 2009 a 2016, em Ponta Grossa?

A base para compreensão dessa problemática está nos trabalhos de Deslandes (2004), Lopes (2014), Foucault (2008), Pinsky (2006) e Sanglard (2007), dentre outros. Enquanto a primeira busca problematizar o processo de humanização do hospital, a segunda autora problematiza o Hospital da

3 A brinquedoteca, apesar de (re)construída em 2007, ajuda a representar o local não só como um espaço em que doenças são curadas, mas a partir de brincadeiras e da ludicidade. Isso também se revela mediante projetos, como a visitação de cães da Polícia Militar, dentre outras possibilidades.

4 Inicialmente, a discussão seria compreender a utilização dos cães na atividade de cinoterapia e o trabalho realizado com os cães da Polícia Militar no Hospital. Porém, não foi efetivada essa ideia e houve a necessidade de mudar o foco. O motivo da alteração foi por não haver o interesse da mídia em demonstrar o real objetivo nesta atividade, o qual é o auxílio na melhoria dos pacientes, na qualidade de vida, onde a população acaba desconhecendo o objetivo da cinoterapia. A mídia do Diário dos Campos preferiu noticiar a presença dos cães da PM como apenas um dia de festa para os pacientes, sem dar a devida atenção à importância desta atividade. Sendo assim, o trabalho social de utilização dos cães deixou de ter a real importância, sendo tratado de forma indiferente, não apenas pela mídia, mas também pela administração, por não haver um trabalho sistemático no hospital envolvendo esse tipo de atendimento.

Criança da cidade de Ponta Grossa, trazendo elementos teóricos para se compreender o espaço da brinquedoteca. Por fim, Foucault (2008) desconstrói os discursos arraigados que dizem respeito ao ambiente hospitalar, trazendo uma dimensão de poder sobre o corpo.

A midiatisação de um hospital, segundo Deslandes (2004), pode estar diretamente vinculada à forma como a sociedade vê essa instituição. O hospital pode servir para justificar o discurso político, legitimar ações de diferentes outros grupos, ou mesmo reforçar o discurso religioso, por exemplo, quando instituições promovem a própria imagem a partir de atos beneficentes, no local.

A justificativa desta pesquisa baseia-se nas ideias de Sanglard (2010). Para ela, os hospitais possuem inúmeras funcionalidades, que vão desde a filantropia até o interesse político. Nas matérias analisadas, busca-se perceber se o jornal exalta ou critica as ações desempenhadas no hospital. Dessa maneira, percebe-se que o tratamento hospitalar possui um contexto histórico e uma visão que se altera gradativamente.

Essas transformações podem estar presentes no discurso midiático, por meio das notícias veiculadas em cada momento. Assim, compreender as formas pelas quais o jornal discursa sobre o Hospital é fundamental para compreender se a intenção era elevar o discurso político, criticar o Hospital ou só trazer informações sobre o mesmo. Sanglard (2007) ainda ressalta que o pensamento médico passa por uma transformação no Brasil. Dessa maneira, os espaços de curar e cuidar dos doentes são modificados, desligando-se gradativamente do eixo religioso. Mediante o surgimento do pensamento científico, bem como sua ampliação e popularidade, a Medicina passa a ser mais institucionalizada, sem deixar de ser assistencialista.

Para Lopes (2014), o Hospital da Criança nasce dentro do Sistema Único de Saúde, recebendo fundos oriundos do Município. Assim, saber de que formas o Jornal trabalha com estes aspectos é fundamental para compreender que visão do Hospital foi construída a partir da passagem do tempo.

As fontes escolhidas para pesquisa são periódicos jornalísticos do Diário dos Campos, século XXI, especialmente entre 2009 e 2016, que circularam em Ponta Grossa para o grande público, sendo vendidas em bancas de jornais, supermercados e outros espaços. As edições também foram alocadas em livros, no Museu Campos Gerais, onde podem ser consultadas até os dias atuais. Porém, a base para

essa pesquisa encontra-se disponibilizada no Portal online, de onde foram extraídas, lidas, fichadas e analisadas 5 reportagens. O critério de escolha baseou-se na busca relacionada aos anos descritos no recorte temporal.

As fontes são jornais que podem ser encontrados no Museu Campos Gerais e que já foram catalogados. O número de notícias a respeito do Hospital é significativo (25 notícias em 7 anos), o que demonstra relativo interesse do periódico em tratar de temáticas relativas ao Hospital.

Ao todo, foram selecionadas 5 matérias online, onde objetivou-se trabalhar com estas, presentes no Jornal, nos anos referidos. A decisão de abordar tais temáticas está ligada ao fato de promoverem diferentes situações, que mostram problemas, mas também ações sociais promovidas pelo hospital.

Optou-se por analisar essas notícias presentes na internet, a partir do portal [www.diariodoscampos.com.br](http://www.diariodoscampos.com.br). A justificativa para esse uso se dá pela ampliação da influência das redes sociais no cenário local. Com o aumento no número de usuários à busca de informações na Rede, este significativo aumento dos utentes a este modo de informação, se amplia o acesso às notícias online. Estas foram salvas em arquivos off-line. As fontes são escritas, estão em perfeito estado de conservação, são acessíveis a todos os usuários e estão na web. Embora numericamente, o número de fontes para se trabalhar seja pouco, devemos olhar para o lado qualitativo e observar que são textos que alcançaram um número significativo de leitores e que ainda hoje podem ser acessados.

Na primeira, destaca-se as relações entre o poder político local e o Hospital, de modo que se pede a devolução de valores direcionados a obras no local. As duas matérias seguintes tratam de atrasos salariais a funcionários do hospital. Em seguida, trabalha-se uma matéria a respeito do atraso no pagamento dos serviços de telefonia. Por fim, analisa-se questões sociais promovidas ou ocorridas no Hospital, como a visita da Polícia Militar, com os cães, e a campanha para ampliar o banco de leite.

## ANÁLISE DAS FONTES

A análise dessas fontes foi feita a partir da metodologia apontada por Pinsky (2006). A autora salienta que é necessário colher as notícias, ler cada uma e em seguida analisar e comparar as informa-



ções discursivas. Além disso, é importante destacar se o nome do redator aparece, pois, o choque ou conluio de interesses entre a mídia e o redator aponta diferentes direções para o discurso. Por fim, coube analisar as informações coletadas, semelhantes ou diferentes, com a bibliografia escolhida. A partir disso, foi possível perceber qual o discurso do jornal.

Da Silva e Franco (2010) ressaltam que a imprensa registra de forma privilegiada os processos históricos decorrentes da contemporaneidade. O enlace entre a pesquisa histórica e o jornalismo é essencial para que o conhecimento da História da Mídia seja desenvolvido. Assim, a escolha das fontes justificou-se mediante tal importância, na medida em que a reunião e análise dos dados jornalísticos obtidos foi vista como melhor opção para o estudo presente. Além disso, as notícias não são vistas como verdade absoluta, como apontam as autoras.

Em um jornal, “o que se propõe é pensá-lo a partir de suas parcialidades, a começar pela observação do grupo que o edita, das sociabilidades que este grupo exercita nas diferentes conjunturas políticas, das intenções explícitas ou sutis em exaltar ou execrar atores políticos” (SILVA e FRANCO, 2010, p.5).

Ainda é necessário ver o jornal enquanto um todo, pois as notícias esportivas, de saúde, políticas e sociais podem ter editores diferenciados, alinhados ou não a uma política centralizadora de opinião. Dessa maneira, as notícias analisadas foram vistas de forma crítica e reflexiva, buscando um discurso coerente com a historiografia da Nova História Cultural e valorizando o jornal enquanto fonte transmissora de determinadas representações sociais, sendo para Chartier (1990), as representações sociais, formas pelas quais os sujeitos dão sentido ao seu mundo e como se apropriam de elementos externos para que tal sentido tenha uma coerência pessoal e coletiva. Assim, o jornal será analisado como portador de discursos e representações, produtos de sentidos e responsável por articular a opinião pública a seu favor. Por meio desse enlace teórico, foi possível perceber de que maneiras o jornal e o hospital dialogam e que imagem tal diálogo passa para a sociedade pontagrossense.

## UMA REFLEXÃO SOBRE O HOSPITAL E A MÍDIA IMPRESSA

A lógica do sistema hospitalar não se fecha em si mesma, mas está diretamente vinculada a outros setores da sociedade. Dessa maneira, é preciso analisar o processo histórico de caracterização do hos-

pital a partir de uma análise que incorpore outros elementos, como a mídia e sua relação com outros setores como as representações que se tem dos pacientes (ou de grupos que, por diversas razões, estão internados) e com discussões políticas, por exemplo.

Ao que diz respeito ao hospital é uma instituição, sendo cada relação que está contida nele é particular quando comparada com outras. Além disso, o hospital se caracteriza não apenas como uma instituição voltada para curar, quando possível, mas também como um espaço de estudo, de poder, com hierarquias bem definidas.

Para Lopes (2014), o hospital já foi visto como um espaço de caridade, de cura, de encontros, de rupturas e permanências. A autora ainda cita que até mesmo a estrutura predial passou por alterações, assim como se adquire um sentido mais humanístico, menos espiritual, onde a visão racional-científica desumanizou o atendimento e retirou o brincar dos espaços de cura. Todas essas alterações ocorrem em um grande período de tempo, que vai desde o Medieval até os dias atuais. Se a periodicidade é longa, os papéis do hospital, em cada tempo, também são diversificados. No que tange ao Hospital Infantil, Lopes (2014) destaca que sua fundação está ligada a uma diferenciação do Hospital para adultos, visto que se criou uma necessidade de ter atendimento especializado para as crianças.

O Hospital Infantil pode diferir da lógica hospitalar geral, por conta do discurso que é colocado sobre as crianças. Brites (1999) aponta que o conceito de infância é ressignificado no decorrer do tempo, sendo que é construído um perfil de criança “saudável”, de modo que tudo o que se afasta desse perfil pode ganhar espaço dentro da instituição.

Nem tudo o que ocorre no Hospital é relevante para o discurso midiático. Isso porque o hospital possui eventos que não trazem interesse jornalístico e, por esse motivo, não são evidenciados pela imprensa. Dessa forma, é possível que o discurso do jornal dê maior atenção para alguns casos do Hospital da Criança, trazendo visibilidade seletiva. Como exemplo, é possível citar que os contatos das crianças com os cães da polícia militar podem gerar mais interesse da mídia por ser um evento diferenciado.

Aliás, o contato entre os cães e as crianças mantém a ideia de que, mesmo no hospital, a criança pode brincar e ter momentos de prazer, o que está de acordo com a imagem da infância enquanto um momento de brincar e de felicidade. Por outro lado,

eventos cotidianos ocorridos no Hospital já não possuem tanta atenção da mídia.

Sobre isso, Pinsky (2006) ainda salienta que a fonte jornalística impressa pode ser interpretada de forma diferenciada por cada leitor, de maneira que estes podem refletir a opinião do jornal de forma escrita ou verbalizada, na socialização com outros indivíduos do mesmo grupo social.

A partir da fala da autora, entende-se que o discurso do jornal sobre o Hospital pode deslocar a opinião pública para a humanização ou para a crítica na qual a humanização é o ponto de chegada. Em ambos os casos, vale olhar para o discurso que se faz do Hospital, visando compreender qual sua intencionalidade.

Para Cirino e Tuzzo (2015), a elaboração de um discurso sobre a saúde pública passa, necessariamente, pelo olhar da mídia, que pode representar o local a partir de seus próprios interesses. Assim, entender cada posicionamento é essencial para se verificar se há demonstração de poder simbólico ou quais são os interesses envolvidos na lógica do discurso.

Os autores salientam que há estreita relação entre a saúde pública e a cidadania, de modo que o hospital é um dos espaços onde a discussão toma corpo, visto que a forma como um determinado paciente é tratado pode repercutir positivamente ou negativamente perante a mídia, que moldará a opinião pública a partir do texto publicado.

Cirino e Tuzzo (2015) ainda arguem que o discurso jornalístico se veste com uma roupagem de isenção, mas que tal caracterização é falsa, visto que há inúmeros interesses envolvidos. Thompson (2011) enfatiza que as mensagens da mídia modificam o comportamento social, de modo que boa parte da sociedade acaba por apropriar-se de tudo o que a mídia produz. Ao interiorizar essas ideias, os sujeitos representam sua existência e direcionam suas discussões cotidianas para o conteúdo apresentado pela mídia.

Trazendo para a realidade do jornal Diário dos Campos, revela-se não haver isenção do jornal quanto a quaisquer discursos publicados, visto que tal ato é de difícil execução. Aliás, a prática discursiva do Jornal Diário dos Campos inscreve-se tanto nos argumentos tratados por Cirino e Tuzzo (2015) quanto nos de Thompson (2011), visto que a forma como o Hospital da Criança é representado pode inferir diretamente na visão do espaço pela população da cidade.

Também é importante destacar que o discurso do jornal não parte somente do jornalista que o escreve, mas é orientado hierarquicamente. Assim, o próprio jornalista pode ser um proletário movido pelo interesse da empresa jornalística. O jornal deve ser analisado também a partir do seu contexto histórico, o que, nesse caso, recorta-se entre os anos de 2009 e 2016. Assim, cabe compreender como encontrava-se o contexto nacional e local nessa época.

## **O HOSPITAL E A POLÍTICA AOS OLHOS DO DIÁRIO DOS CAMPOS**

No ano de 2009, o cenário nacional apontava mudanças no plano político e econômico. Para Mantega (2009), havia a necessidade de ampliação da participação do Brasil no cenário mundial. O governo Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT), a partir dos avanços sociais e alta aprovação nacional, concluiu o segundo mandato (MANTEGA, 2009). A crise econômica de 2008 não havia afetado significativamente o país e os investimentos na indústria, agricultura e geração de empregos ainda se mantinham, mesmo que não houvesse a mesma força de anos anteriores (MANTEGA, 2009). A nível local, o prefeito era Pedro Wosgrau Filho, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que já estava em seu segundo mandato.

Pedro Wosgrau Filho foi prefeito de Ponta Grossa por três mandatos, entre 1989 e 1992, 2005 e 2008, 2009 e 2012. Formado em Engenharia Civil, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, esteve ligado ao PSDB em todos os mandatos.

Nos anos seguintes, o Brasil passou por mudanças significativas no cenário político e econômico, das quais cita-se a chegada de Dilma Rousseff, do PT, à presidência, a crise internacional que afeta o Brasil, o impeachment e a colocação de Michel Temer no cargo. No cenário ponta-grossense, Pedro Wosgrau Filho dá lugar ao ex-radialista Marcelo Rangel, vinculado ao Partido Popular Socialista (PPS). As notícias veiculadas possuem relação direta com o cenário político que envolve a cidade de Ponta Grossa/PR, bem como o contexto nacional.

Ao que se refere as notícias produzidas em relação ao Hospital da Criança, o teor das citações é de culpabilização do outro perante a mídia jornalística, visto que a matéria seria publicada para potenciais eleitores. Assim, enquanto o ex-prefeito Péricles, do PT, era responsabilizado pela pausa nas reformas do Hospital, Wosgrau, do PSDB, teria de devolver

R\$ 2.175.572,80 ao município por problemas com atrasos de obra.

Na prática, o jornal condenava Péricles pela pausa nas obras, o que causava prejuízos para as crianças que procurassem o Hospital, que poderiam ficar sem leitos. Além disso, Wosgrau e Péricles representam lados opostos na política local, o que implica em ganhar ou perder votos.

No que se refere ao ex-prefeito Péricles de Holleben Mello, as acusações do jornal referem-se ao atraso nas reformas. O prefeito, que estava filiado ao PT, estava sendo acusado de ser conivente com o não atendimento de crianças, por não haver leitos disponíveis no local. Como o Hospital aumentou a demanda de pacientes, havia pressão populacional para que os espaços construídos pudessem ser utilizados brevemente. Entretanto, a demora fez com que a matéria surgisse, o que apressou a conclusão do caso.

Quanto a Wosgrau Filho, o prefeito do PSDB teria de devolver recursos referentes a um desvio de finalidade (GAZETA DO POVO, 2013). Nesse caso, o dinheiro que deveria ser destinado para unidades básicas de saúde foi utilizado para reformas no Hospital da Criança. Além disso, o prefeito Wosgrau também teria de devolver recursos do Hospital da Criança, que haviam sido destinados para atender as carências do Hospital Amadeu Puppi.

Na notícia, consta-se o seguinte:

O ex-prefeito de Ponta Grossa Péricles de Holleben Mello (gestão 2001-2004) obteve abatimento de R\$ 330.170,19 no valor “a ser restituído à Secretaria de Estado da Saúde por falhas na execução de convênio entre a prefeitura e a pasta estadual [...]”. Ao também ex-prefeito Pedro Wosgrau Filho – sucessor de Péricles, que governou Ponta Grossa nas gestões 2005-2008 e 2009-2012 – restou o pagamento de R\$ 2.175.572,80, também solidariamente com o município [...]. No entendimento do relator, ficou evidente a responsabilidade do ex-prefeito Péricles de Mello pela interrupção das obras no Hospital João Vargas de Oliveira e no Hospital Regional de Ponta Grossa. Segundo escreveu o conselheiro Nestor Baptista, passados quase 13 anos desde a assinatura do convênio, o órgão repassador dos recursos “não atestou se elas aconteceram de forma regular” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 2017).

No ano de 2016, o jornal noticiou que os prefeitos Péricles e Wosgrau teriam de devolver mais de R\$4.000.000,00 para a Secretaria de Estado da Educação, dinheiro relacionado ao convênio feito entre a prefeitura da cidade de Ponta Grossa e o Estado. Deste valor, Péricles deveria devolver R\$1.220.241,73, e Wosgrau deveria pagar o valor

de R\$2.175.572,80. A meta do convênio era ampliar o espaço do Hospital Infantil João Vargas de Oliveira e o Hospital Regional.

O jornal declara ainda que o prefeito Péricles Mello teve valor reduzido em R\$330.170,19. Entretanto, o ex-prefeito perdeu a causa e o valor teve de ser pago. O jornal segue declarando que as obras no Hospital foram paralisadas em 2004. O detalhamento das informações é significativo, mas destaca-se que o jornal buscou dar ênfase para a administração de Péricles de Mello, visto que há uma seção separada para informar o leitor a respeito de sua administração. Mesmo que o valor devido por Wosgrau seja significativa maior, o ex-prefeito do PSDB só é citado no início da matéria.

Sobre isso, Pinto (2006) salienta que o jornal é portador de um discurso político capaz de marginalizar ou heroicizar sujeitos, práticas e instituições. Nesse caso, a escassa citação do prefeito Wosgrau Filho mostra que o jornal não possuía, ou desejava, informar detalhes da dívida do prefeito com a Secretaria de Saúde.

Sobre o Hospital, percebe-se ainda que há intenção de colocar o espaço como vítima dos desdobramentos econômicos ocorridos na administração do governo petista. Ao exaltar os Hospitais como principais vítimas do não pagamento do convênio e salientar a dívida de Péricles Mello, o jornal Diário dos Campos passa a construir um discurso de cobrança ao governo petista. Como se trata de um hospital voltado para o atendimento ao público infantil essa “demonização” de um político em relação ao outro é dupla: o descaso não seria apenas com os doentes, grupo marginalizado e vulnerável, mas com a criança doente; em outras palavras, há uma carga negativa maior por unir duas representações de sujeitos vulnerabilizados.

Assim, Pinto (2006) aponta que o discurso político é seletivo, da mesma forma que o discurso midiático. Aliás, em diferentes aspectos tais discursos se assemelham, visto que há interesse mútuo em alongar relações benéficas a ambos. Portanto, mesmo que a notícia acima não tenha relação direta com o Hospital, o espaço é utilizado como principal prejudicado da administração de Péricles Mello, o que não ocorre da mesma maneira com Wosgrau Filho.

Outro ponto de interessante abordagem refere-se aos atrasos salariais dos médicos que trabalham no Hospital da Criança. São 2 matérias somente no recorte temporal selecionado. Em uma das notícias, datada de 29/09/2015 (Disponível em: <https://www.uepg.br/portal/ver-noticia.php?id=123456789>).

diariodoscambos.com.br/noticia/medicos-de-pg-ameacam-greve-por-atraso-nos-salarios Acesso em 15/12/2017), o jornal Diário dos Campos aponta que o pagamento dos médicos se encontrava em atraso desde julho e ameaçavam parar suas atividades laborais. Na outra, de 02/11/2011, o SindSaúde ressalta o indicativo de greve para médicos e enfermeiros (disponível em: <https://www.diariodoscambos.com.br/noticia/sindicato-prepara-mobilizacao-na-saude> Acesso em 20/02/2018).

A notícia ainda veicula que entre 50 e 60 médicos iriam paralisar suas atividades se os salários não fossem regularizados. Vale lembrar que a situação descrita na notícia não é exclusividade do Hospital da Criança, mas também das UPAS (Unidades de Pronto Atendimento).

Mais uma vez, o Hospital da Criança é visto como vítima, mas não há divulgação de negociações com o governo ou mesmo os motivos de atraso salarial. A gestão municipal, em 2015, foi feita pelo prefeito Marcelo Rangel, eleito pelo PPS. Assim, percebe-se que há vitimação da instituição hospitalar em diversas matérias, de modo a fazer com que o leitor se sensibilize com a situação vivenciada por esta. A questão de recursos não é exclusividade da reivindicação salarial.

Em 2014, o Diário dos Campos noticiou que o serviço de telefonia do Hospital havia sido cortado por falta de pagamento (disponível em: <https://www.diariodoscambos.com.br/noticia/hospital-da-crianca-tem-servico-de-telefonia-interrompido> Acesso em 15/12/2017). Tal denúncia fora feita pelo então vereador Aliel Machado, Partido Comunista do Brasil (PCdoB). O vereador contou ao jornalista do periódico que esteve na madrugada anterior no local e comprovou a situação. Vale lembrar que, se na anterior não fica tão explícita as disputas políticas, fica claro a nessa matéria as questões políticas mais afloradas, tendo em vista que Aliel Machado era líder da oposição do governo Rangel. Mais uma vez, o Hospital passa a ser terreno de disputas políticas intensas, o que ajuda a compreender a complexidade das relações humanas dentro do hospital, e tendo este como objeto de análise.

O jornal ainda afirma que na mesma noite uma criança de dois anos de idade necessitou de um procedimento emergencial, com necessidade de uso do aparelho de ultrassonografia. Como o hospital não possui tal equipamento foi preciso realizar a transferência, visto que os médicos não possuíam sistema de telefonia para comunicar outros hospitais da situação. Sendo assim, verifica-se que o hospital é nova-

mente colocado como um espaço com problemas e sem atenção governamental.

O vereador e presidente da Câmara de Vereadores de Ponta Grossa, Aliel Machado (PCdoB), disse ontem durante a sessão “que os telefones do Hospital da Criança Prefeito João Vargas de Oliveira foram ‘cortados’. Segundo ele, o motivo pode ter sido falta de pagamento. Na ocasião, o parlamentar disse que foi chamado na madrugada (por volta das três horas) de quarta-feira no hospital e que ao chegar no local foi informado pelo médico que não tinham como contatar outros hospitais da cidade “O desespero maior foi quando uma criança de dois anos com suspeita de entorse intestinal precisava realizar uma ultrassonografia, mas como o hospital não possui o aparelho, precisaria transferi-la para outro local”. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 2014).

Para Marques (2001), a mídia se objetiva em melhorar o aspecto comunicacional a cada dia. O autor analisa o contexto da violência para mostrar o quanto os periódicos jornalísticos enfatizam uma visão diferenciada de cada crime. No caso do Hospital da Criança, percebe-se exercício semelhante, pois nas notícias evidenciadas até o momento percebe-se claramente que o Hospital é o espaço prejudicado, sendo outros agente e situações responsabilizados pelo que ocorre dentro dos hospitais.

Na notícia que relata as questões salariais, por exemplo, não se ressalta os motivos para ocorrência do atraso salarial, mas o fato isolado. Dessa maneira, o jornal isenta-se de revelar aspectos políticos que poderiam contrariar a orientação do discurso.

Isso não significa que o hospital não seja visto como espaço que necessita de melhorias, mas que o jornal busca transformar a problemática em uma informação descontextualizada do cenário político e econômico local. O autor aponta que “Costuma-se dizer que não é preciso atirar pedras para se atingir certos grupos e/ou pessoas, basta erguê-las de forma a dificultar ou impedir a sua movimentação” (MARQUES, 2001, p.40).

No que se refere ao discurso jornalístico, a citação mostra que o periódico jornalístico possui função de escolher a quem erguer e a quem rebaixar, de modo que há consciência dos dirigentes de que o material ajuda a moldar os debates e a opinião pública sobre um determinado assunto. Para o autor, a população leitora de jornais impressos é, em geral, mais letrada e de maior poder econômico. Entretanto, no que se trata a esta pesquisa, discorda-se do autor, visto que a notícia online é acessível a um grupo maior de pessoas, principalmente por conta da popularização das redes sociais.

Para Marques (2001), é necessário desconstruir



essas relações de classe instituídas pelo discurso jornalístico atual, visto que a recepção da notícia não se configura da mesma maneira no decorrer de um processo histórico longo. Assim, a ideia do jornal Diário dos Campos parece acentuar o hospital como um espaço que sofre pela escassez de recursos, mas cujos responsáveis são ora divulgados, ora preservados.

Segundo Lopes (2014), o Hospital da Criança correu o risco de fechar, na gestão de Pedro Wosgrau Filho. “A possibilidade de fechamento desse hospital, que atende Ponta Grossa e região, causou grande mal-estar, pois com o fechamento do Pronto-socorro havia aumentado a procura pelo Hospital da criança” (LOPES, 2014, p.86).

A escassez de investimentos e recursos fez com que a situação ficasse delicada, em 2007. Aliás, perante grande parte da opinião pública, o então prefeito havia comprometido a eficácia do hospital, mas a oposição se utilizou dessa situação para alavancar potencial eleitoreiro. O candidato a prefeito Marcelo Rangel lançou campanha defendendo o Hospital e prometendo investimentos.

Aliás, depois de eleito prefeito, Marcelo Rangel foi também acusado de descaso em relação ao hospital. Em matéria publicada em 28/07/2016 (Disponível em: <https://marelimartins.com.br/2016/07/28/a-saude-esta-um-caos-e-o-prefeito-tem-que-ser-responsabilizado-por-isso-diz-o-vereador-laroca/> Acesso em 08/03/2018), evidencia-se os atrasos em repasses de verbas e a falta de medicamentos, além da escassez de profissionais qualificados para diversas áreas. A partir dessas informações, percebe-se que as notícias da possível eminência de fechamento fizeram com que a opinião pública se voltasse contra a gestão de Wosgrau Filho.

Ainda assim, vale lembrar que o Hospital da Criança é periodicamente um palco para disputas políticas. Nem sempre a preocupação do discurso político está com o Hospital e suas atividades, mas com a popularidade e os votos que se poderia gerar com promessas de melhoria da saúde. Assim, o Hospital pode ser apenas um meio de heroizar, ou condenar, pessoas, partidos e instituições.

Lopes (2014) cita que profissionais da limpeza estiveram em dificuldades salariais, não recebendo apoio de setores políticos. Entretanto, em promessas políticas, o discurso de valorização ganha apelo popular e pode angariar votos.

## O HOSPITAL E AS AÇÕES SOCIAIS AOS OLHOS DO DIÁRIO DOS CAMPOS

Outra tipologia de noticiário bastante evidenciada no Portal Diário dos Campos refere-se a algumas atividades decorridas no Hospital da Criança.

A tarde de terça-feira foi diferente no Hospital da Criança de Ponta Grossa. O Choque K-9, da Polícia Militar, fez uma apresentação para crianças, acompanhantes e funcionários do local. Doze meninos e meninas em tratamento assistiram às “apresentações de dois cães e de um filhote, no qual puderam passar a mão e tirar fotografias. É a primeira vez que os “cachorros da PM entraram no Hospital da Criança. Os policiais levaram Kira, da raça Pastor Alemão, e um filhote da “mesma raça, denominado Lobo, e a Bola, uma simpática Labrador. As crianças observaram atentas à reação de Kira aos comandos “do policial e se divertiram com Bola, cão farejador de drogas (DIÁRIO DOS CAMPOS, 2015).

No dia vinte oito de julho de dois mil e quinze, alguns policiais militares do Estado do Paraná promoveram uma ação solidária, que contou com o setor de canil. Os policiais levaram alguns cães até o Hospital e fizeram demonstrações de habilidades com os animais. As crianças internadas em quartos e enfermarias comuns foram levadas até o pátio do hospital para terem um momento de diversão. O jornal discursou sobre o fato de forma positiva, elogiando a polícia militar pela atitude proferida.

No que se refere ao uso hospitalar, os autores apontam que:

A Terapia Assistida por Animais vem sendo utilizada em várias áreas da saúde com resultados animadores, tanto em crianças como idosos, portadores de deficiências e doenças crônicas, com melhora cognitiva, da funcionalidade, da mobilidade e no autocuidado, aumentando a sensibilidade e atenção e diminuindo os níveis de dor 2,3,4. A equipe profissional, preocupada com o cuidado humanizado, busca estratégias que tragam aos pacientes esperança, amor e alegria, ainda que seja por um breve momento, contribuindo no enfrentamento das intervenções necessárias que podem durar dias ou até mesmo meses de internação. (BATISTA et. al., 2014, p.2).

Dessa forma, percebe-se que o cão pode auxiliar na melhoria da condição de saúde, desde que inserido de forma técnica e responsável, como uma distração, diversão, entre outros, para quem está hospitalizado. No discurso do jornal, percebe-se concordância com os pressupostos trazidos pelos autores, já que o Diário dos Campos se atenta para mostrar os benefícios da experiência vivenciada pelos pacientes do hospital da criança e promovidas pela Polícia Militar.

Além disso, outras ações cidadãs desenvolvidas pelo Hospital são apresentadas pelo jornal, de modo a acentuar o papel do local em não só evidenciar o cuidado com a saúde, mas promover qualidade de vida para os pacientes, segundo a mídia pontagrossense do Diário.

Uma destas ações é a campanha pela doação de leite materno. Por ser um hospital infantil, as notícias do Diário dos Campos buscam informar a população para que haja mais doadoras e, consecutivamente, possam ser minimizados os problemas de crianças que não contam com esse recurso por diferentes motivos.

Em nove de abril de 2015, o jornal noticiou que o Hospital João Vargas de Oliveira estava promovendo a campanha para o banco de leite, informando telefone para contato, endereço e informações pertinentes para quem desejasse fazer a doação. Nesse sentido, Thompson (2011) declara que o jornal também pode ser um veículo para informação de benefício coletivo ou de auxílio dos mais necessitados.

Para Correa (1998), o jornalismo pode servir como meio de promover a indústria cultural e a cultura de massa, mas pode também ser efetivo na integração social. Para ele, os jornais buscam lucro e ampliação do número de leitores, mas também se preocupam com questões de ordem social, na medida em que estas preenchem a pauta diária ou semanal de notícias. Em sua compreensão, “será sempre através da consciência crítica e deontológica que passam as condições necessárias para que o jornalismo não passe cada vez mais ao lado do exercício da cidadania” (CORREA, 1998, p.93).

Dessa forma, por mais que um dos papéis centrais do jornalismo esteja na apresentação da verdade e no apreço pela cidadania, é preciso relativizar ambos os pontos, visto que os interesses nem sempre permitem um exercício efetivo de ambos.

Através das notícias veiculadas acima, enfatiza-se que o Diário dos Campos, sendo um periódico regional, ingressa em uma condição de comunicação social para um determinado grupo, menor do que outras mídias regionais, estaduais ou nacionais. Sendo assim, um projeto regionalizador pode estar implícito nas notícias relacionadas ao hospital da criança, já que se verifica a inserção de um discurso político, econômico e cidadão, dentro do espaço do hospital. Isso também ajuda a compreender o hospital em sua complexidade, visto que não há só camas, corredores, medicamentos e olhares para

a saúde. O Hospital também pode ser um espaço para se evidenciar a política, promover campanhas e enfatizar situações de lazer, como foi o caso da visita dos policiais.

Além disso, o Hospital da Criança é um espaço de exames, diagnósticos e experiências que envolve conhecimentos médicos, sociais e políticos. Um espaço onde o paciente está vulnerável e deixa outro profissional tratar do seu corpo físico. Como detentora de um saber que julga ser verdadeiro, a mídia jornalística atenta para esses aspectos, de modo a divulgar o que ocorre dentro do espaço hospitalar, seus conflitos, projetos e cotidiano.

Correa (2005) concorda com a multiplicidade discursiva do jornal, corroborando que o jornalismo possui uma forma peculiar de controle social, visto que traz a ilusão de que o sujeito está sendo informado com a verdade de um fato, e não com uma versão da narrativa em questão. A novidade é assegurada a manutenção da regularidade.

O autor aponta que esse discurso polimorfo do jornalismo possui uma funcionalidade. O autor complementa que:

Talvez, a força do jornalismo nas sociedades marcadas pela contingência diga respeito à sua capacidade de criar um espaço de diálogo comum – um espaço de visibilidade mediática – que permita a transição entre realidades múltiplas, estabelecendo pontes entre o cidadão comum e outras províncias de significado que exigem um grau de perícia, de capacidade crítica ou esforço imaginativo que ultrapassem o pragmatismo da atitude natural. (CORREA, 2005, p.140).

Nesse sentido, é possível afirmar que em alguns momentos o Diário dos Campos pode ter estabelecido um diálogo com a sociedade civil e, nessa intenção de informar, acabou colocando suas ideologias particulares. A alteração discursiva busca aparelhar-se com o leitor, de modo que a vendagem de edições passa a ser mais importante do que a informação em si. Além disso, o Diário dos Campos é um periódico antigo, o que permite estabelecer uma linha mais tênue entre a notícia e o leitor, formando uma opinião coletiva embasada no interesse particular.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma análise histórica pautada nos autores citados, aborda-se que o hospital e o jornal possuem interesses diferenciados que podem ser agrupados em um único discurso. Das notícias apreoadas pelo



jornal Diário dos Campos, percebeu-se que o periódico visa relacionar a administração municipal à situação do hospital, dando ênfase nas notícias relacionadas ao prefeito Péricles Mello e minimizando a situação de Pedro Wosgrau Filho. Também se verificou que a cidadania e os projetos sociais chegam até o local, ainda que de formas não-lineares.

Assim, o trabalho alcançou seus objetivos, na medida em que se percebeu o Diário dos Campos como um periódico interessado em formar opinião, propagar ideologias particulares, e não meramente citar notícias. Além disso, algumas matérias citadas aqui demonstraram a preocupação do jornal em divulgar os projetos promovidos pelo Hospital da Criança, assim como ressaltar a atenção social que a instituição dá a seus pacientes.

A análise das fontes online mostrou-se capaz de estabelecer um discurso representativo tão enfático quanto a fonte escrita, além de apresentar em seu formato uma interface mais facilitada para a publicidade. Dessa maneira, o jornal moderniza-se, amplia-se para diferentes classes sociais, mas ainda se mantém atrelado a uma ideologia própria, que se aparelha ao que o Hospital vem fazendo. Nesse sentido, o jornal Diário dos Campos permite ao hospital falar apenas para promover campanhas, mas representa o local como um espaço que precisa ser constantemente ajudado.

Ainda se cita que o trabalho não se encontra encerrado, pois o campo é vasto e necessita ser aprimorado. Dessa forma, espera-se que outros pesquisadores venham a debruçar-se sobre as questões relacionadas ao Hospital da Criança, visando questionar, arguir ou confirmar o discurso do jornal.

## REFERÊNCIAS

BATISTA, Maria Beatriz de Souza et al. Terapia Assistida por Animais: Estratégia para Humanização do Ambiente Hospitalar. **Blucher Medical Proceedings**, v. 1, n. 2, p. 172-172, 2014.

BRITES, Olga. **Imagens da infância: São Paulo e Rio de Janeiro, 1930 a 1950**. 1999. 284 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

CHARTIER, Roger; CULTURAL, A. História. Entre práticas e representações. **Lisboa: Difel**, 1990.

CIRINO, José Antônio Ferreira; TUZZO, Simone Antoniacci. Antropomorfização, institucionalização e heroificação: a mudança de enquadramento e abordagem jornalística sobre um hospital estadual de Goiás. **Comunicação, cidadania e cultura**, 2015.

CORREIA, João Carlos. A representação jornalística da doença: mecanismo de controle social e espaço de mediação entre a ciência e a vida quotidiana. **SOPCOM: Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação**, p. 1182-1190, 2005.

CORREIA, João Carlos. Jornalismo regional e cidadania. **Biblioteca On Line de Ciência da Comunicação**. [acessado em 10/08/2004]. Disponível em [www.bocc.ubi.pt](http://www.bocc.ubi.pt), 1998.

DESLANDES, Suely Ferreira et al. **Análise do discurso oficial sobre a humanização da assistência hospitalar**. 2004.

DIÁRIO DOS CAMPOS. Disponível em: <<https://www.diariodoscamos.com.br/noticia/caes-da-pm-mudam-rotina-no-hospital-da-crianca>>. **Cães da PM Mudam Rotina no Hospital da Criança**, 28 de julho de 2015. Acesso em: 14 dez. 17.

DIÁRIO DOS CAMPOS. Disponível em: <<https://www.diariodoscamos.com.br/noticia/hospital-da-crianca-tem-servico-de-telefonica-interrompido>>. **Hospital da Criança tem Serviço de Telefonia Interrompido**, 20 de novembro de 2014. Acesso em: 15 dez. 17.

DIÁRIO DOS CAMPOS. Disponível em: <<https://www.diariodoscamos.com.br/noticia/hospital-da-crianca-tem-servico-de-telefonica-interrompido>>.

[www.diariodoscamos.com.br/noticia/medicos-de-pg-ameacam-greve-por-atraso-nos-salarios](http://www.diariodoscamos.com.br/noticia/medicos-de-pg-ameacam-greve-por-atraso-nos-salarios)>. **Médicos de PG Ameaçam Greve por Atraso nos Salários. Médicos dos hospitais municipais estão com pagamento atrasado desde julho e cogitam paralisar atividades a partir desta semana, caso não recebam**, 29 de setembro de 2015. Acesso em: 15 dez. 17.

DIÁRIO DOS CAMPOS. Disponível em: <<https://www.diariodoscamos.com.br/noticia/pericles-e-wosgrau-terao-que-devolver-dinheiro-de-convenio>>. **Péricles e Wosgrau Terão que Devolver Dinheiro de Convênio**, 25 de julho de 2017. Acesso em: 15 dez. 17.

DIÁRIO DOS CAMPOS. Disponível em: <<https://www.diariodoscamos.com.br/noticia/rangel-visita-hospital-da-crianca-para-avaliacao-de-estruturas>>. **Rangel Visita Hospital da Criança para Avaliação de Estruturas**, 16 de fevereiro de 2017. Acesso em: 07 mar. 18.

DIÁRIO DOS CAMPOS. Disponível em: <<https://www.diariodoscamos.com.br/noticia/sindicato-prepara-mobilizacao-na-saude>>. **Sindicato Prepara Mobilização na Saúde**, 02 de novembro de 2011. Acesso em: 20 fev. 18.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da Clínica**. trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GAZETA DO POVO. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/pf-indicia-ex-prefeito-de-ponta-grossa-e-mais-oito-es57t5jg-cxzcwvy8lw5hqe2>>. **PF Indicia ex-prefeito de Ponta Grossa e mais Oito**, 11 de junho de 2013. Acesso em: 09 mar. 18.

LOPES, Bruna Alves. **UM ESPAÇO DE BRINCAR: O cotidiano numa brinquedoteca hospitalar**. 2014. 153 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Direito e Cidadania) - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, Ponta Grossa, 2014.  
MANTEGA, Guido. **Economia Brasileira. São Paulo-Rio de Janeiro**, 2009.

MARELI MARTINS – JORNALISMO POLÍTICO. Disponível em: <<https://marelimartins.com.br/2016/07/28/a-saude-esta-um-caos-e-o-prefeito>

[-tem-que-ser-responsabilizado-por-isso-diz-o-vereador-laroca/](https://marelimartins.com.br/2016/07/28/a-saude-esta-um-caos-e-o-prefeito)>. **“A Saúde Está um Caos e o Prefeito Tem que ser Responsabilizado por isso”**, diz o vereador laroca, 28 de julho de 2016. Acesso em: 08 mar. 18.

MARQUES, Carlos Alberto. **Mídia e deficiência: a violência estampada nas páginas dos jornais. Lumina**, v. 4, n. 2, p. 215-231, 2001.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. Editora Contexto, 2006.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Elementos para uma análise de discurso político. Barbarói**, n. 24, p. 78, 2006.

PREFEITURA DE PONTA GROSSA. Casa da Memória. Disponível em: <<http://www.pontagrossa.pr.gov.br/node/13207>>. **O PROGRESSO (1907 a 1912) e DIÁRIO DOS CAMPOS (a partir 1913)**. Publicado por casa-da-memoria, 23 de outubro de 2012. Acesso em: 09 mar. 18.  
REGO, Sérgio de Almeida. **A medicalização do hospital no Brasil: notas de estudo**. Rev. méd. Minas Gerais, v. 3, n. 1, p. 54-7, 1993.

RIBEIRO, Herval Pina. **O hospital: história e crise**. In: *O hospital: história e crise*. Cortez, 1993.

SANGLARD, Gisele. **A construção dos espaços de cura no Brasil: entre a caridade e a medicalização**. Esboços-Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, v. 13, n. 16, p. 11-33, 2007.

SANGLARD, Gisele. **Laços de sociabilidade, filantropia e o Hospital do Câncer do Rio de Janeiro (1922-1936). História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 17, n. 1, 2010.

SILVA, Márcia Pereira; FRANCO, Gilmar Yoshihara. **Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 4, n. 8, 2010.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Editora Vozes Limitada, 2011.



Veridiane Colman Guerlinguer <sup>1</sup>

Francieli Lunelli Santos <sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

A sociedade é constituída por um conjunto de pessoas que se organizam seguindo determinadas regras e conceitos, apresentam características diferentes entre si e estão inseridas nas diversas camadas sociais que a formam. As pessoas com deficiência também fazem parte desse conjunto, embora tenham sido tratadas de maneira excludente durante muito tempo, atravessando situações de abandono à própria sorte, segregação e confinamento. Atendendo ao direito à educação que deve ser oferecido a todo cidadão, a APAE surgiu como uma proposta de educação diferenciada daquela ofertada em instituições escolares regulares, com objetivo de atender às demandas educativas e de formação profissional das pessoas com deficiências.

Nessa perspectiva este artigo pretende conhecer um pouco mais sobre a história das APAEs, no caso dessa pesquisa a APAE de Ipiranga, entre os anos de 1989 a 2001, procurando perceber os benefícios da escola para o município, bem como as dificuldades e obstáculos encontrados nos seus primeiros anos de funcionamento. Atualmente, segundo informações da escola, a instituição atende 103 alunos e conta com uma equipe composta por 45 pessoas que ocupam os seguintes cargos: diretor, diretor-auxiliar, pedagogo, professor, secretária, auxiliar administrativo, agente de apoio, instrutor, psicólogo, fonoaudiólogo, terapeuta educacional, assistente social, fisioterapeuta e neuropediatra.

Nesse estudo trabalhou-se com diferentes fontes que, de acordo com Silva et al (2010) são pistas que podem ser entendidas através de linguagens escrita, imagens paradas ou em movimento, objetos, depoimentos, edificações, etc. A crítica a essas fontes, considerando o devido embasamento teórico e metodológico, é necessária para que o historiador construa sua narrativa.

Sendo assim para este estudo foram utilizadas metodologias diferentes, tendo em vista a especificidade de cada uma das fontes selecionadas. O livro ata da instituição, dentro do período do recorte temporal (1989-2001) foi analisado seguindo os escritos de Cardoso e Vainfas (1997), quando observam que o texto escrito deve ser analisado considerando o contexto em que foi produzido e a ligação entre o fato descrito com quem o produziu.

As fotografias de momentos importantes da escola (inauguração, cons-

**Palavras - chave:**  
APAE Ipiranga. Educação Especial. Ipiranga. Deficiências.

**Resumo:** Este artigo traz reflexões sobre a educação especial através da criação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Ipiranga PR, em 1989. O objetivo aqui é conhecer um pouco mais sobre a fundação da escola na cidade e verificar como foram os primeiros anos da instituição que hoje atende um grande número de alunos, desenvolvendo com eles diversas atividades. Para isso trabalhou-se com a metodologia de análise de fontes escritas, inquirindo o documento escrito como portador de um discurso de quem o produziu e resultado de um contexto sócio histórico específico. Além de documentos oficiais da instituição, fotografias foram analisadas de maneira a interpretar aquilo que não foi revelado pelas imagens e, por fim, entrevistas também foram realizadas com pais e professores. Nota-se relevância da criação da escola, mas também pondera-se sobre as dificuldades em atender às necessidades dos alunos que passaram a frequentar a instituição.

1 Acadêmica do Curso de Licenciatura em História pela UAB/UEPG. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na disciplina de OTCC. Email: veridianecg@hotmail.com

2 Orientadora. Historiadora. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2018).

trução da nova sede, festas, apresentações, etc.) como trata Kossoy (1990), são documentos visuais e que trazem um conteúdo revelador de emoções podendo, através delas, identificar vários aspectos que caracterizam seus personagens como contexto social e cultural em que se encontram.

As entrevistas com funcionários e pais de alunos assemelharam-se a uma conversa (entrevistas abertas), seguindo os critérios de Cardoso e Vainfas (1997), que citam a entrevista como um momento de interação em que o entrevistador deve estar inteirado do assunto a ser abordado deixando os entrevistados à vontade para responder, quando aquele abre o diálogo com perguntas de abordagem mais ampla sobre um determinado assunto.

De forma a compreender melhor a fundação e as funções APAE de Ipiranga, primeiramente se fez necessário caracterizar o que é deficiência utilizando-se para isso a obra de Débora Diniz (2012), como se aprofundará adiante.

O entendimento acerca de deficiência foi se modificando ao longo dos anos, passando por vários períodos, quando a pessoa com deficiência estava a cargo das famílias, depois, de hospitais e asilos, passando, por exemplo, por instituições governamentais para a educação de cegos e surdos no final do século XIX até os anos de 1950 com o surgimento das APAEs (JANUZZI, 2012).

Segundo Sassaki (2010) o atendimento oferecido pelas instituições de educação para pessoas com deficiência configurou-se por muito tempo como um sistema paralelo de ensino, passando a ser um suporte na preparação do mesmo para ingressar na escola regular.

Os conhecimentos de Mazzota (2011) foram utilizados com o objetivo de adquirir um maior conhecimento sobre políticas públicas desenvolvidas pelo governo na criação e desenvolvimento do atendimento educacional para pessoas com deficiência, e que resultam num processo de inclusão dessas pessoas nas escolas regulares, de acordo com as características pessoais e considerando suas limitações.

## DEFICIÊNCIA E EDUCAÇÃO

Em meio a uma história de segregação, variados tipos de deficiências foram considerados como uma desvantagem natural. Em consequência da desvantagem, formas de preconceito diversas foram

imputados à pessoa que tinha algum tipo de lesão física ou mental. Diniz (2012) confronta a ideia da deficiência como uma desvantagem biológica do ser humano argumentando que ela deve ser tratada como uma característica e não uma anormalidade, conceito que foi utilizado para explicar durante muito tempo o isolamento de pessoas com deficiência do convívio social.

Diniz (2012) trata a deficiência como uma questão social e não individual da pessoa que nasce ou adquire lesão. Sendo assim não é dever do indivíduo adaptar-se à sociedade, mas sim, dever da sociedade favorecer as possibilidades de inclusão da pessoa com deficiência, ou seja, derrubar barreiras, sejam elas físicas (como arquitetônicas) ou morais (como preconceitos) de forma a incluir a pessoa com deficiência.

As estruturas sociais acabaram muitas vezes, por inabilitar as pessoas com deficiência causando situações de marginalização e privação da liberdade, da interação social, acesso à educação e inserção no mercado de trabalho, reforçando o preconceito sobre esse grupo populacional. Perante o olhar da sociedade, ainda hoje se sobressaem os impedimentos que os diversos tipos de deficiência proporcionam ao invés da valorização das potencialidades e capacidades de tais pessoas.

Sobre a questão da exclusão da pessoa com deficiência nas diversas camadas sociais Sassaki (2010) afirma que:

A exclusão ocorria em seu sentido total, ou seja, as pessoas com deficiência eram excluídas da sociedade para qualquer atividade porque antigamente elas eram consideradas inválidas, sem utilidade para a sociedade e incapazes para trabalhar, características estas atribuídas indistintamente a todas as pessoas que tivessem alguma deficiência (SASSAKI, 2010, p. 30).

No campo da educação, durante o século XIX, o Brasil inspirado por experiências norte-americanas e europeias, criou duas escolas para pessoas com deficiência: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1854) e o Instituto dos Surdos-mudos (1856), que buscavam inserir seus alunos na sociedade fornecendo-lhes ensino das letras, ciências, religião e alguns ofícios manuais.

Ao contrário do que ocorria na sociedade colonial e imperial onde predominava a economia agrária, durante a República, fortalecida durante o século XX, buscou-se adequar o modelo de produção industrial. Sendo assim Moraes (2012) traz a seguinte afirmação:



Assim buscando a economia dos cofres públicos recorre-se a uma educação utilitarista e mecanicista, destinada ao deficiente intelectual em escolas especiais, com predominância de entidades filantrópicas sem fins lucrativos, por meio da legislação que incentivava o setor privado (MORAES, 2012, p.1).

Sobre esse tema Januzzi (2012) faz a seguinte reflexão:

Enquanto era possível e conveniente, os deficientes eram segregados da sociedade, ao passo que, mais tarde, a defesa da educação dos anormais foi feita em virtude da economia dos cofres públicos e dos bolsos dos particulares, pois assim se evitariam manicômios, asilos e penitenciárias, tendo em vista que essas pessoas seriam incorporadas ao trabalho (JANUZZI, 2012 p.10).

Com o processo de industrialização e urbanização, ainda na primeira metade do século XX, passar a existir, por iniciativa privada e assistencialista, novas organizações que tratavam de outras deficiências de maneira diferenciada atuando na área da saúde e educação. Os principais movimentos que surgiram para atender a deficiência intelectual nesse período foram o pestalozziano e o apaeano. (LANNA JUNIOR, 2011).

A criação do Instituto Pestalozzi é datada de 1926, na cidade de Canoas (RS). Um pedagogo suíço, chamado Johann Heinrich Pestalozzi deu origem ao projeto que foi impulsionado por uma psicóloga russa, Helena Antipoff. Ambos foram destaque no campo da assistência e formação educativa de pessoas com deficiência mental em terras brasileiras (LANNA JUNIOR, 2010).

No dia 11 de Dezembro de 1954, foi fundada, na cidade do Rio de Janeiro, a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Dentre seus fundadores, conforme artigo publicado na revista Mensagem da APAE, ano 6, nº 16, estavam os seguintes nomes: Ercília Braga Carvalho, Acyr Guimarães Fonseca, Henry Hoyer, Armando Lameira Filho, Juracy Lameira e Alda Neves da Rocha Maia. Juntamente com outros pais interessados, este grupo teve o apoio, estímulo e orientação do casal norte-americano Beatrice e George Bemis, membros da National Association for Retarded Children (NARC) organização fundada em 1950 nos Estados Unidos (MAZZOTTA, 2011, p. 49).

Visto que as questões que permeiam a vida das pessoas com alguma deficiência abrangiam todas as classes sociais e que era de extrema importância o serviço prestado pela instituição com assistência médica e educacional, logo novas escolas foram sendo criadas em diversos estados brasileiros. No Paraná, a APAE surgiu em Curitiba, no ano de 1962

e logo se expandiu para outros municípios. Sobre a criação das APAEs, Borges et al (2015) dizem que:

Na década de sessenta já havia cerca de 16 APAES e 16 Pestalozzi espalhadas pelo Brasil. O fortalecimento destas instituições se deu pela omissão do poder público em relação à educação dos deficientes, o que forçou a comunidade a se organizar para preencher o espaço deixado e, pela parceria e financiamento que foram estabelecidas com o governo, permitindo este eximir-se da sua responsabilidade (BORGES, et al 2015, p.16944).

Assim, o objetivo desse artigo foi identificar como se iniciou a história da APAE no município de Ipiranga no Paraná, e seu desenvolvimento no período de 1989 (ano da fundação) até 2001, procurando perceber quais eram os intentos de sua criação no município, bem como a que interesses atendiam, analisando mais especificadamente como a escola conseguiu se manter e atender às necessidades dos alunos, visto que era um sistema de educação novo para os pais, professores e alunos.

Com a análise das fontes identificou-se que a APAE de Ipiranga foi fundada no dia 28 de março 1989, durante uma reunião na Câmara Municipal da cidade. Depois dessa reunião foram feitas avaliações com algumas pessoas com deficiência da comunidade pertencentes à zona urbana e rural, iniciando a partir daí as atividades da escola no município.

Com o passar dos anos, a escola foi aumentando o número de alunos e precisou ampliar o atendimento. Esses primeiros anos, como se demonstrará a seguir, não foram fáceis, enquanto período de adaptação de todos ao sistema da escola, até então desconhecido.

## **A FUNDAÇÃO DA APAE DE IPIRANGA (PR)**

O primeiro registro do livro ata da escola relata que “pessoas interessadas na causa dos excepcionais” reuniram-se na Câmara Municipal de Ipiranga no dia 28 de março de 1989 com a finalidade de fundar a APAE do município. O termo “excepcional” foi introduzido por Helena Antipoff no lugar das expressões “deficiência mental” e “retardo mental”, usadas durante muito tempo para designar as crianças com deficiência intelectual. Para ela, a origem da deficiência vinculava-se à condição de excepcionalidade socioeconômica ou orgânica. (LANNA JR, 2010, p.26).

Dentre as pessoas que se reuniram encontra-

vam-se vereadores, professores, pais, médicos, comerciantes, entre outros cidadãos, que acabaram fazendo parte da diretoria, conselho deliberativo e conselho fiscal. A primeira diretoria da APAE contava com seis membros sendo três deles vereadores da cidade, dois pais de alunos e uma diretora de escola.

A fundação da escola foi amplamente discutida na reunião com exposição da situação em que se encontravam as crianças com deficiência no município. Tal avaliação foi feita por Iria Costa, naquela época, vereadora e inspetora de educação do estado, que visitava as escolas constatando assim que existiam muitas crianças com deficiência (inclusive no interior) e que não tinham nenhum tipo de assistência.

Utilizando-se de estatísticas da Organização das Nações Unidas (ONU) expôs aos presentes qual era a porcentagem de pessoas com deficiência a nível mundial naquele período, enfatizando que no município havia muitos casos de deficiência visual, mental e auditiva. Algumas crianças (o registro relata somente crianças, não menciona adultos) já recebiam atendimento através de classes especiais autorizadas pela Secretaria de Estado da Educação (SEED).

De acordo com a professora Elzi Carneiro que trabalhou com alunos com problemas visuais, as classes especiais funcionavam dentro das escolas com um número bem pequeno de alunos (7 a 10) que possuíam problemas auditivos, visuais e mentais. Segundo ela, para a classe de alunos com problemas visuais não havia uma sala de aula específica então tinha que trabalhar com eles aonde dava.

Nessas classes era feito um atendimento individual para que o aluno conseguisse acompanhar os conteúdos junto com os demais colegas que não tinham nenhum tipo de problema de visão, uma espécie de reforço. Elzi ainda relata que esses alunos eram encaminhados ao oftalmologista para tratamento, que nunca teve um aluno completamente cego e que era preciso sair atrás de alunos para frequentar essas classes, pois os pais não procuravam assistência nesse sentido.

O envolvimento de vereadores com a causa da deficiência na cidade trouxe notoriedade ao tema, atingindo diversas camadas da sociedade e, segundo Iria Costa, deu força ao projeto de criação da escola. Ao apoiar a fundação da APAE tais representantes legislativos da população estariam intencionalmente

ou não vinculando sua imagem à escola e aos possíveis benefícios políticos que ela traria ao município.

Segundo Neiva Izabel Vieira, vereadora na época (1989-1992), o interesse dos parlamentares municipais era ajudar a população da cidade, pois havia muitas crianças com deficiências e sem nenhum tipo de atendimento. Segundo Vieira, as classes especiais que existiam atendiam a crianças com comprometimentos mais leves (especificadamente de visão, audição e mental) e a criação da APAE era um sonho antigo<sup>3</sup>.

Após a fundação criou-se o Estatuto da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ipiranga-PR, para ser seguido pelos membros da escola. Seu artigo primeiro do capítulo I indica que:

Art. 1º: Sob a denominação de Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ipiranga – APAE- foi fundada em 28 de março de 1989 uma sociedade civil e de caráter assistencial, sem intuítos lucrativos e com duração indeterminada, com sede e foro na cidade de Ipiranga, Estado do Paraná (LIVRO ATA DA ESCOLA, 1989, p.3).

## O INÍCIO DAS ATIVIDADES

Para dar início às atividades da escola foi realizada uma reunião nas dependências da Secretaria de Educação Municipal. Participaram mães de crianças com deficiência que estariam realmente interessadas em que seus filhos frequentassem a APAE. Para fazer a avaliação dessas crianças foi contratada uma psicóloga de Ponta Grossa (paga com doações em dinheiro feitas por vereadores e uma loja do comércio) (LIVRO ATA, 1989, p.12).

No dia agendado foram avaliados 7 futuros alunos da instituição. A APAE de Ipiranga chamou-se Escola Especial Pequeno Príncipe e passou a funcionar com doações de diversas pessoas da comunidade, do Programa do Voluntariado Paranaense (Provopar) que contribuiu para a aquisição de materiais didáticos e pedagógicos, do Conselho Feminino de Senhoras que doou um valor para uso com outras despesas da escola e de Eli D. Carvalho, professora e membro do Conselho Feminino do município que cedeu o local para início das atividades (LIVRO ATA, 1990, p.14)

A escola iniciou suas atividades no dia 8 de novembro de 1990, conforme o livro ata e a notícia do jornal O Reservense (Dez/1990) desse mesmo

3 Não existem registros na Câmara Municipal sobre o apoio que os vereadores deram à fundação da APAE no município. Segundo o secretário do local o livro ata que registrou essa reunião foi queimado juntamente com outros documentos de anos anteriores a 1990.

ano. Dentre os sete primeiros alunos encontram-se: Ivonete Cominezi, Calebe Dalalibera, Josmar Reina e João B. Garcia. Três deles aparentam idade torno entre 12 a 14 anos e o menor aparenta ter em torno de 7 anos.

Foram poucos os alunos que puderam frequentar a escola no início devido à falta de condições para atender um número maior. Segundo Iria Costa, os pais tinham grande expectativa em conseguir através da APAE envolver seus filhos na comunidade, possibilitando a eles entrar em contato com outras crianças com deficiência.

Marly de Fátima da Silva Reina, mãe de um dos primeiros alunos que frequenta a APAE desde a sua fundação, relata que, no início o filho, que ficou com sequelas depois de uma meningite, não frequentava a instituição todos os dias e que o atendimento oferecido era educacional. Marly contou que a professora que atendia seu filho tentou fazer com que ele desenvolvesse a escrita e a leitura.

Para ela, a criação da escola foi muito importante, pois não podia deixar o filho sozinho em casa e com a fundação da APAE ele ficava as cuidados da instituição durante meio período. Conta ainda que recebe até a atualidade atendimento médico através da APAE e também que seu filho sempre gostou de frequentar a escola.

Pode-se perceber como o comportamento dos pais foi mudando ao longo da história em relação aos filhos com deficiência. Abriram-se a novas possibilidades de interação dos mesmos com a comunidade. Lunardi et al. (2011) trazem uma reflexão da reação das mães diante do nascimento ou eventos que envolvam o aparecimento de deficiência em um filho:

A literatura refere que as mães expressam reações de sofrimento, tristeza, choque, resignificação e de negação frente à chegada de uma criança com deficiência na família, podendo se sentir as únicas responsáveis em cuidar do filho (LUNARDI et al., 2011, p.1).

O trabalho desenvolvido pela APAE surgiu também como uma oportunidade para os pais de deixarem os filhos durante um período aos cuidados da instituição dividindo com a escola a atenção, ensino e atendimento que a pessoa com deficiência necessita.

A partir de 1991, ainda no início das atividades a escola enfrentou problemas de falta de professores para trabalhar de maneira individual com alguns de seus alunos. O número de educandos aumentou e a APAE também passou a atender crianças de uma

faixa etária menor. Esse foi um dos grandes desafios enfrentados, pois na cidade não haviam muitos profissionais capacitados a trabalhar com pessoas com deficiência sendo necessário investir em capacitação e contratação de pessoas de outras cidades.

Aparecida de Lurdes Cavician, psicóloga da APAE desde 1992, relatou que, nesses anos iniciais, a escola preocupou-se em informar a população sobre a importância do atendimento às pessoas com deficiência fazendo um trabalho de divulgação dessas informações na rádio da cidade e também fazendo visitas às creches e às comunidades do interior verificando se haviam crianças que necessitavam de atendimento na APAE.

A primeira presidente da escola, Iria Costa, também foi sua primeira professora. Ela indicou que para poder fundar a APAE precisou fazer um Curso de Especialização (Pós-graduação) em Deficiência Mental na cidade de Guarapuava (PR). Trabalhava com sete alunos em uma única sala e mesmo diante de muitas dificuldades tentava fazer o melhor possível. O lanche para os alunos era oferecido pela diretora de uma escola municipal vizinha da primeira sede da APAE.

É importante salientar que diante dos fundamentos de uma educação de qualidade para todos é necessária a preparação de profissionais e educadores (formação inicial e continuada) para atender às necessidades educacionais das pessoas com ou sem deficiência. Nas escolas especiais é fundamental que o educador seja capacitado para atender às mais variadas necessidades dos alunos. Sobre isso o artigo 59 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/96) diz:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

[...] III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (LEI n. 9.394/96).

Em relação à formação dos educadores o novo Estatuto proposto pela Federação Nacional da APAEs, que deveria ser seguido a partir de 1991 traz entre seus artigos:

Art. 2º - A APAE tem por finalidades próprias: Desenvolver a cultura especializada e o treinamento de pessoal destinado a trabalhar no campo da educação para o excepcional (LIVRO ATA DA ESCOLA, 2001, p.17).

Havendo necessidade de aumentar a escola, a prefeitura encaminhou um decreto solicitando a doação de um terreno próximo ao Estádio Municipal, sendo aprovado por unanimidade na Câmara Municipal. Essa nova escola, segundo demonstra o livro ata, seria construída com madeiras de uma escola velha do município em um mutirão de pais (LIVRO ATA, 1991, p. 28).

Aqui se pode perceber que a questão da deficiência muitas vezes ocupou o segundo plano na sociedade, que caracterizava as pessoas com deficiência como seres improdutivos. “Portanto, permanecendo ainda no imaginário coletivo que esses indivíduos necessitam, não de educação de qualidade, e sim de “assistência de caridade”.” (COSTA JR.; COSTA, 2014, p.8). Talvez este fragmento justifique o “incentivo” dado à construção da escola com madeiras velhas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 4.024/61 faz referência à educação das pessoas com deficiência, “[...] reafirmando o direito dos excepcionais à educação, indica em seu art. 88 que, para inteirá-lo na comunidade, sua educação deverá, dentro do possível, enquadrar-se no sistema geral de educação” (MAZZOTTA, 2005, p. 68).

O termo “dentro do possível” nos faz perceber que as políticas educacionais para pessoas com deficiência estão caracterizadas por ações limitadas e minimizadas, tirando do Estado a responsabilidade em assumir uma educação de qualidade.

Com telhas, madeiras e janelas usadas é que esse material foi destinado para a construção do primeiro barracão da APAE para atividades de oficina pedagógica (profissionalizante) visto que, diante de um projeto feito por Iria Costa, o deputado Flavio Arns repassou uma verba com um valor significativo para a construção da nova sede da escola que inaugurou no dia 26 de agosto de 1995, como noticiou o jornal Diário da Manhã.

Naquela ocasião, a escola já contava com dez professoras, uma fonoaudióloga e uma psicóloga. O espaço físico era composto por quatro salas de aula, uma oficina pedagógica e uma sala para fisioterapia.

Com o aumento do número de alunos ao longo dos anos (a escola não disponibilizou dados quantitativos) houve a necessidade de contratar novas professoras e uma psicóloga para atender a demanda ampliada. Para ajudar custear as despesas a APAE implantou um sistema de contribuição mensal voluntária feita por pessoas da comunidade através de carnês e com valor mínimo estipulado.

A APAE também promovia jantares beneficentes, bazares e pedia doações às instituições bancárias da cidade, inclusive recebendo a doação de um veículo Kombi através do extinto Banco Banestado em conjunto com o Provopar do município.

Entende-se que, naquele contexto histórico, a deficiência foi alvo de caridade e assistência e essas ações eram praticadas principalmente por mulheres da elite econômica da região, durante boa parte do século XX.

Percebe-se nos registros do livro ata da escola que muitas mulheres da sociedade ipiranguense dedicaram-se a ajudar a APAE de diversas formas. Elas ocuparam cargos de diretoria desde a fundação, colaboravam com doações e estavam sempre presentes em eventos da escola. (LIVRO ATA DA ESCOLA P. 01, 43, 58, etc.).

Sobre as ações assistenciais praticadas por mulheres, SOUZA (2009) fala que:

O assistencialismo possibilitava às mulheres uma projeção social para além das idas a Igreja, magazines e chás. Ainda mais, a prática da filantropia feminina não era apenas aceita com tranquilidade, como também era estimulada pela Igreja e patrocinada por pais e maridos (SOUZA, 2009, p.2).

Como mostra a análise das fontes, a escola criou uma banda musical que fazia apresentações em diversos locais da cidade, principalmente estabelecimentos comerciais, e também fora dela, levando para essas apresentações produtos fabricados pelos alunos na oficina de trabalhos manuais da escola. Como afirma Hack Neto e Balçanelli (2009).

[...] a bandeira da integração foi responsável também pelo surgimento e proliferação de oficinas protegidas, em que as pessoas com necessidades especiais, realizavam atividades laborais permanecendo no próprio espaço das escolas especiais. (HACK NETO; BALÇANELLI, 2009, p.4).

Ao realizar apresentações fora do ambiente escolar, a escola conseguia chamar atenção das pessoas para o trabalho desenvolvido com os alunos dentro da instituição despertando o interesse das mesmas em ajudar a escola comprando os produtos feitos pelos próprios alunos.

Vários problemas são descritos no livro ata da escola nesses primeiros anos, dentre eles podemos citar a falta de aptidão dos profissionais de diferentes setores da escola com os alunos. Como já relatado neste artigo, antes da APAE iniciar suas atividades na cidade crianças com problemas visuais, auditivos e mentais eram atendidos em pequeno número nas



classes especiais, existindo assim poucas pessoas com capacitação nesse tipo de trabalho o que acabava causando esse transtorno.

A dificuldade de deslocamento e transporte dos alunos da zona urbana e rural quando a condução da escola para essa finalidade quebrava ou quando faltava combustível também é citada durante as atas bem como a dificuldade pra se conseguir dinheiro para o concerto das mesmas. (LIVRO ATA, 1989 P. 69).

Outro fato importante mencionado nos registros é falta de comprometimento das pessoas que ocupavam cargos na diretoria, que embora fossem de caráter voluntário, sem gratificação, deveriam ser exercidos com responsabilidade para não prejudicar a escola. (LIVRO ATA, 1989, P. 80).

Com o passar dos anos cresceu o número de funcionários e alunos da escola aumentando assim também as despesas o que preocupava a diretoria, pois a entrada de dinheiro não era suficiente para o pagamento de fornecedores e dos salários. O registro do livro ata de 20 de fevereiro de 2001 relata novamente o descaso do governo com a educação especial ao registrar que o convênio da prefeitura com a Apae estava prestes a ser extinto causando assim a dispensa da fisioterapeuta, da secretária e de serventes (LIVRO ATA, 1989, p.86).

Mesmo em meio às dificuldades a escola preocupou-se com a qualidade do ensino oferecido procurando trabalhar vários projetos que possibilitavam desenvolver nos alunos habilidades motoras e cognitivas como, por exemplo, “Cantinho das Artes”, “A informática na sala de aula” e “Viver é aprender” (LIVRO ATA, 1989, p.66).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permitiu compreender o processo de fundação da APAE no município de Ipiranga no Paraná, no ano de 1989, bem como o desenvolvimento desse sistema educacional para pessoas com deficiência na cidade, levando em consideração as dificuldades encontradas e os benefícios trazidos pela escola, durante o recorte temporal selecionado.

A escola iniciou suas atividades através do esforço e persistência das pessoas envolvidas e interessadas na causa da deficiência no município. É possível perceber que o governo responsável pela educação no país havia demonstrado interesse pela causa da deficiência. E na cidade de Ipiranga isso se verificou ao se disponibilizar atendimento nas classes especiais, apenas para crianças com problemas leves de deficiência deixando crianças e adultos com deficiências mais severas sem um atendimento especializado.

É notório que a bandeira levantada pelos vereadores da cidade em prol das crianças com deficiência proporcionou agilidade na fundação da APAE e querendo ou não promoveu as figuras políticas envolvidas nesse projeto citadas diversas vezes nas atas das reuniões.

A atitude da população com contribuições diversas (dinheiro, materiais pedagógicos, etc. e até mesmo a compra de produtos fabricados pelos alunos) demonstra que a população procura de alguma maneira suprir as deficiências do poder público que não prioriza uma educação de qualidade no país e que de acordo com Moraes (2012) chegou a pensar na extinção das escolas de educação especial sob uma proposta de inclusão de todos os alunos com deficiência nas redes públicas e em salas comuns de ensino.

O trabalho da APAE proporcionou aos alunos e seus pais uma maior participação nas atividades sociais desenvolvidas no município, atendimento médico, educacional e assistencial visto que antes as pessoas com deficiência estavam confinadas em suas casas com pouca ou nenhuma interação com a sociedade.



## REFERÊNCIAS:

- BORGES, Gabriela S. B., et al. O Papel Da Escola Especial nos vários contextos da educação especial: da segregação a inclusão. In: EDUCERE: XII Congresso Nacional de Educação. Paraná, 2015. Disponível em: < [http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21599\\_10121.pdf](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21599_10121.pdf) > Acesso em: 08/03/18.
- BRASIL Ministério da Educação e do Desporto. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. São Paulo: Ed. do Brasil, 1996.
- CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- COSTA JR. Gil da; COSTA, A. de M. C. E. “A educação para pessoas com deficiência no Brasil: histórico e conceitos”. In: Atlante. Cuadernos de Educación y Desarrollo. Fevereiro, 2014. Disponível em: <http://atlante.eumed.net/educacao-pessoas-deficiencia/> Acesso em: 01/04/2018.
- DINIZ, Debora. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- JANUZZI, Gilberta S. de M. A educação do deficiente no Brasil dos primórdios ao início do século XXI. 3 ed. Campinas: Autores associados, 2012.
- LANNA JUNIOR, Mario C. M.(Comp.). História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil. Brasília: Secretaria dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoções dos Direitos das Pessoas com Deficiência, 2010.
- LUNARDI, Bruna.; et al. Vivências, sentimentos e experiências de mães frente a deficiência de seus filhos. In: X CONPE - Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2011. Disponível em: < <http://www.abrapee.psc.br/xconpe/trabalhos/1/252.pdf> > Acesso 15/03/18.
- MAZZOTTA, Marcos J.S. Educação especial no Brasil: histórias e políticas públicas. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MORAES, Valdete A. V. de. Gestão da Educação Especial do Paraná: Manutenção das escolas especiais. In: IX ANPED SUL - Seminário de Pesquisa em educação da região sul. 2012. Disponível em: < <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2489/681> > Acesso em 10/02/18.
- NETO, Eduardo H.; BALÇANELLI, Juliana. A inclusão dos PNEs – um estudo dos atores envolvidos da APAE e o mercado turístico – Joinville – SC. In: ANPTUR - VI seminário da associação Brasileira de Pesquisa e Pós Graduação em Turismo. São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi, 2009. Disponível em: < <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/6166.pdf> > Acesso em 18/01/2018.
- SASSAKI, Romeu K. Inclusão/Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- SILVA, Edson A., et al. Métodos e Técnicas de Pesquisa em História II. Ponta Grossa: UEPG/UTEAD, 2011.
- SOUZA, Sidnara A. S. As mães protetoras – Mulheres da elite e suas práticas sociais em Cachoeira. In: ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Fortaleza, 2009. Disponível em: < <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.1011.pdf> > Acesso em 05/04/2018.
- TERRATACA, Eliane. Os mistérios da fotografia – Boris Kossoy. Disponível em: < <http://www.fosgrafe.com/sobre-fotografos/entrevistas/os-misterios-da-fotografia-boris-kossoy/> > Acesso em: 01/11/2017.

## O LUGAR DAS MEMÓRIAS DO TROPEIRISMO NA CIDADE DE CAMPO DO TENENTE-PARANÁ (2008-2018)

Beatriz Santos de Oliveira<sup>1</sup>  
Lorena Zomer<sup>2</sup>

**Palavras - chave:**  
Representação;  
Memória; Tropeirismo;  
Campo do Tenente.

**Resumo:** A presente pesquisa tem como objetivo investigar as memórias do tropeirismo na cidade de Campo do Tenente (Paraná), a fim de compreender como esta cultura se faz presente nas relações sociais e culturais. Assim, tendo em vista a diversidade de povos que ajudaram a construir a formação social e cultural da atual cidade, este estudo visa proporcionar uma reflexão acerca das disputas de memórias histórico-culturais entre os colonizadores europeus, bem como de seus descendentes. Essa análise foi realizada por meio da crítica de como foram representadas essas memórias no jornal “Voz do Campo”, no informativo municipal “Informação”, entre os anos de 2008 a 2018. Estes são confrontados de informações através dos dados coletados nas entrevistas orais realizadas entre 2017/2018 e nas imagens encontradas no Arquivo Digital Fotográfico do Acampamento Tropeiro (2014). Para tal intento, a pesquisa bibliográfica se deu com ênfase em autores que abordam a representação das memórias pelo viés da História Cultural.

### INTRODUÇÃO

O presente estudo tem a finalidade de compreender como foram representadas as memórias do tropeirismo<sup>3</sup> na cidade de Campo do Tenente no Paraná que, segundo Raul D'almeida (1976, p.20) pertencia ao conhecido Caminho das Tropas. Este caminho foi formado a partir do início do século XVIII, transformando-se em uma atividade de extrema importância no desenvolvimento social, econômico e cultural da região Sul e Sudeste, no período colonial brasileiro. Além disso, contribuiu significativamente para o povoamento das diversas cidades na rota Sorocaba (SP) /Viamão (RS).

Entretanto, ao consultar os registros históricos da cidade, como o jornal “Voz do Campo” e os informativos municipais, os mesmos consideram como data de povoamento a inauguração da estação ferroviária de Campo do Tenente (1894), logo após à chegada de imigrantes europeus. Nesse caso, de acordo com a pesquisa da historiadora Joseli Vichinieski Novaki - “O legado polonês em Campo do Tenente” (2006, p.01) – o desenvolvimento econômico de Campo do Tenente se deu por volta de 1894, quando foi inaugurada a estrada de ferro. Com esta veio ainda a fábrica de madeiras de Henrique Stalhke (1895-1960), atraindo muitas famílias para a cidade em busca de trabalho, principalmente as de origem europeia.

Assim, considerando a diversidade de povos que ajudaram a construir a atual cidade de Campo do Tenente, a problemática norteadora dessa pesquisa analisou como foram representadas as memórias do tropeirismo nos jornais e nos informativos municipais, que circularam pelo município entre os anos de 2008 a 2018. O interesse pelo tema se deu pela inquietação do porquê dos munícipes se identificarem tanto com essa cultura presente em diversos eventos realizados na cidade, porém pouco representado pela história local.

A pesquisadora Nádia Terumi Joboji (2009, p.90), para a produção da sua dissertação de mestrado “Projeto Turístico Integrado de Desenvolvimento Regional; o caso da Rota dos Tropeiros no Estado do Paraná”, enviou questionários às cidades localizadas na Rota dos Tropeiros (cidades pertencentes a Rota dos Tropeiros: Arapoti; Balsa Nova; Campo do Tenente; Campo

1 Acadêmica do curso de Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na disciplina de OTCC. E-mail: beatriz19 0383@hotmail.com

2 Orientadora. Prof. Dra. Lorena Zomer. Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

3 Tropeirismo: o tropeirismo deriva do termo, “tropa”, uma atividade itinerante desenvolvida por grupos de homens que teve início no período do Brasil Colonial.

Largo; Carambeí; Castro; Jaguariaíva; Lapa; Palmeira; Piraí do Sul; Ponta Grossa; Porto Amazonas; Rio Negro; Sengés; Telêmaco Borba; Tibagi). Entretanto, o Departamento de Cultura do município de Campo do Tenente não participou, apesar de fazer parte da mesma. Isto ocorreu, em razão de não ter sido identificado empreendimento algum na cidade para fazer parte da pesquisa mencionada, no ano de 2008.

Desse modo, pesquisar sobre as memórias do tropeirismo na cidade de Campo do Tenente, justifica-se pelo fato de existir memórias tropeiras na construção sócio histórica da cidade. Todavia se entende que essas memórias estão sendo menos evidenciadas em relação a outras. Nesse sentido, trago ideias do historiador Michel Pollack (1989), segundo o qual:

[...] a memória, é uma operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvar, ela integra, nas tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades [...] (POLLACK, 1989, p.12).

Entende-se a partir dessas percepções que as memórias – e seus lugares – ao se tratarem de um objetivo coletivo, também reforçam disputas entre os grupos que fazem parte delas. Nesse sentido, é preciso considerar que ao eleger uma memória ou outra como mais evidente, deixamos outras também “desejadas” do seu lugar. Esses processos, nem sempre conscientes podem ser percebidos na história de Campo de Tenente, afinal a memória dos imigrantes europeus parece estar mais “saliente” nas práticas de rememoração.

Para tanto foi usado como referencial teórico a análise do historiador Roger Chartier “O mundo como representação” (1989, p.183), a fim de compreender como as representações das memórias coletivas são as matrizes da história, e também as construtoras do mundo social. Segundo o autor, essas representações sociais, constituem as leituras de mundo de determinadas sociedades e podem ser entendidas como as presentes em Campo do Tenente, que foram construtoras da identidade social.

De acordo como o historiador Jaques Le Goff (2003) “a memória traz à tona uma série de lem-

branças que retomam vivências de um sujeito ou grupo, podendo ser um aparato de grande valor ideológico no processo de construção e reconstrução histórico-social “ (LE GOFF, 2003, p. 469). Diante disso, contemplar as memórias dos diversos personagens que foram presentes na construção da história de Campo do Tenente, por meio do viés da história cultural, possibilita uma visão mais plural, pois é na socialização e na preservação da memória, que podemos conhecer e reconhecer, as ações e os gestos dos diversos personagens que formaram a região.

O estudo se baseia na análise de dados quantitativos e qualitativos, representados pelo jornal “Voz do Campo” e nos informativos municipais, que circularam pela cidade, entre os anos 2008 a 2018. Estes são confrontados com as imagens encontradas no Arquivo Digital Fotográfico do Acampamento Tropeiro (2014). Nesse contexto, são somadas as entrevistas orais de moradores da cidade, coletadas por meio de gravação de áudio, com roteiro livre (2017/2018)<sup>4</sup>, com intuito de abordar as diversas memórias que compõem a história local e dar vozes aos sujeitos, muitas vezes silenciados pela historiografia mais tradicional.

O artigo está dividido em três seções: primeiramente será abordado como o ciclo do tropeirismo no século XVIII possibilitou o povoamento das regiões pertencentes aos caminhos onde passavam as tropas, a exemplo de Campo do Tenente, dialogando e debatendo com a bibliografia que destaca a cidade como rota e pouso para os tropeiros. Em seguida será realizada uma análise de como as memórias do Tropeirismo ficaram em segundo plano, após a chegada dos descendentes de colonizadores europeus e buscar-se-á compreender como a presença da cultura europeia refletiu nas narrativas sobre a história da cidade.

Por fim serão analisadas como foram representadas, pelos meios de comunicação, as memórias do tropeirismo no município de Campo do Tenente entre os anos 2008 a 2018. Será compreendida também de que maneira isto influenciou a história local. Nesta etapa será realizado o confronto de informações através dos dados coletados nas entrevistas orais e nas imagens do Arquivo Digital Fotográfico<sup>5</sup>,

4 Entrevistas com 08 moradores da cidade de Campo do Tenente, pertencentes ao Centros de Tradições Gaúchas (CTGS). Entrevista com 05 alunos participantes do Acampamento Tropeiro em (14/10/2014), presentes na oficina pedagógica “As Memórias do tropeirismo na cidade de Campo do Tenente” (29/05/2017).

5 Arquivo digital fotográfico, INTERNET-Site da NRE/SUL, Arquivo digital, Waldemar Mulbank- Assessoria de imprensa NRE/SUL, Acervo digital fotográfico, do acampamento tropeiro, que se deu em 10/2014, no Colégio Estadual Victor Bussmann, que se encontra disponível em; <<http://www.nre.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=38>>acesso 01/01/2018

tendo como objetivo estabelecer relações que demonstrem as possíveis tensões memórias entre o tropeirismo e a imigração europeia.

De acordo com Le Goff (2003, 470), a memória coletiva escrita além de ser uma conquista, significa também, um objeto de poder. Ao analisar as representações históricas de Campo do Tenente, essas representações das memórias expressaram as vivências dos diversos grupos sociais que alia detinham o poder de registrá-las.

Desse modo, contemplar as diversas memórias através da pluralidade cultural, possibilita, a preservação das memórias presentes em Campo do Tenente, pois a cada vez que um indivíduo se identifica com a sua história e conhece suas raízes, ele compreende com mais clareza a sua realidade e da sua comunidade, desenvolvendo um sentimento de pertencimento. É também possível, produzindo um conhecimento mais amplo sobre os diversos sujeitos que compõem, os grupos sociais, preservando a memória e as histórias fazendo dela uma ação preservacionista da história local.

## O CICLO DO TROPEIRISMO E A SUA RELAÇÃO COM O POVOAMENTO DA CIDADE DE CAMPO DO TENENTE

O desenvolvimento do tropeirismo deu-se em razão à extração do ouro no período colonial, em Minas Gerais. Segundo Tayná Gruber (2006, p. 04), o tropeiro foi representado pela historiografia como um sujeito do século XVIII, responsável pelo transporte mercadorias, de animais, de informações, percorrendo com a comitiva uma vasta extensão territorial. Nesses caminhos, ele teve uma atuação econômica importante, na rota de Viamão/RS até Sorocaba/SP, colaborando com as exigências do mercado da época e com o povoamento das diversas cidades ao longo desses caminhos.

De acordo, com José Hamilton Ribeiro (2006, p. 20), por mais de dois séculos os muars (mulas) foram arrebanhadas no Rio Grande do Sul, para serem revendidas na Feira de Sorocaba/São Paulo, além de servirem como meio de transporte de cargas do campo para a cidade. Essas idas e vindas das tropas consolidaram uma nova face do país, pois ao transportar animais e mercadorias, os tropeiros redefiniram limites do domínio português que faziam parte do Brasil colonial, alvo de muitos conflitos com os espanhóis, assim como interligaram as regiões que hoje compõe o “Caminho das Tropas”.

Assim, ao longo dos caminhos, as cidades do Sul foram nascendo. Esta região passou a ser mais povoada e, do mesmo modo, o Sudeste. Dessa maneira, possibilitou a formação de diversos povoados, que davam suporte a comitiva ao oferecer hospedagem e alimentação, transformando a paisagem na Rota Sorocaba/Viamão.

Desse modo, é preciso considerar a distância entre as regiões naquele período e a importância do ciclo do tropeirismo na transformação social e econômica ao longo de seu percurso. Neste sentido, o tropeirismo possibilitou que diversas cidades fossem fundadas, tais: Rio Negro; Campo do Tenente; Lapa; Balsa Nova; Palmeira; Ponta Grossa; Castro; Piraí do Sul; Jaguariáiva. O movimento tropeirista, em maior ou menor envolvimento, ajudou a moldar a constituição organizacional destas cidades (IDEM, 2010, p.06), as quais estão representadas no mapa abaixo (foto 01).



Imagem 1- Mapa dos caminhos dos tropeiros no Paraná, destacam-se as cidades fundadas pelo ciclo do Tropeirismo. Disponível em: < <https://sanderley.com/2019-Sanderlei/Ensino-Fundamental/Parana-Historia-Geografia-17> > acessado em 12/01/2018.

Alcides Goularti Filho (2012, p.06), afirma que a “Estrada da Mata” era um dos percursos mais perigosos, a qual era composta de Mata Araucária com terrenos úmidos, montanhosos e muitos riachos. No entanto, o autor destaca que o conflito maior era o fato da região ser povoada pelas “tribos indígenas kaingangs e xoklengs”, constantemente ameaçadas pelos fazendeiros e tropeiros, que invadiam suas terras para criação do gado e para a passagem das tropas.



De acordo com os memorialistas Paulo Roberto Peyerl e Plínio Moser, no livro “O Pacificador” (2012, p.23), em razão da invasão das terras indígenas por tropeiros e de sujeitos oriundos de vários segmentos sociais, muitos conflitos aconteciam nesse percurso. A passagem da tropa fazia com que os índios se sentissem acuados e atacassem com flechadas a comitiva, ações que eram respondidas “a tiros”. Segundo os autores os ataques não se davam pelo modo como os indígenas viviam, mas, mas pelo desejo de possuírem suas terras. E, por isso, a cada conflito, as tribos perdiam mais espaço (perdiam espaço: os indígenas perdiam espaço, em razão de os fazendeiros invadirem suas terras para criação do gado, e os tropeiros que abriam caminho para a passagem da tropa em seu território). Esses confrontos estenderam-se até o início do século XX, dizimando boa parte das comunidades indígenas que residiam ao longo da “Estrada da mata” (os municípios ao longo da rota da estrada, eram: Campo do Tenente (PR), Rio Negro (PR), Mafra (SC), Papanduva (SC), Santa Cecília antes conhecida como Campo Alto (SC).

Dessa forma, as paradas para descanso da comitiva precisavam ser estratégicas, pois os perigos presentes nesses caminhos podiam causar prejuízo ou até custarem a vida dos tropeiros. Sobre isso, Airton Celestino (2002, p.163), afirma que Campo do Tenente tornou-se local de “pouso” porque estava localizada no início da “Estrada da Mata”. Segundo o autor, tropeiros e viajantes vindo de Curitiba tinham na cidade um local seguro, que os protegiam de ataques dos indígenas e bandoleiros (estes últimos eram ladrões que assaltavam as comitivas dos tropeiros). Assim, repousar naquela localidade era a rotina da época, e devido ao suporte e segurança a comitiva em sua jornada.

A passagem dos tropeiros por Campo do Tenente também é mencionada no romance histórico de Carlos Zatti: “Os 20 Fragueiros de Campo do Tenente”. Segundo Zatti (2014, p. 25), a cidade começou a ser povoada quando chegaram os primeiros tropeiros, que expulsaram os indígenas da região, como podemos perceber a seguir:

Desde aquela época os tropeiros passaram a cruzar esses campos com suas manadas. Pelo caminho das tropas teriam passado até aquele momento, centenas de milhares de cabeças. Os rebanhos e as manadas seguiam para o norte, passando pela Vila do Príncipe, Palmeira, Castro, Jaguariaíva. Varavam rios famosos, como o Iapó e o Itararé, para atingira tradicional feira de Sorocaba. A “estrada das tropas” era o caminho que ligava a província do Rio Grande a Sorocaba, pelo qual os muare dos pampas eram arrebanhados para servirem ao transporte no centro do País (ZATTI, 2014, p. 25).

Zatti (2014) descreve a passagem dos muare arrebanhados no Rio Grande do Sul, que seguiam pela cidade para serem levados e revendidos na feira em São Paulo. O autor afirma ainda que a passagem dos tropeiros pela “Estrada da mata”, rumo a “Vila do Príncipe”, era a rotina da época daquela vila simples, pois ali tinha muitos campos para os animais se alimentarem. Segundo Zatti (2014, p.26), os tropeiros eram também vistos como os indivíduos que entendiam do território brasileiro, pois tinham experiências nesses interiores do Brasil e, por isso, conheciam diversos costumes. Embora, não podemos nos esquecer que a passagem desses homens também destruía outras tradições e costumes seculares.

Apesar do tropeiro ser representado com abordagens diversas pela historiografia, ou seja, ora como aventureiros, ora como assassinos de indígenas, ainda assim é possível afirmar que transformaram os caminhos do Sul e do Sudeste. Além disso, também podem ser analisados sob outras circunstâncias, como a saudade da família, as intempéries da natureza, a violência dos caminhos, e por fim, pelas condições precárias da alimentação e da sobrevivência. Segundo Adriana Fraga da Silva (2009, p.97), em geral, a comida era feita em um caldeirão de ferro, o fogão era uma trempe<sup>6</sup> e os preparados eram refeições consideradas simples, como “virado” de feijão, arroz com carne seca e café, ou o que se tornou conhecido como “feijão tropeiro”<sup>7</sup>.

De acordo, com Eliane de Lima Mendes (2014), em suas paradas para pernoitar soltavam seus animais para descansar em cercados, uma prática que garantia descanso seguro para a tropa. Com o tempo, esses pousos se ampliaram, recebendo vários moradores vinculados aos trabalhos de ferreiros, arreadores e tratadores que passaram

6 Trempe: fogão improvisado do cozinheiro da tropa. Trata-se de uma armação com três varas de ferro ou de madeira verde, fincadas no chão sobre uma fogueira.

7 Feijão tropeiro: o feijão, misturado à farinha de mandioca e a outros ingredientes, um prato básico do cardápio desses homens, daí a origem do feijão tropeiro.



a fornecer a esses tropeiros alimentação e serviços gerais (MENDES 2014, p.01). Essa assistência compreendia muitas vezes em um rancho para abrigo, alimento e piquete<sup>8</sup> alugado para invernção<sup>9</sup> da tropa (FRASSON e GOMES, 2010, p.05).

O ciclo do tropeirismo representou no século XVIII um momento da história do país que contribuiu para transformações sociais, econômicas e culturais das diversas cidades localizadas na Rota Sorocaba/Viamão. Os tropeiros fundaram ao longo desses caminhos cidades e disseminaram costumes e tradições ao percorrerem o Sul e Sudeste do país comercializando mulas e mercadorias. A fim de considerar as intervenções causadas pelos tropeiros, o próximo tópico tem por objetivo analisar as memórias sobre esse processo histórico.

## AS MEMÓRIAS DE CAMPO DO TENENTE: ENTRE O TROPEIRISMO E A IMIGRAÇÃO EUROPEIA

Os diversos elementos que fazem das memórias e dos processos de rememoração também constituem as múltiplas identidades de um povo. A memória é a capacidade humana de preservar acontecimentos do passado, que podem ser rememoradas sempre no presente e que se tornam importantes fontes para a compreensão histórica. Para Pollack, a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLACK, 1992, p.5).

Com a preocupação de trazer parte dessas memórias, o site oficial da Prefeitura municipal de Campo do Tenente 2018, afirma que "remontam ao ciclo do tropeirismo as origens históricas do povo tenenteano, da época em que se transportava gado dos pampas gaúchos até São Paulo, através do antigo "Caminho Sorocaba-Viamão"<sup>10</sup>. A cidade foi distrito Policial de Rio Negro entre 1902 e 1916. Apenas em 1961, de acordo com a lei 4388 foi elevada à categoria de município, formalizada oficialmente em 29 de outubro de 1961. Porém, ao trazer dados sobre a fundação da cidade, algumas informações não frisam

as memórias tropeiras:

[...] em 1829, chegaram à região da vizinha Rio Negro os primeiros imigrantes alemães. Estes fatores contribuíram decisivamente para o povoamento da imensa região, consequentemente ao povo tenenteano, que começava a se organizar. Registros históricos nos dão a data de 1847, como sendo o ano da povoação de Campo do Tenente. Dois fatores contribuíram para o progresso do lugar, a inauguração da estrada de ferro em 1894 e a chegada da energia elétrica, de forma gratuita, no ano de 1907. Este presente comunitário foi oferecido pelo major Henrique Stalhke, que instalou uma indústria no lugar, gerando energia elétrica, favorecendo a localidade [...]"<sup>11</sup>

As informações do site da Prefeitura, consideram o ano da chegada dos colonizadores europeus como o ano de povoamento da localidade, tratando o mesmo como um elemento e sinônimo de progresso para a região. Nesse sentido, é preciso analisar o que uma data representa para a memória de Campo do Tenente. Segundo Chartier (1988, p.17), as representações sociais não são discursos neutros, pois elas produzem estratégias e práticas que têm por intenção impor autoridade à custa de outros, por elas menosprezados em alguns contextos. Assim, percebe-se que a participação do tropeirismo na construção sócio histórica da cidade, foi considerado pelo site como menos representativa da cultura local.

Outra perspectiva está livro memorialista de Luita Pfeiffer Utsch "Família Stalhke, da Europa para o Brasil" (2009), a qual traz a genealogia da família no país. Em razão, dos seus integrantes terem se estabelecido na cidade, a autora traz representações dessas memórias no capítulo "Campo do Tenente: uma pequena história sobre a vila, futura cidade", destacando a trajetória da família Stalhke e afirmando que a sua chegada em 1894 possibilitou o "progresso" da região (UTSCH, 2009, p.148). Desse modo, é perceptível que tal postura memorialista não evidencia tantas práticas culturais e sociais anteriores à chegada dos imigrantes. Postura esta que é reafirmada pelo site da prefeitura, quando este "dá destaque" aos europeus e não aos tropeiros.

A pesquisa de Joseli Vichinieski Novaki (2006) intitulada "O legado polonês em Campo do Tenente" tem por objetivo analisar as contribuições dos

8 Piquete: pequeno potreiro, ao lado da casa, onde se põe ao pasto os animais.

9 Invernção: ação de invernar o gado, de encerrá-lo em invernada.

10 Histórico de Campo do Tenente. Prefeitura, Municipal de Campo do Tenente/PR. Disponível em: <http://campodotenente.pr.gov.br/portal/historia/> Acesso 03/01/2018).

11 (IDEM)

descendentes dos poloneses em Campo do Tenente. Novaki (2006) faz uma breve abordagem do histórico do município, dando mais ênfase às memórias polonesas. Segundo a autora: “a cidade é conhecida pela conservação das culturas e raízes do seu povo que em grande parte são descendentes de poloneses e que se mantém vivas as tradições e costumes herdados” (NOVAKI, 2006, p.3). Assim, é notório que embora a autora reconheça a presença de outros povos, não os menciona da mesma forma que os poloneses.

Desse modo, os meios públicos de comunicação utilizaram de obras, cujo pressuposto eram destacar a memória europeia na colonização de Campo do Tenente. Essas narrativas fazem parte de uma tentativa de dar centralidade aos europeus, firmando uma história eurocêntrica e excludente, diante das diversas culturas presentes na construção histórica da cidade.

Nesse sentido, é possível entender uma perspectiva do historiador Jacques Le Goff (2003, p. 536), segundo o qual “o documento” não é qualquer acontecimento do passado, e sim um produto socialmente fabricado, de acordo com as relações de força que ali detinham o poder. Assim, a função do historiador é analisá-lo como se torna um monumento influenciando a memória coletiva.

Em outra perspectiva, José Carlos Veiga Lopes (2007, p.151) traz representações das memórias do tropeirismo e a sua participação no povoamento da cidade de Campo do Tenente. Segundo ele:

Em razão da abertura dos caminhos pelo ciclo do tropeirismo no século XVIII, as cidades ao longo desse trajeto começaram a ser povoadas, a denominação “Campo do Tenente” apareceu em 1730. Que por ali passou o “patriarca dos tropeiros”, Cristóvão Pereira de Abreu em 1732, após abrir o caminho da mata, e que a denominação “Campo do Tenente”, aparece em documentos, em 1745, no relato da viagem do Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, que saiu de Santo Antônio da patrulha para Sorocaba (IDEM).

O autor José Carlos Veiga Lopes (2007) enfatiza representações históricas da cidade na data de 1730, informando que em razão do ciclo do tropeirismo se deu o povoamento das diversas cidades ao longo desse caminho. No mesmo trabalho, o autor apresenta os relatos sobre viagem do Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, teria passado pela cidade em meados do século XVIII, em sua viagem rumo a São Paulo. Tal informação oferece a possibilidade de pesquisar sobre como se dava a passagem da comitiva, as dificuldades que os caminhos

apresentavam, quem foram os sujeitos presentes na construção histórica da cidade, antes da chegada de imigrantes europeus.

Ao confrontar as narrativas representadas na história de Campo do Tenente como as do livro de Lopes (2007), é possível observar que na cidade há várias memórias, porém, algumas delas foram mais lembradas. Neste caso, a principal é a dos colonizadores europeus, mesmo estes povos terem chegado à cidade muito tempo depois da presença das comunidades indígenas, dos negros e por fim da passagem dos tropeiros. Essas representações levam a uma disputa de memórias, pois elas são heranças culturais dos seus antepassados e todos os grupos que a compõem tornam a cidade ora um espaço mais europeu, ora mais tropeiro. Em relação a isso, Pollack (2012) afirma:

[...] se é possível o confronto entre a memória individual e a memória dos outros, isso mostra que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos [...] (POLLACK, 2012, p.5).

Desse modo, com objetivo de pensar as relações entre as diferentes memórias que fazem parte da história de Campo do Tenente, a entrevista com Antônio Carlos Miranda Toledo traz algumas bases para reflexão. Este é integrante do Centro de Tradições Gaúchas, conhecido como “29 de outubro” e faz a seguinte observação:

A sexta-feira Campeira é um evento que acontece à noite, momento em que são realizadas competições de laço, separados por categoria, mirim de 01 a 13 anos, 14 anos em diante adulto e o Laço prenda. Nesse momento as famílias se encontram e revivem a tradição campeira, em um ambiente familiar e saudável. O tropeirismo está no meu sangue é herança do meu pai, que me ensinou a lida no campo e hoje eu repasso para os meus 03 filhos. A união da família, o respeito aos animais e a celebração dos costumes dos nossos antepassados, são a razão de celebrar essa memória, que foi herança dos tropeiros (TOLEDO, 2018).

As memórias do senhor Antônio representam a sua relação com a cultura tropeira, uma herança dos seus antepassados e que são repassadas aos filhos. Desse modo, essas representações das tradições herdadas são lembradas no seu cotidiano, com a participação da família nos eventos, com o cuidado com os animais e os ensinamentos da vida campeira. É uma forma de identificação de S.r. Antônio, um modo de sentir o seu pertencimento, de acordo com as lembranças narradas por várias gerações de

sua família. Desse modo, a cada evento realizado para a preservação das tradições do tropeirismo essa tradição é preservada.

Essas práticas sociais preservam as representações características da cultura tropeira na cidade. Segundo Eric Hobsbawm (1984, p.10) essa “tradição inventada” se apresenta em uma série de práticas, regulamentadas por regras, de natureza ritual ou simbólica. Em Campo do Tenente a tradição do tropeirismo vem cultuando valores e normas de comportamento através da repetição, dos acampamentos tropeiros, das cavalgadas, da reunião familiar, levando a um processo de continuidade em relação ao passado.

A partir dessas representações das memórias por meio da oralidade, segundo a historiadora Marieta de Moraes Ferreira (2000), entende-se que:

[...] a história oral, “é uma linha historiográfica que explora a história e a memória rompe a visão determinista, que limita a liberdade dos homens e coloca em evidência a construção dos autores da sua própria identidade e reequaciona as relações entre passado e presente” [...] (FERREIRA, 2000, p.177).

A autora afirma que a história oral possibilita compreender novas maneiras de como apresentam-se as representações das memórias sociais, em razão, a elas darem vozes aos pequenos personagens. Aos mais diversos sujeitos sociais, muitas vezes, de origem marginal para a historiografia mais tradicional. Além disso, a historiadora também reafirma que as memórias são resignificadas no presente, o que demonstra que ainda no século XXI há uma importância do tropeirismo para cidadãos de Campo do Tenente.

Nesse caso, embora ocorram essas práticas sociais relacionadas à memória, está pouco é reafirmada ou representada na história local. Como as dos descendentes de tropeiros de Campo do Tenente, que rememoram essas práticas sociais, herdadas dos seus antepassados os tropeiros, porém pouco representada pela história local.

Ainda, de acordo com Chartier (1989) deve-se considerar estas representações coletivas dos descendentes de tropeiros, como as matrizes de práticas construtoras do próprio mundo social. Segundo ele “Mesmo as representações coletivas mais elevadas só têm existência, só são verdadeiramente tais, na medida em que comandam atos” (CHARTIER 1989, p. 12). Assim, as memórias e suas representações diferentes demonstram contrapontos de um mesmo processo histórico, enfatizando perspectivas plurais sobre a cidade de Campo do Tenente, ao mesmo tempo em que promovem a preservação da história local.

## AS REPRESENTAÇÕES DAS MEMÓRIAS DO TROPEIRISMO NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Para Cardoso & Vainfas (1997), um documento é sempre portador de um discurso que, assim considerado, não pode ser visto como algo transparente (IDEM, p. 539). Ao analisar as representações impressas no jornal “Voz do Campo” de responsabilidade da Paróquia Cristo Rei e no “Informação”, distribuído pelo Departamento de Cultura da Prefeitura municipal, observou-se como esses dois documentos escritos, que circularam pela cidade entre os anos de 2008 a 2015, influenciaram para que uma representação tropeira fosse mais singela na memória local. Isso se deve pela influência da versão europeizada sobre Campo do Tenente nesses meios de comunicação, tornando outras menos evidentes.

No jornal “Informação”, 2011. Lapa-PR: Via Gráfica, composto por 22 páginas e distribuído pela Prefeitura Municipal, em comemoração aos 50 anos de emancipação política de Campo do Tenente, há o seguinte título: “Cinquenta anos de emancipação política de Campo do Tenente” uma história marcada pelos imigrantes”. INFORMAÇÃO, p.01-22, out. 2011. LAPA-PR: VIA GRÁFICA. Essa reportagem tem por intuito informar sobre quais teriam sido as origens do município e, nesse caso, também atribui importância às atividades tropeiras, que teriam se iniciado no século XVIII.

Ao analisá-la, percebe-se que a notícia traz a participação da cultura tropeira na localidade destacando que ela foi responsável pelo povoamento da região, porém o título dá destaque aos imigrantes europeus, mesmo representando as memórias do tropeirismo na localidade. INFORMAÇÃO, p.03-22 out. 2011. LAPA-PR: VIA GRÁFICA. Além disso, é preciso lembrar que essas memórias ainda permanecem presentes, por meio de tradições rememoradas pelos seus descendentes em festas, eventos e no cotidiano da cidade.

Posteriormente, na edição o jornal Informação, 2011, p.08-22, out. 2011. Lapa-PR: Via Gráfica, traz uma matéria, cujo título é “Nosso Povo-Nossa História”. Neste, o editorial apresenta as origens de algumas localidades do município fundadas pelos poloneses a exemplo da Serrinha, segundo o informativo:

[...] nome que surgiu por volta de 1894, período da instalação da estrada de ferro. Esta localidade está localizada em um trecho, em que havia certa dificuldade de as máquinas puxarem os vagões até o alto da serra quando saía de Campo do Tenente em dire-



ção a Rio Negro. [...]. Nesta localidade do município predomina a presença dos descendentes de poloneses [...] (IDEM)

No entanto, o editorial não aborda na edição outros lugares representativos como: o espaço do Rodeio, Santana, Paiol do Fundo, o Lajeado<sup>12</sup>. Essas comunidades pertencem ao interior do município e são cheias de vivências, costumes e tradições. Além disso, nesses lugares a cultura europeia tem pouca representação. Nesse caso, os lugares que estão em maior evidência são aqueles em que elementos europeus são apontados como principais. Sendo assim, elas não recebem a mesma representatividade pelo editorial.

Dessa forma, ao analisar essa edição do “Informação”, percebeu-se que as representações da cultura tropeira estão presentes apenas na primeira página. Ou seja, há uma narrativa oficial que considera o tropeirismo como constituinte de Campo do Tenente, entretanto, não há uma preocupação dessas edições em fortalecer essa memória. Diante disso, a história de Campo do Tenente representada nesse editorial impresso leva a um questionamento sobre os lugares ocupados pelas memórias de descendentes de europeus e de tropeiros. Provavelmente, o peso responsável por esse “direcionamento” mais referente aos imigrantes europeus se dá pela escolha de um referencial mais memorialista desses povos.

Segundo Cardoso & Vainfas ao analisar um documento, o historiador deve atentar para o conteúdo histórico que pretende analisar, como as representações das memórias do tropeirismo, apresentadas nos jornais e informativos locais da cidade de Campo do Tenente. Segundo o autor, a análise do texto depende do tipo de escrita, do vocabulário, dos enunciados e dos tempos verbais (IDEM, p.539), assim, esses editoriais destacam as tradições dos descendentes de europeus na cidade, o que consequentemente, causou uma menor divulgação das representações da cultura tropeira na história local.

Nessa mesma direção, outra fonte analisada foi o Jornal “Voz do Campo”, um arquivo impresso de oito páginas, de circulação mensal e de responsabilidade da Paróquia Cristo Rei. A análise do jornal se deu, com ênfase nas representações das memórias da cultura tropeira, no posicionamento do “Jornal Voz do Campo” frente as diversas memórias locais e no contexto histórico do período.

Na sua primeira edição o jornal “Voz do Campo”: traz como título: “Pequena História de Campo do Tenente”. A edição afirma que os primeiros habitantes eram os grupos indígenas Kaingangues e Botocudos e, por volta, de 1543, o território era conhecido por pertencer a “Capitania de Itamaracá”, assim como esteve envolvido na rota Sorocaba/Viamão (VOZ DO CAMPO, p.04-03, set. 2008). Dessa forma, entende-se que o seu contexto foi representar o histórico da cidade. Entretanto, não há um aprofundamento das relações entre o passado e o presente no que se refere às tradições.

É possível ainda analisar na edição do jornal “Voz do Campo”, 11 - julho de 2009. Campo do Tenente-PR: Paróquia Cristo Rei. Duas imagens pequenas, em preto e branco, com o título “Concentração e caminhada rumo a igreja do Divino” (foto 01).

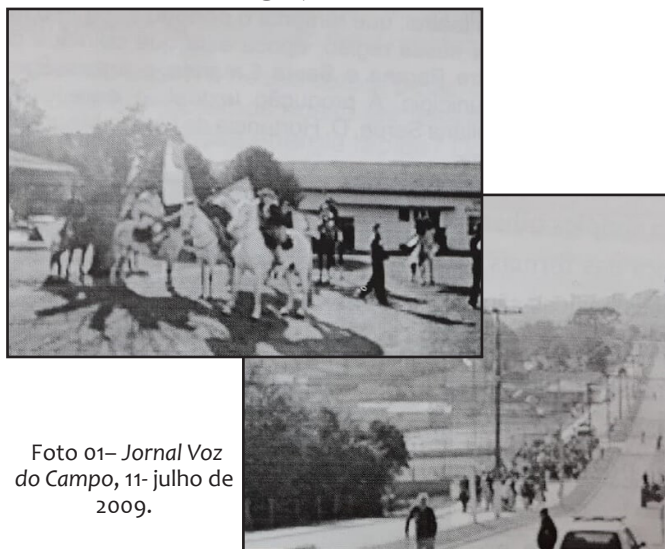


Foto 01- Jornal Voz do Campo, 11- julho de 2009.

A imagem apresenta as pessoas de Campo do Tenente, em uma cavalcada, rumo a Igreja do Divino Espírito Santo. Essa tradição da cavalcada até a Igreja faz parte da devoção dos tropeiros e representa um momento em que é também comemorada a memória tropeira na cidade. No entanto ao analisá-las, verificou-se que são tão pequenas e sem nenhum texto ou legenda explicativa a respeito das pessoas ali retratadas, que facilmente passariam “despercebidas”. A legenda apresenta também erro na grafia, pois a palavra certa é “cavalcada” e não “caminhada”, demonstrando a falta de conhecimento e de análise sobre as representações da cultura tropeira.

Ainda em outubro de 2009, ao se referir ao “Histórico do Município de Campo do Tenente”, o jornal tem a seguinte informação:

12 Localidades pertencentes ao interior do município de Campo do Tenente.

Campo do Tenente foi antigo Repouso dos Tropeiros, teve a sua emancipação política em 1961. Desmembrando do território de Rio Negro nesse período a vila extrema decadência em razão a retirada dos trilhos da linha do trem. Segundo relatos de antigos moradores o auge econômico do município se deu entre 1900 a 1955. [...] instalando-se oficialmente em 29 de outubro 1961. [...] a cidade é formada por descendentes de colonizadores europeus, que mantém vivas as sua a cultura na cidade. VOZ DO CAMPO, p.06-08 out. 2009).

Para fazer essa afirmação, o jornal “Voz do Campo” utiliza como referencial a pesquisa da historiadora Joseli Vichinieski Novaki. Ou seja, a edição foca em perspectivas sobre os poloneses na cidade, enfatizando uma representação social de uma cidade europeizada.

Posteriormente, no mesmo jornal, é possível analisar três imagens da “Estação Ferroviária de Campo do Tenente”:



Pouso dos tropeiros - Primeiro Estação de Campo do Tenente, em Madeira.

Construída “nova” estação em 1935. Foto da época da inauguração.

A estação em 2009 (hoje Câmara Municipal).

Foto 03 – Publicado no Jornal Voz do Campo, julho de 2008.

A primeira foto, em preto e branco, é da antiga pousada dos tropeiros na cidade, uma construção de madeira. A segunda imagem retrata a inauguração da Nova Estação Ferroviária, construída em 1935. Já a terceira imagem, em 2009, refere-se à atual Câmara Municipal de Vereadores (VOZ DO CAMPO, p.05-08, de nov. 2009).

Essas imagens representam a trajetória do prédio da estação ferroviária que, primeiramente foi utilizado como pouso pelos tropeiros na cidade, depois tornou-se a estação ferroviária e funciona desde 1999, como Câmara Municipal de Vereadores. Esse talvez seja o prédio mais antigo de Campo do Tenente, motivo pelo qual seria importante a sua preservação como patrimônio histórico cultural, visto que um museu tornaria esse espaço como lugar de memória da história local.

Em outra edição de 2011, o jornal Voz do Campo traz uma reportagem, cujo título é: “Campo do Tenente” “Oh Terra Amada”. Voz do Campo, p.03-08, out. 2011. Campo do Tenente-PR: Paróquia Cristo Rei. Nesta edição o mesmo destaca que, “em razão a comemoração dos 50 anos de emancipação política do município, convém olhar para o legado de ocupação do território antes pelos índios, após pelos tropeiros, para se deslocarem para Sorocaba em São Paulo” (IDEM).

Em seguida, descreve a passagem do “Monge João Maria” (nome pelo qual ficaram conhecidos três monges que passaram pela região sul do Brasil no final do século XIX e primeira metade do século XX. Tinham o caráter de curandeirismo ou de mesianismo) e a construção da estação de ferroviária de Campo do Tenente. Apenas após essas colocações, frisa sobre a chegada dos colonizadores europeus, citando os nomes das famílias residentes na cidade e a sua atuação nos diversos setores. Esse, destaque aos tropeiros, segundo o jornal, “a cidade só se desenvolveu, em razão da presença dos europeus”. VOZ DO CAMPO, p.03-08, out. 2011. CAMPO DO TENENTE-PR: PARÓQUIA CRISTO REI. Assim, ao analisar essa edição em conjunto com as anteriores, percebe-se que prevaleceu a memória da cultura europeia, no que se refere à história da cidade.

A imagem abaixo, do jornal “Voz do Campo”, tem uma imagem comemorativa, cuja a legenda é: “Cavaleiros representantes de Tropeiros na procissão da Festa do Divino”. VOZ DO CAMPO, p.08-08, jul. 2012. CAMPO DO TENENTE-PR: PARÓQUIA CRISTO REI. A Imagem, embora colo-



rida, não permite a identificação das pessoas, eixando o leitor sem informação sobre o porquê desse povo estar ali, de se dirigir às festas vestidos daquela maneira, ou mesmo do que a imagem representa. Nesse caso, as imagens referem-se a um costume de descendentes de tropeiros, de se reunirem todos os anos em cavalgada rumo à festa do Divino.



Foto 04 – publicada no *jornal Voz do Campo*, julho de 2008.

Diante disso, seria de grande importância para a preservação da cultura tropeira na cidade e também, para melhor compreensão do leitor, que o jornal abordasse o significado dessas representações da cultura tropeira na festa do Divino Espírito Santo. Isso se deve, justamente por essa festa ser um evento em que os descendentes de tropeiros possivelmente rememoram os costumes e as tradições dessa cultura na cidade, com base na fé e devoção ao Divino Espírito Santo.

É possível observar no jornal “Voz do Campo” uma cultura tropeira representada com menos ênfase, bem como pouco presente no cotidiano da cidade. Em geral, as edições narram sobre a presença de tropeiros no desenvolvimento dos caminhos de Campo do Tenente, como rota do tropeirismo, porém não foram contextualizadas na importância que podem ter para muitos ainda no contexto do século XXI.

Desse modo, este artigo ao trazer notícias de jornal e obras memorialistas, entende a necessidade de se pensar nas narrativas não é só oral, é com base em todas. Nesse caso, também é preciso considerar como fonte as entrevistas orais, porque essas de-

monstram a complexidade sobre as múltiplas versões da fundação da cidade de Campo do Tenente. Elas dão vozes aos sujeitos que também fazem parte da história local, cujas memórias não são tão bem consideradas como outras.

A primeira entrevista sobre as representações das memórias do tropeirismo foi com a professora de História do Colégio Victor Bussmann, Rosalba Arruda Ávila. Segundo ela, entre diversas práticas que podem lembrar a influência do tropeirismo, o “Acampamento Tropeiro”, é um dos elementos que representam o ciclo econômico, social e cultural, forjado a partir do tropeirismo do século XVIII. O acampamento, portanto, tem por intenção proporcionar aos alunos e visitantes, um conhecimento mais profundo sobre a cultura tropeira, a fim de contribuir com a preservação dessa memória e desses comportamentos identitários.

Ao questionar a professora Rosalba Arruda Ávila do porquê da realização desse evento no colégio, a resposta foi a seguinte:

Esse era o tema da minha oficina na Feira do Conhecimento<sup>13</sup>, e juntamente com os alunos, que se identificavam com o tropeirismo na escola, assim, o dia todo ficamos envolvidos em reviver essas memórias, costumes e tradições. Foi simulado um Acampamento Tropeiro no pátio do colégio, regados ao chimarrão, com direito a almoço feito no fogão a lenha, cavalgadas, vestidos no estilo tropeiro, preservando naquele evento as memórias e costumes, herdados dos nossos antepassados (ÁVILA, 2017).

As lembranças da Sr.<sup>a</sup> Rosalba sobre a cultura tropeira evidenciam um período da história do município, e que foram rememoradas nesse evento. Para ela, esse momento representou a união da comunidade escolar, pois preservar e falar acerca dessas memórias na escola possibilitou que o processo de ensino aproximasse os alunos das representações sociais locais. Além disso, a comunidade escolar também pode ter reflexões críticas sobre esse processo histórico, possibilitando a eles conhecer as memórias daqueles que também fizeram parte da história de Campo do Tenente.

Já o funcionário do colégio o senhor, Luiz Carlos Ávila Arruda, relatou que carrega em sua memória uma vida toda de “tropeada”<sup>14</sup>, cavalgada no lombo do cavalo, vestido no estilo campeiro e na roda de mate<sup>15</sup>.

13 Feira do conhecimento: evento realizado no Colégio Victor Bussmann, se deu em 10/10/ 2014, onde as diversas áreas do conhecimento realizaram atividades, aberta ao público nos três períodos de funcionamento da instituição.

14 Tropeada: Ato de conduzir a tropa de gado.

15 Roda do mate: começa com o preparador (geralmente o dono da casa ou estabelecimento, em locais mais informais, o dono dos apetrechos) tomando o primeiro e o segundo chimarrão, que depois é passado para o primeiro à sua esquerda, e assim sucessivamente.

Na escola, a realização do Acampamento Tropeiro se deu:

A fim de rememorar os costumes e tradições junto aos alunos do meu amado colégio, ele teve como o objetivo contar aos mais jovens a história dos seus antepassados. A cidade de Campo do Tenente preserva a tradição tropeira, só falta uma sede para reuniões e eventos, para celebrar essa preciosa memória de grande parte do povo tenenteano. (ARRUDA, 2017).

Segundo o senhor Luiz, a intenção foi a de celebrar e mostrar o significado desse tradicionalismo herdado dos tropeiros. Em razão, da cultura do tropeirismo representar para ele na atualidade uma atividade que permite a participação de todos e faz parte da história local.

Para os alunos, participantes do Acampamento Tropeiro, realizado no colégio, o objetivo foi de construir um conhecimento de como os moradores na atualidade se identificam com esses costumes e preservam as tradições de seus antepassados. Segundo eles:

Foi um momento de grande festa, pois preservar as memórias do tropeirismo significou trazer para a nossa escola uma cultura herdada dos antepassados, que celebra a fé em nossa Sr.<sup>a</sup> Aparecida e presente no nosso dia a dia. Reviver esses costumes e tradições, no colégio, teve como objetivo contar ao público, a história dos nossos antepassados, os tropeiros, e também, refletir sobre a importância dessas memórias e da nossa participação na história local. Assim, socializar esse conhecimento no Acampamento Tropeiro nos fez compreender como os costumes herdados, são parte da história da cidade.

Segundo os alunos (05) participantes do Acampamento Tropeiro, em entrevista realizada em (29/05/2017), nesse dia cultivaram a cultura tropeira, preservaram os costumes herdados dos seus antepassados e construíram um saber de como essas tradições são parte da história da cidade. Segundo Ferreira (200, p. 76), na atualidade comparar as entrevistas realizadas, permite saber os novos gêneros de contar histórias e possibilita conhecer mais sobre a identidade cultural das pessoas. Desse modo, os alunos participantes do “Acampamento Tropeiro” conheceram, as práticas sociais herdadas dos seus antepassados, de acordo, com os costumes da sua época, percebendo a sua participação como sujeitos históricos, além de colaborar com o processo de preservação da cultura tropeira.

Essas representações ficaram registradas em um arquivo digital fotográfico, que retratou como os membros da comunidade escolar do Colégio Victor Bussmann trabalharam com perspectivas identitárias culturais e sociais através das memórias

do tropeirismo. Abaixo algumas imagens e representações desse dia:



Foto 5- Professora: Rosalba Arruda Ávila.



Foto 6- Sr. Luiz Carlos Ávila Arruda.  
Abrindo o evento no estilo tropeiro. Preparando o almoço.



Foto-3 Visita dos alunos de outras escolas

Fotos do Arquivo digital: Acampamento Tropeiro. Waldermar Mulbank- Assessoria de imprensa NRE/Sul. Disponível em: <<http://www.nre.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=38>>acesso 01/01/2018.

As imagens do Acampamento Tropeiro repre-



sentam um período da história do Centro Sul do país, lembrando no pátio do Colégio Estadual Victor Bussmann e registrado em fotografias na cidade de Campo do Tenente em outubro de 2014. De acordo com Roger Chartier (1989, p.12), é importante considerar estas representações coletivas como as matrizes de práticas construtoras do próprio mundo social, pois essas imagens representaram uma visão de como essa cultura se faz presente e parte da história local, contribuindo na construção da memória e identidade dos seus moradores.

Esse evento retratado pelas imagens do Arquivo Digital foi um momento em que as representações herdadas da cultura tropeira foram frisadas, assim, a realização do “Acampamento Tropeiro” teve como intuito e rememorar as memórias do tropeirismo em Campo do Tenente naquela época. Desse modo, foram incentivadas o uso de roupas no estilo campeiro, representação de cavalgadas pelo pátio do colégio, o preparo de comidas tropeiras, assim como o uso de fogão a lenha, por meio dessas práticas e representações, a comunidade escolar do Colégio Estadual Victor Bussmann, (re) conheceu a cultura tropeira, a qual é uma tradição para história da cidade.

Ainda segundo Cardoso e Vainfas (1997), representa através da produção da imagem, uma pista. Esta é um fruto da ação humana, que chega através de códigos convencionalizados socialmente, com um caráter conotativo e que retrata em imagens “o ser” e “o agir” do contexto no qual está inserida, transmitindo mensagens. No entanto, tal relação não é automática, pois, entre o sujeito que olha e a imagem que elabora, “existe muito mais do que os olhos podem ver” (CARDOSO e VAINFAS, 1997, p. 574).

Dessa forma, as entrevistas orais e as imagens digitais tiveram o objetivo de trazer outros olhares sobre a versão mais comum, a de que as memórias de imigrantes europeus, enfatizadas por jornais e livros memorialistas, seriam as únicas ou mais importantes para a história de Campo do Tenente. Desse modo, esse artigo teve por intenção apontar que há várias memórias na cidade, as quais disputam um lugar mais privilegiado em relação as outras.

De acordo, com Cardoso e Vainfas (1997, p.30), aprender o ofício de historiador significa também cruzar as fontes, produzir confronto entre elas, a fim de fazer novas perguntas a elas, assumindo o perfil “detetivesco de historiador”. Assim, é possível produzir um conhecimento histórico que descon-

trói conceitos hegemônicos, possibilitando que as diversas representações das memórias sociais tenham um lugar na história.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como o objetivo debater sobre parte da memória que compõe a história local de Campo de Tenente, a qual permitiu a um determinado grupo social firmar a sua identidade cultural. Segundo Amorim (2012, p.91), a memória e a identidade interagem em um diálogo, por meio dos acontecimentos vivenciados e rememorados por determinados grupos. Assim, elas fazem parte de uma operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado, que se quer salvaguardar. Além disso, podem se integrar em tentativas mais ou menos conscientes, ou mesmo “disputar” um espaço para reforçar sentimentos de pertencimento mais de uma cultura em relação a outra (POLACK, 1989, p.12).

As memórias do tropeirismo foram passadas ao longo das gerações, sendo esse um modo de manter as tradições e os costumes, como reuniões para cavalgadas e acampamentos, firmando assim, práticas identitárias. Diante disso, buscou-se em diversos tópicos analisar as memórias de Campo do Tenente representadas nos jornais locais e informativos municipais, porém confrontando-as com as versões das fontes orais e retratadas nas imagens digitais.

Por meio das fontes é possível observar como a cultura tropeira se faz presente na construção sócio histórica da cidade. Segundo Chartier, ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social, muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de confronto (CHARTIER, 1988, p.17) e, este, foi o intuito dessa pesquisa.

Por fim, percebeu-se que ao contemplar um fazer historiográfico mais plural, este possibilitou que diversas memórias fossem representadas como construtoras da identidade social de Campo do Tenente. Sendo assim, novos olhares foram lançados sobre a história local, bem como sobre a participação de diversos sujeitos sociais.

## FONTES

Entrevista concedida por Luiz Carlos Ávila Arruda, 54 anos. [out. 2017]. Entrevistadora: Beatriz Santos de Oliveira. 2017. 1 arquivo mp3 (00: 10:14 min).

Entrevista concedida por Rosalba Arruda Ávila, 52 anos. [out. 2017]. Entrevistadora: Beatriz Santos de Oliveira. 1 arquivo mp3 (00:20:40 min).

Entrevista concedida por Antônio Carlos Miranda Toledo, 38 anos [março. 2018]. Entrevistadora: Beatriz Santos de Oliveira. 1 arquivo mp3 (00:28:40 min).

Entrevista concedida por 05 alunos participantes do Acampamento Tropeiro (Entrevista realizada em 29/05/2017), e presentes na Oficina Pedagógica, sobre a importância das memórias do tropeirismo na cidade de Campo do Tenente resposta ao questionário, realizado na Oficina Pedagógica da disciplina de Estágio Supervisionado I).

Jornal “**Voz do Campo**”, edições dos anos de 2005 a 2015. (Responsabilidade da Paróquia Cristo Rei). Edições: 1 setembro 2008- ano/ 11- julho, 2009 / 14 outubro, 2009 /ano /10 -outubro de 2011/ano / 7- julho 2012.

**INFORMAÇÃO; informativo, dos 50 anos de emancipação política de Campo do Tenente do ano de 2011.** (Responsabilidade do Departamento de Cultura, da Prefeitura municipal Campo do Tenente).

INTERNET -Site da NRE/SUL. Arquivo digital fotográfico, do acampamento tropeiro que se deu em 10/2014, no Colégio estadual Victor Bussmann. Disponível em: <http://www.nre.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=38> > acessado em 01/01/2018.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, Maria Aparecida Blaz Vasques. História, memória, identidade e História oral. **Revista Eletrônica de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Cruzeiro do Sul**. São Paulo, v. 1, n. 2, jan. jun. 2012.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS Ronaldo. Domínios da História In; \_\_\_\_ **História e Análise de Textos**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHARTIER. Roger. O mundo como representação. PDF. **Revista USP**. SP v. 5, n. 11, 1991. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601/10152>> acesso em 15/03/2018.

CELESTINO Ayrton Gonçalves Celestino. “**Os Bucovinos do Brasil**” e a **História de Rio Negro**. Paraná: Tore de Papel, 2002.

D'. ALMEIDA, Raul. **A História de Rio Negro**. Rio Negro: Editora autor, 1976.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral velhas questões, novos desafios. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 314-332. Disponível em: <[http://revistatopoi.org/numeros\\_anteriores/topoi05/topoi5a13.pdf](http://revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi05/topoi5a13.pdf)> acesso em 10/01/2018.

FRASSON, Antonio Carlos GOMES; Silvestre Alves. TROPEIRISMO: Processo civilizatório da região sul do Brasil. UTFPR/PG/CESCAGE. 2010. Disponível em: <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/2010/Historia/artigos/frasson\\_artigo.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Historia/artigos/frasson_artigo.pdf)> acesso em 20/01/2018.

GOULARTI FILHO, Alcides Goularti. **Textos de Economia, Florianópolis**, v.15, n.2, p.111-138, jul. /dez.2012. Disponível em:<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/21758085.2012v15n2p111>> acesso em 10/01/2018.

GRUBER, Tayná. Entre mio-mios e embiras: homens e animais no caminho das tropas. **Revista Ateliê de História**. UEPG, 4(1): 21-43, 2016.

HISTÓRICO de Campo do Tenente. Prefeitura, Municipal de Campo do Tenente/PR. Disponível em: <<http://campodotenente.pr.gov.br/portal/historia/>> acesso em 03/01/2018.

JOBOJI, Nádia Terumi. **Projeto Turístico Integrado De Desenvolvimento Regional: o caso da Rota dos Tropeiros no Estado do Paraná**. 2009. Dissertação de mestrado (mestrado em Hotelaria e Turismo) -Universidade do Vale do Itajaí. Balneário Camboriú. Santa Catarina. 2008. Disponível em: < <http://siaibib01.univali.br/pdf/Nadia%20Terumi%20Joboji.pdf> > acesso em 25/04/2017.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. In: \_\_\_\_\_. Memória. Tradução Bernardo Leitão... [et al]. 5º ed.-Campinas. SP: Editora da UNICAMP, 2003.

\_\_\_\_\_. Monumento e Documento. Tradução Bernardo Leitão...[et al]. 5º ed.-Campinas. SP: Editora da UNICAMP, 2003b.

LOPES, José Carlos Veiga. **Aconteceu Nos Pinhais**. Curitiba.PR : Editora Progressiva. 2007.

MENDES, Eliane de Lima. O Lugar do Tropeiro na Fundação Do Paraná: Um Percorso Pela. Escrita da História. **A Revista História, Movimento e Reflexão. v.2, n. 1. 2014**. São Paulo.

MOSER Plinio, Peyerl Moser Paulo Roberto. **O Pacificador**. Mafra. SC: Editora Nitram, 2012.

NOVAKI, Joseli, Vichinieski. **O Legado Polonês em Campo do Tenente**. UnC. Mafra, 2006. **Monografia** (Bacharelado em História) – Universidade Estadual de Santa Catarina. 2000.

RIBEIRO, José Hamilton. **Os Tropeiros**. São Paulo: Editora Globo. 2006.

POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social. **Revistas Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

\_\_\_\_\_. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revistas Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

UTSCH Luita Pfeiffer. **Família Stalhke, da Europa para o Brasil**. Curitiba: Tecnocópias. 2009.

ZATTI, Carlos. **Os vinte, Fragueiros de Campo do Tenente**. Curitiba: IHGPR, 2014. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books/reader?id=chISBQAAQBAJ&hl=pt-BR&printsec=frontcover&output=reader&pg=GBS.PA3>> acesso em 03/03/2017.





Ateliê de História

**Palavras - chave:**  
Monge João Maria;  
Religiosidade popular;  
História oral; Memórias.

**Resumo:** Místico, profeta e “santo”, o Monge João Maria é uma figura emblemática que teria percorrido os sertões do Brasil em meados do século XIX e início do XX. Sua existência está ligada a historiografia da Guerra do Contestado, aos causos, histórias e crenças populares daquela época e sobrevive no imaginário popular de nossos dias, através da fé e devoção de seus seguidores. Este artigo aborda as memórias em relação ao Monge João Maria referentes a sua passagem pelo Distrito de Lageado, interior do município de Rio Negro, Paraná. Tal abordagem dá-se por meio de depoimentos orais, coletados em entrevistas com os devotos dessa localidade rural e com pessoas ligadas a eles. Por meio dos conceitos de representação de Roger Chartier (1988), de memória e identidade social, Michael Pollak (1992), de religiosidade popular, de Thiago Rodrigues Tavares (2013) e do sagrado, por Mircea Eliade (1992), foi possível analisar essa religiosidade popular presente nas práticas e vivências dessa comunidade.

# MEMÓRIAS RELIGIOSAS ATINENTES AO “MONGE JOÃO MARIA” NO DISTRITO DE LAGEADO, RIO NEGRO, PARANÁ (1960-1990)

Célia Maguirovski <sup>1</sup>  
Simone Aparecida Dupla <sup>2</sup>

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo debruça-se sobre as memórias religiosas relativas a passagem do Monge João Maria pelo Distrito de Lageado, área rural do município de Rio Negro, no Estado do Paraná. O monge foi uma figura mística que teria percorrido os sertões do Brasil no final do século XIX e início do XX e trata-se de uma personagem que foi e ainda é muito discutido por vários historiadores que se ocuparam da história da região e dos acontecimentos relacionados aos conflitos da Guerra do Contestado, como Ermelino de Leão (1929), Élio Serpa (1999), Nilson Thomé (1992; 1997), entre outros.

A devoção a esse monge faz parte da religiosidade popular e, mesmo não sendo considerado santo pela Igreja Católica, ele é venerado nos lugares por onde passou, inclusive na região do Distrito de Lageado, onde cruzeiros, capelinhas, quadros com sua foto, rosários, entre outros, atestam a materialidade da devoção ao “santo” (entende-se santo não oficial, ou seja, não reconhecido pela Igreja Católica, mas considerado santo pelo povo).

Observando-se essa materialidade, este artigo pretende analisar as memórias religiosas atinentes a essa devoção, por meio dos depoimentos dos devotos desta comunidade. Na transcrição das entrevistas mantivemos a linguagem original dos depoentes, tomamos como recorte temporal os anos de 1960 a 1990, período que corresponde à juventude dos entrevistados, cuja faixa etária atual fica entre 48 e 74 anos.

Acreditamos que ao pesquisar as memórias acerca da religiosidade e devoção em torno do Monge João Maria é possível trazer para a história pessoas comuns, dando voz assim, a grupos antes ignorados pela historiografia tradicional: o povo humilde, que, no final do século XIX, possuía poucos recursos e contava, quase sempre, apenas com sua força e sua fé.

O trabalho com a história oral nos permite trazer outros sujeitos históricos, antes silenciados pelas grandes narrativas, pois, “ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à memória oficial, no caso a memória nacional” (POLLAK, 1989, p.4).

O presente estudo torna-se relevante para a história cultural, na medida em que oportuniza espaço para indivíduos comuns da sociedade, permitindo conhecer sua religiosidade, suas memórias e crenças, trazendo um novo

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Licenciatura em História pela UEPG. E-mail: celiamag@outlook.com

<sup>2</sup> Mestre em História, Cultura e Narrativas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Doutoranda em História pela Universidade Estadual de Maringá.

olhar sobre a história local.

Vale ressaltar que abordar a religiosidade acerca do Monge João Maria não tem o propósito de enaltece-lo, mas sim, de dar espaço ao povo, as memórias populares, as suas representações sobre esse personagem, uma vez que a representação, segundo Roger Chartier (1988), é um conceito utilizado pelos homens para compreender o funcionamento de uma sociedade, ou definir as operações intelectuais que lhes permitem apreender o mundo. Em suma, compreender a identidade dos povos através de suas relações entre representação e identidade, neste caso, presentes nas manifestações religiosas em torno do Monge, uma figura emblemática, que faz parte da formação histórica e cultural da comunidade do Distrito de Lageado e ainda nos dias atuais é rememorado por moradores desta localidade.

## O MONGE JOÃO MARIA NO DISTRITO DE LAGEADO.

Ao caminhar pelo Distrito de Lageado, região que fica no interior do município de Rio Negro, no estado do Paraná, nota-se a presença de cruzes que compõem a paisagem da localidade. A cruz que chama mais atenção é a que fica localizada na região central do Distrito de Lageado, na Rua Luiz Neppel (figura 01), pois fica à beira do asfalto e, portanto, bem visível a todos que por ali passam. Em torno dela encontram-se objetos de devoção, como flores, velas, fotos e a imagem do “santo”.



Figura 01

Cruz do Monge João Maria - Rua Luiz Neppel, Lageado dos Vieiras, Rio Negro, Paraná. Fonte: Acervo pessoal. Rodrigo do Rosário - 15/07/2015

Outra cruz referente ao Monge João Maria, fica na localidade do Lençol, que pertence ao Distrito de Lageado (figura 02), porém esta não é tão visível, pois fica em meio a mata, no terreno pertencente ao Sr.º Sebastião Darci Valério. A localidade do Lençol fica a caminho da cidade de Rio Negro, sede do município a qual pertence o referido Distrito.

Na crença popular, como relatado pelos devotos, as cruzes eram erguidas no trajeto percorrido pelo monge, mais precisamente, onde este parava para descansar ou realizar suas rezas, profecias ou curas. Geralmente ficava próximo a algum olho d'água e perto de uma árvore. Na localidade de Lageado dos Vieiras fica o Rio Lageado, que faz divisa com o município de Piên e, seguindo-se pela estrada após o rio, encontram-se mais cruzes, porém, o presente trabalho se restringe somente ao Distrito de Lageado e as localidades que a ele pertencem.



Figura 02

Cruz do Monge João Maria na localidade do Lençol, Rio Negro, Paraná. Fonte: Acervo pessoal. Rodrigo do Rosário - 15/07/2015

O aparecimento do monge e sua história confundem-se com os conflitos da Guerra do Contestado, que ocorreu durante a Primeira República, nos estados do Paraná e Santa Catarina devido a disputas territoriais, (THOMÉ, 1992). A região de Rio Negro está inserida no contexto dessas disputas de limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina, o que justificaria sua passagem pelo Distrito.

Élio Serpa (1999) aborda a participação dos profetas como o Monge João Maria, personagens



que marcaram profundamente a cultura religiosa do povo sertanejo em diversos momentos, apontando que, “no final do século XIX e início do XX, apareceram pela região sul do Paraná e norte de Santa Catarina, muitos homens que se diziam profetas e detentores de poderes sobrenaturais, marcando profundamente a cultura religiosa do povo sertanejo” (SERPA, 1999, p.31). Destaca-se aqui que nesse período o povo era desprovido de assistência médica, o que fazia com que os curandeiros fossem os únicos recursos que as pessoas do interior possuíam, “não haviam médicos na região. Inexistia também a assistência hospitalar. Os remédios eram escassos” (THOMÉ, 1992, p.33).

O Monge João Maria era considerado pelos sertanejos como curandeiro, místico e profeta, alguém com poderes divinos. Serpa (1999) relata que a religiosidade em torno do monge era considerada heresia pelos padres franciscanos, que combatiam essa crença popular. No entanto, “a tradição oral encarregou-se de preservar a memória dos profetas e seus ensinamentos, que ainda são cultuados na região”. (SERPA, 1999, p.32). Nesse contexto, o autor aborda tanto o conflito armado como os personagens emblemáticos que fizeram parte da Guerra do Contestado, destacando a figura do Monge João Maria.

Da segunda metade do século XIX até a segunda década do século XX, a região serrana de Santa Catarina esteve envolta com o aparecimento de homens que se diziam e eram vistos como detentores sobrenaturais. No entanto, João Maria de Agostinho, João Maria de Jesus e José Maria marcaram profundamente a história da região em tempos diferentes. Tinham características que facilmente os distinguiram uns dos outros, embora na visão de seus adeptos, os três seriam um só (SERPA, 1999, p. 31).

A literatura descreve três personagens distintos como sendo o “Monge João Maria” e o povo, por meio de lendas e folclore, uniu-os em um, que ficou conhecido como São João Maria, considerado, por sua peregrinação, como o “monge dos excluídos” (SERPA, 1999, p.31). Nos relatos das entrevistas realizadas com os devotos, em nenhum momento foi referido mais de um profeta, para eles existe apenas um, o “São João Maria”, o santo popular e milagroso, a que se recorre diante das mais diversas dificuldades. Os monges, em comum, têm o fato de viverem em épocas de grandes mudanças sociais, quando o aconselhamento religioso, a cura por meio de ervas, água e milagres eram os únicos recursos acessíveis à população carente e pouco assistida. As pessoas humildes encontraram neles apoio para enfrentar a

penúria e a desesperança.

Ermelino de Leão (1929) destaca a passagem do monge pela região de Rio Negro, fortalecendo as evidências de sua presença por estas terras:

Contam os documentos do Rio Negro, que corria cerca de 1851 quando chegou a localidade o venerado Monge. Recusou hospedagem, pernoitando debaixo de uns nhapindazeiros a margem direita do rio. Aí permaneceu alguns dias, ocupando-se em práticas religiosas e em conselhos aos colonos (LEÃO, 1929, p.194).

Leão informa ainda que a cidade de Rio Negro havia sido flagelada por uma peste em meados do século XIX, trazida pela Revolução dos Farrapos, através do sexto batalhão e por caçadores. A peste era a varíola e tinha dizimado duas mil pessoas, fato onde o monge “recomendou que construíssem dezenove cruzeiros, levantassem-nas desde a porta da capela em linha reta até o rio, observando de igual distância umas das outras” (LEÃO, 1929, p.194). As cruzeiros foram erguidas no dia 30 de junho de 1851, e colaborou, segundo os devotos, para que a epidemia cessasse. Anos depois, o administrador da cidade de Rio Negro, o Tenente Francisco Xavier de Assis, ordenou a remoção das cruzeiros, porque atrapalhavam a passagem das tropas vindas do Rio Grande do Sul. Assim “os colonos de comum acordo, resolveram removê-las para as suas casas, onde permaneceram até que o tempo as destruísse” (LEÃO, 1929, p.194).

Uma delas, porém, foi conservada em frente a capela, onde os devotos faziam suas orações, até que “em 1916 a margem esquerda do rio passou para a jurisdição de Santa Catarina, ficando a cruz em um largo, ao centro da cidade de Mafra, na Praça hoje denominada Hercílio Luz” (LEÃO, 1929, p.194) (figura 03).

Nilson Thomé (1992) afirma que a figura lendária de João Maria ganhou força e devoção em meio ao povo sertanejo nas regiões do conflito do Contestado devido aos movimentos messiânicos que aconteceram no Brasil nos últimos duzentos anos, associados aos períodos históricos de crises políticas e econômicas vivenciadas no país (THOMÉ, 1992, p.68).

Élio Serpa (1999) relata que a presença de João Maria no sul do Brasil, em meados do século XIX, foi seguida de surtos de movimentos sociais em várias partes do Brasil como o movimento de Canudos (BA), o de Juazeiro (CE), entre outros que surgiram neste período, confrontando-se com as normas doutrinárias da Igreja Católica e mesclando-se com problemas de ordem social, econômica e política existentes nestas regiões.



Figura: 03

Capela do Monge João Maria. Praça Hercílio Luz, Mafra.  
Fonte: Click Riomafrá. Disponível em:  
<https://www.clickriomafra.com.br>

A bibliografia sobre a história do Monge João Maria é vasta, mas a maioria dos autores destaca a figura misteriosa do monge associada aos conflitos sociais vivenciados na época, esse texto parte por outro viés: o da religiosidade e práticas de devoção ligadas a ele e que se mantêm preservadas até nossos dias pelos devotos.

As cruzes ainda conservadas no Distrito de Lageado nos revelam a devoção da comunidade ao Monge. Os relatos dos devotos possibilitam uma aproximação maior a essa religiosidade popular e nos permite compreender essa devoção a um santo não oficial da Igreja Católica ainda muito cultuado na região.

## RELIGIOSIDADE POPULAR E RELIGIÃO OFICIAL

No século XIX, o Brasil passava por várias mudanças políticas, econômicas e sociais. Thiago Rodrigues Tavares (2013) comenta que o catolicismo no Brasil esteve presente desde a chegada dos primeiros portugueses, fazendo parte da elite detentora do poder político e monetário, denominado catolicismo patriarcal, onde bispos e padres tinham estreita ligação com a coroa portuguesa, ou seja, a igreja católica era apoiada pela coroa que mantinha um controle sobre ela. O catolicismo popular chega ao Brasil por intermédio dos portugueses pobres e se estabelece principalmente na zona rural, misturando-se as crendices dos índios, africanos e todos os tipos de mestiços.

Segundo Élio Serpa (1999), com a Proclamação da República, os estados do Paraná e Santa Catarina entram em disputas territoriais pela região. Neste contexto e, “no que se refere a religiosidade, a Igreja Católica, na esteira do discurso civilizatório, também atua no sentido de reformular práticas religiosas e condutas” (SERPA, 1999, p. 20).

Nilson Thomé (1992) aponta com bastante clareza que, naquele período conturbado que o Brasil atravessava, em meados do século XIX e XX, surgiu uma figura mística, um andarilho, que levava para o povo ensinamentos bíblicos, profecias, rezas, curas etc. Esse andarilho místico foi denominado pelo povo de “São João Maria”, uma figura lendária e messiânica, que passava profetizando e dando esperança ao povo sertanejo. “Por messianismo, entende – se a crença religiosa da vinda de um redentor, que altera a ordem das coisas para haver mais justiça entre os homens” (THOMÉ, 1992, p.68).

Muitos movimentos messiânicos aconteceram no Brasil em meados do século XIX, na maioria associados a períodos históricos de crises econômicas e políticas, como por exemplo o Padre Cícero no Ceará, José Guedes em Pernambuco, João Brandão em Minas Gerais, Antônio Conselheiro na Bahia e os monges João Maria no sul do Brasil. O Monge João Maria foi um profeta, andarilho, que passou por várias regiões, pregando ensinamentos, orações e profecias (THOMÉ, 1992, p.68).

O autor Élio Serpa (1999, p. 31) esclarece que essa devoção aos monges era considerada heresia pela Igreja católica, principalmente pelos padres franciscanos alemães vindos da Saxônia e que, segundo eles, precisava ser combatida. Porém, observou-se nos depoimentos colhidos que, para o povo devoto, não fez nenhuma importância o seu não re-

conhecimento perante a igreja. O Monge João Maria era tido como santo, e ainda o é, independente do reconhecimento clerical, pois a maioria nem se dá conta dessa informação. O que se percebe nos seus seguidores é fé, devoção e, inclusive, uso de rituais e orações católicas, mesclando, portanto, o sagrado e o profano.

Durante o estudo percebeu-se que, para o povo devoto, o “Monge” - aquele de vida austera, monástico de grutas, que vivia solitariamente - foi um “profeta” - adivinho que fazia predições de futuro nos seus tempos - que veio anunciar o reino de Deus, trazendo esperança e muitos ensinamentos a eles.

Para os colonos, a devoção ao Monge é considerada como sagrada, porém, para a Igreja essa devoção é considerada profana. Para Mircea Eliade (1992), sagrado é o que essencialmente se diferencia do profano, o ser humano toma conhecimento do sagrado porque ele se mostra como uma realidade totalmente diferente da mundana (ELIADE, 1992, p. 13). Então, tomando o conceito de sagrado de Mircea Eliade (1992), constata-se por meio das manifestações religiosas diante das cruzes e dos depoimentos dos devotos, que o Monge João Maria se tornou sagrado para o povo, justamente por se tratar de uma figura mística e diferente da mundana, questão bem diferente da apontada pela Igreja Católica, a qual combate esse tipo de devoção.

Deste modo, para o povo sertanejo do final do século XIX e início do XX, o monge se apresentou como algo diferente daquilo que ele estava acostumado, alguém que trouxe esperança e fé para um povo desprovido de qualquer assistência médica, financeira e, inclusive, carente de assistência espiritual, como mencionou, Nilson Thomé (1992), citando anteriormente.

O Monge João Maria era visto como um modelo de humildade e devoção a Deus, sua memória, ou a memória de seu exemplo, tem sido revivida nas tradições orais e nas práticas religiosas diante das cruzes, capelinhas, fotos e demais objetos que são manifestações materiais do sagrado.

Os antepassados dos depoentes já traziam uma bagagem religiosa herdada do catolicismo, religião predominante no Brasil desde a colonização, vinda com os portugueses, e a misturaram com suas devoções populares. De acordo com Thiago Rodrigues Tavares, “[...] o elemento central no catolicismo popular tradicional e, por sua vez, da vivência popular do catolicismo, é o ‘santo’ (TAVARES,

2013, p. 37). O autor ressalta ainda, que a noção popular de “santo” vai além da proferida pela igreja. Numa linguagem mais simplificada, pode-se afirmar que o “Monge João Maria”, na visão popular, foi uma figura humana com desígnios divinos, com a missão de profetizar, trazendo esperança ao pobre e oprimido.

Mesmo diante do progresso, a maioria da população manteve elementos da tradição antiga, reinterpretando o catolicismo romano num sincretismo religioso, alimentando a devoção tanto aos santos que foram canonizados como aos que não foram.

As expressões populares de devoção e religiosidade ao Monge João Maria relatadas nos depoimentos, revelam um catolicismo rústico, herda do da devoção aos santos, que vai além da noção pregada pela Igreja. Unem-se orações a rituais e símbolos populares, não reconhecidos oficialmente pela Igreja. A devoção é manifestada em cultos mais domésticos e privados, ou ainda, diante da cruz do Monge, acompanhada ou não de uma imagem ou fotografia do santo. Muitas histórias de milagres foram relatadas, representando fé e religiosidade em torno da figura desse personagem emblemático e cercado de mistérios, que sobrevive ao tempo passado, através das memórias do povo Rio-negrense e da região.

## **RESGATANDO MEMÓRIAS: ENTRE RELATOS E REPRESENTAÇÕES**

Resgatar as memórias religiosas atinentes ao místico Monge João Maria no Distrito de Lageado, é trazer para a história pessoas comuns de uma sociedade quase sempre moldada pela elite detentora de poder e do registro da história. Muitos são os avanços conquistados nesse quesito, nos últimos séculos, assim como no campo historiográfico, como nos apresenta Marieta de Moraes Ferreira (2002), pois a partir de 1980, grandes transformações ocorreram no campo da pesquisa histórica, possibilitando assim uma nova abordagem, resgatando a importância das experiências individuais, das situações vividas, das normas coletivas para as singulares.

Com esse tipo de contribuição, a história cultural ganha novo impulso, incorporando o estudo do contemporâneo e do individual, do que está registrado e do que ficou na lembrança.



O interesse dos historiadores pela memória, foi em grande medida inspirado pela historiografia francesa, sobretudo a história das mentalidades. Nesses estudos focalizando principalmente a cultura popular, a vida familiar, os hábitos locais, a religiosidade, etc. (FERREIRA, 2002, p. 320).

A partir dessa ideia abre-se um leque de possibilidades e oportunidades de escrita e reescrita da história. Novos personagens são incorporados, novas vozes e novas fontes. É nessa perspectiva que nosso trabalho segue, incorporando na história o homem comum e suas memórias religiosas em torno do Monge, heranças familiares que são representadas em suas vivências cotidianas, no qual os relatos nos possibilitaram conhecer.

Tomando o conceito de representação de Roger Chartier (1988), acreditamos que as cruzeiras de madeira ainda preservadas pelos devotos são objetos que representam o personagem venerado, que neste caso é uma imagem ausente, mas que relembram e rememoram o santo. A representação refere-se assim, a imagem presente da coisa ausente (CHARTIER, 1988, p. 21). As cruzeiras são, portanto, signos que dão significado a devoção ao monge, havendo uma estreita relação entre ambos e a memória dos devotos. A cruz presente no Distrito de Lageado (figura 01) é um lugar de rememoração, tanto para os moradores da localidade como de cidades vizinhas. Nesse sentido, relata a Sr.<sup>a</sup> Ana Miller:

Tenho uma irmã minha que é muito devota, diz que até já alcançou graça dele. Que tem a cruz ali, ela sempre chega lá, ascende vela pra ele, agradecendo a cura que ela recebeu. Cada vez que vem pra cá, ela viaja trinta e poucos quilômetros, ela chega ali na cruz de João Maria, que ela alcanço uma graça dele, decerto é santo, porque já tem uma imagem ali<sup>3</sup>.

A fé geralmente é composta por vários símbolos, como no catolicismo, por exemplo, onde a devoção aos santos é representada através das imagens, festas, procissões, cerimônias etc., que os rememoram e perpetuam. Um dos maiores símbolos diz respeito à cruz, que representa Cristo e o monge. O Monge João Maria foi um profeta que pregava os ensinamentos de Cristo e erguia cruzeiras por onde passava, as quais se tornaram símbolos de devoção ao “santo”.

Os devotos entrevistados demonstram essa apropriação de símbolos, presentes nas orações,

quadrinhos com a foto do monge, nas cruzeiras, nas simpatias e nas profecias que guardam na memória. A depoente Sr.<sup>a</sup> Matilde Alves Machado, conta que tem o quadrinho do Monge João Maria, o qual guarda com muito carinho e devoção (figura 03).

Tenho o quadrinho dele, a foto dele lá no meu quarto, uma cópia, e sempre faço pedido, já recebi graça, sempre tive devoção, porque ele andou por aqui, paro no lugar que tem ali aquela cruz.

Eles faziam, toda vida eles faziam, nas plantações, até mesmo na casa, quando vinha temporal né, a minha mãe já pegava o quadrinho dele, tinha um quadrinho já bem antigo, ponhava na mesa e já queimava vela pra ele e pedia pra não dá nada de ventania, pra não derruba a casa, e abençoa as lavouras. Essa devoção vem de anos já. Toda noite eu rezo pra ele<sup>4</sup>.

As lembranças herdadas dos antepassados em relação à devoção ao Monge João Maria são carregadas de emoções e sentimentos, eles cultivam as tradições herdadas pautadas em suas vivências do dia a dia, como orações de bênção, de proteção das lavouras, na obtenção de milagres, curas de doenças, entre outras práticas. Outra depoente, a Sr.<sup>a</sup> Edite Valério, também demonstra essa apropriação com orações e simpatias que fazem parte do seu dia a dia:

É, levavam, pediam muito, assim, oração pra ele, pra criação, sabe, daí levavam assim que nem um cachorro de cera, levavam lá na cruz vaca, e vela. E eu faço simpatia, pra medo de chuva, cá devoção dele, daí eu mando ir lá reza e queima vela pro São João Maria. Muita gente que veio aqui eu ensinei, disque foi muito bom. Eu rezo, assim, Pai Nosso, Ave Maria, Creio em Deus, na intenção pra ele. Queima vela e rezar. Venham muito aqui pedi que tem medo de chuva, daí eu digo pra eles, pra leva três velas lá e pedi pra ele que ele ajude, que tire aquele medo da chuva<sup>5</sup>.

A prescrição que a devota relata, foi passada pelo avô do seu marido, o Sr.<sup>o</sup> José Guilherme Valério, já falecido. Segundo a Sr.<sup>a</sup> Edite, o avô teve contato direto com o monge, que passou várias vezes pela região em meados de 1880. Ela mesma faz e ensina as simpatias para outras pessoas e é muito procurada pelos moradores da região que a denominam de benzedeira.

Próximo à casa da depoente existe uma cruz do Monge como citado no início deste artigo, (ver figura 02), no qual essas réplicas de cera e velas a que a depoente se refere são levadas na obtenção de gra-

3 Depoente: Ana Muller, 66 anos, moradora do Distrito de Lageado, Rio Negro, Paraná. 07/12/2017 – 14:00h. Fala mantida na sua forma original.

4 Depoente Matilde Alves Machado, 48 anos, moradora da Vila Rural, Rio Negro, Paraná. 07/12/2017 – 16:00h. Fala mantida a original do depoente.

5 Depoente Sr.<sup>a</sup> Edite Valério, 70 anos, moradora da localidade do Lençol, Rio Negro, Paraná. 14/12/2017 – 14:00h. Fala mantida a original do depoente.

ças. Dona Edite ainda nos contou uma experiência que teve na cidade da Lapa no Paraná, na gruta do Monge João Maria:

Tenho uma história pra conta, quando fui, não agora, muitos anos, lá na Lapa. Tinha uma muié sentada e tinha levado um feche de couve, ela tava arrumando em cima de uma pedra, eu fiquei olhando, imaginando, até que perguntei pra ela, mas por que a senhora traz couve e põem aqui. Ela disse que São João Maria morreu lá, daí ela leva couve que nem fosse uma flor. A mãe toda vida dizia, nunca deixa falta couve, por que a couve é abençoada de São João Maria<sup>6</sup>.

Percebe se também como objetos e lugares se tornam apoios de memória. Neste caso a gruta do Monge da Lapa é um lugar de memória e rememoração do “santo”, a couve se tornou um símbolo para expressar a fé, assim como também as cruzes. Como apontou Pollack, estes lugares e símbolos tornam-se “formadores da memória” (POLLACK, 1992, p.3).

A depoente Sr.<sup>a</sup> Ilma Vieira do Prado Bento, toma como apoio para sua memória a imagem do monge impressa em uma foto que possui, herança familiar, inclusive nos conta um milagre ocorrido em um poço, no qual fez uma capelinha com a foto do monge próxima ao poço oferecendo ao santo (figura 04):

Outro milagre é do poço, a água fico com gosto de fossa, era insuportável o cheiro, não dava nem pra tomar banho, fico uma água tão feia, tão feia, daí foi dado pra ele, pro monge, ficou o poço de São João Maria, oferecemos pra ele e pra Nossa Senhora de Lurdes, todo dia que eu vou busca água lá eu agradeço a ele, uma água limpinha, tão boa. Tinha tanta formiga era aquelas bola, e depois que ele ta morando lá nunca mais deu formiga<sup>7</sup>.

O depoente, Sr.<sup>o</sup> Ari Valério, morador da localidade do Lençol, narra como a história do Monge João Maria ficou conhecida em sua família, onde surgiu a crença e devoção, atrelada a memória herdada:

Quem começou essa morada aqui foi meu avô, José Guilherme Valério, ele que contava, daí meu pai que contava, meu avô era pai dele, ele falava que o João Maria chegava para pedir cove pra come, nesse trajeto aí, não sei como que vinha, como que aparecia, daí alí pra lá, como que eu posso dizer, tem um lugar que ele posava, daí ele pediu para fazer uma cruz e uma cerquinha.

Porque esse home não tinha morada, ninguém sabia

onde é que o cara morava, ele posava em baixo de árvores. Que nem alí tem uma árvore que ele posava. Hoje tá difícil a gente explica as coisa, por que ta muito moderno, antes tempo me lembro, pai mandava, tira folha daquela árvore e faze chá, não é que o pai era curado, mais, é dele<sup>8</sup>.

O Sr.<sup>o</sup> Ari Valério se refere à cruz e à árvore diante dela que é usada como remédio, (figura 2), fica próxima à sua casa, no terreno do seu irmão o Sr.<sup>o</sup> Sebastião Darci Valério, que também cuida da cruz e preserva as tradições. Essa devoção foi passada pelo avô e depois pelo pai. São, portanto, memórias herdadas, guardadas e passadas adiante para seus netos. Porém, como menciona no depoimento, o Sr.<sup>o</sup> Ari Valério refere que hoje em dia está mais difícil de passar adiante esta devoção. Devido à modernidade, muitos jovens de hoje não acolhem as histórias dos antepassados com tanta devoção como na geração anterior.

A memória, segundo Pollack, “é constituída por pessoas, personagens” (POLLACK, 1992, p. 02), neste caso o monge e seus devotos. O primeiro, um personagem místico que não pertenceu ao espaço/tempo dos entrevistados, mas de seus familiares e seus antepassados, fazendo parte, portanto da herança familiar, da transmissão da história através da tradição oral. E o segundo, a memória, “construída social e individualmente é uma memória herdada, que se relaciona de forma muito estreita ao sentimento de identidade” (POLLACK, 1992, p.5).



Figura: 04 - Capelinha do Monge João Maria, residência da Sr.<sup>a</sup> Ilma, próxima ao poço. Fonte: Acervo pessoal. Rodrigo do Rosário - 09/12/2017

6 Depoente Edite Valério, 70 anos, moradora da localidade do Lençol, Rio negro, Paraná. 14/12/2017 – 14:00h. Fala mantida a original do depoente.

7 Depoente: Ilma Vieira do Prado Bento, 50 anos, moradora da localidade do Distrito de Lageado, Rio Negro, Paraná. 09/12/2017 – 16:00h. Fala mantida a original do depoente.

8 Depoente Sr.<sup>o</sup> Ari Valério, 70 anos, morador da localidade do Lençol, Rio Negro, Paraná. 14/12/2017 – 14:00h. Fala mantida a original do depoente.

Nos relatos percebe-se a estreita relação do sentimento de identidade e pertencimento familiar, de uma herança religiosa herdada e preservada com muito cuidado. A depoente Sr.<sup>a</sup> Ilma Vieira do Prado Bento, demonstra muito afeto a suas lembranças, principalmente referindo-se aos seus pais, ligando a devoção ao monge a um sentimento de pertencimento familiar:

A falecida mãe dizia pra “nois”, que era pra pedi pra ele, pro quadrinho do Monge, se ficasse suado o quadrinho, se achava um namorado, se ficasse suado no outro dia, era um marido bêbado.

Sei também de um milagre que minha mãe contava, que era acho que bisavó dela, ou tataravó, sei lá, eles tavam vindo da roça, estava se aprontando uma tormenta, daí tinha que passa pelo mato, ela grávida, um pequeno no braço e mais três com ela, e aquilo vindo, quebrava galhos naquele caminho que eles tinham que passar, daí naquele caminho tinha uma cruz dele, onde ele tinha ficado, daí ela pediu pra ele, pelo amor de Deus que deixasse chegar em casa.

A mãe também sabia uma simpatia pra hemorragia de mulher que ela fazia, mas isso ela não deixou pra nois, era dele, ele que ensinou muito os bisavó dela<sup>9</sup>.

Como lembra Pollack “a memória, bem como, o sentimento de identidade nessa continuidade herdada, constituem um ponto importante na disputa pelos valores familiares, um ponto focal na vida das pessoas” (POLLACK, 1992, p.5). Ou seja, as lembranças acerca da devoção ao monge revelam um sentimento de pertencimento familiar, com uma ligação muito estreita entre esse sentimento e a identidade.

Muitos causos e contos foram relatados, inclusive previsões futuras sobre a humanidade e sobre o próprio Distrito de Lageado, que para os devotos está se realizando na atualidade:

Que a gente se lembra, que o falecido vô contava e o pai e a mãe, é que quando ele moro aqui no Lageado, uns dias né, aí ele disse que o dia, ia chegar o dia que o Lageado ia, se rolasse uma laranja, por que antigamente era só um carreirinho, nem estrada não tinha, nem estrada de chão, tinha só um carreirinho, então o dia que chegasse que rolasse uma laranja lá de cima e ela ia rolando ali pra baixo, tava perto o fim dos tempos, e agora já tá, tem asfalto, de certo era isso que ele quis dizer né. E dizia também que quando as muié usassem assim, calçado que fizesse barulho que nem um sincero pois também já tem né, também já era pro povo í se preparando que ia acontecer muitas coisas, coisas boas e coisas ruins, que tinha que ficar preparado, tivesse fé em Deus e nele, que ele era uma profecia, um profeta, nois sempre fiquemo com essa devoção.<sup>10</sup>

As memórias recolhidas nos depoimentos são individuais, mas revelam um fenômeno coletivo e social em relação às práticas de devoção, pois foram construídas coletivamente, embora possam sofrer flutuações, transformações e mudanças através do tempo. Muitos dos acontecimentos relatados pelos devotos em relação ao monge foram vivenciados pelos antepassados e lembrados por seus descendentes, mantendo-se na memória.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo nos oportunizou uma aproximação da realidade social ligada às práticas religiosas do dia a dia de devotos do Monge João Maria e suas memórias em torno delas. Analisando suas múltiplas formas de representações e manifestações de fé. O diálogo com conceitos, como memória, história oral e representações, nos colocou frente a uma história pautada nas experiências de vida, tomando o indivíduo como valor, os relatos de memórias abriram espaço para o sujeito simples, fortalecendo assim seus sentimentos de pertencimento.

Os relatos dos depoentes nos aproximaram de realidades pouco abordadas pela história oficial, trazendo a luz novos sujeitos e permitindo que tivessem voz. Percebeu-se ao longo do trabalho, que o catolicismo oficial se mesclou com as práticas religiosas herdadas das múltiplas facetas que compõe o Brasil desde a colonização, permitindo compreender como acontece a devoção aos santos não oficiais na atualidade. Também foi possível perceber que para o povo simples, fé está acima de uma ordem oficial, como a da Igreja Católica, que está atrelada ao que se torna sagrado, se diferenciando do comum, algo que se revela como divino.

A devoção ao monge está atrelada a um sentimento de pertencimento familiar, logo de identidade, onde as memórias estão relacionadas a lembranças de seus transmissores: pais, mães, avós, bisavós ou pessoas ligadas à família. Os devotos trazem consigo a crença e a devoção ao monge que compõem uma herança familiar preservada com sentimentos de afeto e fé, e que se mantêm vivos nas memórias e nas práticas cotidianas.

Ao oportunizarmos a pessoas comuns tecerem

9 Depoente: Ilma Vieira do Prado Bento, 50 anos, moradora do Distrito de Lageado. Rio Negro, Paraná. 09/12/2017 – 16:00h. Fala original do depoente.

10 Depoente: Matilde Alves machado, 48 anos, moradora da Vila Rural, Rio Negro, PR. 07/12/2017 – 16:00h. Fala mantida a original do depoente.



seus relatos, também oportunizamos que se sentissem pertencentes à história, e isso foi perceptível em suas falas e no sentimento de gratidão ao rememorarem uma figura tão cara às suas crenças. Creio, assim, que atingimos nosso objetivo nesse trabalho.

No entanto, ao longo do trabalho outras questões foram surgindo: como os jovens de hoje veem a devoção ao monge? Qual o sentido dessa devoção para eles? Será passada adiante, ou ficará no esquecimento?

Essas são demandas a serem respondidas em trabalhos futuros.

## FONTES:

Entrevista concedida por Ana Muller, 66 anos, [dez, 2017]. Entrevistadora: Célia Maguirovski. Rio Negro, 2017. 1 arquivo mp3 (00:09:14 min).

Entrevista concedida por Matilde Alves Machado, 48 anos, [dez. 2017]. Entrevistadora: Célia Maguirovski. Rio Negro, 2017. 1 arquivo mp3 (00:15:40 min).

Entrevista concedida por Ilma Vieira do Prado Bento, 50 anos, [dez. 2017]. Entrevistadora: Célia Maguirovski. Rio Negro, 2017. 1 arquivo mp3 (00:19:58 min).

Entrevista concedida por: Ari Valério, 70 anos, Edite Valério, 70 anos, [dez. 2017]. Entrevistadora: Célia Maguirovski, Rio Negro, 2017. 1 arquivo mp3 (00:20:00 min).

## REFERÊNCIAS:

ARAGÃO, Gilbraz S. **A Religiosidade Popular e a Fé Cristã**. Universidade Católica de Pernambuco. Jan/2002. Ano I, nº 1. p. 27.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano**. Tradução: Rogério Fernandes – São Paulo: Martins Fontes, 1992. – (Tópicos).

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, tempo presente e história oral**. Topoi. Rio de Janeiro, 2002, pp. 314- 332.

LEÃO, Ermelino. **Centenário da Colonização Alemã – Rio Negro – Mafra**. Ed. Olivero. Curitiba, 1929. 197p.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Traduzida por Monique Augras. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v.5, n. 10, 1992, p.200 – 212.

\_\_\_\_\_. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Tradução: Dora Rocha Flaksman. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. 1988. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Memória e sociedade, 2ª ed. Memória e Sociedade. DIFEL. Portugal, jan. /2002.

SERPA, Élio. **A Guerra do Contestado (1912 – 1916)**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999. 75p.: il.

TAVARES, Thiago Rodrigues. **A Religião Viva: expressões populares de religiosidade**. Sacrilégens. Juiz de Fora, v.10, n. 2, p. 35 – 47, jul/dez, 2013. Disponível em: <http://www.ufjf.br/sacrilégens/files/2014/07/10-2-4.pdf>

THOMÉ, Nilson. **São João Maria na História do Contestado: resgate da memória**. Caçador: UNC/Universal. 1997, 72p.

\_\_\_\_\_. **Sangue, Suor e Lágrimas no Chão Contestado**. Caçador: INCON Edições/UNC, 1992. 112p.

ZILLES, Urbano. **Religiões: crenças e credences**. EDIPUCRS - Porto Alegre, 1997, p. 255.





# AS NOTÍCIAS POLÍTICAS PUBLICADAS NO JORNAL LOCAL A GAZETA DE RIO NEGRO E MAFRA EM 1968

Jocemara Maria de Campos <sup>1</sup>

Letícia Leal de Almeida <sup>2</sup>

## 1. INTRODUÇÃO

Discutiremos o uso do jornal como uma fonte relevante para adquirir conhecimento sobre o passado, Lapuente (2015) cita o jornal como uma importante ferramenta para a realização de pesquisas históricas, sendo mais uma fonte disponível para ser usada pelo historiador. Calonga (2012) ainda completa que os jornais impressos proporcionam a aquisição de um rico conhecimento sobre o passado, que são importantes para que se possa compreender o tempo presente.

O período da ditadura militar refere a um período de grande impacto no Brasil, que também deixou suas marcas na região de Rio Negro PR. A Ditadura Militar foi marcada por grandes acontecimentos no Brasil, Cordeiro (2009) salienta sobre a dualidade do período, apresentando as transformações econômicas, censura e a violência, assim torna-se relevante investigar como as notícias políticas deste período foram publicadas no jornal local, em uma cidade de pequeno porte.

Faz-se relevante discutir sobre a relação do jornal impresso com a ditadura militar, sobre a censura destinada a estes meios de comunicação, tão usados no período, abordando sobre o tema político, assunto este que interfere diretamente na vida das pessoas.

A metodologia para a realização da pesquisa será de cunho analítico buscando utilizar a análise do discurso, Silva e Denipoti (2005) cita que o objeto da análise do discurso é o próprio discurso, permitindo uma análise que vai além das frases, ou seja, o texto. A referida autora ainda considera a análise do discurso como uma linguagem que não é transparente, que procura detectar no texto como ele significa, apreendendo a prática da linguagem, o homem falando, como um “trabalho simbólico que faz e dá sentido, constitui o homem e sua história” (SILVA e DENIPOTI, 2005, p. 01). Os indivíduos utilizam a linguagem como uma forma de comunicação que de certo modo transforma a sua realidade, pois traz sentido, sendo segundo Silva e Denipoti (2005) essa capacidade de atribuir sentidos que interessa à Análise do Discurso.

Silva e Denipoti (2005) concebem a linguagem como mediação entre os sujeitos e a realidade natural e social, sendo essa mediação o próprio discurso, buscando refletir sobre a forma como a linguagem está materializada

**Palavras - chave:**  
História Política. Mídia  
imprensa. Ditadura Militar.

**Resumo:** Esse artigo propõe uma análise sobre a forma que as notícias políticas foram publicadas no Jornal A Gazeta de Rio Negro e Mafra no ano de 1968. Trata-se de um assunto de relevância visto que se trata do período da ditadura militar no Brasil, que apresenta diferentes interpretações historiográficas. Partindo da importância de se preservar a história local, essencial para a construção da nossa identidade, recorre-se ao uso do jornal local, como fonte de pesquisa, pois é um documento que guarda as memórias coletivas da população, procurando analisar qual a influência do referido período nas notícias publicadas em um jornal de pequeno porte, visto que a maioria das pesquisas enfatiza a censura da imprensa em jornais maiores. Sendo realizada uma análise de discurso a partir dos conceitos de representação.

1 Licenciada em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Email: jocemaradecampos@gmail.com

2 Orientadora. Doutoranda em História pela UFSC.

na ideologia e como esta ideologia se manifesta na língua, compreendendo como a linguagem produz diferentes sentidos para os indivíduos.

Desse modo serão pesquisadas as notícias políticas do jornal local A Gazeta de Rio Negro e Mafra, sendo um total de seis exemplares, que se encontram na Biblioteca Pública Municipal Professora Alzira do Vale, do ano de 1968, ano que corresponde ao período da Ditadura Militar no Brasil, buscando analisar os discursos políticos emitidos pelo jornal mencionado, focando em uma pesquisa de cunho analítico.

## JORNAL COMO FONTE HISTÓRICA

O jornal faz parte do cotidiano das pessoas, partindo deste princípio percebe-se como o jornal se relaciona com a História, sendo esta derivada da vida cotidiana das pessoas Cerri (2010) ao comentar Rüsen, argumenta que é perante a vivência dos sujeitos que se recorrem as representações do sentido do tempo, relacionando este pensamento à reflexão sobre a história presente na vida prática dos seres humanos, sendo apresentada por diferentes fontes e métodos, mas com uma essência que visa conhecer a si e aos outros no tempo, buscando explicar o mundo. O jornal como fonte histórica parte deste princípio, pois registra acontecimentos de uma dada sociedade em um determinado tempo, deixando em suas páginas informações passíveis de serem acessadas por diferentes historiadores na busca por conhecimento histórico.

Na visão de Calonga (2012) os jornais são relevantes fontes para pesquisa, onde o trabalho com a imprensa constitui para o pesquisador uma possibilidade de participação em contextos específicos, porém deve-se salientar que o jornal não é um transmissor imparcial ou neutro em suas colocações, assim faz-se necessário utilizar uma metodologia que consiga trabalhar com o jornal percebendo esta característica, pois “para além de serem empresas privadas, os interesses desses órgãos não são estritamente financeiros: procuram representar valores ou interesses de setores da sociedade” (Chammas, 2012, p. 15).

A utilização do jornal como um meio de comunicação em massa é utilizado com diferentes estratégias de leitura, dependendo do grupo a qual ele se destina. Dias (2006) ao analisar dois jornais de grande porte, frisam que os editoriais são fontes privilegiadas, porque deixam clara a posição do jornal

perante o ocorrido, porém o número de pessoas que leem o editorial é pequeno, entretanto esse pequeno grupo são os rotulados líderes de opinião, que retransmitem essas informações para as demais pessoas. Já as manchetes atingem um número bem maior de pessoas, mediando as informações de forma mais simples e direta, devendo as mesmas receber um tratamento especial devido seu impacto nos leitores.

Calonga (2012) cita a historiadora Maria Helena Capelato, que afirmava que os exemplares de jornais proporcionam a aquisição do conhecimento sobre o passado, possibilitando acompanhar o percurso da sociedade no decorrer do tempo. Essa afirmação direciona-se a um contexto referente à renovação historiográfica advinda, segundo Calonga (2012) da chamada Nova História, que representou o estudo de novos objetos e abordagens, ampliando-se assim a noção de documento histórico, inclusive os métodos de pesquisa.

Uma questão relevante para se discutir quando se fala análise de discurso em jornais, refere-se ao conceito de representação. Chartier (1988) apresenta a noção de representação, relacionada à compreensão do funcionamento da sociedade ou para definir as operações intelectuais que permitem compreender o mundo. Na apresentação do texto o autor busca perpassar a realidade dos fatos, Chartier (1988) fala que a relação do texto com o real, ou seja, aquilo que o texto apresenta como real se constitui através de modelos discursivos e delimitações intelectuais, sendo próprias de cada situação de escrita, sendo necessário assim apreender suas especificidades enquanto texto, situado relativamente a outros textos, tendo em vista produzir mais do que uma simples descrição. Assim o referido autor cita que o real assume um novo sentido, uma representação, onde “aquilo que é real, efetivamente, não é (ou não é apenas) a realidade visada pelo texto, mas a própria maneira como ele a cria, na historicidade da sua produção e na intencionalidade da sua escrita”. (Chartier, 1988, p. 63).

No que se refere à perspectiva política, o jornal é muito utilizado, assim em suas páginas ficam registrados diversos vestígios da história política de determinada região.

A imprensa foi e é um dos meios de veiculação de ideias. No Brasil teve papel importante dentro do jogo político por se apresentar como instrumento de divulgação das plataformas eleitorais, assim como, de construção das imagens dos políticos, seja a nível regional ou nacional. (AGUIAR, 2010, p.01)

Aguiar (2010) ainda cita que o discurso do jornal estabelece uma relação com o Estado e a vida cotidiana das pessoas, se constituindo assim num elemento relevante na construção e na reconstrução da história, que aproxima as práticas políticas, econômicas, sociais e ideológicas dentro das dinâmicas da sociedade, como um ator social na construção da memória coletiva.

A censura aos jornais, mencionada por Nascimento (2013) retratam dois caminhos uma de cunho político, onde a política se restringia ao fato do jornal se adequar as vontades, do Estado, e outra de cunho empresarial, onde os anunciantes detinham o poder de divulgar as propagandas, que muitas vezes tomavam o lugar da notícia.

## HISTÓRIA POLÍTICA

O tema político refere-se a um assunto muito importante, visto que interfere na direção da sociedade como um todo, porém este tema nem sempre foi visto desta forma na historiografia. Clemente (2011) cita que a história política, estava ligada as visualizações do poder nas mãos do Estado, analisando sujeitos importantes e detentores de poder, assim eram alvos dos historiadores. Néspoli (2015) ainda completa que a história política tradicional preferia o estudo do Estado e das classes dominantes, apresentando-as assim como únicos sujeitos do desenvolvimento histórico, onde:

O desafio para a história política consiste em superar a abordagem tradicional (narrativa e concepção institucional do poder) e assimilar a noção dos Anais de que a história é composta por uma pluralidade de tempos com diferentes ritmos de duração (NÉSPOLI, 2015, p. 04).

Clemente (2011) cita que o sujeito comum era excluído da história, não tendo direito ao registro das suas memórias, portanto, foi com a Escola dos *Annales*, em meados do ano de 1929, que se inaugurou um novo pensamento relacionado ao conhecimento histórico, assim como aos seus métodos e temas pesquisados. Sobre a História Política, destacamos:

O que a princípio é político afeta o social, o cultural, o econômico e assim por diante (...). Nessa ótica, dizer que o estudo do político influenciou e sofreu influência de muitos outros campos da história é o óbvio. Porém, a análise dos objetos políticos, ou da política, iniciou-se, como já observamos com os olhares voltados para os grandes nomes da política, as instituições, o Estado, que perdurou durante muito tempo como objeto por excelência na produção histórica. (CLEMENTE, p. 04, 2011).

Samways (2007) aponta que a Revista dos *Annales* se mostrou contra a história política dedicada as pesquisas de reis, das grandes batalhas e governos, história esta praticada nos séculos XIX e início do XX, que era apegada às narrativas cronológicas, à memorização de nomes e datas, “ignorando, assim, aspectos importantes da estrutura social” (SAMWAYS, 2007, p. 05), propondo uma renovação no campo das pesquisas historiográficas, apresentando novos objetos e novas formas de análises, relacionados com a realidade e ao cotidiano.

A política em si, possui grande influência na vida das pessoas. Segundo Samways (2007) essa percepção pode ter explicado o ressurgimento das análises referentes ao estudo do político, pois são inúmeras atribuições que fazem parte das responsabilidades do Estado, onde as decisões políticas podem mudar completamente os rumos da sociedade e da economia, assim o olhar de alguns historiadores mudou.

A história política deixava de ser aquela dos reis e dos tronos, para abordar o estudo da participação na vida política, dedicando sua análise a processos eleitorais, mídia, ideologias, partidos, culturas e comportamentos políticos, incorporando também aqueles que seriam os excluídos da história e não sendo mais elitista ou individualista. (...) A história política demonstra, dessa forma, que o político não pode ser considerado como mero reflexo de outras instâncias, como o econômico. O político tem uma existência própria que pode influenciar outros aspectos da sociedade. (SAMWAYS, 2007, p.07).

Néspoli (2015) vislumbra na política uma análise de atitudes e comportamentos do cidadão dito comum, onde o conceito de cultura política refere-se ao “o conjunto de valores e comportamentos políticos que predominam entre uma determinada população” (NÉSPOLI, 2015, p.2), contribuindo para a generalização da noção onde os padrões culturais são componentes do ambiente político das sociedades, desempenhando um papel muito importante na relação entre a sociedade e o Estado, pois como cita Félix (1998) que o significado do político, como dimensão que afeta diretamente o cotidiano, relaciona-se ao papel do Estado, ao sentido do conceito de pátria, nação e identidade.

Percebe-se assim que com a Nova História Política é que os estudos historiográficos passam a tratar as pesquisas de cunho político de outras perspectivas teóricas. Visto a importância do tema para a sociedade, e da pluralidade de objetos para pesquisa, referentes à história da política, para contribuir para uma melhor pesquisa, como por exemplo, o período da Ditadura Militar. O estudo da História da

Política no período militar é de suma importância, pois a história política busca “analisar justamente esses momentos em que um evento particular pode determinar mudanças na sociedade” (SAMWAYS, 2007, p. 09).

## DITADURA MILITAR

A Ditadura Militar foi um governo autoritário, em que o poder político foi efetivamente controlado pelos militares. O referido regime durou mais de 20 anos (1964-1985), Dias (2010) aponta que no dia primeiro de abril João Goulart foi deposto, a partir de um golpe de estado, assim o regime militar teve início alguns dias depois. Samways (2007) defende que diversas crises e mudanças na economia proporcionaram o acesso dos militares ao poder, buscando defender os bens de uma elite, que estava sendo prejudicada com os rumos que a economia estava tomando. Além dos fatores internos o golpe foi “planejado e apoiado por setores internacionais que viam perigo no avanço do comunismo e do sindicalismo no Brasil e que esperavam por medidas necessárias para garantir a tranquilidade dos capitais aqui investidos” (SAMWAYS, 2007, p. 04).

Fico (2002) cita que em regimes políticos de cerceamento da liberdade a imprensa cumpre o papel de memorizar uma abundante e variada gama de informações, mostrando sua indignação ou buscando contornar a censura, sendo a mesma bem peculiar, voltada tanto para a imprensa como para as diversões públicas.

O período da Ditadura Militar foi marcado por diversas transformações na vida política, social e cultura do país. Moraes (2003) cita que o Golpe Militar de 1964 representou um período de sérias restrições à liberdade da sociedade e da imprensa de se expressar, afetando assim o direito dos sujeitos de se informar e de informar com exatidão e independência, pois o país passava por um momento de vigilância cerrada sobre todos os setores. Moraes (2003) ainda fala que a criação dos Atos Institucionais durante o Regime Militar, foi uma forma de legalizar rapidamente as medidas do novo governo e ocupar o espaço político.

A Ditadura Militar se estruturou de forma plena com a edição dos AIs. No AI-2, o presidente prorrogou seu mandato até 1967, assim como estabeleceu a eleição indireta para presidente, extinguiu os partidos políticos e permitiu ao executivo cassar mandatos. Ao longo de seu mandato, em 1966, como respostas às pressões pelo fim do regime, foi instituído o AI-

3, tornando indiretas as eleições para governador. Em dezembro do mesmo ano foi editado o AI-4, que fechou o Congresso e determinou as regras para aprovação da nova constituição, votada em janeiro de 1967. (...) E para quem não acreditava que se vivia em um regime ditatorial, o AI-5 veio para provar que os militares não teriam clemência (NASCIMENTO et al. 2013, p. 5).

Nascimento (et al, 2013) comenta que o Ato Institucional de número 5. O AI-5 foi muito temido, pois dava fim aos direitos civis, fechava o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais, e que além de permitir a cassação dos parlamentares, também limitava o Poder Judiciário, suspendendo a possibilidade de *habeas-corpus* no caso de ser cometidos crimes ditos políticos. Fico (2002) ainda completa que o AI-5 intensificou a censura na imprensa, tornando-se rotineira, onde as instituições passaram a obedecer às instruções emanadas pelo alto poder.

Fico (2002) cita que em 1968 a história apresenta como o período militar mais radical, conhecida como linha dura, fazendo uso de diversos instrumentos de repressão, como a censura prévia aplicada nos jornais, na TV e no rádio, visando resgatar os bons costumes. Fico (2002) cita que o órgão responsável por realizar este trabalho era a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), que censurava o que considerava impróprio, tendo a censura como um ato político.

Quando se fala em censura pensa-se que este desejo partia apenas do Estado, mas Fico (2002) apresenta uma carta “Prezada censura”, dirigida ao DCDP, cuja carta pedia maior censura nos programas de TV, em nome da moral e dos bons costumes, pois se entendia que os programas apresentados corrompiam os lares, mostrando assim que teve uma parte da sociedade que apoiava a censura aplicada pelo governo.

Fico (2002) ainda apresenta uma curiosidade, pois:

Curiosamente, não foi durante o período admitido como o de auge da repressão (governos da Junta Militar e de Emílio Médici) que houve mais cartas pedindo censura, tanto quanto também não foi nessa fase que houve mais censura. A maior parte das cartas concentra-se entre os anos de 1976 e 1980, portanto, após a posse do governo da “abertura política” de Ernesto Geisel, adentrando o de João Figueiredo. (FICO, 2001, p.27).

Cordeiro (2009) apresenta um cenário da Ditadura Militar que varia entre os tempos de ouro e de chumbo, os tempos de ouro perpassam sobre a



perspectiva otimista do país, na qual era reforçada a ideia de estabilidade e de crescimento econômico. Em contra partida Cordeiro (2009), fala sobre a censura, a violência e as torturas destinadas a todos aqueles que eram contra o Regime, amedrontando toda a sociedade, para que não se colocassem contra ao governo, pois o chumbo seria pesado, pensamento este evidenciado pela edição do Ato Institucional nº 5, que aumentou a repressão contra os grupos de oposição ao regime, incluindo os jornais impressos.

O Regime Militar, segundo Cordeiro (2009) pode ser encarado por diferentes perspectivas:

Foram, muitas vezes, os dois ao mesmo tempo, ou ainda: se foram um e outro, é preciso perceber que há um enorme espaço entre quem os viveu como anos de ouro e quem os viveu como anos de chumbo, configurando, entre um polo e outro, uma diversidade enorme de comportamentos sociais. É importante, pois, tentar apreender a diversidade e complexidade das relações entre ditadura, sociedade e os grupos organizados que atuaram contra o regime. (CORDEIRO, 2009, p.7)

Samways (2007) aponta para a Ditadura Militar como um período marcado por fatos políticos que merecem atenção como as “disputas políticas, os interesses individuais, a atuação de partidos políticos, da mídia, os acordos feitos, enfim aquilo que remete ao político” (SAMWAYS, 2007, p. 08). O fim da Ditadura Militar no Brasil ocorreu em 1985, incentivado pelo movimento das “DIRETAS JÁ<sup>3</sup>”, acompanhado também pelo grande descontentamento da população pela recessão econômica que o país sofria, além do abuso de poder, da censura e da violência.

## A RELAÇÃO DO JORNAL ESCRITO E A DITADURA MILITAR

A relação entre os jornais e o Regime Militar foi marcada por diferentes e complexas situações, variando entre o apoio e a crítica, assim como também ocorreu com a sociedade. O Jornal, como imprensa escrita de grande circulação, assumiu relevante papel na difusão do referido regime, pois possui a capacidade de influenciar a formação de opiniões da sociedade, já que no período da Ditadura a televisão ainda estava se consolidando. Sabe-se que os meios

de comunicação e imprensa, incluindo os jornais escritos, não são propriamente ferramentas políticas, porém no período da Ditadura Militar se tornaram veículos de caráter político de propaganda do governo.

Samways (2007) relaciona a imprensa, no período militar, ao poder, como apoio e como resistência, assim torna-se necessário investigar a ideologia publicada junto com as notícias, qual o interesse dos grupos em tornar pública certas informações. O uso de diferentes ferramentas foi utilizado pelo poder político do referido período, como um meio de legitimar o seu governo, onde “a censura à imprensa seria um dos pilares da repressão, no sentido de que buscava impedir que qualquer crítica ao governo fosse publicada, contribuindo assim para uma melhor imagem do governo” (SAMWAYS, 2007, p. 01).

Motta (2013) fala sobre o impacto do AI-5 no discurso jornalístico, pois a referida ação significou, no primeiro momento, a erradicação dos debates políticos nos jornais, onde foram mandados para as principais redações censores, que realizariam um trabalho de vistoriar as notícias antes de serem publicados, somente em 1969, estes censores foram retirados e os jornais voltariam a tratar de política, porém ainda de maneira cautelosa.

Samways (2007) cita que juntamente com a censura o uso da propaganda realizada pelas agências do governo, visava apresentar para a população um país bom, em pleno crescimento, um país principalmente que todo o povo amasse, e para isso era necessário controlar a imprensa, assim a sociedade só seria informada sobre aquilo que o governo militar julgava necessário.

Durante as restrições impostas pelo regime, alguns jornalistas acabaram servindo de base para a resistência ao autoritarismo, como cita Moraes (2014):

Jornalistas, em diversos casos, tentaram resistir à censura, seja através da exploração de brechas e contradições dentro dos próprios veículos em que trabalhavam, seja se reunindo em projetos alternativos que visavam divulgar, dentro do possível, as informações que as empresas jornalísticas omitiam (ou por autocensura ou por adesão à ditadura). Essas resistências objetivavam divulgar aspectos da realidade social, política e econômica que estavam sendo ignorados ou mascarados pelas empresas de mídia. Para isso, os profissionais tentavam realizar conteúdos (entrevistas, artigos, charges, poemas,

3 Diretas já: Campanha que iniciou com um pequeno comício em Goiânia no início de 1983 crescendo ao longo deste ano, chegando a ter mais de um milhão de pessoas no último comício em janeiro de 1984 na capital de São Paulo. A campanha polarizou a sociedade brasileira, pois propunha eleições diretas para Presidente da República, após um longo período de ditadura civil-militar. (Nery, 2010).

fotografias, etc) que evidenciassem os conflitos e os problemas vividos pelas diferentes classes sociais em plena época do chamado “milagre econômico”. (MORAES, 2014, p. 6).

As diferentes perspectivas referentes à Ditadura Militar foram apresentadas nas páginas dos mais diferentes jornais, de forma direta e também nas entrelinhas, registrando a passagem deste momento histórico, que teve grande repercussão em todo país. Através dos diferentes jornais, buscavam impor seu poder, e a censura buscava encobrir fatos da realidade do país “emitindo normas a serem seguidas pela imprensa, com assuntos proibidos, prendendo jornalistas. Em contrapartida, criava um material que mostrava o Brasil de outra forma, mais positiva, um Brasil que ninguém seguraria, ou um país que deveria ser amado” (SAMWAYS, 2007, p. 09).

## JORNAL A GAZETA DE RIO NEGRO E MAFRA

A cidade de Rio Negro PR, segundo Mello (2014) nasceu de um antigo pouso de tropeiros, caminho que ligava Viamão (RS) a Sorocaba (SP). Uma cidade que faz divisa com o estado de Santa Catarina, especificamente com o município de Mafra, sendo conhecidas as duas cidades como irmãs. No território rio-negrense não possui nenhuma sede de jornal impresso, os impressos que circulam na cidade são originários da cidade de Mafra SC.

Segundo o site local denominado “Clik Rio-mafra”, foi partindo da necessidade de mais um órgão de imprensa na região, que foi constituído o jornal A Gazeta de Rio Negro e Mafra. Atento àquela demanda e com apoio inicial e de fundamental importância da população e líderes políticos, como os prefeitos de Rio Negro José Müller e Alceu Antônio Swarowski, de Rio Negro, o empresário Paulo José de Souza Filho teve a iniciativa de criar o Jornal A Gazeta de Rio Negro, que depois se tornou A Gazeta de Rio Negro e Mafra, visto que as cidades vizinhas, mesmo sendo de estados diferentes, mantêm uma relação política, social e econômica.

O ano de fundação do Jornal Gazeta de Rio Negro e Mafra deixa uma lacuna, pois no site do jornal consta sua fundação em 1981, porém na Biblioteca Pública Municipal Professora Maria Alzira do Vale existe exemplar desde 1966, com edições publicadas nas quartas-feiras, aos sábados e aos

domingos. Especificamente referente ao ano de 1968 existem seis exemplares em perfeitas condições, sendo distribuídas entre notícias políticas, econômicas, sociais e culturais, além de muitas propagandas, sendo um jornal de circulação semanal na época, com onze páginas cada, sendo dos dias sete, quatorze, vinte e um e vinte e sete de janeiro, dezessete de fevereiro e do dia primeiro de dezembro. A edição de primeiro de dezembro consta como o exemplar de número 50.

As fontes estão bem preservadas, pois o responsável pela biblioteca busca deixar os arquivos com os jornais em lugar apropriado, separados por data, sendo monitorado o seu acesso, mas aberto ao público. Os seis exemplares do Jornal A Gazeta de Rio Negro e Mafra foram escolhidos por se tratarem dos exemplares mais acessíveis, além de ser o jornal de maior circulação na região, e ano de 1968 foi escolhido para investigação por ser o ano do Ato Institucional nº 5, que dava fim aos direitos civis e da censura aos meios de comunicação.

Os anos ditos de chumbo da Ditadura Militar trouxeram diversas consequências para a sociedade Cordeiro (2009) cita que com a edição do Ato Institucional número 5, aumentou consideravelmente a repressão contra qualquer grupo ou sujeito contrário ao regime, os meios de comunicação passaram a caminhar junto com a censura e a tortura se tornou uma política de Estado. Fico (2002) ainda completa sobre o corte de liberdade de criação e estrutura dos meios de comunicação e informação, visando impedir as críticas ao governo, buscando controlar a imprensa para construir uma imagem positiva da nação, mascarando as medidas que terminavam com a liberdade de expressão das pessoas.

A maioria das notícias e colunas é assinada por um jornalista muito conhecido na região, João Edevardes Sartori, vulgo “Jota Sartori”, ele também era o locutor da rádio local São José. Jota Sartori também foi responsável pelo jornal Tribuna da Fronteira, que pertence a sua família. O referido jornalista possuía uma vida política bem ativa, exercendo o cargo de vereador por dois mandatos entre 1983 e 1996, atuando como presidente do Legislativo mafrense em 1995. Durante seus programas na rádio e nas suas colunas nos jornais Sartori fez uso da voz para tratar de assuntos políticos, seja reivindicando algo ou apresentando os problemas da cidade.

## AS NOTÍCIAS POLÍTICAS DO JORNAL GAZETA DE RIO NEGRO E MAFRA

Os seis exemplares do Jornal Local A Gazeta de Rio Negro e Mafra do ano de 1968 apresentam entre diversas notícias de cunho social e cultural, muitas propagandas e também notícias políticas, que são o foco da pesquisa. Cada exemplar do jornal possui em média 11 páginas que estão no acervo da Biblioteca Pública Municipal Professora Maria Alzira do Vale.

As notícias políticas são diversas tanto informativas como de opinião. Algumas colunas como “Política & Políticos”, do jornalista J. Sartori se repetem em todas as edições com pequenas notas que falam tanto das notícias locais, como a sucessão de candidatos, por exemplo, o trecho que diz: “Em Rio Negro, a política por enquanto está meio apagada, mas, assim mesmo já começa o zum-zum na sucessão municipal. Vamos dar tempo ao tempo...” (GAZETA DE R. M, 07 de Janeiro de 1968), como sobre o andamento de grandes partidos como ARENA.

Nesta mesma coluna percebe-se que o jornal influencia o leitor quando afirma alguma informação, sem bases concretas. Ao apresentar os possíveis candidatos à prefeitura do município de Rio Negro, diz que o candidato Alceu Swrowski possuía grandes chances em relação aos demais, mas não cita com bases em quais pesquisas isso é verídico, como se nota:

Enquanto isso são os seguintes nomes mais comentados nos círculos políticos de Rio Negro, como possíveis candidatos a Prefeito, para o próximo pleito: Dr. Alceu Swarowski (este com grande chance), José Severino Machado, Agostinho Paizzani Filho, Dr. Roland von Linsingen e o Orlando Mazzali (GAZETA DE RIO NEGRO E MAFRA. 07 de janeiro de 1968).

Esta afirmação vai ao encontro com que afirma Aguiar (2010) quando fala que o jornal é um meio de comunicação muito utilizado no jogo político, como um instrumento que auxilia na construção da imagem dos candidatos e na divulgação das plataformas eleitorais, tanto nacionais como locais.

O jornalista Jota Sartori, como já mencionado anteriormente, possuía grande influência política, buscava através das suas colunas, expressar a sua opinião o trecho a seguir demonstra como Sartori utilizava das páginas do jornal para comunicar-se politicamente a sua opinião:

Enquanto isso um ex-prefeito daqui, berrava outro dia: “Eu sou um homem que não lê jornal daqui, nem muito menos a coluna do Sartori; não me interessa

notícia sobre minha pessoa; nem bem nem mal. Não leio jornal de maneira nenhuma””. Ao que interferei, respondendo: “Isso não é privilégio do senhor, muita gente por aí não lê nada....” (GAZETA DE RIO NEGRO E MAFRA, 21 de janeiro de 1968).

Sua resposta demonstra sua crítica em relação à educação da região, a falta do incentivo ao desenvolvimento da cultura de leitores. Demonstrando também que não tinha receio de expressar a sua opinião de forma direta, apesar do período que se encontrava.

Algumas notícias são publicadas com letras grandes para chamar a atenção dos leitores, que retratam a positividade do país como os investimentos, como a construção do Ambulatório do INPS na região, do deputado Eugênio Doin Vieira, à construção da ponte Rio-Niterói, como uma obra Federal. Há um grande destaque para a manchete “Vem aí... Verba de 500 milhões para Rio Negro” (GAZETA DE R. M. 17 de fevereiro de 1968), parabenizando os políticos que conseguiram a verba. Chartier (1988) fala do uso nos textos impressos na transformação da letra, como nos títulos, o autor defende que o uso deste recurso refere-se à “[...] uma fórmula editorial que visa atingir os leitores mais numerosos e mais populares” (CHARTIER, 1988, p. 128), de forma mais direta.

O jornal também publica junto com as notícias, notas que exprimem opinião contra os acontecimentos políticos, o que causa grande espanto devido o período que se encontravam a Ditadura Militar. A publicação sobre o “Ensino no Brasil” fala sobre a falta de projetos para a instalação de uma faculdade na região, assim como a falta de vagas para as faculdades da capital, concluindo que são poucos que conseguem chegar até lá, criticando também a qualidade do ensino primário. Na nota que fala do investimento de três milhões para a região, termina com a frase “Entretanto não representa todo o esforço do desenvolvimento a ser desencadeado pelo Governo Federal em 1968” (GAZETA DE RIO NEGRO E MAFRA, 21 de janeiro de 1968), demonstrando a insatisfação perante o enunciado.

A coluna “Problemas da Minha Cidade” é bem interessante, é um espaço onde são retratados problemas e reivindicações, como a citação “Nossas cidades sentem falta de um corpo de bombeiros, precisamos de faculdade, afim de que a juventude que termina o colégio, não fique a ver navios”. (GAZETA DE R. M. 07 de janeiro de 1968), pedindo que as autoridades políticas apresentem soluções. Na mesma coluna há uma reivindicação referente aos mendigos

da cidade de Rio Negro;

MENDICÂNCIA TRAZ MAU ASPECTO À RIO NEGRO – A miséria e pobreza, é levada sob um mau aspecto pelos turistas e passageiros, que se destinam aos grandes centros, devido ao aglomeramento de pedintes no Rio Negro Hotel (...), sendo motivo de uma má impressão de nossa cidade. (GAZETA DE RIO NEGRO E MAFRA, 01 de dezembro de 1968).

Nota-se que as reivindicações políticas feitas pelo jornal demonstram uma posição política, pois apresenta as necessidades locais, evidenciando os interesses da elite da região, representando apenas uma classe da sociedade.

Outra questão relevante refere-se à omissão de discussão sobre as desigualdades sociais, como na notícia sobre os mendigos, enfatizando o desenvolvimento econômico da região e não social, pois como cita Certeau (1982) que todo o discurso parte de um lugar social, em uma relação entre o que é real e o discurso, sendo e uma linguagem compreensível ou na necessidade de decodificá-la.

Uma medicina e uma historiografia moderna nascem quase simultaneamente da clivagem entre um sujeito supostamente letrado, e um objeto supostamente escrito numa linguagem que não se conhece, mas que deve ser decodificada. Estas duas “heterologias” (discursos sobre o outro) se construíram em função da separação entre o saber que contém o discurso e o corpo mudo que o sustenta. (CERTEAU, 1982, p. 10).

Quando se lê os títulos a primeira impressão que se tem é que o jornal se coloca a frente das reivindicações políticas para todos, porém ao ler a publicação inteira, percebe-se que as reivindicações buscam atender somente a elite local, não os mais necessitados, como os mendigos, que ao invés de propor meios para auxiliar esses sujeitos, o problema estaria em sua condição de vida a publicação retrata o mendigo com o próprio problema. Visando segundo Certeau (1982) um jogo indefinido de pensamentos reservado a uma elite que busca a manutenção de uma ordem já estabelecida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que o jornal trabalha com notícias políticas regionais, nacionais e até internacionais, como um meio de informar a população de forma mais global, com foco na população mais letrada e com mais condições financeiras.

Fico (2002) menciona que o ano de 1968 foi o ano do período militar mais radical, onde diversos

meios de comunicação sofreram com a censura de forma bem violenta. Chammas (2012) confirma ao relatar sobre a censura durante a ditadura militar em jornais de grande porte, como o Jornal do Brasil e o Correio da Manhã, porém no Jornal Gazeta de Rio Negro e Mafra sendo um jornal de pequeno porte, percebe-se que a repressão não foi tão intensa, pois apesar de publicar notícias que perpassam uma imagem positiva do governo em 1968 de Costa e Silva, também publicam críticas, tanto ao governo Federal como local, tanto nas entrelinhas como de forma direta, com letras em caixa-alta e em destaque.

Assim, a influência da censura da ditadura militar no jornal local Gazeta de Rio Negro e Mafra no ano de 1968 não foi tão intensa como nos jornais maiores das grandes cidades. As notícias publicadas perpassavam o lado positivo do Governo, como os investimentos, mas também utilizavam o jornal como um meio de criticar e expressar a sua opinião sobre os acontecimentos políticos da região.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Maria do Carmo Pinto de. **Imprensa: Fonte de estudo para construção e reconstrução da História**. Santa Maria – RS. ANPUHRs, 2010.

CALONGA, Maurílio Dantielly. **O jornal e suas representações: objeto ou fonte da história**. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2012. Disponível em: <http://www.unigran.br/mercado/paginas/arquivos/edicoes/1N2/7.pdf> Acesso em: 14 de agosto.

CERRI, Luís Fernando. FERREIRA, Ângela Ribeiro. **Oficina de História III**. Ponta Grossa – PR: Ed. UEPG, 2010.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHAMMAS, Eduardo Zayat. **A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968**. 112 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-13122012-101040/pt-br.php>. Acesso em: 17 de abril de 2017.



- CHARTIER, Roger. **A História Cultural. Entre Práticas e Representações**. Portugal: DIFEL, 1988.
- CLEMENTE, Rafael Willian. **História Política e a “Nova História”: um breve acerto de contas**. Volta Redonda: UniFOA, 2011.
- CLIKRIOMAFRA, Gazeta de Riomafra. Disponível em: <<http://www.clickriomafra.com.br>> Acesso em 10 de janeiro de 2018.
- CORDEIRO, Janaina Martins. **Anos de chumbo ou de ouro? A memória social sobre o governo Médici**. Estudos Históricos, vol. 22, nº 43, p. 85-104, Rio de Janeiro, 2009.
- DIAS, Luiz Antônio. **Imprensa e Poder: uma análise da ação dos jornais OESP e Folha de São Paulo no Golpe de 1964**. São Paulo, editora UNESP, 2010.
- FÉLIX, Loiva Otero. **A História Política Hoje: novas abordagens**. Revista Catarinense de História, nº 5, Santa Catarina, 1998.
- FICO, Carlos. **“Presada Censura”: carta ao regime militar**. Topoi, Rio de Janeiro, 2002.
- GAZETA DE RIO NEGRO E MAFRA. Mafra – Santa Catarina, 1968.
- LAPUENTE, Rafael Saraiva. **O Jornalismo impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos**. Porto Alegre, ALCAR, 2015. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-impressa/o-jornal-impresso-como-fonte-de-pesquisa-delineamentos-metodologicos/view> Acesso em: 15 de agosto.
- MELLO, Fábio Reimão de. **Rio Negro – 144 anos dede história e conquista de um povo ordeiro e trabalhador**. 2014. Disponível em: <http://www.guiariomafra.com.br/historia-da-cidade-de-rio-negro> Acesso em: 01 de junho.
- MORAES, José Geraldo Vinci de. **História Geral e Brasil**. São Paulo: Atual, 2003.
- MORAES, Livia Assad de. **Ditadura Militar: a memória jornalística como parte da construção da verdade histórica**. Rio de Janeiro. GT 8-História da Mídia, 2014.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A Ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969**. Belo Horizonte, MG: CNPq, 2013.
- NASCIMENTO, Amanda Caroliny Alves. Et al. **A Ditadura Militar e a Censura no Jornal Impresso (O Estado de São Paulo)**. Minas Gerais: Encontro Nacional da História da Mídia, 2013.
- NERY, Vanderlei Elias. **Diretas Já: a busca pela democracia e seus limites**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- NÉSPOLI, José Henrique Songolano. **Cultura Política, História Política e Historiografia**. UNESP, São Paulo, 2015.
- SAMWAYS, Daniel Trevisan. **História Política e Ditadura Militar**. Relações Internacionais no Mundo Atual, Curitiba, n. 7, p. 75-90, 2007.
- SILVA, E. A. SANTOS, F. L. DENIPOTI, C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em História II**. Ponta Grossa – PR: Ed. UEPG, 2011.



# HISTÓRIA E REPRESENTAÇÃO DO PROTESTANTISMO NA LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Rafael Magno de Paula Costa <sup>1</sup>

Carina Mirelli da Silva <sup>2</sup>

## 1. MAX WEBER E A ASCESE PROTESTANTE

Antes de tratarmos de como o protestantismo, historicamente, emergiu como uma religião representável ficcionalmente é preciso ponderar sobre a perspectiva em que religião e política frequentemente caminham juntas. Estamos diante de um quadro em que o atual crescimento do protestantismo pentecostal em nosso país, e até em muitas partes do mundo, começa a se manifestar em diversos setores da sociedade, inclusive nas artes, especialmente na literatura. A íntima relação e afinidade que essa ramificação religiosa tem com o sistema capitalista, por exemplo, parte das formulações político-ideológicas do sociólogo alemão Max Weber. Silvio L. Sant' Anna vê a atual expansão do protestantismo no Brasil:

a obra de Weber é reconhecida por amplos setores da intelectualidade brasileira e internacional, e em um contexto no qual, depois de séculos, a hegemonia cultural católica no Brasil é ameaçada pelo surto neo-pentecostal, com a sua 'teologia da prosperidade'. (SANT'ANNA, 2005, p. 14).

Sobre isso, deve-se considerar que os governos norte-americanos – visto que os Estados Unidos foi a nação em que os protestantes fincaram suas raízes – demonstraram grande apreço aos trabalhos de Weber, utilizando-os contra as formulações marxistas vistas como uma forma de ateísmo prático em defesa do sistema comunista. Assim, a literatura brasileira vem refletindo aspectos inerentes à prática religiosa do protestantismo mais recente. As denominações pentecostais e neopentecostais vêm ganhando paulatinamente grande espaço na sociedade e, recentemente, passaram a ser representadas dentro das obras de ficção, especialmente a literatura.

Em princípio, deve-se ter em conta a grande influência que Igreja Católica sempre exerceu, não apenas no Brasil, mas também em todos os povos latinos, principalmente no continente americano. Este levantamento também foi feito por Max Weber, na sua obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (2005) em relação aos povos anglo-saxões, cuja maioria é adepta do protestantismo. Pelos argumentos apresentados por Weber, este constata que de fato há um desenvolvimento, logicamente visto sob o prisma capitalista, maior em relação aos anglo-saxões em comparação com os povos latinos. Weber, em seus estudos, parte do princípio ascético em que analisa no comportamento dos povos anglo-saxões a inclinação ao trabalho, e por parte dos

**Resumo:** O presente trabalho destina-se a pesquisa sobre a representação ficcional das práticas históricas e discursivas das personagens religiosas representadas em obras da Literatura Brasileira Contemporânea, correlacionando-as com os discursos sociais e históricos dos seguidores religiosos do protestantismo pentecostal, especificamente. Para tanto, foi levantada uma série de justificativas na tentativa de responder aos possíveis problemas que se relacionam ao surgimento do protestantismo na Literatura Brasileira, bem como a sua consequente (des)construção ideológica por parte dos escritores. Em última análise, foram selecionados os referenciais teóricos, especialmente o nome de Max Weber, que possibilitou uma resposta mais satisfatória no sentido de responder aos problemas do surgimento histórico e do discurso religioso protestante na Literatura Brasileira.

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).  
Email: rafaelmpc82@hotmail.com

<sup>2</sup> Orientadora. Mestre em História pela UEPG.

povos latinos, uma inclinação ao comportamento monástico. Entenda-se que a vida monástica caracterizava-se por uma ascese em que a purificação do homem ocorria através da penitência.

Analisando-se o problema da “purificação” do homem, a penitência surgiu no mundo cristão como uma forma de vigilância sobre a vida do fiel. O cristão passou a ter vínculos estreitos com a Igreja e sentia que sem sua proteção, ele estaria excluído ou à mercê das “forças das trevas”. Assim, a Igreja reproduzia a sociedade e o homem vivia tendo em vista não a vida presente, mas a que se verificava além da morte. Por isso, Max Weber analisando, de forma breve, este comportamento dos povos católicos, o vê como certa “fuga” do mundo do trabalho, haja vista o conceito de vocação no qual ele mesmo tece suas considerações, estas, fundamentadas nas doutrinas do protestantismo de vertente calvinista. Assim, a vida monástica, deduzida a partir das suas conclusões, não significava maior desenvolvimento, nem a busca de um bem estar social ou coletivo.

De fato, ser contrária à usura fora a posição oficial adotada pela Igreja Católica, até então, em relação ao desenvolvimento latente do capitalismo daquele período. Esta, durante a idade média, via o trabalho como algo profano, isto é, fora do sagrado, necessário apenas para a sobrevivência do corpo e não para o enriquecimento próprio, já que a gênese bíblica vincula o trabalho à punição, herança dogmática da doutrina do pecado original: “*In sudore vultus tui vesceris pane*”<sup>3</sup> (BIBLIA, 1994, p. 8). O interessante nesse ponto é que a Revolução Protestante não impôs freio à *auri sacra fames* (a fome de riqueza), termo utilizado e explorado por Weber, ao contrário da Igreja Católica que condenara oficialmente a usura, já praticado naquele período (D’AUXERRE, 1993, p. 43-44).

Foi, sobretudo, durante o período da Revolução Protestante que o capitalismo começou a se desenvolver. Muitos estudam esse marco histórico apenas sob a ótica histórico-religiosa, não percebendo seu alcance político-econômico, e os reais interesses que haviam por parte da classe nascente, a burguesia, pela expansão de uma concepção religiosa que apoiasse ou favorecesse sua produção. Grande parte das terras da Europa Ocidental estava concentrada nas mãos da Igreja Católica. A classe mercantil emergente, como banqueiros judeus e comerciantes muçulmanos, arquitetava formas de enfraquecer os freios impostos pela Igreja Católica e se apos-

sar dessas terras. Com efeito, a posição da Igreja, contrária à usura, dificultava o desenvolvimento do novo modo de produção:

Uma [...] causa econômica importante da Revolução Protestante foi o conflito entre as ambições da nova classe mercantil e os ideais ascéticos do cristianismo medieval. Filósofos escolásticos medievais haviam sustentado que o negócio com visto a grandes lucros é essencialmente imoral. Ninguém tem direito a mais do que uma retribuição razoável pelos serviços prestados à comunidade. Toda riqueza adquirida além dessa quantia devia ser entregue à Igreja para proveito dos necessitados. O mercador ou artífice que procurar enriquecer às custas do povo não é melhor, na realidade, do que um gatuno comum. Obter vantagem sobre um rival nos negócios, açambarcando o mercado ou reduzindo os salários, é contrário a toda a lei e moralidade. Igualmente pecaminosa é a prática da usura [...]. Isso é puro roubo, argumentavam os escolásticos, uma vez que priva a pessoa que utiliza o dinheiro de ganhos que lhe pertencem legitimamente. É contrário à natureza, pois capacita o homem que empresta dinheiro a viver sem trabalhar (BURNS, 2001, p. 382).

Some-se a isso, a importância da expansão de políticas nacionais, fazendo com que muitos lugares se ressentissem contra a tributação à Igreja Romana, vista como italiana, principalmente na Alemanha de Lutero. As terras do clero eram isentas de impostos, fazendo com que sobrecarregassem outros setores, como os comerciantes. A própria proposta de reforma religiosa, ou revolução, como sugere Burns, passou a utilizar-se do ímpeto religioso em reação à crise e aos desmandos da Igreja Católica: “existiam grupos dominantes sequiosos de riquezas e dispostos a utilizar as crenças do povo em benefício próprio” (BURNS, 2001, p. 381).

Por conseguinte, o sociólogo alemão Max Weber ocupou-se, ao longo de sua vida, a estudar e investigar as causas do progresso dos chamados povos desenvolvidos, os anglo-saxões. Sua admiração pela formação histórica dos Estados Unidos transparece em seus trabalhos e sua paixão pela vida política também é uma característica que lhe é peculiar. Em alguns desses trabalhos, a religião também aparece como um dos principais interesses de sua vida. Assim, nos trabalhos *A Ética Protestante e O Espírito do Capitalismo* (2005), Weber, ao analisar diversos fatores concernentes à religião, chega à conclusão de que o conceito de vocação, trabalhado ao longo dos anos pelos reformadores, somado às doutrinas religiosas dos mesmos, era exatamente o que favorecia o crescimento do capitalismo em alguns países.

Assim, a ideia de trabalho desenvolvido por

3 Tradução: “No suor de teu rosto, comerás o pão” (Gênesis 3:9).



meio do conceito religioso de “vocação”, portanto, passou a configurar uma prática ascética que, paulatinamente, transformou-se num modelo de conduta moral ou ética. Sobre Calvino, Renato Mocellin afirma as ligações entre a fé calvinista e o capitalismo em ascensão:

Muito já se escreveu sobre as conexões entre calvinismo e capitalismo, pois para Calvino o fiel deveria obedecer às leis, ser trabalhador, sóbrio e econômico, virtudes essas que muito contribuíram para o desenvolvimento de uma mentalidade que vinha ao encontro do capitalismo em ascensão. (MOCELLIN, 2000, p. 41).

O trabalho que durante a Idade Média era considerado uma atividade mundana ou profana com o protestantismo, passou a ter uma conotação diferente. Com efeito, as atividades corriqueiras do passado, hoje transformadas e designadas com apelo moral por meio do mundo do trabalho ou “mercado de trabalho”, adquiriram esse mesmo *status* de moral com o protestantismo. Estar fora do “mercado de trabalho”, hoje, é como ser marginal, estar excluído da sociedade. Significa, por aproximação em termos mais religiosos, ser um “desgraçado” diante da “graça de Deus”. Daí o forte apelo aos desempregados de nossa sociedade à procura da religião para solução de problemas tal como o desemprego.

Uma figura histórica, bastante estudada por Weber, é a do pensador norte-americano Benjamin Franklin, através da leitura de sua *Autobiografia* (*The Autobiography of Benjamin Franklin* – 1791). Por meio da leitura da obra de Franklin, Weber projeta a ideia calvinista, professada pelos puritanos norte-americanos, de que o enriquecimento como um fim em si mesmo seria uma virtude. Na verdade, Weber retoma a moral da “sorte” ou da “fortuna”, desenvolvida na Antiguidade e que fora vista negativamente pelo cristianismo medieval. O cristianismo, ao inverter a moral pagã durante a Era Medieval, exaltou os humilhados ou fracassados da sociedade como modelos a serem seguidos, transformando a avareza em pecado e a pobreza em virtude.

No entanto, para Weber a prática ascética e devocional ao trabalho, tendo em vista o lucro a ser alcançado, seria uma virtude, retomando-se deste modo a moral da “avareza”. Neste caso específico, para Weber, o trabalho em prol do “Reino de Deus” seria a finalidade dessa prática religiosa. Mais adiante em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Weber utiliza-se do termo vocação para designar o comportamento dos protestantes diante do fato trabalhista. Essa vocação passa a ser qualificada como um

“chamamento” feito por Deus, consequentemente, o servir a Deus através da vocação ou do chamado. Neste caso, se o fiel for trabalhador ou, além disso, encarar o trabalho como uma extensão da prática ascética, o mundo do trabalho seria concebido como trabalhar para a conquista e concretização do Reino de Deus aqui na Terra.

Tal ascetismo cria um código de moral cujo cerne torna-se o mundo do trabalho, anteriormente visto como mundano ou profano. Essa sacralização da vida cotidiana foi o que significativamente influenciou em todos os segmentos da vida moderna, fazendo com que o religioso moderno, ainda no início da expansão das ideias calvinistas, desenvolvesse as práticas comerciais e a técnica, promovendo a integração entre o espaço sagrado e o espaço profano, inerente ao pensamento protestante. Com efeito, o protestantismo, mesmo atualmente, não faz distinção clara entre o sagrado e o profano. Ambos os signos estão sob a égide de uma religiosidade que pretende integrar o mundo profano ao sagrado, ou vice-versa. Isso explica a maneira como a religiosidade do povo norte-americano aplica-se a um código ético que está presente em todos os setores da vida ordinária.

O protestantismo foi a primeira religião que iniciou a promulgação de suas ideias por meio de diversos veículos, que naturalmente consideram-se iam como “profanos”, tais como a imprensa, ainda no início da colonização norte-americana, e contemporaneamente com os veículos de comunicação de massa. Isso evidentemente é o principal fator que corrobora com o sucesso do proselitismo religioso do protestantismo, como a também a “espetacularização” do sagrado, por exemplo, com as práticas de exorcismo em programas de televisão. Outro fator a se considerar é a expansão religiosa promovida por soldados norte-americanos em guerras recentemente promovidas pelos Estados Unidos contra países islâmicos como o Afeganistão e o Iraque, por exemplo. Também há, de certa maneira, uma expansão ideológica que traz em seu bojo a religião, o que, por consequência tende a sufocar a fé islâmica. No entanto, toda essa promoção religiosa aponta, possivelmente, para muitas finalidades e tentativa de “resacralizar” o mundo pode ser entendida como uma maneira de exercer um domínio econômico sobre tais povos.

Portanto, na visão de Weber, o protestantismo, bem como os seus efeitos na vida dos indivíduos, seria o principal causador do desenvolvimento dos povos considerados desenvolvidos. Não que isso sig-

nifique que o modo de produção capitalista seja um mero produto do protestantismo, mesmo porque o próprio Weber nega tal afirmação: “não temos qualquer intenção de sustentar uma tese tola e doutrinária, pela qual o espírito do capitalismo [...] possa ter surgido apenas como resultado de certos efeitos da Reforma, ou mesmo, que o capitalismo, [...] seja efeito da Reforma” (WEBER, 2005, p. 75). Segundo suas teses, este desenvolvimento seria dado a partir de uma concepção ascética da vida social do indivíduo, em que se aliam religião e modo de produção capitalista. É partindo desse pressuposto, que Weber traça o perfil de suas teorias: “Estaremos apenas tentando tornar claro o papel que foi desempenhado pelas forças religiosas no desenvolvimento da teia de nossa cultura [...], na complexa interação dos inúmeros [...] fatores históricos” (WEBER, 2005, p. 75).

Nesse ponto, é importante considerar que o protestantismo cria um problema discursivo. Michel Foucault em *A ordem do discurso* (*L'ordre du discours* – 1971) afirma:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 1999, p. 8).

Deste modo, o discurso religioso constrói seu espaço, suas ideias, que por sua vez têm por função controlar as situações e os sujeitos nela inseridos, bem como delimitar seus domínios, dentro do que deve ou não ser dito. Entretanto, não se pode categoricamente afirmar que o discurso religioso protestante, presente na literatura brasileira contemporânea, seja de uma maneira genérica o mesmo do protestantismo ortodoxo, ou seja, o protestantismo histórico, dos primeiros grupos formados inicialmente no início da Era Moderna. Quando aqui se faz referência ao protestantismo, pretende-se direcionar a análise à veia mais popular e contemporânea do protestantismo, tal como o pentecostalismo – considerando também sua faceta mais recente como o neopentecostalismo – que embora inicialmente tenha nascido de um grupo restrito no sul dos Estados Unidos, suas concepções repercutiram também dentro de agremiações mais antigas, tradicionais e conservadoras.

Basicamente essa nova forma de protestantismo alia crenças como exorcismo, glossolalia (orar em línguas), dentre outras, à expansão de uma sociedade religiosa, cujo fim se materializa por meio

do gozo terrestre dos bens, neste caso, a realização de um “paraíso” terrestre. Na verdade, o conjunto das ideias, já referidas, da Teologia da Prosperidade tem base no chamado ascetismo intramundano, conceito desenvolvido por Max Weber, que se volta para as relações da prática cotidiana:

O ascetismo cristão, que de início se retirava do mundo para a solidão, já tinha regrado o mundo ao qual renunciara a partir do mosteiro e por meio da Igreja. Mas no geral, tinha deixado intacto o caráter naturalmente espontâneo da vida laica no mundo. Agora avançava para o mercado da vida, fechando atrás de si a porta do mosteiro; tentou penetrar justamente naquela rotina de vida diária, com sua metodicidade, para amoldá-la a uma vida laica, embora não para e nem deste mundo. (WEBER, 2005, p. 116).

A partir das ideias de Weber, o protestantismo norte-americano passará a explorar mais todo o seu potencial enquanto religião “laica”, isto é, de cunho heterogêneo. O protestantismo, de uma maneira geral, não se caracteriza pela homogeneidade. Não é, pois, uma religião centralizada. Centraliza-se, com efeito, por meio do dogma luterano *sola scriptura*, isto é, a livre-interpretação da Bíblia como única regra de fé. Por outro lado, se descentraliza por essa mesma “liberdade de interpretação” da Bíblia. Sendo assim, o protestantismo, ao defender essa liberdade de interpretação, gera um fenômeno religioso plural e o consequente reconhecimento das diferentes denominações religiosas. No entanto, o dogma *sola scriptura* cria um elo de identidade entre todas as diferentes denominações protestantes, o que por sua vez e paradoxalmente centraliza a religião sob o signo da Bíblia.

Foi por meio dessa identidade religiosa que Weber afirmou que os Estados Unidos alcançaram a ascensão econômica. Contudo, as ideias de Max Weber deveriam ser depreendidas não como necessariamente um ideal de sociedade a ser posto em prática, mas apenas como uma sistematização das análises feitas sobre o desenvolvimento econômico das nações anglo-saxônicas. Weber preocupou-se em apenas entender o que fazia dessas nações, em especial os Estados Unidos, as mais poderosas economicamente. Foi assim que as ideias de Weber foram efetivamente difundidas pelos Estados Unidos no contexto posterior à Segunda Guerra Mundial. Segundo um estudioso de Weber, Juan F. Marsal, em seu artigo *Por que Weber?* afirma:

a razão política da proeminência de Weber reside em ter sido um dos autores que serviu de base europeia para o lançamento do funcionalismo norte-

-americano, teoria sociológica predominante no mundo depois da II Guerra Mundial até meados dos anos 1960. Do enorme magma de conhecimentos weberianos, os funcionalistas tomaram os que lhes eram mais favoráveis para o seu propósito de construir uma teoria universal. Criaram para isso um Weber abstrato e metodológico, fora do seu contexto cultural alemão. (MARSAL, 2006, p. 13-14).

É possível depreender as teorias weberianas como sendo também resultantes epistemológicos do materialismo histórico ou científico desenvolvido pelo marxismo, todavia, incorporando a religião dentro do sistema social. Assim, a mais recente Teologia da Prosperidade seria uma corrente ideológica que reunificaria a religião e a política, por meio das teorias weberianas, utilizada para influenciar ou, num grau mais profundo, subjugar e dominar as massas por meio da prática religiosa. Vale salientar que na contemporaneidade não é comum perceber a religião e a política atuando lado a lado, visto que se vive numa sociedade laica. Pelo contrário, seria um “escândalo” a religião se intrometer em assuntos de cunho político, embora isto seja perfeitamente normal em qualquer sociedade, principalmente a norte-americana, que ainda hoje é fortemente influenciada pelo protestantismo, embora seu discurso político seja considerado democrático, portanto laico.

Dentre outras questões, Weber, em seu artigo intitulado *Política (Politik Als Beruf)* é favorável também ao uso do temor religioso e superstições por parte do Estado para assegurar seus domínios:

Na realidade concreta, é dispensável dizer que a obediência dos súditos é condicionada por motivos extremamente poderosos implantados pelo medo ou pela esperança – tanto pelo medo de uma vingança das potências mágicas ou dos detentores do poder quanto a esperança de uma recompensa nesta terra ou em outro mundo. (WEBER, 2006, 61-62).

Weber também é favorável ao uso da violência, da coação física, para conter as revoluções: “Todo Estado se fundamenta na força”, disse um dia Trotsky [...]. Grande verdade! [...] Por evidência, a violência não é o único instrumento de que se vale o Estado [...], mas é seu instrumento específico” (WEBER, 2006, p. 60). Configura-se, então que, para ele, o Estado deve usar a prática da religião para sua autoafirmação, ou ainda, visto como algo justo visando a “defesa do bem comum” da sociedade.

A religião, assim vista por Weber, não é apenas um meio de desenvolvimento econômico, mas também de controle dos sujeitos. Portanto, controlar

ou manipular indivíduos se dá também pelo viés da fé que, por sua vez, produz e reproduz discursos relativos a ela. É por meio dos discursos que os indivíduos são efetivamente interpelados em sujeitos. Segundo o pensador franco argelino Louis Althusser: “a ideologia ‘age’ ou ‘funciona’ de tal forma que ela ‘recruta’ sujeitos dentre os indivíduos [...], ou ‘transforma’ os indivíduos em sujeitos [...] através desta operação muito precisa que chamamos *interpelação*” (ALTHUSSER, 2007, p. 96). Sob a teoria, de cunho marxista, diga-se de passagem, desenvolvida por Althusser, os discursos são materializações das ideologias. No caso do protestantismo, essas materializações se dão por meio de aparelhos, nesse caso as igrejas “evangélicas”, que produzem e reproduzem socialmente tal discurso religioso. Portanto, as ideias weberianas são o centro para o qual convergem as principais teorias sobre o caráter do protestantismo contemporâneo.

Entretanto, são as teorias de Weber que dão o embasamento para compreensão das causas do crescimento e expansão do protestantismo durante a Guerra-Fria bem como posteriormente. Esse ponto da história acarretou mudanças significativas em nossa sociedade, uma vez que ela atinge diretamente a população, sua cultura e seu conjunto de crenças. Por sua vez, a literatura sofre e reflete o comportamento das pessoas, adeptas ou não, dessa religião.

## A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO NO BRASIL

Como explicar o quê motivou essa atual expansão religiosa, ou o sucesso da “teologia da prosperidade” no atual cenário cultural brasileiro? A Igreja Católica, durante muitos períodos da sua história, buscou estar aliada àqueles que detinham o poder, como uma forma de sobrevivência ou mesmo como postura doutrinária baseada nos princípios meramente cristãos de “temor” ou obediência a um poder superior, porque, segundo sua doutrina, este seria proveniente de Deus, advindo daí as concepções hierárquicas, não só medievais como também antigas e modernas. Em João, capítulo 19, versículo 11, o relato bíblico do evangelista expõe como resposta de Jesus a Pilatos: “*non haberes potestatem adversum me ulla nisi tibi datum esset desuper*”<sup>4</sup> (BÍBLIA, 1994, p. 1693).

4 Tradução: “Não terias nenhum poder sobre mim se não tivesse sido dado por Deus”.



No entanto, na América Latina essa visão política muda de figura com a “Teologia da Libertação”, uma corrente de pensamento da Igreja, contando também com a participação de outras denominações cristãs, oficializada em 1968 durante a Conferência do Episcopado Latino-americano de Medellín na Colômbia, proposta pelo teólogo Gustavo Gutiérrez, que visava à luta contra a ditadura militar, a opressão e a miséria que assolavam todo o povo latino-americano. Muitos clérigos aderiram ao engajamento proposto pela teologia da libertação, tais como Leonardo Boff, talvez o maior ícone do movimento no Brasil, juntamente com Frei Betto, entre outros. Um nome curioso, que também se pode citar, é o do arcebispo el salvadorenho Dom Oscar Romero, embora negasse a influência teológico-libertária de que fora acusado, pois as perseguições contra os teólogos, por parte da ditadura militar naquele país, o El Salvador, foram extremamente cruéis e violentas.

Essa iniciativa sócio-teológica ia de encontro aos interesses econômicos dos países desenvolvidos, em particular os Estados Unidos, gerando conflitos de extrema violência por parte dos partidários da extrema direita das ditaduras militares, apoiados pelo governo norte-americano. O Vaticano, posteriormente, passou, também, a não ver com bons olhos a teologia da libertação e alguns clérigos buscaram vincular o movimento às doutrinas marxistas, principalmente o então Cardeal Joseph Ratzinger (posteriormente Papa Bento XVI) que, segundo ARDUINI (1986, p. 169), desde 1969, vinha opondo-se à teologia política e à teologia da libertação. CHASTEEN (2001, p. 226) fala sobre uma reação conservadora por parte da Igreja Católica aos expoentes da teologia da libertação, os quais, no final da década de 1970 com o novo Papa João Paulo II, teriam sofrido contra si todo o poder do Vaticano.

Com efeito, o Papa João Paulo II era inflexivelmente contrário ao marxismo, pois, sendo polonês, nasceu em um dos países comunistas da famosa “Cortina de Ferro”. Ele entendeu que os religiosos da América Latina tinham ido longe demais e passou a nomear bispos latino-americanos hostis àquela linha religiosa. Entretanto, os teólogos defensores desta concepção justificavam sua luta com princípios teológicos e não propriamente políticos, deixando de lado qualquer fundamento marxista dentro da mesma: “O marxismo não é questão fundamental para a teologia da libertação” (ARDUINI, 1986, p. 146).

A principal razão que levou a Igreja Católica a

contrariar e, posteriormente, a combater essa nova forma de pensar do cristão latino-americano foi a afinidade de ideias verificadas entre o Socialismo e a Teologia da Libertação, tendo como núcleo o direito de propriedade que o sistema capitalista apoiava e o socialista abolia. Não que os teólogos fossem contra esse direito, mas muitos passariam a aderir aos movimentos como o da luta por reformas agrárias, motivando a Igreja Romana a entender que a teologia da libertação fosse uma ação de caráter revolucionário dentro da própria instituição. Isso fez com que a alta cúpula da Igreja receasse qualquer especulação política por parte dos poderes constituídos por padres estarem envolvidos com a teologia da libertação. Isso levou a Igreja à rejeição da teologia da libertação. Ainda dentro da questão religiosa, os teólogos da libertação negam qualquer afinidade entre as duas formas de pensamento, a marxista e a Teologia da Libertação, em que a primeira tem como núcleo concepções antiespiritualistas, e a segunda, convicções espiritualistas:

Com referência ao terceiro escalão do marxismo, como prática teórico-filosófica, o juízo deve ser, por parte da fé, totalmente categórico, porque está numa oposição frontal com o cristianismo [...] Esta metafísica se opõe a todas as concepções espiritualistas e religiosas. O cristianismo se encontra em seu oposto. Não há composição possível. (BOFF, 1980, p.201)

Não obstante, sempre haverá dúvidas inerentes sobre o que de fato motivou a Igreja Católica a expurgar a Teologia da Libertação de seu seio, se fora motivada por uma questão religiosa ou política. Entretanto, é evidente que a posição oficial dos teólogos da libertação fora embasada não em princípios propriamente marxistas, mas sim religiosos, embora a preferência pelo socialismo esteja evidente.

No momento em que essa perspectiva teológica – herdeira indireta das influências socialistas – ganhou força na América Latina, os Estados Unidos passaram a apoiar ou mesmo financiar as ditaduras militares no continente, em nome da “doutrina da segurança nacional”. O governo norte-americano fornecia até mesmo auxílio em suas academias de treinamentos militares como a *School of the Americas*. Acredita-se que os soldados recrutados para servir às forças de segurança latino-americanas eram treinados para submeterem seus prisioneiros “a uma variedade de horrores, inclusive estupros sucessivos no decorrer de semanas, choques elétricos nos mamilos e testículos, vendas permanentes nos olhos e tortura psicológica” (CHASTEEN, 2001,



p. 232). Configurando-se que a ordem era voltar-se aos “inimigos internos da liberdade”, dentre eles, diga-se de passagem, se incluem também os religiosos da já citada teologia. Todos esses dados indicam para uma possível cruzada contra os religiosos “revolucionários”, como também ficaram conhecidos.

Dentro desse quadro conflitante gerado em plena Guerra Fria e durante as ditaduras na América Latina, foi que começaram a surgir outras formas de ascetismo religioso, tal como a teologia da prosperidade. Ao contrário da teologia da libertação, a teologia da prosperidade era tolerada e apoiada pelos governos que utilizavam a iniciativa religiosa como uma forma de praticar ascetismo sem vinculação política, ou melhor, com vinculação desde que favorável ao poder instituído. Segundo Juvenal Arduini:

Essa colocação sobre o interlocutor é confirmada pelas manobras arquitetadas pelo capitalismo com o objetivo de assegurar seu domínio sobre a América Latina. As incursões de dominação são feitas com o cuidado de não ferir a religiosidade de nosso povo, mas com a estratégia de usá-la. O capitalismo internacional tem se utilizado de seitas fundamentalistas para a penetração ideológica nos países latino-americanos (ARDUINI, 1986, p. 15).

Embora estejamos um tanto distantes de quando Arduini elaborou seu trabalho sobre a teologia da libertação – considerando que a mesma corrente perdeu muito a sua força –, o texto faz refletir sobre um período da história no qual uma mudança se fazia sentir. Uma mudança nos modos, gostos e princípios religiosos, paralelamente ocorrendo mudanças econômicas, tal como a globalização nos anos 1990 e o neoliberalismo, que são exemplos mais recentes. Os Estados Unidos foi a nação onde as considerações de Max Weber encontraram terreno fértil para aplicação ou afirmação de suas teorias e, de certo modo, invertendo a ordem de seu estudo e transformando-o em bandeira ideológica. Na realidade, embora fosse de fato um defensor de ideias, ele buscou no puritanismo, desenvolvido nas colônias norte-americanas, os fundamentos das suas teorias.

O que se denota até aqui é que efetivamente não há uma separação clara entre o que caracteriza a política e a religião, nem mesmo a maneira como a literatura trabalha essas questões. Antes do surgimento e da expansão das seitas pentecostais no Brasil, a religião predominante até então era o catolicismo. O pesquisador Emanuel de Kadt<sup>5</sup> afirma em

seu artigo *Religião, Igreja e mutação social no Brasil* que o catolicismo brasileiro não apresenta, de um modo geral, uma face homogênea em sua religiosidade popular. Até o século XIX os padres utilizavam a religião para dar esperanças de compensações na vida após a morte aos escravos (1970, p. 205-206). Deste modo a religião era utilizada com finalidade política, visto que sujeitava os escravos aos seus senhores. O que se pode extrair do pensamento de Kadt é que religião e política caminham lado a lado, embora o autor não defenda necessariamente este posicionamento. Montesquieu, pensador iluminista do século XVIII, em seu *Do espírito das leis* (*De l'Esprit des lois* – 1748), já tinha uma opinião clara sobre as ligações entre a religião e as leis:

Como a religião e as leis civis devem tender principalmente a tornar os homens bons cidadãos, vê-se que, quando uma das duas se afastar desse objetivo, a outra deve tender ainda mais para ele: quanto menos a religião for repressora, mais as leis civis devem reprimir. (MONTESQUIEU, 1997, p. 137)

De fato, não é comum perceber na sociedade atual as ligações entre religião e política, mesmo na Antiguidade não se podia conceber a religião como separada do Estado político. Essa separação ocorreu apenas a partir do século XVIII por conta das ideias iluministas. A religião executa o papel de pôr ordem no caos que o mundo natural apresenta ao homem civilizado. Mesmo nos casos em que o “mundo” é outro, isto é, alheio ou estrangeiro, é necessário dominá-lo, justamente por ser “alienígena” ou porque o diferente agride a nossa constituição enquanto sujeitos. Tal dominação se verifica de fato por meio da consagração: “da perspectiva das sociedades arcaicas, tudo o que não é ‘o nosso mundo’, não é ainda um ‘mundo’. Não se faz nosso um território senão ‘criando-o’ de novo, quer dizer, consagrando-o” (ELIADE, 2001, p. 34).

Assim, para entender como se constrói o discurso religioso protestante, assim como a sua configuração dentro da literatura brasileira contemporânea, se faz necessário entender a constituição da religiosidade brasileira anterior ao surgimento do protestantismo no panorama histórico brasileiro. O que ocorreu, e vem ocorrendo, com a religiosidade brasileira foi uma transformação do que houvera até então com o catolicismo. Emanuel de Kadt ainda constatou que o Brasil tinha muitas vertentes, até divergentes, em matéria de religiosidade católica. O que ele concebe como catolicismo

5 Conferencista em sociologia pela London School of Economics.

popular foi resultado não diretamente da catequese dos padres, mas sim como resultado de uma expansão religiosa passada de geração em geração pelos escravos ou descendentes de caboclos que ao mesmo tempo misturavam concepções politeístas dos ritos africanos (1970, p. 206). Considerando-se que o número de padres no Brasil sempre foi reduzido, devido também à extensão do território brasileiro. Tal concepção religiosa, do catolicismo popular, não apresenta uma fé consistente num sentido de uma prática moral, mas que esse catolicismo apresentava crenças em elementos sobrenaturais ou mágicos, caracterizando a superstição:

O catolicismo popular [...] Transmitido de geração em geração com apenas uma mínima parcela de influência dos padres como intérpretes oficiais da doutrina da Igreja, não se concentra na pecaminosidade humana e nos meios de salvação do inferno, nem numa piedade difusa, nem na ética da vida diária. É uma forma de conseguir o controle sobre a natureza – uma forma sobrenatural de superar as adversidades que o homem é incapaz de suportar de uma maneira humana e temporal. Ocupa-se [...] com a satisfação das necessidades diárias “naturais” do homem – saúde, uma boa colheita, uma vida familiar ou amorosa feliz, subsistência – as quais busca assegurar por meio de ritos quase mágicos [...] (KADT, 1970, p. 206)

O caráter do catolicismo brasileiro, aparentemente, reduzia-se a uma prática supersticiosa, não propriamente num código de moral a ser seguido. Entretanto, tal religiosidade passou por transformações nos últimos tempos. Com o crescimento de movimentos messiânicos ou milenaristas, Kadt aponta para o abandono crescente do catolicismo popular: “Os velhos padrões religiosos são postos de lado [...]. Mais frequentemente estes se voltam para a Umbanda, o Espiritismo ou o Protestantismo (particularmente as seitas de Pentecostes)” (KADT, 1970, 210). Entretanto, deve-se ter certa reserva sobre a expansão do protestantismo, visto que suas ligações com os ideais norte-americanos são íntimas. O historiador John Charles Chasteen, em seu livro *América Latina: uma história de sangue e fogo*, também aponta para essas mudanças:

Outra onda de mudança religiosa que vem transformando a América Latina é a ascensão do protestantismo, notadamente no Brasil, mas também em outras partes, do Chile à Guatemala. Entre os grupos protestantes de maior crescimento estão os pentecostais e outros credos evangélicos originários dos Estados Unidos. (CHASTEEN, 2001, p. 262-263)

Diante da ameaça comunista que até então beirava às portas da América Latina, com o intuito de

neutralizá-las, os militares ao longo das décadas de 1960 e 1970 tomam o poder, sob o patrocínio do governo norte-americano, ficando os mesmos livres para propagar suas ideologias, ao mesmo tempo em que os militares buscavam aniquilar as “ameaças vermelhas”, como também a concepção religiosa desenvolvida pelos teólogos da libertação. Em relação ao aspecto religioso dessa política, Arduini é ainda mais explícito quando afirma:

O capitalismo internacional tem se utilizado de seitas fundamentalistas para penetração ideológica nos países latino-americanos. Bastaria lembrar a atuação da seita Moon. Na Guatemala, a “Igreja do Verbo” de Rios Montt, fez horrores em nome de Deus. Na Nicarágua, ex-somozistas e a CIA fundaram “igrejas” em certas regiões, e manipularam, a seu favor, expressões religiosas. “The New York Times” fala com ironia: “Se há algo que deve ser legítimo no sistema norte-americano é o uso de sectarismo religioso para vender programa político”. [...] A atual administração dos EE.UU. conta com quadros de “direita religiosa” que movimentam vultuosos recursos financeiros em benefício dessa penetração religioso-ideológica, embora isso venha de longe, pois a CIA tem largo precedente histórico na utilização do elemento “religioso”, segundo a confissão pública de ex-chefes seus. Nos Estados Unidos já se cogitou em organizar uma “Teologia das Multinacionais”. E em maio de 1985, Novak esteve no Brasil propagando a teologia do “Capitalismo Democrático”. Os regimes militares capitalistas e seus aliados perseguiram e perseguem a Igreja comprometida com os pobres e oprimidos, tendo, porém, o cuidado de se declararem religiosos e defensores da verdadeira Igreja “espiritual” e não “política”. (ARDUINI, 1986, p. 15-16)

É curioso como nesse mesmo período, durante os anos 1960, surge dentro da Igreja Católica, coincidentemente no mesmo país, os Estados Unidos, outro movimento com características semelhantes ao do protestantismo pentecostal: a “Renovação Carismática Católica”, que também vem sendo difundido e espalhado com certo êxito pela América Latina, notadamente no Brasil, o que faz com que alguns, como o Pe. Guy Jorge Ruffier, por exemplo, vejam isto com certo pessimismo: “O fortalecimento de movimentos conservadores, como Opus Dei, Emaús e Renovação Carismática, por exemplo, pode afastar a Igreja de sua missão mais social” (REIS, 2004, p. 53).

Vale salientar que esse contraste ideológico entre Socialismo e Capitalismo foi muito bem explorado pelas figuras de Karl Marx e Max Weber durante a Guerra Fria, em que um representava o materialismo e o ateísmo como base social e o outro o ascetismo religioso. Complementando ainda a

observação de Arduini, os norte-americanos, principais representantes do capitalismo internacional, tiveram cuidado em não ferir a religiosidade do povo latino, infiltrando pouco a pouco suas concepções de vida, crença e costumes, como mais adiante, neste trabalho, perceber-se-á nas personagens do universo literário. Mas, o que fica evidente, haja vista as considerações de Arduini, é que a religião foi amplamente utilizada como um meio de propagar ideologias político-religiosas durante a Guerra Fria em que as ditaduras militares comandavam a maior parte do mundo latino-americano. O que equivale a dizer que a religião ou religiosidade acabou por ser utilizada com fins de “despistar”, através do comportamento ascético, os problemas sociais.

## HISTÓRIA DO PROTESTANTISMO NO BRASIL, SUA EXPANSÃO E TRANSFORMAÇÕES CULTURAIS

O protestantismo, no entanto, tem origem no Brasil muito antes dessa expansão mais recente. Em seu artigo intitulado “Historiografia do protestantismo no Brasil: Percursos e perspectivas”, Bertone de Oliveira Sousa trata do fenômeno do protestantismo no Brasil a partir do século XX. No seu artigo, o autor traz para a reflexão a obra do historiador francês Émile Léonard:

O historiador francês Émile G. Léonard, que veio ao Brasil no final da década de 1940 para lecionar na USP, foi um dos primeiros a fazer uma abordagem histórica das religiões protestantes no Brasil, numa obra intitulada “O Protestantismo Brasileiro”, somente reunida em livro no ano de 1963 (dois anos após a morte do autor). Nela, o autor inicia fazendo uma delimitação de fontes, para dissertar desde o estabelecimento das primeiras missões estrangeiras, passando pelas reações dentro do catolicismo hegemônico, até os problemas eclesiais ocorridos no interior do protestantismo a partir da separação e fundação de novas igrejas [...]. O pesquisador francês, que escreveu também uma obra sobre o protestantismo em geral, veio ao Brasil recomendado por Lucien Febvre para lecionar História Moderna e Contemporânea na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Produziu aqui uma obra pioneira que orientou muitos pesquisadores. (SOUSA, 2012, p. 172)

É importante demonstrar que, embora o protestantismo esteja no Brasil já há algum tempo, desde a segunda metade século XIX, foi somente após sua expansão, a partir do período das ditaduras militares, que vem ganhando destaque na literatura brasileira. Antes desse crescimento, Sousa afirma,

citando Léonard, a vinda de emigrantes norte-americanos ao Brasil, especialmente em São Paulo, após a Guerra de Secessão nos Estados Unidos:

ele descortina os embates que o protestantismo travou com o catolicismo para ganhar espaço no Brasil, mostrando a importância das missões estrangeiras para sua consolidação. Não deixa de notar, por exemplo, a influência da Guerra de Secessão nos Estados Unidos, que impulsionou a imigração de muitos sulistas confederados para o Brasil, especialmente São Paulo, “em sua maioria, presbiterianos, metodistas e batistas. Entre eles se encontravam vários pastores destas denominações” (LÉONARD, 2002, p. 85, apud SOUSA, 2012, p. 172)

Na década de 1980, a tese de doutorado em Sociologia do pastor presbiteriano Antonio Gouvêa Mendonça, intitulada “O Celeste Porvir”, o autor analisa a evolução do pensamento protestante, sobretudo calvinista, onde fincou raízes nos Estados Unidos impulsionando sua expansão para outras partes do mundo. É justamente essa expansão que se vem verificando em diversas instâncias atuais de nossa sociedade.

O que há em comum em ambas essas obras são os embates travados com a religião hegemônica no Brasil, isto é, o catolicismo. Mendonça divide a história do protestantismo no Brasil em três quatro períodos: de 1824 a 1916, marcado pela vinda de missionários europeus e norte-americanos e pelas relações com a escravidão; de 1916 a 1952, marcado pela superação das diferenças entre diferentes denominações protestantes; de 1952 a 1962 marcado pelo intelectualismo da juventude burguesa, voltados para aspectos sociais da vivência religiosa; e de 1962 a 1983 marcado pelas relações de alas conservadoras das igrejas com o regime militar e pelo expurgo dos liberais de dentro das mesmas.

Sousa aponta ainda outras obras de Mendonça, como a que fez em parceria com Velasques Filho, intitulada *Introdução ao protestantismo no Brasil*, apontando para o crescimento do pentecostalismo e do fundamentalismo e sua ligação com as representações de mundo conservadoras (SOUSA, 2012, p. 174). Essa última obra é muito criticada por Sousa, que a vê como não científica em virtude de seu tom moralizante e negativo em relação ao protestantismo.

Por fim, analisa outros trabalhos, com destaque maior ao de Bittencourt Filho, *Matriz Religiosa Brasileira: Religiosidade e mudança social* (2003):

Neste último trabalho, Bittencourt Filho (2003, p. 17) busca defender a tese de que há uma matriz religiosa neste país, “que provê um acervo de valores



religiosos e simbólicos característicos, assim como propicia uma religiosidade ampla e difusa entre os brasileiros”. Para o autor, essa matriz se formou a partir do resultado do encontro entre diferentes culturas e visões de mundo. [...] Para ele, houve uma simbiose desses elementos (o primeiro, predominantemente indígena e africana e o segundo, cristão) na formação da religiosidade brasileira. Naturalmente, o protestantismo que aqui se formou, também foi afetado por essa simbiose, sobretudo em suas vertentes pentecostais e neopentecostais. Mas também, e em menor escala, estiveram presentes elementos muçulmanos e judaicos nessa formação. (SOUSA, 2012, p. 175)

Diante desse levantamento historiográfico, é possível verificar as transformações pelas quais passou o protestantismo clássico, visto que essa religiosidade também fora afetada pelo ambiente que aqui já estava formado. Assim é que ao analisar o trabalho de Bittencourt Filho, Sousa coloca:

Assim, por exemplo, ao usar o recurso da magia para resolver problemas cotidianos, mesclando suas práticas rituais e simbólicas com a de outros credos, o neopentecostalismo promove um deslocamento em relação ao protestantismo clássico (oriundo da Reforma), ou seja, “de verdade e de certeza sobre o mundo, passa a ser uma resposta localizada a problemas localizados” (BITTENCOURT FILHO, 2003, p. 81). O autor também enfatiza que, nas últimas décadas, com a difusão dos meios de comunicação de massa e do movimento Nova Era, as igrejas tradicionais perderam espaço para um tipo de religiosidade que valoriza o bem-estar espiritual, a subjetividade, o misticismo e a expressão de sentimentos, não raramente difusos. O Neopentecostalismo se inscreve nesse contexto ao oferecer um modelo religioso centrado no tripé cura, exorcismo e prosperidade. (SOUSA, 2012, p. 175)

Desse modo, a religiosidade protestante passou por um processo de transformação, auferindo práticas de outros credos. Surge, assim, o neopentecostalismo como uma vertente do protestantismo pentecostal norte-americano que, atualmente, vem fazendo prosélitos e uma expansão significativa em todos os âmbitos da cultura brasileira:

O neopentecostalismo tem operado mudanças substanciais no pentecostalismo brasileiro e nas formas como a religião é praticada, daí a necessidade de analisar historicamente as características dos discursos de seus representantes e como estes são recebidos pelos fiéis. (SOUSA, 2012, p. 176)

Assim, Sousa é favorável em se pesquisar os fenômenos que cercam essa expansão religiosa, como fenômeno cultural do presente e como forma de valorizar a formação desses grupos:

No que diz respeito ao protestantismo brasileiro, que tem se expandido de forma mais acelerada a

partir da década de 1950, sua incorporação como objeto de estudo da historiografia pode e tem enriquecido bastante a produção acadêmica, a partir da valorização da memória histórica desses grupos e sua interação com os acontecimentos e as peculiaridades dos locais onde se estabeleceram. (SOUSA, 2012, p. 176)

Em outro artigo intitulado “Além do que se Vê...’: Análise do Conceito Weberiano de Vocação à Luz da Dinâmica do Empreendedorismo Religioso”, elaborado por três autores Alessandro Gomes Enoque, Alex Fernando Borges e Jacqueline Florindo Borges, estes relativizam o escândalo aparente que há entre religiosidade e mundo prático. Nesse sentido, o empreendedorismo religioso é visto com naturalidade, uma vez que, para eles, a organização religiosa caracterizaria uma empresa. Os autores não entendem a empresa como laica nem mesmo a religião como “sacra”. Para eles, ambas noções caminham juntas e não podem ser vistas como opostas ou separadas: “Além disto, parece haver, ainda, por parte de outros certo ‘incômodo’ gerado pelas tentativas de apropriação de temáticas do universo religioso em um espaço ‘pretensamente’ laico como é o caso das empresas” (ENOQUE et al, 2015, p. 506).

Os protestantes entendem o conceito de vocação (*beruf* em alemão, *calling* em inglês) como um chamado a realizar uma tarefa, uma atividade em nome de Deus. Em nome desse conceito novo, inaugurado por Lutero, o trabalho passa ser valorizado, não mais como uma atividade mundana, mas como uma atividade consagrada a Deus, ganhando, portanto, conotação moral e significado religioso.

Há que se destacar, ainda, um outro elemento de análise, qual seja a ideia de predestinação, implícita no conceito de vocação. Embora tal ideia não seja tão aparente, convém destacar que o indivíduo vocacionado e, portanto, ‘iluminado’ por algum tipo de sugestão divina, acredita ser parte presente de um plano superior maior. Ele acredita ser, por assim dizer, uma ‘peça no xadrez divino’ e que, portanto, as atribuições vividas no dia a dia seriam parte de um plano maior com um ‘final feliz’. Tal concepção de um fim positivado poderia estar relacionado a uma forte tradição cristã de terra/paraíso, no qual passaríamos por dificuldades no mundo tendo em vista recompensas no céu. (ENOQUE et al, 2015, p. 510)

Assim, para os autores, não haveria uma diferença clara entre vocação espiritual (padres e freiras) e vocação laica (engenheiros, advogados, médicos), uma vez que tal distinção se encontraria apenas na esfera católica. Para eles, a separação em espaços dicotômicos é, portanto, uma forma equivocada de entender o fenômeno religioso:



Nota-se, a partir daí, a impossibilidade de tratar a ordem social como um elemento passível de ser separado em pequenos fragmentos, ou seja, a ideia de que existe um espaço social, um espaço cultural, um espaço religioso e uma série de outros, separados entre si. Na verdade, o ordenamento social apresenta-se muito mais complexo do que isto, uma vez que atuam de maneira sistêmica em completa interdependência. (ENOQUE et al, 2015, p. 512)

Esse artigo ratifica a linha de raciocínio desenvolvida nesse trabalho, isto é, em que religião e a fé podem ser entendidas como produtos do mundo dos negócios. Os autores, ao parafrasear Bordieu, entendem que:

esta ‘alquimia ideológica’, que transmuta o produto humano em algo essencialmente sagrado, possui um caráter fundamentalmente político. Profundamente inspirado na abordagem weberiana, que vincula os conteúdos de natureza religiosa aos interesses daqueles que os produzem, difundem e consomem, o autor aponta que toda religião teria a função política de cristalizar, bem como legitimar, um dado ordenamento hierárquico entre grupos, gêneros, classes ou etnias. (apud ENOQUE et al, 2015, p. 510).

Desse modo, a religião serviria, sem maiores conflitos, aos interesses ou forças produtivas, tendo assim uma função claramente política e ideológica. Efetivamente, essa linha religiosa, de um modo geral, apresenta-se como uma ascese capaz de adaptar-se perfeitamente ao nosso tempo, sem maiores conflitos, algumas vezes reforçando um comportamento pautado nas ideologias políticas contemporâneas embasadas no mundo do trabalho moderno ou mesmo no consumismo:

a religião teria uma função de transformar aquilo que é essencialmente humano e, portanto, uma criação arbitrária e temporal, em um produto divino de caráter sagrado e de natureza inquestionável e atemporal. Nota-se, neste sentido, um claro viés ideológico, na medida em que a valorização do trabalho secular vocacionado enquanto algo divino, potencializada, como diria Weber (2000), por um certo ‘desencantamento do mundo’, passa a ser um elemento legitimador de um ordenamento social de caráter essencialmente capitalista. (ENOQUE et al, 2015, p. 510)

No entanto, os autores utilizam tais teorias no intuito de analisar como aqueles que se dedicam às atividades produtivas o fazem em nome da religião. Apenas analisam como grandes empresários tornaram-se bem sucedidos em virtude de suas crenças professadas. Não fazem, por outro lado, análises sobre como os pastores utilizam a religião e a igreja como um empreendedorismo religioso, em que a igreja passa a ser uma empresa e o líder religioso um

empresário bem sucedido.

Como resultado desse hibridismo religioso, resultado de disputas e de “guerras frias”, o que se tem hoje, tanto na sociedade quanto presente na literatura, é uma prática ascética imediatista e consumista. Para Emanuel de Kadt: “A pesquisa entre convertidos a essas religiões mostra que a razão primordial para procurar contato com o novo credo é a procura de soluções para problemas pessoais” (KADT, 1970, 211). Já Júlia Miranda, comentando Reginald Bibby, vê este fenômeno como: “É essa religião fragmentada que ele chama de *à la carte*. O comportamento é tipicamente “consumista”. Guarda-se da herança tradicional apenas o que interessa e convém; mantém-se uma fé que não exige alto grau de coerência entre os papéis” (MIRANDA, 1995, p. 49). Deste modo, a religião torna-se, no contexto da pós-modernidade, uma instituição para solução dos problemas pessoais. Uma vez satisfeitos tais problemas, a religião torna-se, por consequência, descartável.

Por meio de tal contexto histórico, percebe-se como as ideias de Max Weber ganharam ampla repercussão e que, conseqüentemente, tenham sido utilizadas como base para uma proposta de expansão ideológica. Não só o Brasil, mas toda a América Latina foi fortemente influenciada por essas lutas político-religiosas. Entretanto, esse crescimento ou expansão religiosa possui, conforme afirma Júlia Miranda, uma intenção de tomar o poder:

Esse período vê surgirem ou se desenvolverem, no âmbito das religiões abraâmicas, movimentos de re-cristianização, rejudiaização e reislamização, todos com pretensões políticas. A maioria tendo como objetivo a tomada do poder [...], mas sabendo se utilizar, quando necessário, da estratégia *per le bas*, ou seja, disseminando a palavra sagrada e o estilo de vida conseqüente no seio da população [...] (MIRANDA, 1995, p. 42).

É deste modo que o protestantismo vem ganhando adeptos e conquistando espaço, disseminando a crença weberiana de um paraíso terrestre e de prosperidade material dos crentes, com o intento mais profundo de efetivamente dominar os diferentes espaços e esconjurar os discursos que se lhe contradiz ou opõe.

Essa transformação, contudo, também traz uma mutação da fé protestante tradicional. Carlos Henrique Pereira de Sousa, em seu artigo intitulado “O protestantismo histórico, neopentecostalismo e o “caldo” cultural pós-moderno”, este tece considerações sobre a transformação do protestantismo no

Brasil utilizando o termo “pentecostalização”. Para ele, o fenômeno da pentecostalização estaria vinculado aos problemas e transformações ocasionadas pela pós-modernidade que, por sua vez, afetariam a identidade protestante. Nesse caso, a pentecostalização da fé protestante estaria deslocando os velhos paradigmas protestantes, criando uma unidade por meio do uso de termos como “evangélicos” e “crentes”:

No limiar do século XXI, no contexto pós-moderno do nosso capitalismo tardio, creio que a tendência é a teologia neopentecostal impor sua hegemonia sobre o mundo evangélico brasileiro. A era do denominacionalismo acabou. Hoje as denominações brasileiras, evangélicas e pentecostais clássicas, não passam de estruturas burocráticas, de discutível poder institucional, muito longe do crente comum, para quem não faz qualquer sentido ser metodista, batista, presbiteriano, assembleiano, wesleyano, ou lá o que for! Hoje a gente é somente evangélico, crente! (MATTOS apud SOUSA, 2015, p. 147).

Isso, por outro lado, é visto com certa cautela, uma vez que os protestantes estariam perdendo suas ligações com o seu passado marcado principalmente pela ética puritana. A causa dessa mutação tem a noção de pós-modernidade como pivô, ocasionando uma perda gradativa da identidade protestante concernente ao protestantismo histórico:

Neste sentido a crítica ao neopentecostalismo tem como motivação seu caráter fluido, justaposto, plural e desregrado, o que desconfigurou todo o arcabouço da tradição reformada. No entanto, os neopentecostais operaram uma liberalização dos usos e costumes, desejam serem vistos como *normais* (SOUSA, 2015, p. 148).

Desse modo, Sousa compreende que os problemas atuais que cercam a identidade protestante têm em seu bojo cargas culturais relativas à pós-modernidade: “Temos assim um mundo marcado pela relativização das identidades, as imbricações entre o local e o global, consumo, novos estilos de vida, circulação de mercadorias e desconstrução de imagens” (SOUSA, 2015, p. 149). Isso estaria, relativamente, desencadeando uma mudança no campo das religiões, levando seguidores ao abandono daquilo que Sousa coloca como tradições:

Todos estes fenômenos em curso são acentuados pelo processo de composição e recomposição identitária fragilizando o sistema de crenças e pertencimentos. Tais conseqüências para a religião são a libertação da tradição decorrente da fragilidade dos laços identitários e a passagem de uma religião de origem para uma nova religiosidade com ênfase nas emoções e sentidos. (SOUSA, 2015, p. 149)  
Assim temos como cenário geral a crise das grandes

tradições e implosão de certezas institucionais. As religiões são liberadas do seu aparato *hard*, o que resulta na “gestão da livre iniciativa individual e transforma-se em uma nova fonte de imaginação simbólica” (PACE, 1997, p. 34 apud SOUSA, 2015, p. 149).

Esse deslocamento da identidade protestante explica as razões dessas transformações da fé em uma perspectiva mais *a la carte*, como diria Julia Miranda, ou ainda uma resposta mais imediata aos problemas do cotidiano. Autores da literatura brasileira trazem desse modo o comportamento das personagens que ratificam tais padrões.

O mais interessante, todavia, é o que se deve ter em mente a respeito da dimensão da real significância entre a religião e a vida social do indivíduo. É de praxe comum, principalmente no Brasil, desvincular estes dois fatores extrinsecamente, o religioso e o político. Um é visto apenas pelo seu prisma ascético e o outro exclusivamente em relação à produção. Ressalta-se que muitos podem, à primeira vista, ficarem surpresos com o uso da religião para fixação de um determinado modo de produção, ou qualquer coisa semelhante. Porém, o que cabe aqui é a recordação de que, ontologicamente, estas duas células, o mundo da crença e o modo de produção, unidos, acabam produzindo e reproduzindo a realidade em nossa volta.

Com efeito, se lembrarmos, por exemplo, o período das cruzadas, no qual a Igreja temia as invasões por parte dos árabes, enviando expedições à Palestina e posteriormente à Península Ibérica, locais estratégicos numa excogitada tomada europeia, como um meio de assegurar a ordem da sociedade feudal; ou se focalizar-se o contrário, os árabes expandindo sua crença no alcorão e automaticamente também expandindo seu comércio. Portanto, não há razões plausíveis para o desvinculo sistemático entre uma e outra coisa. É óbvio que se analisar o que tange aos fins perseguidos por um e por outro num Estado laico como o da contemporaneidade, aparentemente perceber-se-ia que não há qualquer ligação possível. Porém, tal cogitação é demasiado simplória porque despreza justamente as concepções e convicções religiosas que reproduzem a atual sociedade, ou o atual sistema, principalmente quando se têm em mãos dados e estudos, significativos e esclarecedores, como os do próprio Max Weber. Isso, na medida em que se tem a atenção voltada para o nosso tempo, perceber-se-á também no atual interesse do capitalismo mundial, representado pelos Estados Unidos, quando este se volta insistentemente para o mundo árabe contra a expansão muçulmana.

Deste modo, o protestantismo (neo)pentecostal passa a promover discursos que enfoquem a expansão econômica imposta pelo modelo norte-americano com a questão religiosa da prosperidade material do crente. Esse espaço discursivo relativo a este fenômeno religioso reside basicamente na ideia, já exposta neste trabalho pela socióloga Julia Miranda, sobre reencantamento ou ressacralização do mundo, cuja finalidade última se caracteriza pela tomada do poder, ansiada pelas diferentes religiões. Consequentemente, a literatura brasileira também aponta para essas questões, apresentando o discurso religioso protestante como uma religiosidade nova ou com uma nova percepção de sacralidade, visto que a cultura brasileira era predominantemente católica até então, ou mesmo que hoje essa cultura se veja ameaçada. Embora os autores não se envolvam diretamente com a religião, ou com a defesa dela, contudo, retratam a construção da alteridade dos sujeitos religiosos que no passado fora uma minoria, mas que atualmente cresce continuamente.

Esse retrato presente nas obras ficcionais não ocorre pela promoção da religião por parte dos escritores como sendo sectários de tais grupos religiosos, mas simplesmente como observadores dos costumes, apresentando a sociedade em suas respectivas obras. Assim, numa sociedade dominada pelo espírito secular, os escritores são ficcionistas que não se posicionam propriamente favorável a esse novo espírito religioso como manifestação do sagrado. Mesmo quando apresentam os religiosos, o fazem procurando desconstruir tal prática sócio-discursiva por meio da evidência discursiva reproduzida pelas personagens construídas na ficção.

A religião vista pelos autores contemporâneos é apresentada negativamente, muitas vezes envolvendo mais em papéis político-ideológicos do que necessariamente religiosos. Isto se dá exatamente devido à formação ideológico-discursiva da sociedade contemporânea, pós-iluminista, em que, com a perda de espaço por parte da religião nos mais diversos setores da sociedade, recriou uma visão de mundo que exclui o sentimento de sacralidade. O fenômeno contemporâneo de “ressacralização do mundo” caracteriza-se pela tentativa de reconstrução de um sentimento de religiosidade ou de uma identidade perdida, mas posterior ao Século das Luzes. Essas novas noções de sacralidade trazem consigo uma profunda marca da sociedade contemporânea, revelando um ascetismo que é muito mais próximo ao profano do que ao sagrado. Portanto,

são as personagens construídas dentro do espaço literário que buscam recriar tal sentimento. Todavia, mesmo essa tentativa de recriação do espaço sagrado pressupõe o domínio sobre o espaço profano. É assim que as personagens construídas, dentro das obras da literatura brasileira contemporânea, buscam dominar os mais diversos espaços, não apenas o religioso.

O que se verifica é uma Literatura que lentamente caminha para esse pretensão reencantamento do mundo, ou pelo contrário, procurando desconstruir essa tentativa de ressacralizar o mundo. A Religião e a Literatura, no contexto da pós-modernidade, parecem estar retornando a um diálogo interdiscursivo, cabendo à Literatura o papel de apresentar e representar essa transformação aos seus leitores. O que se vê na Literatura é nitidamente esse retorno ao religioso, embora essa mesma Literatura o faça para desconstruir essa tentativa de retomar o “sagrado”, por meio da representação de suas personagens.

Com efeito, a religiosidade na pós-modernidade apresenta características que diferem do espírito religioso antigo e medieval. Enquanto a modernidade foi marcada pelas grandes descobertas científicas e pelo consequente processo de secularização, a pós-modernidade retoma o espírito religioso de maneira, como já vista, fragmentada, descentrada e consumista, como se os sujeitos recorressem a ela apenas para satisfazerem suas necessidades imediatas. Tal ascetismo não apresenta uma delimitação clara entre a distinção do espaço “sagrado” ao espaço “profano”, pelo contrário, muitas vezes o que é profano confunde-se com o sagrado e vice-versa.

Finalmente, isto se configura como se o protestantismo contemporâneo buscasse sacralizar todos aqueles elementos que foram historicamente considerados como profanos. É assim que o protestantismo neopentecostal ou o cristianismo “pós-moderno” como um todo apresenta seus pilares. Portanto, a presença do protestantismo, tanto nas obras da literatura brasileira quanto no contexto da pós-modernidade, não pode ser entendida ou lida como se tivesse um objeto claro e distinto de tudo o que não seja o sagrado, visto que confunde e infunde elementos profanos com elementos sagrados. As personagens que representam simbolicamente os sujeitos protestantes evidenciam um discurso social que é característico desse universo: dominar os espaços, expandir as obras de Deus e conquistar mais adeptos, estejam onde estiverem.

## O PROTESTANTISMO NA LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Após a análise dessas transformações culturais e religiosas pelas quais o Brasil passou, o protestantismo emerge como uma religião reiteradamente representada em nosso panorama cultural. A representação do protestantismo na literatura brasileira configura-se como um fenômeno carregado de implicações históricas que trazem representatividade significativa no momento presente. Cumpre, portanto, investigar em que medida a Literatura pode fornecer elementos para compreender a expansão histórica do protestantismo no Brasil. Com efeito, o crescimento do protestantismo em todos os setores da sociedade brasileira contribui para seu aparecimento também nas representações literárias.

As fontes de pesquisa são, portanto, obras da literatura brasileira contemporânea. A pesquisa ocorrerá a partir da análise de textos escritos de obras de ficção produzidas a partir do final da década de 1980 até o ano de 2000. A primeira obra a trazer um retrato do protestantismo pentecostal é *Vastas emoções e pensamentos imperfeitos*, de Rubem Fonseca, lançado pela primeira vez em 1988. Posteriormente, o protestantismo passou a ganhar destaque também em outras obras, como no conto de 1992 “A arte de andar nas ruas do Rio de Janeiro”<sup>6</sup>, do mesmo autor. Paulo Lins, em *Cidade de Deus* (1997), também traz personagens praticantes da religiosidade pentecostal. André Sant’Anna em *Sexo* (1999) e Patrícia Melo com a obra *Inferno* (2000) também integram o conjunto de autores que abordam essa temática religiosa. Essas obras são importantes no sentido de contribuírem para a reflexão histórica, fornecendo dados culturais importantes, como padrões de comportamentos por parte dos praticantes da religião.

Essas obras possuem em comum a representação religiosa dos protestantes, de modo que a Literatura parece estar dialogando com o momento histórico em que se verifica uma expansão e um relativo sucesso dessa religião na sociedade brasileira atual. Nesse sentido, a metodologia consiste em aproveitar as obras de ficção para traçar um paralelo histórico com os discursos sociais religiosos que promovam noções contemporâneas presentes nessa sociedade religiosa como

“prosperidade”, “dízimo”, “bíblia”, “dinheiro”, “salvação”, “Deus”, etc. Muitos trabalhos da área de história e sociologia vêm sendo realizados no sentido de investigar o sucesso dessa religiosidade. Desse modo, é possível investigar também essa expansão num diálogo entre a História e a Literatura, considerando o que tem a dizer as produções ficcionais no campo das representações históricas, ou seja, qual o motivo histórico dessas representações na literatura atual.

Assim, pretende-se analisar o contexto de produção dessas obras relacionando o discurso religioso praticado pelas personagens em questão com as ideologias religiosas que são propagadas em paralelo na sociedade. Embora as fontes não sejam documentos factuais, a produção ficcional como fonte para a história possui uma potencialidade no sentido de que a cultura humana também produz História, ou seja, ela reflete um momento histórico. Dessa forma, as obras de ficção retratam um momento em que essa expansão religiosa se faz sentir e por isso é importante considerá-las como fontes relevantes que trazem uma escrita, em certa medida, histórica. Os autores coletivamente perceberam a importância dessa expansão religiosa e suas implicações ideológicas na sociedade. Isso explica também o porquê de a maioria das personagens retratadas serem extremamente estereotipadas, seja por considerarem que tal sucesso mereça análise ou mesmo que tal êxito não seja muito positivo para a sociedade brasileira.

O que se pretende com o trabalho é investigar a ordem desses discursos e analisá-las comparando o discurso ficcional com o discurso ideológico que é praticado em nível social, ou mesmo por aqueles que, em um momento anterior às produções ficcionais, já denunciavam essa expansão como algo que possuía em seu bojo algo mais que uma simples e ingênua religiosidade, como, por exemplo, as relações entre o protestantismo contemporâneo com o capitalismo norte-americano. Com essa metodologia, utilizarei as fontes literárias para demonstrar como elas registram a história ou determinados discursos que são propagados no momento histórico atual, estabelecendo, assim, uma relação entre o discurso ficcional e o contexto histórico de produção social do discurso religioso protestante.

6 Lançado na coletânea intitulada *Romance Negro e outras histórias*.



## RUBEM FONSECA: RELIGIÃO COMO EMPREENHIMENTO EM VASTAS EMOÇÕES E PENSAMENTOS IMPERFEITOS E “A ARTE DE ANDAR NAS RUAS DO RIO DE JANEIRO”

O romance *Vastas e emoções e pensamentos imperfeitos*, de Rubem Fonseca, lançado pela primeira vez em 1988, narra, em primeira pessoa, a história de um cineasta que quer filmar a história do escritor judeu-russo Isaak Bábel. Esse cineasta tem um irmão, dono de uma influente igreja no Rio de Janeiro. Para que pudesse iniciar as filmagens sobre Bábel, o narrador começa seus estudos sobre o referido escritor. Em meio a seus estudos, o protagonista descreve uma cena em que recebe uma ligação de seu irmão, José que era televangelista e pastor. Essa personagem representa e reproduz, desse modo, discursos que vinculam sua ascese religiosa à ideologia da teologia da prosperidade, muito em voga em nossa sociedade.

A religião como empreendimento é vista já de início na obra, quando o Pastor José assume seu posicionamento em relação ao espírito de lucro, relativo à sua atividade. Assim, o pastor fala com seu irmão, o narrador-protagonista, pelo telefone: “Tenho que chegar ao coração dos fiéis. [...] mas acho que devo ser direto, como os americanos, dizer que preciso de dinheiro para creches, o asilo dos velhos...” (FONSECA, 1995, p. 15). Percebe-se a alusão para com os “americanos” revelando uma relação que o protestantismo tem para com os Estados Unidos e sua mentalidade ascético-capitalista. Além disso, é plausível a hipótese de que o narrador esteja sendo propositalmente ou sutilmente irônico, ao demonstrar que o argumento de auferir lucro, através de creches ou asilos, seja na verdade uma maneira de camuflar ou esconder uma forma de enriquecer com obras caritativas.

Segundo o sociólogo Max Weber, esse espírito capitalista, característico do universo protestante, também representado na obra pela personagem de José, na realidade considerar-se-ia como uma ascese prática para auxílio da economia dos crentes: “A peculiaridade dessa filosofia da avareza parece ser o ideal dos homens honestos, de crédito reconhecido e, acima de tudo, a ideia de dever que o indivíduo tem no sentido de aumentar o próprio capital, assumido como um fim em si mesmo” (WEBER, 2005, p. 48). Aparentemente, Weber não assume qualquer posicionamento em relação aos meios morais ou imorais, relacionados ao modo como o acúmulo de riquezas possa ser executado através do ascetismo

religioso, ficando a critério de cada indivíduo como fazê-lo. Uma vez que a ética protestante, segundo ele, reduz-se apenas à ideia calvinista de que os ricos eram “predestinados” àquilo que se concebia, e se concebe, como “salvação”.

Por conseguinte, o narrador vai ao encontro do seu irmão, o pastor José, em sua mansão em Ipanema: “Já passava das onze horas quando cheguei à mansão de José, uma das últimas que ainda restavam em Ipanema” (FONSECA, 1995, p.16). É possível depreender que o pastor reside numa mansão em Ipanema, considerado um bairro nobre na cidade do Rio de Janeiro, o que remete a um cenário confortável, opulento, onde seus moradores têm uma relativa segurança e conforto. O bairro também corrobora com esta reflexão, uma vez que nele residem aqueles que podem pagar pelo conforto e pela segurança, evidenciando-se, desse modo, o poder exercido pelo dinheiro. Com efeito, isso explicaria a ênfase que o narrador dá ao dizer que seu irmão, o pastor, mora numa mansão localizada em Ipanema.

Na sequência o protagonista chega à sala em que estava o Pastor José, encontrando-o assistindo a um vídeo que continha cenas de um culto religioso. O Pastor diz a seu irmão: “Gostei dessa ideia de colocar esse casal, a moça acreditando desde o início no que eu digo e o rapaz duvidando e então, no fim, quando termino a oração, o rapaz convencido, meneia a cabeça concordando com o que digo” (FONSECA, 1995, p. 16). As palavras “acreditando”, “duvidando”, “convencido”, aliadas à expressão “concordando com o que digo”, sugerem à ideia de que o pastor se utiliza de artifícios fraudulentos para convencer seus fiéis. O próprio discurso do Pastor José sugere uma chacota à moça e ao rapaz que participaram daquele incidente. José representa muitos líderes religiosos que se utilizam dos meios de comunicação para expandir os negócios da fé, em que a religiosidade é reduzida a um produto consumível, como solução para os problemas imediatos para os mais incautos.

Essa expansão dos negócios da fé faz com que José reforce, junto a seu irmão, a necessidade de exploração de meios de comunicação, como a mídia. Ao assistir ao vídeo com o protagonista, José diz:

“Apenas aqui, neste trecho perto do final, podíamos acrescentar aquilo que eu lhe falei.” José imobilizou a imagem. “Aqui eu poderia fazer um apelo direto, cândido, aos membros da congregação, para que eles contribuam para a propagação da nossa Igreja e para a manutenção das suas obras sociais. Sem hipocrisia” (FONSECA, 1995, p. 17).

Os meios de comunicação, desse modo, tornam-se instrumentos poderosos na propagação e difusão dos ideais religiosos. O espírito de lucro também se faz presente no discurso do pastor quando ele enfatiza a necessidade de prodigalizar e expandir as obras da igreja, e para isso os meios de comunicação se tornam veículos indispensáveis, possuindo um papel crucial na conversão de novos prosélitos, o que ocorre historicamente e atualmente no mundo.

Por outro lado, o irmão do pastor não percebe a questão do mesmo modo: “A Igreja dele era Igreja Evangélica de Jesus Salvador das Almas. Mais de dez mil pessoas contribuíam todo mês para a Igreja, voluntariamente, com parte de seus salários. A maioria empregadas domésticas e trabalhadores que recebiam salário mínimo” (FONSECA, 1995, p. 17). A fala do narrador revela certa oposição para com a atitude de seu irmão, o Pastor José, em arrecadar dinheiro nas baixas camadas da sociedade. Essa exploração da credulidade alheia é condenada pelo irmão do pastor, do mesmo modo que esse personagem representa aqueles que não consideram justa tal exploração.

Para indivíduos formados no interior desta estrutura ideológica, a moral da avareza ou espírito de lucro pode ser entendida como algo absolutamente normal, não causando escândalo à primeira vista. Com efeito, se porventura o leitor for um seguidor de tal religião entenderá perfeitamente a atitude do Pastor por enquadrar-se no grupo das pessoas que praticam ou que contribuem para tal ato. Entretanto, outro público de leitores religiosos pode contestar ou escandalizar-se contra a personagem do pastor, seja porque a personagem pode ser julgada por não entender o papel da religião na sociedade e que, por essa razão, tenha transformado a igreja em uma empresa onde apenas se visa o lucro. Isso pode ainda ser explicado àqueles leitores que não entendem o novo papel da religião na sociedade, não aceitando o fato de que as igrejas possam perfeitamente desempenhar papéis de empresas, e que auferir lucro com esta prática seja uma coisa absolutamente aceitável na conjuntura atual.

O texto evidencia que a construção do personagem do Pastor José é paralela a de líderes religiosos ambiciosos, imbuídos da ideia de que os fins justificam os meios. Isto é, para eles há a necessidade de expandir os domínios da religião, nem que para isso ela tenha que sacrificar o dinheiro miserável que seus seguidores ganham no mundo do trabalho brasileiro mal remunerado.

Outro atributo do personagem de José é possuir um grande poder de persuasão, assim como muitos que se dedicam a tal atividade. O narrador leva o leitor a compreender esse poder de retórica do pastor. Uma das razões desse poder foi o fato de um dia o pastor José ter sido vendedor, considerando que para a carreira em tal profissão, a oratória e o poder de persuasão são atributos indispensáveis: “José sabia vender. Deixara de estudar, ainda menino, para vender coisas. Fora camelô, vendendo bugigangas contrabandeadas, depois vendera enciclopédias de porta em porta, depois carros usados, agora vendia a salvação das almas” (FONSECA, 1995, p. 17). Vender a salvação das almas torna-se, no mundo contemporâneo, uma nova forma de encarar a religião. Comprar a salvação também. Entretanto, a ação de “vender salvação às almas” não é algo necessariamente novo. Isso remete, por exemplo, à venda de indulgências, praticada pela cristandade, durante a era medieval.

Em analogia ao reformador alemão Martinho Lutero, este em *Do cativo Babilônica da Igreja* (título original *De Captivitate Babylonica Ecclesiae Praeludium*, 1520), contestara a Igreja Católica pela venda de indulgências para a salvação das almas do Purgatório. Um dos motivos que levaram Lutero a romper com a Igreja Católica e a encabeçar a reforma fora justamente esta atitude de cobrar um valor para que a alma pudesse ser salva. Mas há que se fazer uma pequena distinção. No protestantismo há duas grandes vertentes, a luterana e a calvinista. Max Weber, ao sistematizar o pensamento social dos protestantes, se ocupou exclusivamente com a linha de pensamento de ordem calvinista. Para Calvino, o trabalho era o elo que ligava o homem a Deus, sendo o capital apenas o fruto, o pagamento justo do trabalho do homem. Portanto, a riqueza seria o efeito desta atitude ascética. Daí advém a ideia de Calvino de que os ricos estariam predestinados à salvação. Posteriormente, Max Weber sistematiza sociologicamente a ascese que fez dos Estados Unidos a nação economicamente mais poderosa do mundo. De fato, entende-se como a personagem do Pastor José representa a prática dessas ações, não as considerando antiéticas ou imorais, pois o espírito de lucro é parte necessária para o novo espírito ascético do protestantismo. Logo, vender a salvação às almas tornou-se um valor positivo para os protestantes. O que no passado fora contrariado por Lutero, no mundo contemporâneo torna-se perfeitamente normal e aceitável.

Outro aspecto presente no romance e que se

assemelha ao nosso momento histórico é a aspiração pelo poder. A personagem de José é incisiva em sua pretensão de galgar postos públicos: “Nós, evangelistas, precisamos de uma representação forte no Congresso. [...] não está longe o dia em que teremos um pastor na Presidência deste país” (FONSECA, 1995, p. 17). O poder político para José pode representar maiores privilégios, facilidade em aprovar leis que beneficiem a religião, ou o comando de uma nação sob a tutela de um poder teocêntrico. Essa disputa pelo poder sempre caracterizou a maioria das religiões conhecidas, pois com isso, a religião pretende afirmar o domínio do seu espaço, não apenas por meio de simples crença, mas talvez, até mesmo, como etnia geopolítica. Desse modo, entende-se também como os Estados Unidos, tendo afinidade para com a religião protestante, pretenda converter todas as nações a fim de dominar ideologicamente os plenários políticos do mundo. Efetivamente, a personagem de José representa a realidade de que a religião e a política andam juntas.

Um detalhe interessante é a impressão que o Pastor José causa em seu irmão. A leitura dessa impressão confirma as falhas de caráter do pastor, que no comando da igreja não se preocupa com os membros, mas apenas consigo mesmo, caracterizando seu egocentrismo:

Sai da casa de José deprimido, como sempre acontecia quando o visitava. Ele não possuía as qualidades essenciais – amor, compaixão, caridade, tolerância. Não amava o próximo, o que não impedia, ao contrário do que se supõe, que amasse muito a si mesmo. (FONSECA, 1995, p. 17-18).

Essa percepção pessimista do caráter de José por parte do seu irmão se deve a uma concepção que, naturalmente, todo o indivíduo conhecedor dos atributos cristãos constrói em sua mente. O narrador lamenta as falhas de caráter do pastor José, pois enfatiza a falta dos atributos essenciais do espírito cristão como “amor”, “compaixão” ou “tolerância”, trazendo à tona um processo de interdiscursividade com a concepção de que seu irmão pastor “não amava o próximo”. A memória traz ao leitor as diversas passagens do evangelho, em que Cristo afirma a necessidade do amor ao próximo. Esse discurso evidencia um caráter negativo do pastor, pois ele não pratica a “regra de ouro” da sua religião, justamente por colocar em primeiro lugar aquilo que para a moral evangélica seria um mero detalhe: o dinheiro.

Em outra cena, o narrador-protagonista, em vi-

sita ao seu irmão, descreve o prédio da sede da igreja: “O enorme prédio que abrigava as novas instalações da Igreja Evangélica Jesus Salvador das Almas ficava em Copacabana” (FONSECA, 1995, p. 36). A partir dessa descrição infere-se o bairro nobre onde mora o pastor, em um enorme edifício. Essa descrição é reveladora sobre o poder econômico da igreja em questão. Na sequência da cena, José diz a seu irmão: “o perfil psicossocial do morador de Copacabana é muito parecido com o do morador da zona norte. Copacabana é uma boa entrada para nós que viemos da periferia” (FONSECA, 1995, p. 36). O protagonista questiona ao pastor se ele havia feito um estudo mercadológico. De fato, no discurso de José há uma visão empreendedora da religião que pratica estudos mercadológicos, levantando o perfil psicossocial dos moradores de bairros como Copacabana.

Com efeito, a religião, na contemporaneidade, tem preocupações que ultrapassam o espaço meramente religioso. Hoje, só o espaço sagrado não satisfaz, fazendo-se necessário dominar também o profano. É por isso que elementos que muitas religiões consideraram, ou que ainda consideram, como profanas, como a ambição ou a avareza, a exemplo de ilustração, atualmente têm sido relevantes para que a religião estenda seus domínios. Considera-se que fazer estudos mercadológicos levando-se em conta o perfil psicossocial dos moradores é uma tarefa geralmente feita pelos setores de infraestrutura. Por essa razão, o Pastor José considera útil empreender sua igreja na tarefa de converter muitos. Logo, o perfil social desses moradores, relativa à visão empreendedora do Pastor José, representa para ele o lucro esperado ou desejado.

No dia seguinte à cena anterior, o protagonista questiona a si se seria correto fazer as filmagens para seu irmão:

Enquanto remontava o filme, pensava até que ponto eu estaria fortalecendo o poder e favorecendo a ambição dos evangelistas. Para mim, todos os evangelistas eram espertalhões oportunistas, como o meu irmão, falsos como os sacerdotes de todas as religiões existentes. A religião era um grande negócio dirigido por estelionatários. (FONSECA, 1995, p. 38).

Nessa introspecção, o narrador faz uma crítica a respeito de líderes religiosos, que para ele, de um modo generalista, eram oportunistas e estelionatários. Disso se depreende a opinião daqueles que segregam o sagrado do profano, isto é, daqueles que concebem a religião como uma atividade destituída

do interesse econômico. O narrador entende, por outro lado, que há corrupção dentro da exploração do mercado da fé.

O narrador prossegue adiante em sua crítica à atividade do irmão, quando afirma: “Mais alguns milhares de desgraçados dariam dez por cento do salário para a Igreja, e eu era cúmplice desta exploração” (FONSECA, 1995, p. 44). É evidente a intenção depreendida do pensamento do protagonista, caracterizado principalmente pela reflexão que faz sobre a temática do lucro. Neste trecho, há uma tonalidade crítica em relação ao dízimo que é cobrado pelos Pastores de maneira efetivamente geral. O protagonista sente-se culpado em cooperar de forma indireta com a indústria do dízimo. Há também a intencionalidade do narrador ao enfatizar “milhares de desgraçados”, ou aquelas pessoas que vivem na extrema pobreza material, ou até mesmo, uma pobreza cultural, isto é, pessoas que recorrem ao milagre, ao maravilhoso e ao sobrenatural como saída para os problemas. O que de certo modo evidencia uma crise vivenciada na pós-modernidade de sujeitos que se utilizam da religião como uma válvula de escape para a resolução dos problemas.

Por conseguinte, a conquista dos meios de comunicação de massa é um fator que corrobora com as pretensões de domínio e poder por parte do protestantismo, considerando que tais meios promovem eficazmente a manipulação dos indivíduos, visto que as massas geralmente se deixam levar pelas opiniões emitidas pelas mídias, como se fossem verdades. Assim, a personagem do Pastor José, possuindo um programa de televangelização, tem a possibilidade de expandir seus negócios religiosos. A televisão não é, pois, um espaço em que se possa afirmar como sagrado. Entretanto, tendo em vista que o protestantismo caracteriza-se pela tentativa de concretizar uma ressacralização do mundo, a televisão surge, nesse contexto, utilizada para prodigalizar as ideias concernentes a tal ascetismo. O narrador descreve como odiava o programa de seu irmão, o Pastor José, assistindo-o num domingo de carnaval:

José fazia um programa de duas horas na televisão, todos os domingos de manhã. Eu odiava o programa, mas, por alguma razão que eu mesmo não identificava, sempre ligava a TV, assistia um pouco e depois desligava dizendo que nunca mais faria aquilo. O programa estava sendo transmitido diretamente da nova igreja de Copacabana, lotada, apesar de ser um domingo de carnaval. José era o único televangelista no ar, naquele domingo pecaminoso. (FONSECA, 1995, p. 50).

O irmão de José é irônico quando chama o domingo de carnaval de pecaminoso, fazendo referência direta à ideologia do Pastor, ou seja, a de condenar festas profanas. O fato de a igreja estar lotada revela a importância que parte da polifonia do discurso religioso popular ao pretender que a lotação de igrejas tem relação com um sentimento de triunfalismo religioso, tipicamente dos grupos neopentecostais.

Assim, o juízo de valor que o protagonista faz das atividades do seu irmão, é indubitavelmente negativo, advindo também do contraste entre a cultura brasileira e a cultura norte-americana. Nos Estados Unidos encarar as atividades religiosas como empreendedorismos, ou, por outro lado, encarar o trabalho como uma prática ascética de enriquecimento é perfeitamente aceitável. Não que necessariamente uma ou outra cultura religiosa esteja equivocada em suas respectivas percepções de mundo, mas que tal juízo construído revela na verdade uma resistência a essas novas – pelo menos no Brasil podem ser assim denominadas – propostas de religiosidade que aliam mundo sagrado e mundo profano. Ou resistir a uma concepção que vai paradoxalmente além do simples sentimento de sacralidade, ou seja: profanar o sagrado e sacralizar o profano.

Deste modo, o Pastor José utiliza a TV, com intenções claras de persuadir novos fiéis telespectadores a se converterem a sua fé:

“Assim, sabe o Senhor livrar da tentação os piedosos e reservar os injustos para o Dia do Juízo”, dizia José. Fez uma pausa. O diretor de imagem fez um close de José e depois mostrou um fiel, uma mulher que ouvia atemorizada. Outro close de José, expressivo: “O Senhor reserva os injustos para o Dia do Juízo PARA SEREM CASTIGADOS!”. José aprendera todas as nuances possíveis da oratória bíblica. Eu já o vira consolar os aflitos, dar ânimo aos desalentados, conforto aos enfermos, coragem aos fracos, esperança aos vencidos, fé aos indecisos. Mas aquele era um domingo de carnaval, um dia perfeito para denunciar a tentação dos homens. “Mas castigar principalmente aqueles que andam em concupiscência de imundície; atrevidos, obstinados, que não receiam blasfemar enquanto os anjos, sendo maiores em força e poder, não pronunciavam juízo blasfemo diante do Senhor.” (FONSECA, 1995, p. 50-51).

O terror do discurso que envolve a ideia do Juízo Final é outra constante dentro da retórica protestante. A concepção de castigo eterno, já muito explorado durante a Baixa Idade Média seja pela Igreja Católica, ou mesmo pelas heresias que precederam o protestantismo ainda naquela época, é uma das ideias mais populares e que repercutem



facilmente mesmo nas altas camadas sociais. Muitas igrejas, com perfil semelhante ao da Igreja de Jesus Salvador das Almas, localizam-se em bairros nobres das grandes metrópoles, sendo, por isso, frequentadas também por sujeitos bem sucedidos financeiramente.

A narrativa busca, por outro lado, desconstruir essa prática discursiva. Isso se verifica com o discurso direto da personagem de José causando no leitor um efeito contrário do que se o mesmo leitor estivesse assistindo tal culto no mundo real. Como já dito anteriormente, o discurso midiático pode causar, numa primeira impressão, uma ilusão comumente em telespectadores incautos, como se o sujeito que fala por meio de tal veículo estivesse de posse da verdade. Deste modo, ler o discurso direto da personagem do Pastor praticando o ato de discursar é distinto da situação em se assistir um Pastor discursando num dos canais do mundo real. Na ficção de Rubem Fonseca, o leitor tem a nítida sensação de que o Pastor personagem possui um caráter moralmente corrupto e que todos os seus discursos são artificiais. No mundo real, mais especificamente na TV esses discursos são também artificiais, mas que, entretanto, os telespectadores, geralmente passivos, não o percebem.

O personagem de José, visto como apresentador, sabe perfeitamente como tirar proveito da situação, numa dupla posição discursiva: na posição de líder religioso e na posição de apresentador de programa de TV. No mundo não ficcional um líder religioso, como José, saberia como discursar dentro dessa dupla posição, haja vista que a força discursiva é duas vezes maior e a persuasão é consequentemente mais eficaz. Portanto, ler a cena com o discurso direto do Pastor causa a desconstrução de sua ideologia, pois o protestantismo, nesta cena, perde toda sua força discursiva, dissuadindo, ao contrário de converter o leitor. Por essa razão, a obra de ficção promove, evidentemente, um espaço contradiológico e de desconstrução discursiva. Tal discurso religioso é categórico quando pretende julgar todos os que não concordam com as ideias do pastor como “pecadores”, “blasfemos”, etc, que são ideias comumente promulgadas dentro desse contexto religioso.

A interpolação do discurso narrativo por parte do protagonista revela a estratégia utilizada por seu irmão, José. O discurso do narrador é esclarecedor quando evidencia “todas as nuances possíveis da oratória bíblica”, obviamente, aprendida

pelo Pastor. O narrador revela algumas facetas do discurso religioso de seu irmão, tais como: “consolar os aflitos, dar ânimo aos desalentados, conforto aos enfermos, coragem aos fracos, esperança aos vencidos, ou mesmo, fé aos indecisos”. Entretanto, cada discurso adapta-se a cada contexto, como, por exemplo, o fato daquele domingo em que assistia seu irmão falando na TV, era um domingo de carnaval: “Mas aquele era um domingo de carnaval, um dia perfeito para denunciar a tentação dos homens”. (FONSECA, 1995, p. 51).

Neste caso, o discurso do pastor José ocorre no sentido de intimidar seus fiéis para que não caiam nas tentações das festas mundanas, como o tradicional carnaval e que, por dedução, não desperdicem seu dinheiro em “diversões fúteis”. O ócio, a diversão e a futilidade são desperdícios de tempo para uma cultura econômico-religiosa como a que apresenta, de uma maneira geral, a mentalidade puritana, representada pela mentalidade do Pastor José. O perfil do discurso religioso em épocas do ano como o carnaval se configura pelo da “ameaça”, seja do Inferno ou do Juízo Final. Assim, o Pastor do romance sabe como lançar mão de todos os gêneros do discurso religioso, tal como consolar, confortar, encorajar, ou mesmo ameaçar. Entrementes, há também, por parte do narrador-protagonista, a afirmação de que seu irmão manipulava trechos bíblicos com o objetivo de converter mais fiéis:

Eu pegara o programa no meio e, conhecendo muito pouco a Bíblia, não sabia qual o apóstolo que meu irmão estaria citando naquele dia. Uma coisa era certa: não seria ipssissima verba do apóstolo, pois meu irmão costumava adaptar os textos bíblicos aos seus objetivos melodramáticos. (FONSECA, 1995, p. 51).

Sob esta ótica, Rubem Fonseca cria um narrador que desconstrói as práticas do protestantismo, como a de controlar e contextualizar trechos bíblicos de acordo com objetivos ou intenção de quem o faz. No contexto da narrativa, o Pastor José não se preocupa em esclarecer o texto bíblico, descrevendo, por exemplo, a época em que foi escrito, ou o contexto, ou qual era a intenção de quem o produziu. José limita-se a apenas recitar o trecho para concretização de suas intenções, ou seja, intimidar os fiéis por intermédio do temor à Bíblia. A personagem, neste caso, é o símbolo dos sujeitos que promovem essa prática – por sinal não muito recente e popular nos Estados Unidos – de utilizar trechos da Bíblia para persuadir melhor.

Após o sermão do Pastor José, o narrador-pro-

tagonista descreve com detalhes, as estratégias utilizadas por seu irmão para convencer os fiéis. Cada um que dá seu testemunho na televisão é, segundo o narrador, “cuidadosamente escolhido”, obviamente para se evitar qualquer tipo de contratempo que poderia surgir caso a escolha fosse aleatória:

Quando acabou o sermão, uma mulher entrevistou os fiéis que estavam na igreja. Os entrevistados tinham sido cuidadosamente escolhidos.

“O pastor está certo”, disse um homem grande com uma cara honesta, “aqueles que dormem a esta hora do dia como porcos, depois de passarem a noite chafurdados... chafurdados...”

“Na luxúria”, acudiu a entrevistadora. Era uma mulher inteligente.

“...na luxúria, cevando-se nos mais ignominiosos pecados...”

Outro, agora uma mulher: “Aqui estão poucos dos muitos daqueles que não se entregam ao pecado e à podridão. Aqueles que sabem que sua alma imortal não pode ser maculada, que sabem que devem ajudar Jesus a salvar o mundo, ajudando nosso pastor José, que representa Jesus na Terra”.

Mais um: “Ajudando Jesus a prevalecer sobre a falta de caridade, nós estamos salvando nossas almas para toda eternidade e estamos também criando para nós aqui na Terra uma vida de paz e amor”.

O último: “Todos – e não somos apenas estes que aqui se encontram, somos muitos espalhados pelo país – todos juntos estamos contribuindo com fé, com amor, com o nosso dízimo para a glória de Jesus. Jesus é a nossa salvação”. (FONSECA, 1995, p. 52).

Essa cena revela não apenas toda a manipulação estratégica do programa de televangelização, como também sugere a ingenuidade e insensatez dos fiéis participantes que não percebem a força que os controla. A própria entrevistadora, que segundo o narrador “era uma mulher inteligente”, é uma das peças utilizadas para manipular esses sujeitos. Sendo inteligente, a entrevistadora tem o papel de escolher cuidadosamente os entrevistados. Quando o narrador faz essa afirmação categórica – afirmando que ela era inteligente – faz um comparativo com os outros, ou seja, que os entrevistados não eram inteligentes e que, portanto, eram pessoas simplórias. Geralmente, o perfil dos sujeitos religiosos configura-se como aqueles que são considerados pessoas simples que facilmente creem em oratórias bíblicas ou que se deixam levar por crenças antigas que, entretanto, ainda hoje presentes na sociedade, como o pecado, o inferno ou o juízo final.

De todos os envolvidos na cena, a entrevistadora é evidentemente inteligente, pois está presente justamente exercendo o papel de escolher aqueles

que darão seu testemunho na TV. Logo, discursos que pudessem discordar ou mesmo relativizar os do Pastor não seriam obviamente selecionados, considerando que se está ao mesmo tempo num templo religioso e também em um programa de TV religioso e que, portanto, somente as afirmações positivas e favoráveis são aceitas para serem mostradas no programa.

Outro aspecto interessante dessa religiosidade é a questão da concretização do paraíso terrestre. O penúltimo entrevistado afirma: “nós estamos salvando nossas almas para toda eternidade e estamos também **criando para nós aqui na Terra uma vida de paz e amor**”. (FONSECA, 1995, p. 52, grifo meu). Essa é a característica principal da ascese protestante desenvolvida nos Estados Unidos e sistematizada por Max Weber, cujo cerne é o “ascentismo intramundano”. Tal concepção, para Weber, criaria uma sociedade estruturada coletivamente por meio da religião protestante e economicamente bem desenvolvida – como os Estados Unidos – mas que no caso da narrativa, não ocorre. Isto se dá pelo fato de que muitos dos fiéis descritos aparentam serem intelectualmente pessoas ingênuas ou incautas. A narrativa deixa implícita a ideia de que quem enriquece, de fato, é apenas a personagem do Pastor José, não os seus fiéis.

Quem acumula os bens é a Igreja de Jesus Salvador das Almas, não os seus membros leigos. Isso se torna mais claro com o testemunho do último fiel: “Todos – e não somos apenas estes que aqui se encontram, somos muitos espalhados pelo país – todos juntos estamos **contribuindo** com fé, com amor, **com o nosso dízimo** para a glória de Jesus. Jesus é a nossa salvação” (FONSECA, 1995, p. 52, grifo meu). O último entrevistado revela, mais uma vez, uma característica do protestantismo que é exatamente a do seu aspecto triunfal, ou seja, conquistar mais adeptos, por meio do proselitismo, e estender seus domínios, contribuindo comunitariamente com o “dízimo”. O protestantismo político, nesse microcosmo da narrativa de ficção, revela uma característica importante: a supressão das individualidades em nome de uma vontade maior e coletiva, representada pela Igreja de Jesus Salvador das Almas. Esse “comunismo” ou socialismo religioso revela uma faceta totalitária que é destruir a individualidade e transformar as massas em autômatos obedientes a um único ser maior, virtualizado na pessoa de Jesus.

Por conseguinte, o narrador descreve também a utilização da propaganda ou do *marketing*

televisivo: “Na tela apareceu escrito o endereço e o telefone da Igreja de Jesus Salvador das Almas. Uma voz aliciante dizia: “Não deixe para amanhã, Jesus precisa de você”.” (FONSECA, 1995, p. 52). A figura histórico-religiosa de Jesus Cristo aparece envolvida com elementos característicos da pós-modernidade, como a publicidade e a propaganda. O narrador, por outro lado, posiciona-se desfavorável a prática publicitário-religiosa: “Desliguei a TV com pena das pessoas que estavam ouvindo meu irmão. Nunca mais vou ver isso, pensei.” (FONSECA, 1995, p. 52). Assim, o narrador em primeira pessoa pode também ser entendido, por extensão, como um possível “eu” do autor, embora seja impróprio atribuir o posicionamento do narrador ao seu autor, Rubem Fonseca, pois mesmo o narrador é um personagem criado. Entretanto, a julgar pelo posicionamento dos escritores brasileiros na pós-modernidade, não é de se duvidar que Rubem Fonseca seja contrário a esse novo espírito religioso de caráter empreendedor.

O personagem do Pastor José encerra sua participação, depois que seu irmão retorna de sua estadia na Alemanha. Na terceira parte da obra, intitulada *O diamante florentino*, José procura seu irmão para propor-lhe uma parceria na emissora comprada pela igreja: “Minha proposta é que você tome conta de toda a programação não evangélica da emissora de TV. Você terá uma boa participação no faturamento total” (FONSECA, 1995, p. 217). Ao ser indagado por seu irmão sobre como conseguiu a emissora, José responde: “Consegui a concessão. Quer dizer, a Igreja conseguiu. Mas eu sou o diretor-presidente. Não preciso enfatizar para você a importância que isso tem para meus planos, quer dizer, os planos da Igreja. Você sabe melhor do que eu a força dos veículos de comunicação de massa.” (FONSECA, 1995, p. 216).

José reconhece a influência exercida pelos veículos de comunicação e como isso pode o ajudar em seus planos. É exatamente por essa razão que o irmão do Pastor o questiona: “Para que você quer uma TV?” Era uma pergunta idiota, eu sabia que José, ou a Igreja de Jesus Salvador das Almas, sociedade civil devidamente registrada como pessoa jurídica, isenta de impostos, já possuía uma gravadora de discos, uma editora, uma estação de rádio.” (FONSECA, 1995, p. 217). A única finalidade de José comprar uma emissora de TV é a de simplesmente estender seus domínios, como “diretor-presidente”, conquistando espaços e adeptos à ideologia da Igreja

de Jesus Salvador das Almas.

A conquista de determinados espaços, como gravadora de disco, editora e estação de rádio, estabelece a facilidade de divulgação dos ideais da igreja, bem como promove a integração entre espaço sagrado e espaço profano, de maneira que a prosperidade material da igreja seja entendida também como prosperidade material de seus fiéis, mesmo que, individualmente, encontrem-se na miséria. Neste caso, o importante é que o “Reino de Deus” se materialize por meio da opulência da igreja, sustentada pela contribuição de seus fiéis. Outra questão importante que se pode evidenciar do discurso do protagonista é a isenção de impostos da igreja, o que, por sua vez, facilita ainda mais o acúmulo de riquezas.

Em resposta a indagação do irmão, o Pastor José expõe: “Precisamos divulgar a palavra de Jesus e **pretendemos usar os mesmos recursos dos ímpios, lutar com as mesmas armas** dos hereges” (FONSECA, 1995, p. 217, grifo meu). Novamente, a ideia acompanhada do discurso sobre “sacralizar o profano” surge na fala direta da personagem do Pastor. A apropriação desses discursos por parte de sectários religiosos tem uma razão de ser, pelo menos para o Pastor: “divulgar a palavra de Jesus”, isto é, expandir a ideologia da prosperidade material da Igreja de Jesus Salvador das Almas, em que a figura virtual de “Jesus” aparece apenas para dar maior força as pretensões individualistas do Pastor José. Portanto, a publicidade é vista como um dos meios para a ressacralização do mundo, mesmo que seja, ao menos para José, uma arma herética e profana. Neste caso, José não é necessariamente um cristão, mas sim um maquiavelista: para ele os fins justificam os meios. O importante é alcançar o poder, sejam quais forem os instrumentos a serem empregados.

Ironicamente o protagonista replica: “Os mesmos motivos que estão levando vocês a elegerem deputados e senadores?” (FONSECA, 1995, p. 217). Ao que José treplica: “Sim! A sociedade brasileira chegou a este ponto de podridão moral por falta de fé. Depravação, corrupção, narcisismo, consumismo, violência, degradação moral, poluição do meio ambiente, ambição desenfreada, conflitos sociais – tudo por falta de fé.” (FONSECA, 1995, p. 217). A leitura dessa discussão entre o Pastor e seu irmão revelam as pretensões ultra-moralistas por parte do religioso. Para ele a solução dos problemas sociais e a concretização do equilíbrio de todos esses mesmos problemas está exclusivamente na tomada do

poder por parte da sua Igreja, num postulado que poderia se resumir em “converta-se a igreja e se salve”, assumindo-se deste modo como redentora da sociedade brasileira. Essa citação revela ainda certo cinismo por parte de José quando afirma “ambição desenfreada”, como se o mesmo não fosse ambicioso. Este posicionamento do narrador fica mais claro na sequência, com sua introspecção:

“Parecia *Il Generale della Rovere*, do Rosselini. Um vigarista se faz passar por um homem de bem, assume o código de honra deste e acaba sacrificando, por isso, a própria vida. Seria meu irmão um velhaco como esse personagem vivido por De Sica, que se redime afinal por acreditar na própria mentira?” (FONSECA, 1995, p. 217).

O Pastor José, assim como os pastores que integram um sistema religioso de exploração mercadológica da fé, passa a impressão de ser absorvido pela sua teologia, como se ele fosse apenas uma “peça da engrenagem”, um mero “instrumento de Deus”, ou que sua identidade confunda-se com a institucional relativa à Igreja de Jesus Salvador das Almas. O discurso de José causa a sensação de que ele crê positivamente no que se poderia qualificar como seus próprios embustes. Entretanto, tal juízo de valor, a respeito da prática religiosa de José, deve ser entendido apenas como uma qualificação atribuída por seu irmão, visto que tal prática é – a do empreendedorismo religioso – perfeitamente comum e aceita em muitos países, considerados como “desenvolvidos”. Portanto, enriquecer explorando a credulidade alheia configura-se como uma prática aceita em muitas sociedades, mesmo na brasileira. Com efeito, o discurso literário preponderante em Rubem Fonseca é contraideológico porque impulsiona a uma reflexão contrária ao espírito ascético da Teologia da Prosperidade proposto pela personagem do Pastor José.

Mais adiante na narrativa, José, dirigindo-se a seu irmão, coloca:

“Estamos vivendo novos tempos”, disse José, você não está vendo? Não somos mais aqueles ‘crentes’ ridicularizados pelos católicos, segregados em guetos na periferia das grandes cidades. Só aqui no Rio existem duzentas denominações, centenas de templos evangélicos, dois milhões de fiéis. Você não tem idéia de quanto arrecadamos por mês só com o pagamento de dízimo.” (FONSECA, 1995, p. 217-218).

O discurso de José é bastante categórico quando ele descreve esses novos tempos, considerando-se o tempo do lançamento da obra em 1988. Esses

novos tempos referem-se, não apenas a ideia de que um dia os protestantes, de um modo geral, possam ter sido ridicularizados ou perseguidos pela sua fé, mas também que, aos poucos, estão construindo sua alteridade e conquistando seu espaço. As diversas denominações e os templos espalhados revelam o aspecto triunfal de conquista, por meio da prática de proselitismo religioso evidente no discurso de José, que por sua vez possui sua ligação com o momento atual. A arrecadação de dízimo passa a ser a finalidade ou o objetivo a ser atingido para que assim a expansão da fé possa ser concretizada.

O protagonista, por sua vez, calcula um valor aproximado da arrecadação de seu irmão: “‘Oito milhões de dólares’, eu disse. ‘Oito milhões de dólares por mês.’ José sorriu. Teria eu feito um cálculo modesto?” (FONSECA, 1995, p. 218). O narrador é extremamente irônico quando pensa ter feito um cálculo abaixo da suposta verdadeira arrecadação do Pastor. Entretanto, a finalidade última da religião em José não é apenas a arrecadação do dízimo. O capital, para José, é importantíssimo, no entanto, é apenas o grande meio para ambições maiores, como tomar o poder, por exemplo:

“Vocês pretendem chegar à Presidência da República?”

José sorriu docemente, paciente. “Nosso objetivo não é a Presidência da República. E se fosse? Pergunto: por que um membro da Igreja evangélica não pode ser presidente desse país? Tivemos presidentes fazendeiros, advogados, militares, médicos – por que não um pastor evangélico? O que um pastor evangélico poderia fazer que fosse pior do que fizeram estes todos que já ocuparam o cargo?” (FONSECA, 1995, p. 218).

A participação de José no romance se encerra com a discussão entre ele e seu irmão, com este último não querendo ouvir mais nada do que ele dizia: “Virei as costas e saí sem ouvir o que ele dizia” (FONSECA, 1995, p. 218). Fica claro que o posicionamento contrário às ideias de José construído na narrativa, são relativas aos discursos do narrador-protagonista. José demonstra certo cinismo em seu discurso ao afirmar que o objetivo da sua Igreja não é necessariamente alcançar o poder por meio das funções políticas. A grande evidência histórica que se tem, não apenas do protestantismo nesse caso, é que, desde a Antiguidade, religião e política sempre caminharam juntas. Aqui, o discurso de José desvela que essa é a grande pretensão de todas as religiões. A religião é um grande meio pelo qual se torna possível controlar as ações dos seres humanos. O condicionamento religioso é uma das formas mais



eficazes de controle sobre os indivíduos realizando, conseqüentemente, os processos de sujeição dos seres humanos. Sobre isso, Althusser assim expõe:

Um indivíduo crê em Deus, ou no Dever, ou na Justiça, etc. Esta crença provém [...] do dito indivíduo enquanto sujeito possuidor de uma consciência na qual estão as ideias de sua crença. A partir disso, isto é, a partir do dispositivo “conceitual” perfeitamente ideológico assim estabelecido, (um sujeito dotado de uma consciência aonde livremente ele formula as ideias em que crê), o comportamento material do dito indivíduo decorre naturalmente. O indivíduo em questão se conduz de tal ou qual maneira, adota tal ou qual comportamento prático, e, [...] participa de certas práticas regulamentadas que são as do aparelho ideológico do qual “dependem” as ideias que ele livremente escolheu com plena consciência, enquanto sujeito. (ALTHUSSER, p. 90, 2007).

Em outra obra de Rubem Fonseca, no conto intitulado “A arte de andar nas ruas do Rio de Janeiro”, lançada em 1992 na coletânea *Romance Negro e outras histórias*, o protestantismo também é representado. O conto narra a trajetória de um personagem escritor, Augusto Epifânio, que entra na Igreja de Jesus Salvador das Almas por acaso. Vale observar que essa igreja é a mesma denominação mencionada no romance anterior de Rubem Fonseca. O pastor que então ministrava o culto, nesse conto, chama-se Raimundo. Em certo momento, esse personagem passa a ser perturbado pela figura estranha do escritor. A partir disso, o Pastor Raimundo começa a ter pesadelos com Augusto Epifânio, levando-o a crer que o personagem do escritor era de fato o próprio Satanás. O Pastor Raimundo, então, é cobrado por seu superior, o bispo chefe da Igreja de Jesus Salvador das Almas sobre a falência de seu ministério. Raimundo alega que os fiéis não têm dinheiro e acusa o demônio como o causador da queda no número de fiéis da igreja. O bispo então ensina a Raimundo estratégias sobre como conseguir o dinheiro dos fiéis:

“E você acredita que eles estão falando a verdade. E jóias? Nenhum deles tem uma jóia? Uma aliança de ouro?”

“Sim estão falando a verdade. Nós podemos pedir jóias?”

“Por que não? São para Jesus.” (FONSECA, 1994, p. 618).

Não se sabe se o personagem do bispo presente em “A arte de andar nas ruas do Rio de Janeiro” é o mesmo personagem presente em *Vastas emoções e pensamentos imperfeitos*, o Pastor José. Percebe-se que as ideias do bispo do conto e do Pastor José são muito próximas e similares. Por extensão, pode-

-se dizer que a ideologia da Igreja de Jesus Salvador das Almas faz com que todos os sujeitos envolvidos pensem, ajam e discurssem da mesma forma, o que pode efetivamente causar essa impressão. Todavia, não seria mesmo de se duvidar que, neste caso, o autor tenha propositalmente querido sugerir ao leitor essa impressão.

Outro fato curioso é o de a igreja descrita levar o mesmo título nas duas narrativas de Rubem Fonseca. Isso tem um significado relevante e, até certo ponto, sugestivo. É possível que o autor tenha se inspirado em alguma igreja ou mesmo que pretenda simbolicamente se referir indiretamente a alguma igreja existente no mundo real, exercendo tais atividades. A questão é que a Igreja de Jesus Salvador das Almas, construída no conto “A arte de andar nas ruas do Rio de Janeiro”, carrega consigo as mesmas características da descrita em *Vastas emoções e pensamentos imperfeitos*, principalmente o alto perfil empreendedor, como já se verificou. Pode-se afirmar que algumas cenas de descrição religiosa em “A arte de andar nas ruas do Rio de Janeiro” revelam uma extensão da trama religiosa que envolve algumas cenas do romance *Vastas emoções e pensamentos imperfeitos*, todavia, com personagens diferentes.

Em Rubem Fonseca, o protestantismo, da maneira como está representado, revela um ensejo por lucro e poder. Com efeito, o escritor cria um paralelo histórico quando temos líderes religiosos da atualidade comportando-se como o Pastor José que, por sua vez, é um personagem representante desta realidade. Sob essa ótica, o espírito do capitalismo passou a ser a essência desse espírito religioso que originalmente tinha como preocupação a prática ascética das virtudes ou valores, como o trabalho, por exemplo. Aquilo que antes representava o resultado da prática do ascetismo, isto é, a riqueza, substituiu paulatinamente o próprio ascetismo, passando a religião a servir de mero pretexto para se buscar a riqueza em si mesma como finalidade última da religião, conseqüentemente, o poder como posição última a ser conquistada. Deste modo, o Pastor José representa aqueles que enriquecem em cima da credulidade alheia, utilizando a religião como um meio de enriquecimento visto como negativo. A grande questão de toda essa reflexão desenvolvida neste trabalho é que há uma nova tentativa de conquista de espaço e de sacralização do mundo, o que por sua vez, naturalmente, gera resistência por aqueles que não se simpatizam com tais ideias.

## ANDRÉ SANT'ANNA: A RELIGIÃO COMO SIMULACRO EM SEXO

Publicado pela primeira vez em 1999, *Sexo* caracteriza-se como um romance de narrativa fragmentada. O texto não possui um enredo possibilitando leituras a partir de qualquer parte do romance. Seus personagens, em maioria considerável, não têm nomes próprios, sendo apenas interpelados por seus estereótipos. A linguagem do narrador, em terceira pessoa, é aparentemente proposital como de um sujeito que repete enfadonhamente o mesmo enunciado. Além disso, as orações são sempre curtas e quase sempre afirmativas, sem existir propriamente processos de argumentação. Quando pretende acrescentar alguma informação nova, o narrador repete extensamente os atributos da personagem descrita anteriormente, criando um efeito de ênfase naquilo que já foi dito sobre os próprios atributos ou características de uma determinada personagem, fazendo com que mesmos sejam partes dos próprios traços de personalidade das personagens.

Por conseguinte, o narrador caracteriza-se por acrescentar uma dada informação nova, buscando com isso atingir um efeito através da repetição. Repetição que, todavia, renova o processo de enunciação, uma vez que o enunciado, mesmo repetido, traz consigo um efeito novo. Isso pode ser explicado como um artifício propriamente literário, em que se alia o estético ao temático. O temático apresenta um narrador autômato, representando um sujeito do discurso social que causa, por meio de enfáticas repetições, um efeito estético, convidando o leitor à reflexão sobre aquilo que se diz e se repete constantemente. Isso ocorre, por exemplo, quando o narrador introduz uma personagem qualquer. Numa das cenas em que a personagem Trocadora Do Ônibus No Qual O Negro, Que Fedia, Voltava Para Casa Todos Os Dias, Às Seis Horas Da Tarde aparece, o narrador assim a apresenta:

A Trocadora Do Ônibus No Qual O Negro, Que Fedia, Voltava Para Casa Todos Os Dias, Às Seis Horas Da Tarde, entregara seu coração a Cristo. Antes de entregar o seu coração à Cristo, a Trocadora Do Ônibus No Qual O Negro, Que Fedia, Voltava Para Casa Todos Os Dias, Às Seis Horas Da Tarde, sofria fortes dores de cabeça e apanhava do próprio filho, que era vagabundo e maconheiro. Depois de entregar seu coração a Cristo, a Trocadora Do Ônibus No Qual O Negro, Que Fedia, Voltava Para Casa Todos Os Dias, Às Seis Horas Da Tarde, parou de sentir fortes dores de cabeça e conseguiu o emprego de

trocadora de ônibus no qual o Negro, Que Fedia, voltava para casa todos os dias, às seis horas da tarde. Depois que a Trocadora Do Ônibus No Qual O Negro, Que Fedia, Voltava Para Casa Todos Os Dias, Às Seis Horas Da Tarde, entregou seu coração a Cristo, o Filho Da Trocadora Do Ônibus No Qual O Negro, Que Fedia, Voltava Para Casa Todos Os Dias, Às Seis Horas Da Tarde, entrou para a Polícia Militar, entregou seu coração a Cristo e parou de bater na própria mãe. A Trocadora Do Ônibus No Qual O Negro, Que Fedia, Voltava Para Casa Todos Os Dias, Às Seis Horas Da Tarde, queria fazer sexo com o Negro, Que Fedia. A Trocadora Do Ônibus No Qual O Negro, Que Fedia, Voltava Para Casa Todos Os Dias, Às Seis Horas Da Tarde, só faria sexo com o Negro, Que Fedia, também entregasse o seu coração a Cristo. (SANT'ANNA, 2001, p. 37-38).

A Trocadora não é apenas um gênero (feminino) ou uma profissão (trocadora), mas também carrega, no bojo de sua identidade, o fato de outra personagem apanhar o ônibus no mesmo horário em que retornava para casa. Tal fato é repetido exaustivamente como se tais acontecimentos fossem a personagem, porque, de fato, fazem parte da construção da identidade da própria personagem. O ser da personagem carrega consigo inclusive a rotina de outrem, causando uma relação de dependência com a do Negro, Que Fedia. Na cena em questão, a narrativa se presta a uma apresentação da religiosidade da personagem Trocadora Do Ônibus No Qual O Negro, Que Fedia, Voltava Para Casa Todos Os Dias, Às Seis Horas Da Tarde, e com isso toda uma reflexão sobre a religiosidade representada.

O processo de construção dessa personagem se verifica na medida em que o autor atribui à Trocadora a construção de um discurso religioso *sui generis* do protestantismo (neo)pentecostal. A expressão “entregar o coração a Cristo” representa, para os religiosos, o processo de conversão, caracterizado, sobretudo, pela renúncia de si, do seu “eu”, em nome de um Ser maior, ou seja, esse Ser representado por Cristo. Tal discurso ilustra bem a ideologia contida no evangelho, em Mateus, capítulo 10, versículo 39: “*Qui invenit animam suam, perdet illam; et, qui perdiderit animam suam propter me inveniet eam*”<sup>7</sup> (BIBLIA, 1994, p. 1541).

Estabelece-se, deste modo, uma relação interdiscursiva entre a personagem e o Evangelho. A fala da Trocadora Do Ônibus configura a de alguém que aniquila seus desejos e suas vontades em nome da renúncia de si, pois sente o desejo de fazer sexo com o Negro, Que Fedia. Embora, para tanto, exija que o Negro, Que Fedia, entregue seu coração a

7 Quem quiser encontrar sua alma, perdê-la-á; e quem quiser perder sua alma por mim, a encontrará (Tradução minha).

Cristo, ou seja, converta-se a religião, condicionando, ao mesmo tempo, seu desejo à atitude do outro. Este pensamento ilustra um possível empecilho que a religião pode ocasionar em relação à satisfação sexual dos indivíduos, condicionando o desejo para o interior do universo ou atmosfera religiosa. Por isso, a Trocadora Do Ônibus só faria sexo com o Negro, Que Fedia, se por acaso ele se convertesse. Nesta concepção, o ato sexual só é válido se realizado com a aprovação da fé, e não de acordo com o desejo ou a vontade dos sujeitos.

O início do texto também apresenta um estado anterior à conversão religiosa da Trocadora Do Ônibus, em que a personagem sentia fortes dores de cabeça (doença) e tinha um filho desajustado que a agredia. O fato de sentir fortes dores de cabeça sugere uma enxaqueca e que a Trocadora, após se converter e frequentar a igreja, fora curada por uma força estranha e miraculosa. Esse discurso remete à religiosidade popular das crenças em curas milagrosas. Por sua vez, o narrador, ao descrever a personagem do Filho Da Trocadora Do Ônibus, apresenta o mesmo discurso característico de sua mãe, acrescentando a informação de que o Filho Da Trocadora deixa de agredi-la após seu ingresso na Polícia Militar e após sua conversão à religião.

Em outra cena, o narrador, ao descrever o Filho Da Trocadora Do Ônibus, passa a incorporar a este personagem outros atributos, passando este a ser o Filho Da Trocadora Do Ônibus No Qual O Negro, Que Fedia, Voltava Para Casa Todos Os Dias, Às Seis Horas Da Tarde, **que era soldado da Polícia Militar e entregara seu coração a Cristo** (grifo meu). Dessa maneira, o Filho Da Trocadora Do Ônibus incorpora em si o fato de ter entregado seu coração a Cristo, ou seja, haver se convertido à religião protestante. Contudo, mesmo com a presença da religiosidade caracterizando uma tendência à domesticação do indivíduo, a agressividade ou brutalidade não deixa de ser um dos atributos presentes em tal personagem.

Assim, o personagem do Filho Da Trocadora Do Ônibus ameaça o Negro, Que Fedia, justamente pelo fato de ele acompanhar sua mãe até sua casa: “- Não se mete com minha mãe não tá ligado? [...] O Filho Da Trocadora Do Ônibus [...] socou a carroceria do ônibus [...] – Só não acabo com você agora porque não sou covarde” (SANT’ANNA, 2001, p. 48). No entanto, a Trocadora Do Ônibus convence seu filho a deixá-lo em paz argumentando que levaria o Negro, Que Fedia, para a igreja: “- Por favor, não bate

nele. Eu tô levando ele para o templo. Ele, hoje, vai entregar o coração a Cristo” (SANT’ANNA, 2001, p. 49). Aparentemente essa foi a condição pela qual o Filho Da Trocadora resolvera não agredir o Negro, Que Fedia, pois:

O Negro, Que Fedia, não pensara em entregar seu coração a Cristo. O Negro, Que Fedia, só queria fazer sexo com a Trocadora Do Ônibus No Qual ele, Negro, Que Fedia, Voltava Para Casa Todos Os Dias, Às Seis Horas Da Tarde. Mas, para não apanhar do Filho Da Trocadora Do Ônibus No Qual ele, Negro, Que Fedia, Voltava Para Casa Todos Os Dias, Às Seis Horas Da Tarde, o Negro, Que Fedia, resolveu acompanhar a Trocadora Do Ônibus No Qual ele, Negro, Que Fedia, Voltava Para Casa Todos Os Dias, Às Seis Horas Da Tarde, até o templo e entregar seu coração a Cristo. (SANT’ANNA, 2001, p. 49).

A intenção do Negro, Que Fedia, não era se converter. O narrador afirma que a única intenção da personagem era apenas fazer sexo com a Trocadora Do Ônibus, mas que, entretanto, para escapar da agressão do filho resolvera acompanhá-la até a igreja. A ideia implícita em seu discurso sugere uma religiosidade sem razões, isto é, uma conversão aparentemente sem fundamento, considerando que a onisciência do narrador é caracterizada, sobretudo, pela neutralidade. É o que se verifica na cena em que ambos, o Negro, Que Fedia, e a Trocadora Do Ônibus, estão dentro do templo. A construção do evento é significativa para a apreensão do discurso religioso dentro do espaço condicionante, ou seja, o interior da igreja. Ao indicar os ajudantes do Pastor, a Trocadora Do Ônibus, dirigindo-se ao Negro, Que Fedia, diz:

- Vai com eles e entrega seu coração a Cristo.

O Negro, Que Fedia, andou na direção dos dois ajudantes do Pastor. Um dos ajudantes do Pastor colocou uma de suas mãos sobre a cabeça do Negro, Que Fedia, e a empurrou para baixo. O Negro, Que Fedia, olhou para os fiéis que se contorciam e passou a imitá-los. Nesse momento, o Negro, Que Fedia, entregou seu coração a Cristo e estrebuchou sinceramente. Havia mais de cem demônios possuindo a alma do Negro, Que Fedia. (SANT’ANNA, 2001, p. 63).

O simulacro religioso, ou mesmo sua simulação, verifica-se em razão da atitude do Pastor, de impor as mãos sobre a cabeça do Negro, Que Fedia, e empurrá-la para baixo, implicando um imperativo para que a personagem se atirasse imediatamente ao chão, conforme os outros fiéis estavam fazendo. De fato, é exatamente isso que ocorre na



cena. O narrador é preciso quando afirma: “olhou para os fiéis que se contorciam e passou a imitá-los” (SANT’ANNA, 2001, P. 63).

A religiosidade do Negro, Que Fedia, resume-se a uma simples simulação, ou aparência de religiosidade, pois apenas imita ou reproduz determinados gestos feitos pela maioria. O crivo racional da personagem é totalmente aniquilado em nome de um processo de sujeição do indivíduo. Além disso, o ato de “entregar o coração a Cristo”, neste contexto, remete à memória de que imitar, ou “estrebuchar sinceramente”, como prefere o narrador, representa categoricamente se converter. Neste caso, entregar o coração é peremptoriamente imitar os gestos de terceiros, ou se converter a “moral do rebanho”, a um simulacro religioso em que a maioria segue sem questionar.

O Negro, Que Fedia, é um típico representante de autômatos sociais contemporâneos que seguem doutrinas ou determinados pensamentos sem ao menos indagar as razões para tanto. Não há, efetivamente, uma reflexão sobre essa prática religiosa por parte do Negro, Que Fedia, representando aqui os fiéis religiosos de uma maneira geral. O narrador também apresenta um estilo propositalmente ingênuo ao relatar que “havia mais de cem demônios possuindo a alma do Negro, Que Fedia” (SANT’ANNA, 2001, P. 63), demonstrando, pelo seu discurso afirmativo, a crença nos demônios. Todavia, essa ingenuidade proposital leva à sátira desses discursos, desconstruindo, assim, tal ideologia. Uma vez que a escrita se presta à caricatura de tais discursos, promove-se a desconstrução das ideias postas em evidência. O que é mais agravado quando a noção de sujeito é positivamente vista sob uma perspectiva anti-humanista, em que se evidencia a aniquilação da consciência dos indivíduos, como é objetivamente o caso da personagem do Negro, Que Fedia. Em relação ao comportamento desses sujeitos autômatos, Bonnici, parafraseando Baudrillard, afirma:

Para Baudrillard (1981), o Pós-modernismo não é apenas a cultura do sinal, mas a cultura do simulacro. Definido como uma cópia sem original, o simulacro é a produção, através de modelos, do real sem a realidade, chamado de hiper-real. No hiper-realismo, a realidade e a simulação não são apenas experimentados (sic) sem distinção; muitas vezes, a simulação torna-se mais real do que a própria realidade (BONNICI, 2003, p. 259).

Entrementes, o real para o Negro, Que Fedia, se estabelece como sendo, justamente, a atitude de

imitar gestos de terceiros e simular uma aparência de religiosidade, pois fora exatamente isso que presenciara na cena em que o pastor impôs a mão sobre sua cabeça. Essa hiper-realidade tem, para o Negro, Que Fedia, um valor, sobretudo, positivo, pois crê que toda a simulação que presenciara e também participara fora acontecimento factual. Assim, o simulacro religioso pode efetivamente se tornar um valor positivo na sociedade contemporânea, mesmo que o acontecimento não seja empiricamente real. O importante, neste caso, tanto para o Negro, Que Fedia, quanto para os que de certo modo na sociedade produzem e reproduzem essas mesmas atitudes cegas, seria justamente fingir, simular ou parecer real. Baudrillard, no entanto, distingue essas dimensões entre o fingimento e a simulação: “fingir, ou dissimular, deixam intacto o princípio da realidade: a diferença continua a ser clara, está apenas disfarçada, enquanto que a simulação põe em causa a diferença do <<verdadeiro>> e do <<falso>>, do <<real>> e do <<imaginário>>” (BAUDRILLARD, 1991, p. 9-10).

Doravante, é o própria personagem quem corrobora com as essas teorias e considerações em outra cena:

Na televisão, o Pastor Do Programa Religioso Da Televisão entrevistara o Negro, Que Fedia. O Negro, Que Fedia, falou para o Pastor Do Programa Religioso Da Televisão: - Antes de entregar meu coração a Cristo, a minha vida não tinha sentido. Eu não parava em emprego nenhum, tinha maus pensamentos... uma pressão aqui na cabeça e eu bebia cachaca. Também já fui muito na macumbaria. Hoje, Jesus tirou trinta demônios do meu corpo e eu estou feliz e encontrei meu caminho. Só Cristo mesmo para me salvar. Porque Cristo é o único deus. (SANT’ANNA, 2001, p. 65-66).

A televisão surge, nesse contexto, como veículo de propagação ideológica da religião, o que automaticamente condiciona o comportamento dos sujeitos dentro dessas condições de produção de discursos midiáticos e, ao mesmo tempo, religiosos. Assim, é que o Pastor assume um duplo posicionamento: o de apresentador e o de líder religioso. A televisão é efetivamente um grande veículo de apresentação e representação. Logo, a representação, mesmo que religiosa, é necessária para dar mais veracidade aos telespectadores. Deste modo, não é importante se o Negro, Que Fedia, não estava efetivamente endemoninhado. Não importa que isso não tenha sido real, mas sim que tenha sido realidade aparente. O depoimento do Negro, Que Fedia, também possui relevância, pois é exatamente isso que ocasiona a



propaganda ou o *marketing* positivo da religião em questão. Desta forma, o efeito que o discurso do Pastor pretende alcançar configura o de angariar prosélitos por meio da mídia, considerando que o proselitismo é uma prática típica do cristianismo, em especial do protestantismo.

Por outro lado, o efeito estético da literatura, ao fazer essa representação das personagens e de seus discursos, é o de inversamente desconstruir tal prática discursiva por meio da sátira leve e sutil que o texto promove, pois a leitura da cena carrega consigo certa dose de comichão. O que desconcertaria, por exemplo, uma hipotética tentativa forçada de se levar a sério os discursos do Negro, Que Fedia. É o que ocorre quando o Negro, Que Fedia, ao repetir fielmente os clichês das sociedades religiosas, que buscam, dentre outras coisas, mostrar um estado anterior à conversão de forma negativa, acaba por se autodesconstruir, se invalidando.

A fala do Negro, Que Fedia, torna-se, com efeito, uma espécie de comercial da igreja, reforçando nos telespectadores a necessidade de se converter, ou ainda, a necessidade de “consumir” a religião. Neste caso, consumir religião nos remeteria a ideia global da sociedade de consumo que ocorre atualmente. É assim que a religião, se adaptando às necessidades contemporâneas, torna-se representação e simulação, comercial e propaganda, ou também, algo consumível, por essa razão, descartável. Na sequência, outra personagem surge para reforçar a tese do *marketing* religioso:

Depois do depoimento do Negro, Que Fedia, o programa religioso da televisão passou a mostrar o Bispo, Chefe Da Igreja Do Programa Religioso Da Televisão, Em Plano Americano. O Bispo, Chefe Da Igreja Do Programa Religioso Da Televisão, Em Plano Americano, falava: - Você, que está aí na sua casa, que por acaso sintonizou nosso programa... Você, que padece de uma doença inexplicável, uma doença que te acompanha por toda a vida e a medicina não consegue curar... Você, que tem um vício que está destruindo a sua vida... a maconha, a cocaína, o crack ou a bebida... Você, que foi abandonada pelo companheiro... Você que tem um filho homossexual... (SANT’ANNA, 2001, p. 66).

O discurso do personagem do Bispo, Chefe Da Igreja Do Programa Religioso Da Televisão, Em Plano Americano, traz consigo a possibilidade de exploração das ideologias contidas em cada construção discursiva. Além de ser categoricamente uma propaganda contrária à sociedade como um todo, esse discurso revela também determinados preconceitos correntes dentro dos círculos cristãos. Em primeiro

lugar, verifica-se que a interpelação do Bispo, através do pronome de tratamento “você”, ocasionaria, num telespectador desprevenido, a identificação com os problemas enumerados pelo bispo. Como uma estratégia que visaria, ao mesmo tempo em que interpela o interlocutor, alcançar uma atmosfera mística, como se o pastor da igreja estivesse se dirigindo não a segunda pessoa do singular de forma geral, mas ao ego de um dado sujeito em especial. Assim, por exemplo, quem sintoniza o canal no momento quando o pastor interpela: “Você que por acaso sintonizou nosso programa” (SANT’ANNA, 2001, p. 66), recebe o efeito que a mensagem visa atingir exatamente no sujeito que está praticando tal ação, como um efeito de identificação automática.

Esse discurso dirige-se ao indivíduo que praticou aquela mesma ação naquele exato instante, como se, de fato, o pastor, “iluminado” por Deus, enxergasse o interlocutor através de uma revelação divina. O mesmo se dá em relação aos outros “você”, pois é evidente que dentre milhões de telespectadores existam mães com filhos dependentes químicos. Entretanto, devido à fragilidade moral do momento, as mães são geralmente levadas a crer que o líder religioso fala como um representante de Deus, utilizando-se dos poderes de Deus. É óbvio que muitos na sociedade, sem distinção, sofrem com todos os problemas citados, como as drogas, por exemplo, embora cada questão enumerada esteja, positivamente, em níveis distintos.

A configuração da obra, ou seja, a relação dialética que estabelece a ficção com a sociedade representa, na cena em questão, a utilização de discursos difusos pelo bispo, configurando uma estratégia retórica, ao mesmo tempo em que é midiática. O pastor-apresentador, ao lançar mão de um meio de comunicação como a televisão, necessita atingir o maior número de pessoas possíveis. Por essa razão, interpela o telespectador por meio da segunda pessoa do singular, todavia, de modo genérico, dirigindo sua fala a todos os que o assistem. A primeira vista não há qualquer intenção em fazer com que o telespectador seja vítima de uma mistificação. O que ocasiona a mistificação é justamente a projeção ou a imagem que os sujeitos religiosos fazem daqueles que se revestem de um sacerdócio ou ministério sagrado.

Ao falar da posição de pastor, o bispo utiliza-se de todos os atributos do ideário do universo protestante, como, por exemplo, o fato de ser representante de Deus na Terra, ao mesmo tempo

possuindo os poderes desse Deus. O telespectador religioso, efetivamente, projeta a imagem que faz a respeito dos líderes religiosos, acreditando, com efeito, que o discurso dirige-se a ele, pois tem uma relação de identidade para com aqueles que sofrem tais problemas. Assim, uma telespectadora mãe de um filho drogado imagina que o pastor “adivinhou” seu problema, logo, “Deus está com ele” e, portanto, foi Deus quem revelou o problema. Ou ainda, uma mulher abandonada pelo marido naturalmente se identificaria imaginando que tal discurso seja para ela, embora tal discurso dirija-se a uma classe geral de mulheres abandonadas pelos seus maridos, ou a todas as mães com filhos drogados, assim por diante.

Em relação à recepção do texto, o que se verifica é a intenção de se desconstruir os discursos sociais religiosos, por meio da representação. Neste caso, o autor, André Sant’Anna, constrói seu texto para leitores que possam compreender não apenas o texto em sua dimensão estética, mas também representacional. Situado como um observador dos costumes da nossa sociedade, o autor busca, ao representá-la em sua obra, atingir um determinado efeito. Assim, ao representar sujeitos religiosos, por meio da construção dessas personagens, se observa a desconstrução do discurso religioso. Ler a cena é como assistir a um culto religioso, no entanto, sob posicionamento inverso. Desvelam-se os comportamentos de autômatos sociais e o oportunismo de lideranças religiosas. Uma atmosfera construída num lugar onde as palavras são reveladoras das intenções de quem as produz.

Em última instância, o Negro, Que Fedia, e a Trocadora Do Ônibus, encerram suas participações com as seguintes considerações do narrador:

O Negro, Que Fedia, estava com muita vontade de fazer sexo com a Trocadora Do Ônibus [...]. Só que o Negro, Que Fedia, não sabia se a Trocadora Do Ônibus [...] acharia pecado fazer sexo com ele [...] logo depois que ele [...] entregara seu coração a Cristo. A igreja na qual o Negro, Que Fedia, entregara seu coração a Cristo não considerava pecado o sexo entre dois fiéis, desde que os dois fiéis tivessem seus corações entregues a Cristo e não fossem homossexuais. A igreja [...] evitava reprimir sexualmente seus fiéis porque os bispos da igreja [...] sabiam que o sexo é irreprimível e proibi-los apenas afugentaria os fiéis que sustentavam a boa vida deles (SANT’ANNA, 2001, p. 140-141).

Em última análise, o narrador conclui que a igreja em referência evitava reprimir a sexualidade, com a condição de que fossem fiéis convertidos e que não fossem homossexuais. Novamente, o discurso indireto desvela a polifonia preconceituosa em

se tratando do homossexualismo. É interessante também que a sexualidade é concebida pela igreja (neo)pentecostal, construída na ficção, como uma das estratégias de não afugentar os fiéis que, segundo o narrador, “sustentavam a boa vida deles” (SANT’ANNA, 2001, p. 140-141), ou seja, a vida das lideranças religiosas. “Afugentar os fiéis” pode categoricamente significar menos pessoas para sustentar a estrutura religiosa que, de um modo geral, explora a crença das pessoas. Neste caso, de acordo com o narrador, não é interessante, para os pastores da igreja, incutir medos inerentes à prática sexual, desde que seja uma prática “abençoada” por Deus.

## PATRÍCIA MELO: EXPLORAÇÃO DA FÉ E ALIENAÇÃO EM INFERNO

O romance *O Inferno*, de Patrícia Melo, lançado pela primeira vez no ano 2000, narra a saga de Reizinho que torna-se, de menino pobre, o líder do Morro do Berimbau, numa favela do Rio de Janeiro. Embora Reizinho seja o protagonista, o romance *Inferno*, caracteriza o espaço, a atmosfera e o ambiente, também é um centro de acontecimentos paralelos. Por essa razão, o centro fixo passa a ser o cenário, o Morro do Berimbau, que, em uma analogia mais próxima ao título, seria o “inferno”. É possível que este título seja, ainda, propositalmente uma alusão simbólica à missão religiosa dos pastores que, se instalando na favela, caem por vezes nos contrastes que caracterizam a ascese de vida cristã versus profano. Isso, também, justificaria a epígrafe da obra que cita uma passagem da *Eneida*: “A descida é fácil, as portas do inferno estão abertas dia e noite” (MELO, 2000, p. 8). Recordando que o autor de *Eneida*, o poeta romano Virgílio, é o mesmo que foi utilizado por Dante Alighieri, poeta medieval, como personagem em sua *Divina Comédia*, guiando-o pelo inferno e purgatório, partes daquela obra.

Há diversos aspectos importantes a serem abordados de como o protestantismo é retratado. Dado que esta obra pode se enquadrar numa perspectiva pós-moderna, PROENÇA FILHO (1995, p. 366) vê, nesse momento, o modo como os novos comportamentos começam a evidenciar-se no âmbito da cultura ocidental (1995, p. 366). Nessa questão comportamental levantada, a identidade do indivíduo pós-moderno começa a ser um fator de questionamentos, como também seu comportamento “heterodirigido”, levantado por PROENÇA FILHO

quando este cita Merquior (1995, p. 366), devido à “transformação dos seres em átomos” quando cita Sergio Rouanet (1995, p. 367). Para tanto, os seres humanos tornam-se, frequentemente, seres autômatos, sem vontade própria, ou com vontade condicionada, pautando seus comportamentos através das atitudes e gestos de terceiros, o que é agravado ainda mais, no caso específico desta literatura, com as noções de pecado geradas por uma religiosidade dogmaticamente exacerbada. Esse tipo de comportamento, o “heterodirigido”, parece também ser o principal causador da transformação daquilo que PROENÇA FILHO afirma como “sociedade de consumo” (1995, p. 366).

Nesse caso, o *marketing* praticado dentro da obra por alguns personagens, em que se concebe a ideia de igreja como uma marca a ser explorada. É assim que no Morro do Berimbau, o pastor Walmir desenvolve suas atividades missionárias no templo evangélico “Rebanho do Puríssimo Amor do Nosso Senhor Jesus Cristo”, e após seu assassinato, arquitetado para favorecer uma mudança no comando da favela, o pastor Ângelo, na direção da “Igreja Fortuna de Deus”, toma a frente em um novo empreendimento religioso. Tudo é feito e usado para atrair pessoas, como o uso de ritmos como o funk: “O funk vinha sendo fundamental para o sucesso dos seus cultos” (MELO, 2000, p. 295). O anúncio de diversas igrejas parece substituir paulatinamente antigas, médias e até modernas concepções de ascese religiosas do ocidente, principalmente cristão, dando vazão a um expressivo surgimento de denominações cristãs, o que pode causar, algumas vezes, a segregação de certos elementos da sociedade. Neste caso, a divisão religiosa em grupos das mais diversas denominações, em que o fazer parte de um determinado grupo é justamente uma influência direta desse comportamento.

Contudo, tal fato remete a concepção pós-naturalista, na qual o homem é retratado em sua animalidade, agregado a um dado grupo de pessoas e segregado por outros grupos, em analogia aos bandos. Isto categoricamente não significa uma apologia a uma homogeneidade religiosa, mas sim a especulação das relações entre religião e modo de produção, pois que, muitas vezes, as duas parecem estar inter-relacionadas. Este indício parece ser o principal sintoma de uma possível crise de identidade vivenciada pelas personagens. Deste modo, os próprios títulos das igrejas estão relacionados à ideia de ramo, isto é, uma especialidade voltada para isto ou aquilo.

Assim, a “Fortuna de Deus” pode estar direcionada para uma concepção de prosperidade.

O *marketing* religioso praticado pelos pastores da obra não é bem visto pela personagem Leitor, conhecido de Reizinho, ligado ao tráfico de drogas e a Miltão, até então, líder do morro. Em conversa com Miltão e seus sequazes, Leitor deixa transparecer uma crítica, camuflada de simples especulação política: “Admito essa política lá nos Estados Unidos, com aqueles puritanos todos, [...], que aos dezesseis anos usam blusas onde se lê *I love Jesus*, mas aqui?” (MELO, 2000, p. 43). É curiosa toda a conotação significativa que envolve o triângulo dessa citação: Estados Unidos, puritanos e o inglês em *I love Jesus*. A fala da personagem revela o modo como uma nação, uma religião e um dado sistema de produção, neste caso, a exploração comercial de nomes e marcas se relacionam, voltando-se para o cunho religioso, com um significado político incutido.

Em outra parte da obra, é Reizinho quem despreza todo esse anúncio ou tudo o que esteja concatenado com a religião: “Posso fazer o Jesus Cristo no seu peito, se você quiser. Não sou ladrão, respondeu José Luís, para ficar fazendo propaganda de Jesus Cristo” (MELO, 2000, p. 324). Tudo parece indicar que o protestantismo e o capitalismo se desenrolam mutuamente, reforçando as formulações feitas por Weber em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, ao mesmo tempo em que há uma luta contradiológica inerente à fala de Reizinho, que classifica pejorativamente de “ladrão” aos que propagam a figura de Jesus Cristo, talvez motivado por uma revolta desconhecida.

Após o assassinato do pastor Walmir, o pastor Ângelo assume a direção de uma nova igreja, a “Fortuna de Deus”. Ele enxerga o fenômeno religioso sob a ótica de que este deve ser como um grande espetáculo: “os cultos hoje têm que ter uma estrutura de show, de espetáculo” (MELO, 2000, p. 338); ou ainda: “Temos que colocar o pagode no nosso culto. O rap. O samba” (MELO, 2000, p. 338). Reizinho indaga: “É dinheiro que você quer?” (MELO, 2000, p. 338), e o pastor responde: “não se trata de dinheiro, mas temos que popularizar nossas atividades. Claro, para isso precisamos de dinheiro. Uma quantia razoável. Pensei em gravar um CD com o hino O rap de Jesus” (MELO, 2000, p. 338). Essa exploração de *marketing* funciona como um veículo novo de anúncio e propaganda religiosa, visando à reunião das massas em torno de algo comum, reforçando o capitalismo e, conseqüentemente, o comportamento consumista

que foi gerado pelo mesmo sistema. Esse caráter pluralista da religião reforça, de certa maneira, sua relação com modo de produção capitalista e com a crise de identidade retratada pelas personagens, visto que as personagens parecem não ter vontade própria.

A personagem Alzira, mãe de Reizinho, dentre todas do romance, mostra ser a que mais encerra em si o espírito religioso, chegando, muitas vezes, ao exagero provocado pelo fanatismo, sendo também a que mais carrega os sinais sociais que correspondem aos religiosos, configurando-se através disso, seu estereótipo. Antes mesmo de sua conversão a fé protestante, ela dava mostras de um conformismo sistemático, ao que o narrador expõe:

Viviam ganhando coisas de Dona Juliana. Restos. Leve para as crianças. Lixo. Vão gostar. Estes têm que não servem mais. Estas camisetas desbotadas. Estas botas furadas, que tal? Coisas que a mãe trazia para casa, contente, claro que queremos. Precisamos. Só está um pouco apertado qual o problema? Vista isso. E não reclame. Agradeça a Deus. Aliás, seu desinteresse por Deus surgira exatamente por causa dessa atitude da mãe, em toda situação adversa, fome, falta de dinheiro, frio, miséria, que agradecesse a Deus, ela dizia. (MELO, 2000, p. 53)

Possivelmente essa seja uma justificativa pela qual Reizinho, filho de Alzira, expõe seu total desca-so para com o fenômeno religioso em sua volta. Seu desprezo para com a religião se deve ao conformismo sistematicamente religioso de sua mãe. O primeiro contato de Alzira com a igreja do Rebanho do Puríssimo Amor do Nosso Senhor Jesus Cristo, se dá em um momento de crise, pois sofria com a possibilidade de que Reizinho estivesse envolvido no mundo do crime. Todavia, estando sensibilizada após desconfiar que seu filho houvesse matado alguém, Alzira entra na igreja do “Rebanho do Puríssimo Amor do Nosso Senhor Jesus Cristo” e assiste a diversos “testemunhos”, que é outro veículo usado para prodigalizar a religião e também como um meio de aumentar o número de adeptos, propagando doutrinas ou concepções dogmáticas, caracterizando a prática do proselitismo. Pois, deste modo é que o narrador descreve algumas pessoas, fixando certos estereótipos sociais que carregam em seu bojo toda a sorte de sofrimentos:

Um senhor [...], patético em suas expressões, relata-va sua tragédia para uma platéia de pobres, sofredores, velhos desamparados, enfermos apoiados em muletas, viúvas, mães que perderam filhos, paráliticos em cadeira de rodas, mulheres abandonadas pelos maridos, jovens desempregados, ex-alcoólatras, ex-prostitutas, todos moradores da favela, vestidos com suas melhores roupas. (MELO, 2000, p. 111)

Neste ambiente, Alzira se entrega à religião, após sua conversa com o pastor Walmir. Sua vida começa a transformar-se numa rede de paranoias, complexos e medos, reforçando todo o seu conformismo. Seu comportamento passa a ser expressamente condicionado por esses fatores e são mais agravados na medida em que ela crê que as mudanças decorrentes em sua vida se devam a sua conversão: “Como pode ter passado tanto tempo sem Cristo? Tudo era mais fácil, com Cristo por perto. [...] Fora Cristo, a razão da mudança” (MELO, 2000, p. 139). Esta atitude crédula e conformista é categoricamente expressa com a ideia: “Com pouco dinheiro, mas com Cristo” (MELO, 2000, p. 139). O que é mais agravada com a ideia preconcebida de pecado, algo bastante explorado pelo pastor Walmir, considerando a fala de Alzira: “o pastor Walmir condena as novelas, a televisão só mostra o vício e o pecado [...]. Walmir acha que quem assiste TV o dia inteiro, acaba tentado pelo diabo” (MELO, 2000, p. 138-139).

O estranhamento em relação ao mundo condiciona o comportamento de Alzira a uma atitude passiva. Ela tem, aos poucos, sua personalidade dissolvida por esse estranhamento, alienando-se gradativamente. Rememorando que a ideia de alienação, etimologicamente, está ligada à palavra latina *alienus*, que significa “alheio” ou “estranho”. Partindo deste princípio, da ideia envolta à sua etimologia, temos como resultante a acepção de que o religioso seria um “ser alienado”, neste caso, o cristão, que concebe o mundo como algo adverso pela noção de pecado. A alienação religiosa se dá peremptoriamente através desse estranhamento do mundo e, em casos mais profundos ou graves, no alheamento de todas as suas preocupações.

Em Alzira o que sobressai não é algo provocado por uma alienação consciente ou voluntária, devido uma compreensão racional de uma religiosidade vista como ascetismo prático, mas sim uma religiosidade desenvolvida através do medo, explorada pela ignorância, e que, frequentemente, gera o fanatismo. Com efeito, o pecado e, conseqüentemente, a ideia de salvação são os fatores condicionantes da atenção de Alzira para com sua patroa, dona Juliana, buscando a todo tempo convertê-la, gerando o proselitismo, ao mesmo tempo em que prodigaliza sua religião:

Sempre muito educada, a dona Juliana. Pecadora educada. [...] melhor do que ser uma pecadora sem educação. Vaidade era pecado. Fornicar era pecado. Adultério era pecado. Alzira já tentara salvar a pa-



troa das garras do demônio. Oferecera-se para trazer o pastor Walmir para uma conversa. Sou católica, respondera Juliana. Alzira entendia muito bem o significado daquele tipo de resposta. Não estou nem aí com Deus, era isso, o catolicismo. (MELO, 2000, p. 180)

Também há uma tonalidade crítica relativa à hipocrisia religiosa de Juliana que se utiliza de outra religião, o catolicismo, para escusar-se da oferta de Alzira. É também uma crítica à ignorância de Alzira que, preconceituosamente, taxa outra religião de descaso religioso, associada à ideia de descompromisso para com uma determinada prática ascética. Ou ainda, a atitude de pessoas que se nomeiam partidários de tal religião, mas que a adotam apenas para defender-se contra a “culpa” ou vergonha de não terem propriamente uma religião.

“O Diabo” é outra característica marcante presente em Alzira. Condicionada à constantemente pensar, temer e repelir tudo aquilo que, considerando contrárias as suas crenças singulares, associa-as como sendo do diabo, personificando tudo, pensamentos, objetos e até pessoas, com a referida figura. Na figura de Miltão, por exemplo, ela o tem como o próprio “ser do mal” encarnado: “Esse Miltão é espírito maligno. Esse moço ainda vai acordar com chifres e patas. Coisa má. Mofento, porco-sujo. Sangue de Jesus é vida, ela repetia, para se proteger das maldades de Miltão” (MELO, 2000, p. 170). Essas imprecizações usadas no intuito de invocar um ser superior para espantar o mal, demonstram como Alzira é vítima de uma mistificação.

Assim também ela repelia a ajuda de Reizinho: “Esse dinheiro, dizia Alzira, é do demônio. Não aceito” (MELO, 2000, p. 145), entendendo que a ajuda do próprio filho era do demônio, devido o envolvimento do mesmo com o crime organizado. Uma recusa, até certo ponto, justificável, embora contraditória quando Reizinho, futuramente, fornece ajuda financeira para construção de um novo templo, fazendo com que Alzira, desta vez, tome outra postura e tenha orgulho do filho (MELO, 2000, p. 294). Uma atitude desmentida e desmascarada, já que a verba é proveniente da mesma origem. É curioso neste ponto que Alzira considera algo abominável ou pecaminoso receber dinheiro de Reizinho para suas despesas próprias, mas não há o mesmo juízo quando o dinheiro é voltado para a igreja. Esse detalhe revela que o “demônio” é invocado apenas quando é conveniente.

Esta crença se verifica também em sua relação com a patroa, dona Juliana, pois Alzira enten-

de que a opressão exercida por Juliana sobre ela, não se devia por arbítrio da mesma, mas sim que esta era mais uma vítima do diabo: “dona Juliana não era ruim por natureza, e sim vítima do cão-tinhoso. E era exatamente sobre o demônio que o pastor falava agora. Vamos combater o demônio, juntos” (MELO, 2000, p. 302). Alzira, por essa razão, passa a crer que a mudança de humor da sua patroa verifica-se em decorrência de influências externas, ou forças abstratas, de natureza malévola: “O chato era quando dona Juliana recebia o demônio, sim, aquele mau humor era o demônio. [...] Pecadora infeliz” (MELO, 2000, p. 328); ao mesmo tempo em que se tem a dupla crença “diabo” e “pecado”, incutidas ao longo da citação. Um verdadeiro dilema introjetado na vida de Alzira, cuja alienação escravizadora a submete a toda sorte de crendices triviais, frívolas e pueris.

De todos os personagens envolvidos na trama religiosa, o pastor Walmir dá mostras de ser o menos alienado. Em sua missão, depara-se com a realidade dura da favela: miséria, violência, criminalidade, etc. Respeitado por todos, seja por sua simpatia e carisma, ou pela mentalidade simplória do povo que, com frequência, entende que falar de Deus é sempre um bom sinal, o pastor Walmir tem em Miltão o seu principal antagonista, que o odeia devido à conversão de diversos criminosos à igreja (MELO, 2000, p. 148). O líder do morro considera que a presença do pastor prejudica seus negócios, já que a pregação dele é sempre no sentido de combater o tráfico:

Miltão passara a concentrar todo o seu ódio no pastor. [...] o pastor é uma besta quadrada, dizia, tudo é pecado, Carnaval é pecado, [...] comer chocolate é pecado, droga é pecado, mas dar dinheiro para pastor safado não é pecado. Foder com o pastor também não. Fico sabendo de tudo. Neginho está enchendo o bucho, estou vendo. [...] Mando o patife plantar batata com as negas dele. (MELO, 2000, p. 160)

Além do seu ódio contra Walmir, o líder do morro fala também sobre o enriquecimento quando faz referência a ação de “dar dinheiro”, ao mesmo tempo revelando que sabe algo mais sobre o pastor consoante à frase “fico sabendo de tudo”, e mais ainda com “as negas dele”. Destarte, tudo isto está coligado à ideia de que o pastor tenha uma relação suspeita, transcendente ao mero aspecto religioso, desconfiando da moral de Walmir em relação às suas fiéis. Em decorrência do ódio alimentado pelo

traficante, é que muitos, como Alzira e Carolaine (irmã de Reizinho), por exemplo, temiam pela vida do pastor jurado de morte pelo traficante, “ainda mais agora que Walmir era quase um pai para Alas” (MELO, 2000, p. 170), o filho de Carolaine, não assumido pelo pai.

Caroline envolve-se aos poucos com os negócios da igreja, percebendo em Walmir a oportunidade de se casar e sair da miséria em que vive, já que tem consigo um filho não assumido. Assim é que, ironicamente, o enunciado proposto na narrativa: “Como se davam bem, Walmir e Carolaine” (MELO, 2000, p. 170), carrega uma ambiguidade proposital, uma possível relação suspeita entre as personagens. Isto servirá de indício para uma posterior verificação das reais intenções tanto de Carolaine quanto do pastor. Na medida em que ela ganha influência dentro da igreja, “Sou Secretária de Deus” (MELO, 2000, p. 170), se envolvendo mais com o pastor, engravida posteriormente dele. Entretanto, para não assumir a responsabilidade da gravidez, o pastor invoca em seu favor o fato de já ser casado com Clotilde, uma personagem inexistente dentro do universo desta ficção, configurando uma mentira criada por ele, invocando também a qualidade do seu *status quo*, isto é, sua reputação de líder religioso: “Um pastor é um modelo. Um alicerce. Uma referência. [...] Sou a flecha. Sou o caminho” (MELO, 2000, p. 190).

Enfim, Walmir é assassinado, não por Miltão, mas por Zequinha, inimigo deste. O pastor foi estrategicamente assassinado, de modo que o líder do morro fosse considerado culpado diante dos moradores da favela. O traficante, por outro lado, afirmou que gostaria de matar o pastor, alegando com isso sua inocência (MELO, 2000, p. 193). Contudo, essa antipatia entre o traficante e os protestantes do morro é expressa por Miltão que se posiciona contrário ao espírito de lucro da igreja: “Estão contra mim porque sou contra a exploração. [...] Neguinho só quer dinheiro. Isso não tem nada haver com Deus, nem com Jesus Cristo. É comércio mesmo. Só falta o carnê” (MELO, 2000, p. 198).

Penalizada, Carolaine, acompanhada de sua mãe, dirige-se ao velório de Walmir, é na casa dele tem muitas surpresas: “Quase tudo sobre a vida do pastor Walmir foi revelado no velório, realizado em sua residência, na manhã do dia seguinte” (MELO, 2000, p. 194). Ela descobre, dentre muitas coisas, que Walmir não era casado, e que, ao contrário do que pensava, possuía algumas amantes:

Caroline, sem prestar atenção nas palavras da mãe, tentava adivinhar, entre os presentes, quem seria Clotilde. E os filhos? [...] Carolaine, preparada para conhecer a viúva, teve uma crise de desespero ao cumprimentar Clotilde, uma senhora de oitenta e dois anos, apresentada como “a mãe de Walmir”. A senhora tem o mesmo nome que a esposa do pastor, comentou Carolaine [...]. Não, Walmirzinho não era casado, explicou a velha. [...] Não era casado. Walmir, canalha, ela dizia, mentiroso cretino, inventou uma esposa só para me tapear, e soluçava, eu grávida, canalha, e ele solteiro. [...] Na volta da sala, [...] observou atentamente duas mocinhas que choravam copiosamente em volta do caixão. Depois, notou outra mulher, no sofá [...]. Uma loira era atendida na cozinha [...]. E então outras lembranças vieram à sua mente, de outras moças que o pastor ajudava, das senhoras que ele recebia no mesmo quarto da igreja, onde ele e Carolaine faziam sexo [...]. A súbita revelação da existência de inúmeras amantes não a afetou tanto quanto a notícia de que Walmir era solteiro. (MELO, 2000, p. 195-197)

Isso comprova que Miltão não estava errado em suas conjecturas a respeito do caráter e da natureza hipócrita de Walmir. Isso não quer dizer que o ser religioso deva estar isento daquilo que ele entende por pecado, mas sim concernente à natureza hipócrita e furtiva de sua religiosidade. Walmir dá mostras da falha do seu caráter, pois procura velar ou ocultar seus erros, mascarando-se de virtudes não têm, em total dissonância com seus discursos. Desse modo, ele acaba por revelar seu absoluto despreparo para a vocação religiosa e as consequências que ela traz, pois se nega a paternidade de seu filho com Carolaine, personagem essa que peca pela ingenuidade e pela falta de uma consciência crítica em relação ao pastor, sujeitando-se às vontades do mesmo.

Para Carolaine só resta acreditar ser vítima de um castigo divino: “E então compreendeu que aquele talvez fosse o castigo de Deus. Pronto Aprendera. [...] Mais uma vez, quem ficaria com o bebê e as consequências de todos os pecados cometidos seria ela” (MELO, 2000, p. 196). A crença no pecado mais de uma vez permeia a vida das personagens, atribuindo às potências superiores concepções de justiça, castigo ou punição divina, que, de certa forma, favorecem os poderes instituídos que se beneficiam da dominação alheia através dos medos e das superstições. Essa falta de visão crítica de mundo parece que não é apenas uma falha de Carolaine, mas também de sua mãe que, de um modo geral, são as principais representantes dos seguidores do pastor Walmir:

Os fiéis se impressionaram inicialmente com a casa no Catumbi, grande e luxuosa, e com os três carros

na garagem. Não sabia que ele era rico, comentou Alzira, observando o bar instalado no canto da sala, de mogno, com garrafas de uísque escocês e copos de cristal, as bebidas expostas de maneira impecável, exatamente como na casa de seu patrão. Olha o tapete, comentou no ouvido de Carolaine, que beleza. [...] Alzira que já admirava cegamente o pastor, teve uma sensação de acerto ao constatar que seu mentor era rico. [...] A cozinha é uma beleza, Alzira disse para Carolaine, depois de um breve passeio pela casa. [...] Nem parecia rico, ela dizia a toda hora. O Walmirzinho. Adorava minha macarronada. Tão simples. Como Moisés. Moisés era príncipe, sabia? [...] Como atravessaremos o mar Vermelho? Pense, Carolaine, que alma boa, que outro rico você conhece que é amigo de Cristo como Walmir? (MELO, 2000, p. 195-196).

O cenário descrito funciona de modo que se perceba a corrupção do pastor, desta vez nas questões financeiras. Os fiéis são incapazes de desconfiar dele, como demonstra Alzira, chamando a atenção para a comparação entre o “inferno”, a vida na favela, com a vida fora dela, na mansão do pastor no Catumbi (céu). A discrepância social vivida pelos moradores da favela contrasta diretamente com os luxos da casa. Mas, o mais fantástico e espantoso é como Alzira se mostra completamente incapaz de desconfiar do caráter de Walmir, comprovando a aniquilação de sua visão crítica e particular do mundo que se dá através do seu comportamento religioso “heterodirigido”, estando suas ações condicionadas a estes fatores. Um agravante a tudo isso é quando Alzira faz uma contextualização da vida de Moisés, personagem da cultura hebraica, com o pastor, pretendendo com isso que Walmir fora um homem de Deus, iluminado e abençoado por isso. O narrador é ainda mais enfático quando usa a expressão “cegamente” para classificar a admiração de Alzira pelo mentor. Essa admiração cega ainda fica permanente na mente de Alzira, mesmo após a morte do pastor e da gravidez de Carolaine: “É triste a vida sem pastor. A ovelha precisa do pastor, dizia. Alzira já não sentia mais raiva de Walmir [...] Acreditava nas histórias que a menina lhe contava, de que os dois iriam se casar” (MELO, 2000, p. 223).

Ao longo do romance *O Inferno*, é perceptível a maneira como a credulidade explorada pode trazer consequências funestas para vida dos que se envolvem apaixonadamente com a religião, como a facilidade de dominação, diretamente ligada aos interesses dos poderes instituídos. É considerável como as personagens se deixam absorver ou aniquilar o próprio intelecto, condicionando a própria vida em nome de falácias produzidas pela alienação religiosa, debilitando o próprio crivo racional devido

ao juízo temerário que fazem a respeito das coisas, muitas vezes, atribuindo a resolução dos problemas às forças sobrenaturais: “Jesus vai resolver isto” (MELO, 2000, p. 349). Isso se verifica escandalosamente quando pessoas renunciam a si mesmas para dedicar-se a coisas que não levam ao respectivo melhoramento humano e social, o que é algo subversivo, considerando a vida dura e miserável levada pelos moradores da favela.

Isso evidencia a perversão daquilo que se compreende ou se entende por religião, fazendo com que parasitas sociais, como o pastor Walmir ou o pastor Ângelo, engajem-se, seja por espírito de aventura ou por falta de boas razões, na vida religiosa, iludindo e enganando pessoas através de seus respectivos ministérios. Não se pode, entretanto, associar charlatães e embusteiros às pessoas sérias que compreendem o sincero alcance da missão e da prática religiosa, não a explorando em proveito de suas paixões e ambições.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela análise das fontes pode-se constatar que o protestantismo na literatura brasileira vem sendo retratado de modo não amistoso por parte da maioria dos nossos escritores, plausivelmente em virtude das razões históricas dessa expansão religiosa. Pela maneira como o protestantismo está retratado, há, por parte dos escritores, uma forte tonalidade crítica ao sistema capitalista. Deste modo, o capitalismo demonstra-se como algo fixado na mente das personagens, tendo em vista a sua associação com a própria religião, mas também com o contexto histórico brasileiro levantado no princípio deste trabalho. Entretanto, deve-se ter em conta que a aplicação teórico-sociológica do protestantismo de Max Weber apresenta-se modificado daquilo que caracterizou seu trabalho feito na sua época, que procurava mostrar o desenvolvimento histórico dos povos anglo-saxões. Nisso, percebe-se a adaptação de uma religiosidade estrangeira a uma religiosidade local, pretendendo-se dominar ou condicionar o comportamento de um povo através de suas próprias crenças, no intuito de dominá-los ou mesmo assegurar a ordem instituída.

Deste modo, na primeira análise, do romance *Vastas emoções e pensamentos imperfeitos*, o sentido de sacralidade proposto por esse modelo de religiosidade presente na figura do Pastor José nasce no contexto da pós-modernidade em que, na TV, o



Pastor é a representação viva de líderes religiosos que se comportam como se fossem “super estrelas”, super-homens que expulsam espíritos maus, apresentadores de programas de televisão com propostas de ajuda a crises emocionais, etc. Portanto, a leitura que se faz da infusão de sagrado e profano é um dos mais interessantes aspectos dessa religiosidade, digamos, “pós-moderna”. O espaço da TV, em princípio considerado profano, passa a ser dominado pelas religiões, numa tentativa de sacralizar esse mesmo espaço profano. Por outro lado, as religiões adaptam seus discursos de acordo com as prescrições deste mesmo espaço profano, neste caso, a TV, surgindo então a “espetacularização” do discurso religioso.

Assim, o sagrado, ou o religioso se “auto-profana” ao ter que adaptar seu modo de significar o mundo à maneira proposta pelo referido veículo de comunicação, assim, para, posteriormente, resacralizar esse mesmo discurso adaptado, transmutado de forma mais espetacular ou sensacional. Ocorre, então, a sacralização do espetáculo e do sensacional. Da infusão desses dois caracteres, sagrado e profano, surge uma fé sensacional, espetacular, com cultos religiosos como se fossem verdadeiros shows. Ou, em outros casos correntes na sociedade, ocorre a adaptação ou inserção cultural quando se empresta gêneros musicais profanos, como o samba, sertanejo, rock, ou romântico, transformando-os em *samba gospel*, *sertanejo gospel*, *romântico gospel*, *rock gospel*, assim por diante.

O discurso religioso construído em *Vastas emoções e pensamentos imperfeitos* atinge o que se pode classificar como desconstrução ideológica. Viu-se como tal instituição possui como finalidade o que se pode denominar como “empreendedorismo religioso”, promovido pelo Pastor José. Com efeito, o Pastor busca expandir seus “negócios”, lucrando principalmente pelo que se entende como o dízimo dos fiéis. Por outro lado, percebeu-se que o irmão do Pastor José posicionou-se contrário ao espírito de lucro da Igreja em questão, muitas vezes emitindo opiniões, fazendo juízos de valores negativos com relação às práticas religiosas de seu irmão. Obviamente, o narrador-protagonista mostra-se um sujeito mais crítico em relação às novas propostas religiosas, não crendo facilmente no que, por outro lado, a massa popular crê.

Outra questão a se considerar é a maneira como se poderiam ler as práticas de pastores, tais como José, como “imorais”. Para os religiosos o im-

portante é de fato contribuírem para que o Pastor possa expandir os negócios da salvação das almas. Neste caso, os religiosos negam a si mesmos, suas individualidades, para se consagrarem a um exercício ascético marcadamente triunfalista. Essa é uma prática corriqueira e comum em países como, por exemplo, os Estados Unidos, sem que seja necessariamente prejudicial a quem quer que seja. Contudo, há uma grande diferença entre essa religiosidade aplicada nos Estados Unidos e no Brasil.

Nos Estados Unidos os fiéis geralmente contribuem porque efetivamente prosperam num mundo de trabalho criado por eles e, portanto, podem contribuir sem problemas de outras ordens; já no Brasil, geralmente a imitação e a aplicação desse pensamento religioso tem sido no sentido de enriquecer apenas os líderes, enquanto os crentes ficam na extrema pobreza. Portanto, as práticas do Pastor José podem ser entendidas como imorais, visto que não mensura os meios para expandir seus negócios, auferindo lucro por meio de seus incautos fiéis. Assim, a credulidade alheia passa a ser um simples negócio a ser explorado, de rápido e fácil meio de enriquecimento. Desta maneira, verificou-se como, historicamente, o protestantismo passou de contrário ao espírito de “vender a salvação das almas”, a reproduzir o modelo do catolicismo do tempo de Lutero, ou seja, vender indulgências.

Já no conto “A Arte de Andar nas Ruas do Rio de Janeiro”, do mesmo autor, o ensejo de lucro é a principal marca da religiosidade praticada pelas personagens. Essa busca ou anseio é frequentemente encarado como proveniente do próprio plano sagrado. Portanto, inquestionável para aqueles que creem, causando a aniquilação de uma consciência mais crítica, devido ao medo de um poder considerado superior. Também inerente a essa análise, o espírito de lucro tornou-se, na mente dos líderes religiosos, a finalidade exclusiva da religião, desprezando-se, assim, todos os problemas sociais vivenciados pelos fiéis, assim como a concorrência inter-religiosa que pode existir dentro de uma mesma denominação.

Em *Sexo*, de André Sant’Anna, a exploração dos meios de comunicação de massa foi outro fator analisado, em que se pôde constatar a maneira como tais meios podem se tornar instrumentos poderosos de manipulação dos indivíduos. A televisão, construída na narrativa, funciona como um veículo de propagação ideológica, no sentido de persuadir e converter mais fiéis para a causa da igreja. A maneira como os



sujeitos são previamente selecionados para irem ao ar, mostra como ocorrem as construções da dramatização religiosa. Por outro lado, deve-se entender que tal prática é perfeitamente natural, não apenas no contexto religioso, mas num contexto geral, pois todas as emissoras trabalham com essa perspectiva. A TV, no contexto da narrativa, corrobora com o proselitismo religioso, por meio da propaganda religiosa, e também para com a espetacularização do sagrado, em que os pastores, utilizando-se do referido meio de comunicação, transformam seus sermões em verdadeiros shows, protagonizados por eles.

Entretanto, a Literatura tem uma maneira distinta de trabalhar esses discursos religiosos e lidar com essas questões em relação à realidade: no mundo real, líderes religiosos atingem seus fins porque os telespectadores se deixam facilmente iludir pelas cenas das mídias como se fossem “verdades”. Já a Literatura, ao reproduzir os discursos sociais de religiosos corruptos produz o que se configura como “desconstrução”, visto que o leitor percebe claramente a sátira, que o fenômeno de escrita produz, é distinta do que ocorreria numa cena real. Ler a cena é diferente de assistir uma cena protagonizada por um líder religioso qualquer de nossa sociedade. Ao assistir estamos passivos, ao ler ativos. Por essa razão, essas posições ocupadas pelos diferentes leitores causam efeito estético divergente durante a recepção.

Em última análise, no romance *O Inferno*, transparece a consequência dessa religiosidade levada ao exagero, ou seja, sua alienação. A mentalidade humana é projetada para questões triviais, produzidas por uma religiosidade evasiva, tais como as paranoias provocadas pelas crenças supersticiosas, como o medo do diabo ou o complexo de pecado, por exemplo. Estrategicamente, os líderes religiosos acabam se aproveitando dessa fraqueza da racionalidade humana, negando na prática seus respectivos discursos, configurando, assim, a hipocrisia religiosa, pois, vislumbra-se apenas a superficialidade ou verniz de religiosidade. Mas, no fundo, servem às suscetibilidades mesquinhas que movem as paixões das personagens, ou seja, em descompasso com o ascetismo religioso. O capitalismo tem, também, presença marcante através do *marketing* na religião, consequência do consumismo, com propagandas e anúncios de igrejas das mais diversas nomeações ou ramificações, intentando prodigalizar a fé através de uma atitude extremamente proselitista. É também interessante considerar o acompanhamento da

acepção determinada à terminologia “igreja”. Em princípio, ela foi vista como instituição que tinha por finalidade reunir os cristãos em uma vida comum. Entretanto, na contemporaneidade, ela assume uma postura empreendedora, visando lucro e adaptando-se ao gosto consumista de seus fieis ou crentes.

Todavia, no fundo de todas as obras, os discursos implícitos são marcantes no que tange ao uso dessa religião com finalidades espúrias. Com efeito, a religiosidade desviada para canais que fixam uma determinada ordem ou modo de produção, são historicamente instrumentos de controle utilizados pelo Estado, como apresentados nas teorias de Max Weber, ao mesmo tempo, corroborando com o contexto histórico brasileiro, no qual percebe-se a infiltração de nomeações religiosas que trabalhavam para os interesses do capitalismo norte-americano. Essa religiosidade, do modo como está posto, é sintoma de uma procura causada também pela carência de um projeto de identidade cultural. A religiosidade torna-se produto de um consumo maciço por parte da população, transformando-se paulatinamente em produto a ser ofertado, multiplicando-se nos mais diversos empreendedorismos, trabalhando para diversas opiniões, diferente daquilo que foi o politeísmo dos pagãos e o cristianismo como um todo, inclusive o protestantismo em seu estado inicial.

A literatura, analisada como fonte histórica, mostra uma religiosidade popular, representada por meio das personagens, que assegura de modo rígido a manutenção desses poderes instituídos. O mais interessante é que em todas as obras analisadas a crença no Diabo transparece como fundamental, não apenas para sustento da própria religião em si, mas também corroborando para o sustento do próprio poder político. Essa crença é, em todas as obras, enfatizada como fator de controle dos indivíduos através do medo. O Diabo é associado como a personificação da inveja a esse poder, que arquiteta rebeliões no intento de destituí-lo de seu posto. Com efeito, essa associação de figuras, Deus igual à ordem e Diabo igual à revolução, impede que o povo mais crédulo tome uma postura mais austera na defesa dos seus direitos e também no cumprimento dos seus deveres. Nesse sentido, as personagens representam pessoas que se esquivam de suas responsabilidades, atribuindo os frutos de suas virtudes a Deus e de seus vícios ao Diabo.

Como demonstrado, esse medo assegura a ordem, não só política como também comportamental, pois impede a revolta dos indivíduos contra o

quê ou quem os oprime. Historicamente, o surgimento do protestantismo na literatura brasileira aparece justamente num período em que mudanças políticas e religiosas estavam surgindo no Brasil. Para impedir, reprimir ou sufocar aquelas mudanças, esses poderes passaram a utilizar-se da religiosidade como uma força alternativa, paralelo ao campo político, possibilitando a criação de diferentes nomeações, mas todas com a ordem capitalista incutida.

O clima de denúncia social é o principal aspecto que liga os escritores, que por sua vez criam esses narradores e caracterizam personagens, representando este comportamento ascético do protestantismo brasileiro. Assim, a literatura brasileira, além de representar este processo de crise de identidade, marcante na época atual, os valores e ideologias em crise, e uma postura religiosa exacerbadamente conflitante com a razão humana, transformando os indivíduos envolvidos com a religião em autômatos.

Não obstante, os discursos dos narradores quase sempre são contraideológicos, pois uma vez que induzem o leitor a posicionar-se de uma forma contrária àquilo que está sendo retratado, proporciona a visão crítica do que se pretende combater. Isto se concretiza na medida em que os narradores criados, apresentando as práticas e as crenças dos protestantes, procuram ou a cumplicidade dos leitores, buscada através da própria persuasão e consequente adesão dos valores de contracultura, ou causando impacto negativo e contrário à sua mesma posição, seja por parte dos simpatizantes da religião em questão, ou não. Embora os textos construídos aparentemente buscassem depreciar, ridicularizar ou simplesmente expressar o cunho ideológico do protestantismo, principalmente de perfil pentecostal, não se deve, entretanto, ignorar que esta é uma realidade que ocorre atualmente em muitos lugares, não apenas do nosso país, mas também em boa parte do mundo.

O poder religioso efetivamente estende-se sobre o controle de diversas esferas da atividade humana. O maior símbolo do poder, atualmente, contém-se na posse representada pelo capital. Portanto, é natural que o líder religioso anseie por possuir o poder, logo representado pelo dinheiro. Quando os escritores denunciavam determinadas práticas religiosas como se fossem estelionatos, também estão imbuídos de razão, pois se um determinado líder religioso obtém para si a posse de algo em prejuízo de outrem, está praticando o que é ilícito. Logo, se o líder religioso obtém para si algo em prejuízo de

seus fiéis está lesando-os e prejudicando-os.

A religião, de uma maneira geral, é vista, seja pela perspectiva literária ou mesmo histórica, como manipuladora, considerando que esse é um de seus principais papéis. Nesse contexto, cabe à religião manipular o indivíduo para que este se coadune dentro das prescrições estabelecidas por tal sociedade. No caso de uma sociedade laica, outros valores, que não necessariamente religiosos, são colocados em prática, tal como a moral, patriotismo, o civismo, etc. Numa sociedade secularizada como a nossa, a religião passou a ser relegada para um segundo plano. Deste modo, a liberdade de religião, o pluralismo religioso e a tolerância religiosa passam a ser os valores religiosos da sociedade ocidental. A religião auxilia a sociedade não mais com um poder significativamente forte, como foi na sociedade antiga e medieval.

Entretanto, o protestantismo verificado nos textos literários apresenta uma característica comum a toda e qualquer religião: a ânsia de tomar o poder. De fato, se a religião controlar o poder civil pode facilmente estabelecer ordens que favoreçam suas visões de mundo e juízos de valores sobre a natureza de cada coisa. Assim, a intenção de um determinado pastor à frente de uma determinada igreja, se configura numa tentativa de ressacralizar um mundo dessacralizado como é o mundo moderno. Uma nítida visão mística ou religiosa contrária ao espírito materialista e científico de nossos tempos.

A intenção deste trabalho não foi generalizar todas as práticas religiosas que evidenciam o que se poderia entender como “abusos” de alguns de seus líderes, mesmo porque se sabe perfeitamente que há pessoas sérias e comprometidas com as coisas positivas que o ascetismo religioso pode trazer ou realizar. No caso desse trabalho, procuramos analisar como a literatura realiza uma desconstrução ideológica ao que está atualmente ocorrendo no cenário brasileiro. Dessa maneira, sobre o discurso religioso protestante, a Literatura busca refletir essas questões, como, por exemplo, até que ponto é válida a manipulação dos indivíduos por meio da opinião religiosa. Caberia a religião manipular ou controlar os indivíduos? Enfim, não se pretende nem mesmo afirmar que (não) cabe a religião controlar os indivíduos, visto que a religião, assim como outras instituições, é uma das educadoras e reguladoras da vida social. É, portanto, uma das criadoras do fenômeno cultural de todos os povos.

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do Estado**. Trad. Walter José Evangelista; Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1985.
- ALVES, Julia Falivene. **A Invasão Cultural Norte-Americana**. 28ª ed. São Paulo: Moderna, 1988.
- ARDUINI, Juvenal. **Horizonte de esperança: teologia da libertação**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1986.
- BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulação**. Trad. Maria João da C. Pereira. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.
- BÍBLIA. **Bíblia Sacra: iuxta Vulgatam Versionem**. Stuttgart: Detsche Bibelgesellschaft, 1994.
- BÍBLIA, Português. **Bíblia: Mensagem de Deus**. São Paulo: Loyola, 1989.
- BOFF, Leonardo. **O caminhar da Igreja**. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.
- BONNICI, Thomas. O pós-modernismo. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (orgs). **Teoria Literária: abordagens históricas tendências contemporâneas**. Maringá: Eduem, p. 253-264, 2003.
- BURNS, Edward McNall et al. **História da civilização ocidental: do homem das cavernas às nações espaciais. V I**. Trad. Donaldson M. Garshagen. 41 ed. São Paulo: Globo, 2001.
- CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária**. 6 ed. São Paulo, 1980.
- CHASTEEN, John Charles. **América Latina: uma história de sangue e fogo**. Trad. Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- D' AUXERRE, Guillaume. Summa aurea. In: LE GOFF, Jacques. *Para um novo conceito de Idade Média*. Lisboa: Estampa, 1993, p. 43-44.
- ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. Trad. Rogério Fernandes. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- ENOQUE, Alessandro Gomes; BORGES, Alex Fernando; BORGES, Jacqueline Florindo. "Além do que se Vê...": Análise do Conceito Weberiano de Vocação à Luz da Dinâmica do Empreendedorismo Religioso. In: **O&S**, v. 22, n. 75, p. 505-520, Out./Dez., 2015, Salvador-BA: UFBA, 2015.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5 ed. São Paulo: Loyola, 1999.
- FRANKLIN, Benjamin. **Autobiografia**. Trad. Sarmiento de Beires; José Duarte. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- KADT, Emanuel de. Religião, Igreja e Mutação Social no Brasil. In: VELIZ, Claudio (coord). **América Latina – Estruturas em Crise**. Trad. Gilberto B. Oliveira. São Paulo: Ibrasa, 1970.
- LUTERO, Martinho. **Do cativeiro babilônico da Igreja**. Trad. Martin. N. Dreher. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- MARSAL, Juan F. Por que Weber? In: WEBER, Max. **Ciência e Política**. Trad. Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- MELO, Patrícia. **O Inferno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MIRANDA, Julia. **Horizontes de bruma: os limites questionados do religioso e do político**. São Paulo: Maltese, 1995.
- MOCELLIN, Renato. **No tempo das reformas: aspectos da história do cristianismo**. Curitiba: Nova Didática, 2000.
- PROENÇA FILHO, Domício. **Estilos de Época na Literatura**. 15ª ed. São Paulo: Ática, 1995.
- REIS, Adriana. Grandes Momentos: Militares Assumem Comando do País. **Revista das Religiões: Super Interessante**. São Paulo: Ed. Abril, n. 15, p. 48-53, 2004.
- SANT'ANNA, Silvio L. O livro do século. In: WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

SOUSA, Bertone de Oliveira. **Historiografia do protestantismo no Brasil: Percursos e perspectivas.** In: **Revista Mosaico**, v. 5, n. 2, p. 171-179, jul./dez, 2012, Goiânia-GO: PUC/GO, 2012.

SOUSA, Carlos Henrique Pereira de. O Protestantismo histórico, neopentecostalismo e o “caldo” cultural pós-moderno. In: **Observatório da religião**, v. 1, n. 2, p. 145-179, jan./jun., 2015, Rio de Janeiro: Universidade do Rio de Janeiro, 2015.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.** Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2005.

\_\_\_\_\_. **Ciência e Política.** Trad. Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2006.



# CULTURA POLÍTICA E CULTURA HISTÓRICA: O POSICIONAMENTO POLÍTICO DE JOVENS DOS CAMPOS GERAIS/PR ACERCA DO RETORNO DO MODELO IMPLANTADO EM 1964

Matheus Mendanha Cruz <sup>1</sup>

Luis Fernando Cerri <sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

O texto que aqui apresentamos é parte da monografia intitulada *A ditadura civil-militar brasileira na visão de estudantes dos Campos Gerais – PR – 2017*, mais especificamente os capítulos três e quatro da mesma, apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso no ano de 2017. A motivação central para o desenvolver da pesquisa veio da percepção de que há entre os jovens, que não viveram o período em que os militares estiveram à frente do governo, apoio para o retorno implementado em 1964.

A percepção desse fenômeno não é exclusiva, afinal Balestra (2016, p. 250) já havia colocado esse problema anteriormente. O que nos indica a pertinência da discussão e a importância de trabalhos que reflitam sobre esse processo de apoio, por parte da juventude, a medidas autoritárias<sup>3</sup>.

A partir dessas constatações surgiu o interesse de investigar se essa parcela que apoia a retomada desse modelo como solução para os problemas pelos quais o Brasil passa são uma parte significativa entre os jovens ou se representam uma parcela pequena.

Para além dessa questão, também foi nosso interesse durante o processo de pesquisa buscar relações entre conhecimento histórico e posicionamento político. Para esse objetivo foi optado por se focar em questões sobre a tomada de poder ocorrida em abril de 1964 e o governo que decorreu daí. Essa escolha foi feita partindo do pressuposto de que é o conhecimento histórico que permite a orientação para um posicionamento mais consciente no presente além de permitir um vislumbre mais

**Resumo:** A discussão, aqui apresentada, objetivou refletir sobre o que os jovens de ensino médio de cinco escolas diversas da região paranaense dos Campos Gerais, conhecem acerca do período dos Governos Militares (1964-1985) e como se posicionam politicamente frente a ele. Os apontamentos feitos no trabalho visam o apanhado geral dos dados e também a comparação entre os dados levantados nas escolas. Para esta reflexão foi utilizado, como base teórica central, os conceitos de Cultura Histórica e Consciência Histórica de Rüsen. Como metodologia de trabalho foi utilizada a técnica de estatística descritiva com base em dados levantados de forma quantitativa, ou survey. Os questionários utilizados foram confeccionados para a presente investigação e, de certa forma, inspirados no projeto Jovens e a História. Foram aplicados o total de 339 questionários, com 17 questões, e foi utilizado o software SPSS para o cruzamento de dados. Quanto às conclusões, é possível observar apoio significativo ao Governo dos Generais, assim bem como a ideia de que uma nova intervenção, ou um governo com as mesmas características, seria a solução para o Brasil.

1 Licenciado em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, com experiência de trabalho na Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina, na rede Estadual de Ensino do Paraná e na rede particular da cidade de Ponta Grossa. Integra também o Grupo de Estudo em Didática da História (GEDHI) da UEPG.

2 Orientador. Possui graduação em História (1992), mestrado (1996) e doutorado (2000) em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é professor associado no Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Atua no mestrado acadêmico de História e no mestrado profissional (ProfHistória) da UEPG. Tem experiência na área de História, com ênfase em ensino de História, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura histórica, didática da história, consciência histórica, identidade social, ensino de história. Líder do Grupo de Estudos em Didática da História (GEDHI). Membro ativo da Red de Especialistas em Docencia, Difusion e Investigación en Enseñanza de la Historia (REDDIEH - México). É diretor do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UEPG e bolsista de produtividade em pesquisa nível 2 do CNPq.

3 Balestra (2016, p. 270) e Cerri (2016, p. 96) indicam como resposta que essa tendência ocorre mais por desconhecimento histórico do que por conservadorismo.

4 possível perceber esse movimento em Koselleck (2006) quando ele propõe os conceitos de Espaço de Experiência e Horizonte de Expectativa.

claro acerca do futuro<sup>4</sup>.

Relacionando-se aos processos destacados até aqui, também objetivamos compreender o caminho percorrido para que essas ideias referente a volta de um governo autoritário, que pareciam estar encerradas, voltassem à tona com tanta força, para isso nos utilizamos principalmente do conceito de Memória Subterrânea que Pollak (1989) propõe.

## BASE TEÓRICA E METODOLOGIA

A presente pesquisa se insere sob os domínios da História, pois refere-se à Didática da História. É importante destacar que esse tipo de posicionamento não limita esse campo apenas à metodologia do ensino de história, ou ainda sobre as questões da história dentro da lógica escolar.

Saddi é um dos autores que nos permitem alargar essas fronteiras e perceber que a Didática da História se debruça “tanto [sobre] o ensino escolar de História quanto os seus usos públicos e as histórias produzidas pela ciência da história” (SADDI, 2012, p. 219). Ou seja, esse campo dedica-se à circulação e construção, escolar ou não, do conhecimento histórico no cotidiano da sociedade.

A Didática da História é um campo que vem sendo construído e por isso não há um consenso amplo sobre o que efetivamente esse campo é<sup>5</sup>. Oldimar Cardoso em um dos textos que lançam o fundamento daquilo que é a Didática da História de tendência alemã no Brasil coloca a Didática da História como campo que utiliza como fonte o “cotidiano das aulas de História ou de qualquer espaço de expressão da cultura ou da consciência histórica” (CARDOSO, 2008, p. 162).

O tema da pesquisa aqui apresentada se enquadra no esforço de refletir sobre o próprio papel da ciência da História fora dos muros das universidades quando se interessa pelos caminhos percorridos pelos saberes sobre o passado que permite gerar posicionamento a favor ou contra do modelo de governo implantado pelos generais em 1964. Cerri (2017, p. 27) chama a atenção para a importância desse esforço quando destaca

que a (...)

(...) Didática da História também pode desempenhar um papel epistemológico para a História e a historiografia, mas em termos de uma epistemologia voltada “para fora” da ciência, em vez de “para dentro”, como é comum nos estudos de Teoria da História.

Para a realização dos objetivos proposto utilizamos como fonte questionários aplicados entre alunos do ensino médio da região dos Campos Gerais/PR. O material foi pensado especificamente para os objetivos propostos para a investigação que originou o presente texto. É importante que se destaque que não há nenhuma intenção estatísticas nos dados, desta forma os dados aqui apresentados foram possíveis devido a parceria de escolas e professores que, voluntariamente, cederam a nós a oportunidade de perguntar para os estudantes acerca de seus posicionamentos e conhecimentos históricos.

Foram aplicados 339 questionários no total e as escolas foram divididas em cinco categorias para que as análises dos dados fossem o mais efetivas possíveis, sendo elas: Privada Laica (75); Privada Confessional (54); Pública de Excelência (71); Pública Central (94); Pública de Periferia (45).

Para a apresentação dos dados para debate durante o texto foram utilizados gráficos e estes são compostos através da utilização de porcentagens. Para os cálculos e cruzamento de dados foi utilizado o *software* SSPS e os gráficos foram gerados através do Word.

## TRANSIÇÃO POLÍTICA E CULTURA POLÍTICA

Nessa seção do texto nos debruçaremos sobre a Cultura Política e sua relação com o apoio aos militares. Uma das questões que foi colocada para os estudantes refere-se a lei da anistia, No 6.683/79, e as respostas apontam para uma desinformação sobre o processo histórico do governo dos generais e também da finalização desse período. Em todas as escolas as opções mais marcadas foram as que apontam para a existência de um julgamento dos torturadores, o que, de fato, não ocorreu.

3 “O que é Didática da História?” é um vídeo que reúne quatro estudiosos (Cerri; Pacievitch; Cardoso; e Saddi) que cada um responde a pergunta proposta expondo seus pontos de vista e definição, sendo possível perceber as diferenças e aproximações teóricas entre eles. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=h9tMPXWUr9s>. Acessado em: 31/03/2018.

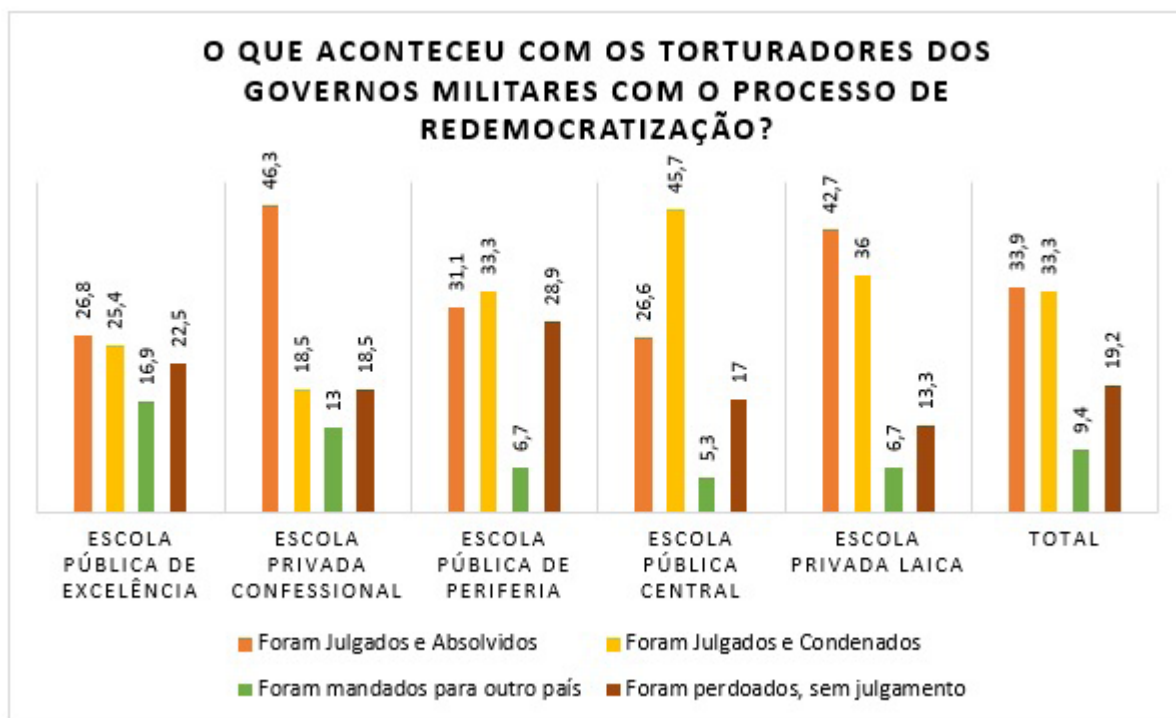


Gráfico 1 - O que aconteceu aos torturadores dos governos militares: por escolas  
Fonte: O autor

A questão da tortura foi um dos principais pontos em que a oposição, principalmente a esquerda armada que voltou ao país com o processo de anistia, atacou o regime dos generais (VASCONCELOS, 2009, p. 72). O desconhecimento dos estudantes acaba por prejudicar o debate sobre o que foi o período em destaque.

Durante a reflexão e análise dos dados coletados surgiu o questionamento sobre se os estudantes têm noção clara de quem foram os torturadores do período dos governos dos generais. Essa reflexão foi levantada pelo regime em foco ser conhecido entre os jovens pela suposta segurança e justiça (CERRI e DUARTE, 2012, p. 248), ou até mesmo de democracia mais participativa do que no governo Goulart (ÁVILA, 2016, p. 178, 182). Sendo assim pode ser deduzido que todos os torturadores, como criminosos, foram julgados. Entretanto não é claro que eles saibam quem efetivamente foram os torturadores do regime.

Um dos fatos que facilita a falta de informação sobre o período do governo dos generais foi o processo demorado e tutelado de abertura política. O Brasil vem em uma cultura política de poucas rupturas, ou seja, tem “como marcas centrais [a cultura política brasileira] a recusa de definições rígidas e a repulsa aos conflitos, que são evitados ou escamoteados, lançando-se mão de ações gradativas, moderadoras, conciliadoras e integrativas” (MOTTA,

2014a, p. 292).

O processo de mudança de regime em 1985 não fugiu à essa característica. Carlos Arturi (2001, p. 17) explica que “o processo de democratização brasileiro apresenta também, como uma de suas características centrais, o fato de ter se desenvolvido através de negociações sob forte controle dos dirigentes autoritários” e essa direção dos militares gerou uma espécie, do que o autor chama, de “democratização outorgada brasileira” (ARTURI, 2001, p. 20).

Stepan (1988, p. 523) concorda com Arturi quando afirma que:

O Brasil é o país onde existe menos conflito sobre a iniciativa do novo governo civil de redimensionar a missão e a organização dos militares. Esta ausência relativa de conflito deve-se ao fato de que, na Nova República, virtualmente toda a reestruturação dos militares realizou-se por iniciativa militar e sob controle militar.

Maria Souza (1988, p. 569) destaca que esse processo de redemocratização ocorreu dentro de uma lógica de acertos entre elites regionais, o que também faz parte da história política do Brasil, apoiados por fracos militares, o que distanciou as negociações e o protagonismos dos partidos e suas bases eleitorais, o que, de fato, seria democrático.

Outro fator que é sintomático da permanência dos militares na liderança do processo de reabertura política é que “nada menos que 217 dos 559 cons-

tituintes tiveram passagem pela legenda que apoiou o autoritarismo antes de 1980” (SOUZA, 1988, p. 570), ou seja, mesmo no meio dos civis tem um grande número de políticos que estiveram ligados ao regime, inclusive o primeiro presidente civil, eleito indiretamente, foi líder da ARENA durante anos.

Essa permanência é tão forte que Stepan (1988, p. 523) demonstra que o Brasil, entre Uruguai e Argentina, é o que mais investe nos militares após sua saída do poder, uma vez que durante os últimos anos do regime decaiu os orçamentos militares, mas após a redemocratização aumentou-se esse orçamento. Para além da questão de orçamento, Stepan (1988, p. 536) destaca que “tanto antes como depois da democratização, o quadro ministerial brasileiro conta com seis oficiais-generais em serviço ativo”, o que acaba por caracterizar essa forte influência política dos militares<sup>6</sup>.

Durante todo o texto Arturi (2001), além de ressaltar o caráter conciliatório da transição, dá foco no período longo de tempo que esse processo de abertura levou para ser finalizado. A conjugação desses fatores não permitiu uma discussão acerca do que foi o período dos governos militares, o que impulsiona a desinformação apontada pelos dados coletados.

Esse processo é fruto dos mecanismos que os militares utilizaram enquanto estavam no poder. Embora a Cultura Política brasileira esteja voltada ao personalismo, que será discutido um pouco mais adiante, o exército brasileiro encarna a imagem

não de uma corporação, mas de um ente. O lema do exército é Braço Forte, Mão Amiga, esse lema apresenta-se de forma bastante apelativa a imagem paternalista que o exército e a sociedade brasileira cunharam para a instituição, imagem que existia em 1964 de defesa do país em momentos de crise (STEPAN, 1975, p. 35)<sup>7</sup>.

Os dados apresentados a seguir servem para pensar sobre essa relação paternalista entre militares e brasileiros que está na cultura política nacional. Os gráficos baseiam-se na pergunta que questiona qual seria seu candidato para as eleições presidenciais de 2018 e qual seria a solução atualmente para o Brasil. Para o primeiro optou-se por apresentar apenas os candidatos que conseguiram mais de 3% dos votos dos estudantes participantes.

Já para o segundo, as respostas foram divididas em: Democráticos, que são os que escolheram as opções de Eleições Gerais Já ou permanência do atual governo até 2018; Intervencionistas, que são os que optaram pelas opções de Implantar uma Ditadura, uma Intervenção Militar e Fechamento da Câmara dos Deputados e Senado; por fim, os que escolheram as opções de Revolução Comunista, Revolução Anarquista ou Entregar o Governo para os herdeiros de D. Pedro II<sup>8</sup>. Esses últimos não foram colocados em grupos separados porque o objetivo central do trabalho é a relação dos jovens com o período dos generais.

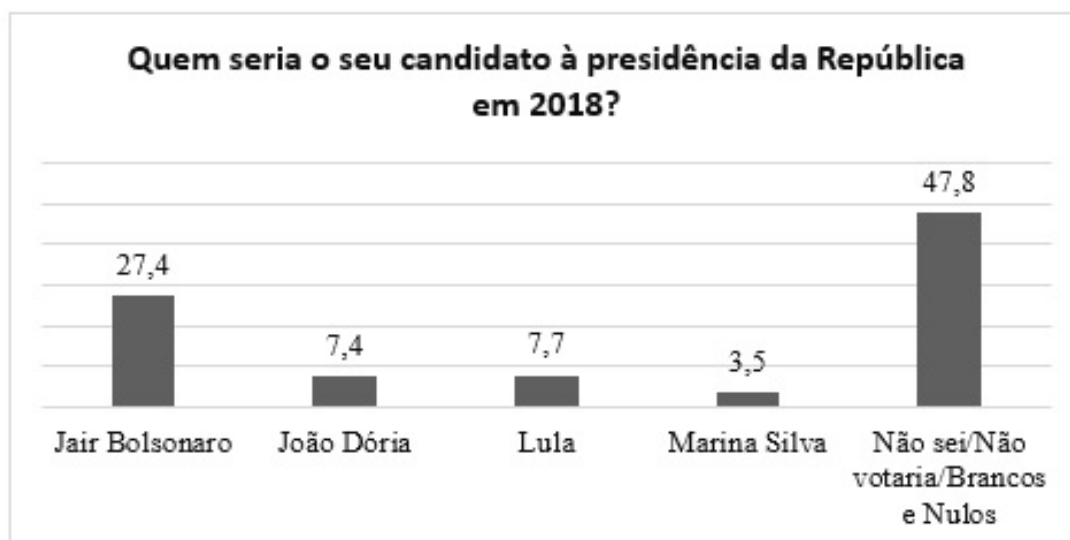


Gráfico 2 - Quem seria seu candidato à presidência em 2018: Geral  
Fonte: o autor

6 Em outro momento (CRUZ e MOREIRA, 2015) nos ocupamos de discutir, através de revisão de literatura, esse caminho trilhado pelos militares na política desde a Guerra do Paraguai, até o ano de 1961, demonstrando assim a participação constante do exército, principalmente, na política nacional como ator ativo dessa dinâmica.

7 O processo de fortalecimento dessa ideia do exército será trabalhado dentro do conceito de Padrão Moderador mais adiante no trabalho.

8 Essa divisão será utilizada para outros gráficos do trabalho.



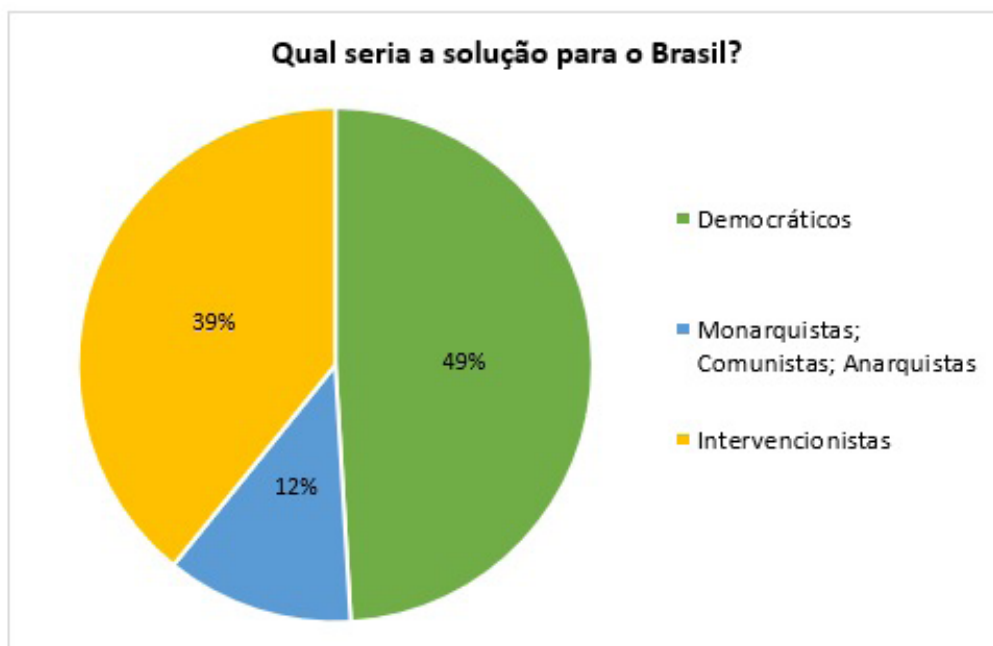


Gráfico 3 - Solução para o Brasil: Categórico  
Fonte: o autor

Os dados levantados e sistematizados nesse gráfico permitem compreender, embora os democráticos sigam com a maioria, a força que tem ganhado o discurso pelo retorno dos militares ao poder. E como motivo para esse posicionamento levantamos algumas reflexões utilizando o cruzamento dos dados com a bibliografia que pensa sobre o período, sobre cultura política e sobre cultura histórica.

Os dados do Gráfico 2 corroboram a força dos intervencionistas, demonstrada no Gráfico 3, quando demonstra que o candidato mais votado pelos

jovens entrevistados seria Jair Bolsonaro, que é um militar que está há sete legislaturas seguidas no Congresso e que se afirma como filiado às ideias que prevaleceram durante o período em que os militares estiveram no poder.

A seguir será apresentado os dados referentes as respostas dos democráticos quanto ao candidato em que eles votariam. Esse cruzamento nos possibilita observar um pouco melhor como eles tem se colocado politicamente, mesmo que a princípio, tenham se posicionado a favor da democracia.

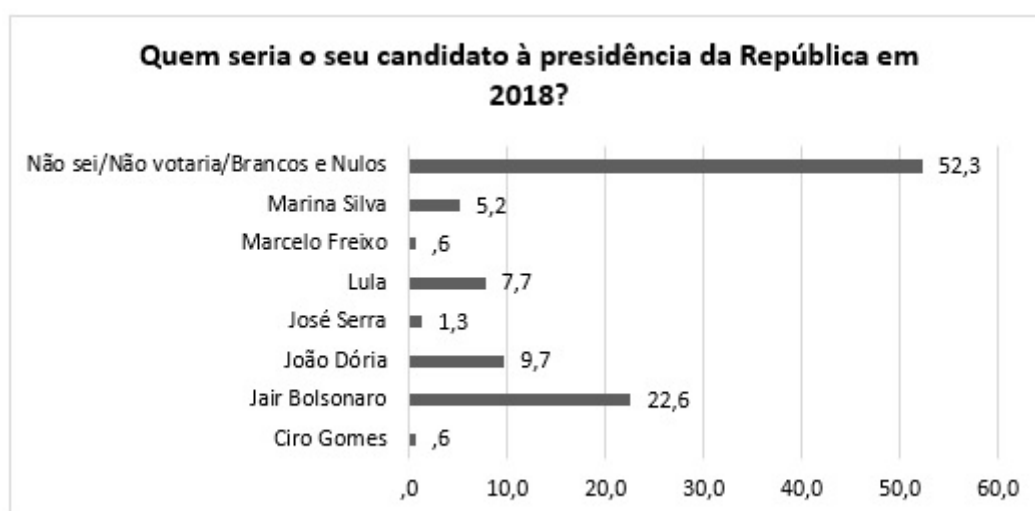


Gráfico 4 - Quem seria seu candidato à presidência em 2018: Democráticos  
Fonte: O autor

Com os dados do Gráfico 4<sup>9</sup> é possível perceber que mesmo em meio aos democráticos a força do Bolsonaro é grande, menos do que no geral, mas, mesmo assim, é considerável. Os outros candidatos que estão logo atrás de Bolsonaro são João Dória, prefeito de São Paulo, e o ex-presidente Lula, que também são figuras importantes e com forte apelo personalista.

Um dos fatores que pode ter grande influência nos jovens, para que eles escolham os candidatos que escolheram, é a tendência da cultura política<sup>10</sup> brasileira ao personalismo. Os dois mais votados no geral, Bolsonaro e Lula, são muito famosos e estão constantemente aparecendo nos meios de comunicação. Esse fator se repete quando se trata apenas dos democráticos, uma vez que Dória também está constantemente na mídia e tem feito um trabalho forte de divulgação de sua imagem nas redes sociais. O trabalho de Elis Radman (2001) aponta para essa tendência de ir pelo que já está familiarizado, concluindo que o eleitor vota por simpatia e intuição baseada numa política personalista, não ligando o candidato a contextos, menos ainda ao partido político a qual ele pertence e sua trajetória histórica. Até porque os eleitores pesquisados, de classe mais baixa, não tinham definições político-ideológicas claras e havia grande desinformação sobre as questões políticas.

Não é só Elis Radman que aponta para esta tendência da cultura política brasileira. Baquero (2001, p. 100) também conclui que “os pleitos eleitorais têm se caracterizado, a longo do tempo, por apelos subjetivos, emocionais, personalistas e clientelistas”. Ou seja, uma vez que há indicadores que apontam para a desinformação, como apresentados nos gráficos anteriores, é possível que a escolha do candidato tenha sido feita influenciada grandemente pela familiaridade rasa com os respectivos nomes.

Outra ideia que serve como suporte teórico para pensar essa questão da familiaridade é o apresentado por Motta quando ele afirma que “na cultura política brasileira, as instituições e relações impessoais são objeto de desconfiança e de ceticismo, enquanto os laços pessoais e familiares são valorizados e respeitados” (MOTTA, 2014a, p. 292). Essa afirmação de Motta abre a possibilidade de pensar

o personalismo crescendo na proporção da desconfiança das instituições políticas postas atualmente.

Essa força do personalismo na cultura política brasileira reforça a utilização de nomes nas questões que foram apresentadas anteriormente. Para além da organização temporal e do construto narrativo é importante compreender quais os nomes que são, de certo modo, mais familiares aos estudantes.

## IMAGEM DOS MILITARES

O pesquisador Stepan (1975, p. 110) aponta que em 1964 os militares só chegaram ao poder porque nem direita, nem esquerda tinham confiança nas instituições políticas do período. O cenário político atual do Brasil é de uma série de acusações contra todas as instituições, contra os três poderes. Quando essas acusações minam a confiança da população, e dos próprios atores políticos, a ideia de que é preciso a *intervenção moderadora* dos militares refloresce.

Essa imagem paternalista, que Alfred Stepan (1975, p. 50) denomina de Padrão Moderador, serve para pensar a proposta de solução pela via da intervenção militar e a escolha de Jair Bolsonaro, que é um político que se alinha com o período do governo dos generais. Dentro desse Padrão Moderador os militares assumiriam um papel “que consiste essencialmente na atividade conservadora de manutenção do sistema. O papel dos militares, de modo geral, se restringe à deposição do chefe do executivo e à transferência do poder político para grupos civis alternativos” (STEPAN, 1975, p. 50).

Stepan (1975, p. 52) explica que “desde a queda da monarquia em 1889, os militares não só assumiram como também lhes foi delegado o tradicional ‘poder moderador’, originalmente exercido pelo imperador”. O que é possível, baseado nas ideias expostas por Stepan, levantar como hipótese para esse retorno do apoio ao governo dos generais é que, devido a insegurança e a crise política que se vive atualmente no Brasil, volta à tona esse papel moderador que foi depositado no exército desde o fim do Império.

9 Só foram apresentados os nomes dos candidatos que pelo menos um estudante marcou.

10 O conceito de Cultura Política que temos utilizado serve para “(...) designar o conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos largamente partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objeto fenômenos políticos” (SANI, 2008, p. 306). É esse conjunto de características que permitem pensar, de uma maneira mais geral, as tendências de ações e posicionamentos políticos dos eleitores e estudantes brasileiros.

Um outro processo que se relaciona com essa ideia do padrão moderador e que também ajuda a pensar esse fortalecimento do posicionamento pela volta dos militares ao poder é a atitude dos líderes do governo dos generais de investirem nas permanências. Maria de Souza (1988, p. 595) aponta que “os militares que passaram a governar o país após 1964 pouco fizeram no sentido de criar instituições distintas daquelas do período anterior, conduziram a política brasileira através da distorção das instituições preexistentes e não a partir de sua destruição”.

Essa estratégia acaba por naturalizar o período que deveria ser de intervenção curta e acabou por durar 21 anos, afastando um pouco a imagem de ditadura. Além dessa estratégia um fato que pode ser indicado como base para o apoio de uma parcela da população ao regime é que, comparado com os demais regimes contemporâneos do cone sul liderados por militares, o do Brasil atingiu de modo violento uma parcela menor de vítimas (SOUZA, 1988, p. 548).

Motta (2014a, p. 311) ressalta que “a lealdade pessoal era indispensável para o sucesso de acordos informais” e são esses acordos que possibilitaram as negociações que, de certa forma, evitam a maior violência por parte do regime. Essa acomodação<sup>11</sup>, baseada nesses acordos informais, que permitiu que os militares mantivessem a faixa democrática.

É importante salientar que “muitos procuravam maneiras de se acomodar ao novo sistema de poder, sem que isso significasse, a seus olhos, qualquer compromisso com a ditadura” (MOTTA, 2014a, p. 310).

Por fim, ainda é possível pensar a formação da cultura política brasileira como uma cultura autoritária. Marilena Chauí (1995, p. 74) afirma que:

Afirma-se que no Brasil, infelizmente, atravessamos periodicamente fases de autoritarismo, visto como um acontecimento referido ao regime político e ao modo de funcionamento do Estado ditatorial. Dessa maneira, dissimula-se o fundamental, isto é, que o autoritarismo não é simplesmente a forma do governo, mas a estrutura da própria sociedade brasileira. Esta é visceralmente autoritária.

A Revista de História da Biblioteca Nacional de número 103 dedicou-se a discutir as ditaduras pelas quais o Brasil passou desde a proclamação da República. O dossiê dessa edição do periódico demonstra que a saída autoritária não foi solução apenas uma vez no Brasil.

É possível perceber essa Cultura Autoritária na sociedade brasileira quando a elite brasileira se contrapõe a República por esta minar a estrutura hierarquizada, excludente, socialmente elitista e autoritária do império<sup>12</sup> (SALLES, 2013, p. 50).

Esse aspecto da cultura autoritária também está ligado a um outro traço da cultura política brasileira, destacada por Simón Schwartzman: Representação e Cooptação. A principal diferença entre os dois conceitos é que o primeiro se refere a organização estatal de cima para baixo, onde a base é mais importante e tem um maior dinamismo porque o Estado está mais descentralizado; já o segundo, é marcado pela pouca autonomia, onde o estado se coloca como ente principal da dinâmica política<sup>13</sup>.

Para o autor a dinâmica política do Brasil não pode ser binômio direita e esquerda e sim pelo representação e cooptação<sup>14</sup>. E, para Schwartzman, a tendência do Brasil é optar por esse Estado forte que coopta setores da sociedade para se manter e isso ocorre porque herdamos, como nação, essa estrutura política da administração colonial portuguesa (SCHWARTZMAN, 1971, p. 7).

Um exemplo ainda sobre essa força de centralização do Estado é o trabalho de Suzigan (1988) que demonstra esse aspecto, só que na área econômica. O autor demonstra, tendo por foco o processo de industrialização do Brasil, quão dependente do Estado a economia brasileira se construiu.

Ainda outro exemplo que pode ser destacado dessa centralização e lógica de cooptação do Estado brasileiro é exposto por Ricardo Salles (2013, p. 58-59) quando afirma que (...)

(...) o patriarcalismo, o patrimonialismo, o elitismo e o favor compuseram uma ética que uniu a prática política institucional à prática social cotidiana; que ligava os mecanismos de influência e poder local aos corredores dos palácios do governo central.

11 Motta (2014a) trabalha com os conceitos de Adesão, Resistência e Acomodação.

12 Essa é a linha central de argumentação que o autor Ricardo Salles (2013) utiliza no livro *Nostalgia Imperial: Escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*.

13 Essas discussões estão no artigo *Representação e Cooptação política no Brasil* de Simón Schwartzman. Este trabalho foi originalmente publicado na revista *Dados* de 1970, mas referencio aqui a versão on-line por não ter conseguido acesso a em papel. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/dados7.htm>. Acessado em: 03/11/2017.

14 Embora julguemos importante os conceitos de Representação e Cooptação e aceitemos que ele esteja ligado com essa cultura autoritária que Chauí trabalha, não concordamos com Schwartzman quando ele desqualifica o binômio Direita e Esquerda para a discussão da política brasileira. Ressaltamos aqui o trabalho de Bobbio (1995) que demonstra quão presente a diáde direita/esquerda se faz, além de demonstrar as diferenças conceituais entre as duas posições.

Cruzando os dados com a bibliografia estudada é possível sugerir que o apoio ao governo dos militares tem base na cultura política autoritária, que se relaciona com o conceito de cooptação. Esses fatores acabam por alimentar a imagem paternalista do exército e o Padrão Moderador. Além do processo histórico de que, no Brasil, os governos militares foram mais incisivos nas perseguições e a redemocratização que, por ser conduzida pelos militares e ter demorado tanto tempo, não permitiu que a sociedade velasse e enterrasse o regime.

## VISÃO ECONÔMICA FRENTE AO REGIME

Uma das hipóteses que havíamos levantado quando começamos a pesquisa, baseado nos dados apresentados por Cerri (2016, p. 85), era de que continuaria a se confirmar que os jovens tinham uma visão positiva do governo militar quanto a sua administração, principalmente no que tange à economia e isso pela propaganda do *Milagre Econômico*.

O gráfico que apresentamos a seguir refere-se aos dados levantados em questionamentos sobre a economia durante o período em que os generais estiveram à frente do poder, mais especificamente sobre crise, ou não, financeira durante o respectivo período.

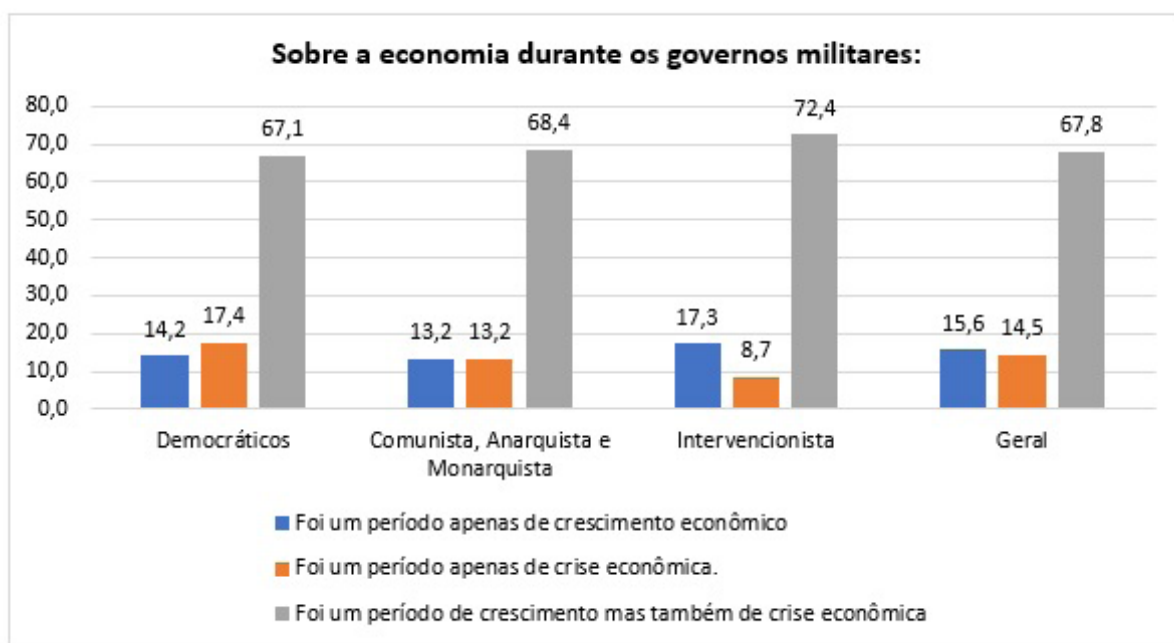


Gráfico 5 - Sobre a economia durante os governos militares: Categórico e Geral  
Fonte: o autor

O que é possível observar nos dados é que no geral, e também nos grupos categóricos que temos utilizado no presente trabalho, os jovens admitem que foi um período com crescimento econômico, mas também um período de crise econômica. Se compararmos aos dados do Jovens e a História, analisados por Cerri (2016, p. 85), é possível perceber que os jovens de 2012/2013 rechaçavam a ideia de crise econômica durante os governos dos generais, entretanto os dados levantados e apresentados acima, de uma outra juventude, demonstram que esta aceita a ideia de uma crise econômica enquanto os militares estavam à frente governo.

Esse fator de aceite da ideia também de crise durante o período, e aqui damos destaque que os que mais aceitam tal ideia são os intervencionistas, que vai em desacordo com uma das principais alavancas propagandísticas do regime que era, justamente, a ideia de um grande Milagre Econômico (CERRI, 2002, p. 199).

A ideia de que foi um período de crescimento, mas também de problemas econômico é a mais



coerente frente aos dados sistematizados. O site R7<sup>15</sup> disponibilizou algumas tabelas e gráficos sobre o período e esses dados apontam que o PIB durante o período do Milagre Econômico (1969-1973) cresceu, entretanto ele entra num sobe e desce após esse espaço de tempo; quanto à inflação, os militares tomam o poder em 1964 com 92,12%, em 1980 ela chega a 99,20%, embora durante alguns anos ela tenha decaído, e eles saem do poder, em 1985, com 242,24% de inflação; quanto à Dívida Externa, em 1964 era de 3.155,00 e ela continuou subindo ano a ano, praticamente, chegando em 1985 em 95.856,60.

Emir Sader (1990) também apresenta alguns dados referentes aos governos dos generais, como: dívida externa de 106.729,90 em 1985 (SADER, 1990, p. 51); a inflação de 235,10% em 1985 (SADER, 1990, p. 69); um aumento crescente dos juros da dívida externa entre os anos de 1970 e 1982 (SADER, 1990, p. 38); e a comparação que mostra que quanto mais subiu o PIB mais abaixou o salário mínimo real entre 1960 e 1984<sup>16</sup> (SADER, 1990, p. 27).

Ainda há uma outra questão no questionário que permite complementar essa discussão. O próximo gráfico apresenta os dados da pergunta sobre divisão de renda durante o governo dos generais.

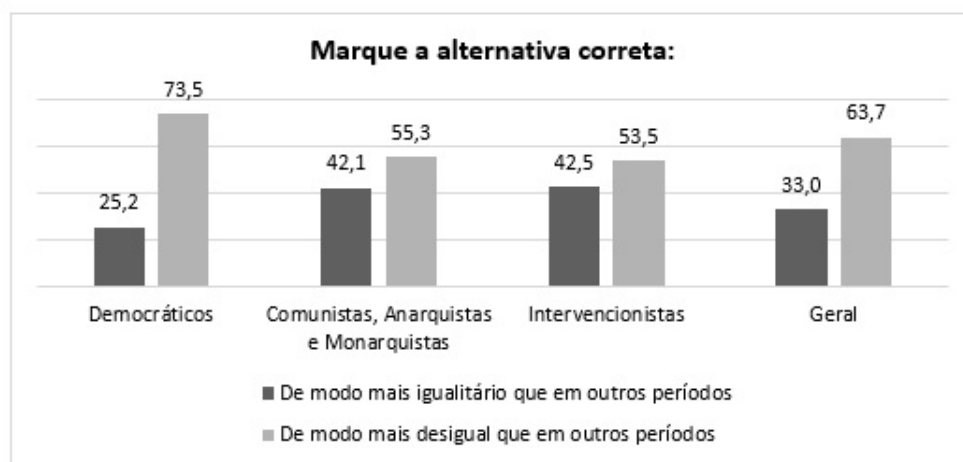


Gráfico 6 - Sobre a divisão de renda durante os governos militares: Categórico e Geral  
Fonte: o autor

Com esse gráfico é possível perceber que os democráticos são os que mais apontam para uma divisão de renda de forma desigual durante o período em que os militares estiveram no poder, entretanto a maioria de todos os grupos categóricos e do geral apontam para essa perspectiva. É preciso ressaltar que os intervencionistas é o grupo, dentre os outros, que apresenta maior porcentagem de jovens que indicam uma divisão de renda mais igualitária que nos outros períodos.

Esse posicionamento dos intervencionistas pode ser uma das bases para o apoio deles aos militares assumirem o poder do Brasil, uma vez que grande parte dos jovens que assim se posicionaram acreditam que durante o governo dos generais, embora tenha havido problemas econômicos, as pessoas tiveram mais acesso às riquezas produzidas.

Emir Sader (1990, p. 27-28) demonstra, com dados estatísticos, que “a concentração de renda se acentuou – segundo a orientação do ministro Delfim Netto, de que era necessário ‘primeiro fazer o bolo crescer, para depois distribuir fatias dele’”. Pelos dados é possível perceber que essa é uma informação que parte significativa, embora não a maioria, dos jovens entrevistados negam.

Através dos dois últimos gráficos é possível apontar que não é devido a habilidade administrativa dos militares que os jovens intervencionistas assim se posicionam, uma vez que a grande maioria demonstra aceitar a constatação de que não foi um período apenas de crescimento econômico e a maioria, uma maioria menor, aceita a ideia de que foi um período em que as riquezas foram divididas de forma mais desiguais do que os outros períodos.

15 Site R7: <http://www.r7.com/r7/media/2014/20140331-info-ditadura/20140331-info-ditadura.html>. Acessado em: 28/10/2017.

Pelo gráfico apresentado pelo autor, apenas o ano de 1979 que houve aumento do salário mínimo real.

16 Pelo gráfico apresentado pelo autor, apenas o ano de 1979 que houve aumento do salário mínimo real.

## GUERRA DE MEMÓRIAS

Em 1964 os militares chegaram ao poder, apoiados por parcela da população civil, com um discurso constitucionalista evocando a Revolução Constitucionalista de 1932 (SILVA, 2008, p. 119). Essa trajetória de legalismo dos militares, baseado principalmente na moral, tem por base que as constituições do início da República, a de 1934 e a da redemocratização após o Estado Novo continham duas cláusulas referentes a esse aspecto: “uma destas afirmava que os militares deveriam obedecer ao presidente, ‘dentro dos limites da lei’. A segunda determinava que os militares constituem uma instituição nacional permanente, responsável pela tarefa específica da manutenção da lei e da ordem interna do país” (STEPAN, 1988, p. 543).

Essas cláusulas, citadas acima, são fruto da construção da ideia do Padrão Moderador (STEPAN, 1975, p. 50), essa visão de que os militares têm papel de intervir e salvaguardar a ordem nacional. Ainda hoje, mesmo com a constituição tendo sido organizada após o período em que os militares estiveram no poder, ainda consta no artigo 142, da Constituição vigente, que é papel das Forças Armadas “[...] à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem” (BRASIL, 1988).

O que é possível apontar, baseado na historiografia, é que uma outra das bases para o apoio à intervenção militar foi/é a moral conjugada com essa imagem, e papel constitucional, das Forças Armadas, já destacados acima. Maud Chirio (2012, p. 84) destaca que, para a elite militar que liderou o movimento de 64, “numa representação maniqueísta da situação política, o inimigo da revolução, de múltiplas facetas, é basicamente um só: a corrupção da classe política”.

É interessante pensar essa imagem dos militares e como que, mesmo após os 21 anos de governos autoritários, ela se mantém. Com a Anistia e a volta principalmente dos guerrilheiros que estavam exilados ganhou força os discursos contra os militares, principalmente no que tange às torturas (VASCONCELOS, 2009, p. 72). E esse foi uma das principais, se não a principal, plataforma de crítica ao período em que os militares estiveram no poder.

Desde o final do período em que os militares estiveram à frente do país parecia que esse discurso liderado e difundido pela esquerda armada havia vencido e, as defesas dos participantes do regime, sucumbido. João Filho (2003, p. 2), destaca que “na

visão unânime dos militares, uma vez derrotada, a esquerda esforçou-se por vencer, na batalha das letras, aquilo que perdeu no embate das armas”.

Esse sentimento dos militares fica evidente em textos como o de Brilhante Ustra (2003), escrito em 1987, em que o militar, integrante ativo dos governos dos generais, afirma que foi vítima de acusações infundadas, que é vítima de calúnias e que estava cumprindo apenas os seus deveres, afirmando que não era torturador e que essa mentira acabava por manchar a sua imagem frente a sua própria família.

Esse tipo de discurso demonstra quão forte se mostrava a versão difundida pela esquerda armada. João Filho (2003, p. 8) ainda esclarece que o livro de Ustra estava dentro de uma lógica de justificativa e defesa dos militares frente às acusações veementes quanto a questão da tortura que acaba por decair na década de 1990. A lógica de defesa basicamente apontava para a ideia de ação e reação, sendo a tortura como a consequência das ações dos subversivos.

Dentro desses conflitos de versões, dessa Guerra de Memórias (FILHO, 2003, p. 1), os militares saíram com a imagem manchada por serem tachados de torturadores. A consequência desse processo é que os políticos da ARENA, partido que apoiava o governo dos generais, continuaram na vida pública, uma vez que esses políticos não praticaram diretamente torturas.

É possível destacar políticos como José Sarney, Paulo Maluf, Antônio Carlos Magalhães, Marco Maciel, Agripino Maia, dentre outros, que foram líderes que apoiaram os militares e que continuaram na vida pública graças ao estigma do período está muito ligado a questão da tortura praticada pelos militares. O foco dos discursos nos militares foi tão grande que o período passou a ser conhecido como Ditadura Militar, isentando assim o papel de vários civis que estiveram diretamente envolvidos com os governos dos generais.

Esses mesmos civis, citados acima, estão envolvidos em casos de corrupção, o que afasta, consequentemente, dos militares essa culpa de corrupto. Ou seja, os militares tiveram seus nomes manchados com a questão da tortura, mas saíram praticamente ilibados quanto a corrupção, esta estando ligada aos civis.

Tanto é essa a imagem construída que o discurso do Bolsonaro, político ligado aos governos militares, demonstra isso quando afirma que podem chamar ele de muitas coisas, mas o fazem assim

porque de corrupto não o podem chamar<sup>17</sup>.

Em momentos, como os atuais, em que há denúncias e comprovações de corrupção de políticos à esquerda e à direita, tendo muito desses políticos ligação com a oposição aos militares torna a ganhar força o discurso moral. Esses discursos defendem que os Generais-Presidentes morreram pobres e que queriam apenas livrar o Brasil desse estado de corrupção sistêmica que está vindo à tona atualmente<sup>18</sup>.

É nessa atual conjuntura que ganha força os discursos dos militares na década de 1980, como demonstra Brandão e Leite (2012, p. 318):

Ao contrário do que veio lentamente fazendo essa esquerda, os militares insistem em afirmar que sua conduta foi uma resposta legítima à violência daqueles que teriam se recusado ao diálogo e optado pelo radicalismo e ilegalidade, ao tomarem iniciativas de pegar em armas e ‘desencadear ações criminosas’.

Os militares mais exaltados, defendendo essa lógica de que fizeram porque era preciso e que em um estado de guerra existem efeitos colaterais (BRANDÃO e LEITE, 2012, p. 319), ainda clamavam que fossem de fato abertos os arquivos do período para que pudesse ser publicizado os atos da esquerda, principalmente a que pegou em armas contra o regime (BRANDÃO e LEITE, 2012, p. 317).

É através desse processo de Guerra de Memórias que se tornou possível que os militares saíssem imunes quanto à corrupção, salvaguardando sua imagem ligada à moral e justificando os excessos como consequência de ações *criminosas* de grupos que não buscavam o diálogo e sim a tomada à força do poder.

## CULTURA ANTICOMUNISTA: 64 E HOJE

Como foi discutido na sessão anterior do trabalho, os militares saíram imunes à fama de corruptos, fama essa que impregna os políticos civis. Além disso, justificaram, e ainda é vivo esse discurso, os eventuais excessos como consequência da guerra que viviam no período contra a esquerda armada.

A Ditadura Aconteceu Aqui: A história oral e as memórias do regime militar é um livro recentemente lançado e que objetiva, através da metodologia da história oral e da crítica às memórias, (re)pensar o período em que os militares estiveram no poder. Os organizadores, na abertura do livro, afirmam que as memórias sobre esse período invocam, muitas vezes, “políticas desenvolvimentistas, patriotismo e anticomunismo para positivar um regime que censurou a imprensa e as artes, que adotou a tortura como política de estado e que prendeu, exilou, ‘desapareceu’ e matou por motivos políticos” (DELLAMORE, AMARO e BATISTA, 2017, p. 17).

Já foi trabalhado a questão do desenvolvimentismo quando discutimos o posicionamento frente à economia. Nessa parte do texto buscaremos compreender um pouco desse anticomunismo que justificou a tomada de poder dos militares em 1964 e, através dos dados levantados, analisar se ainda há traços dessa contraposição ao comunismo entre os jovens entrevistados.

A ideologia<sup>19</sup> comunista, em Marx e Engels (2003, p. 45), prega que “a história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história da luta de classes” e esse constante movimento entre “oprimido e opressor” acabaria por resultar, no final, por uma revolução proletária. Faz parte da prática comunista a recusa em “ocultar suas opiniões e suas intenções [... porque] os operários nada têm a perder [na revolução] a não ser suas cadeias. Têm um mundo a ganhar” (MARX e ENGELS, 2003, p. 82).

Essas ideias divulgadas por Marx e Engels ganharam o mundo e chegaram, também, ao Brasil e aos militares. Elas causaram pressões na organização hierárquica dentro dos quartéis. Inclusive Generais do exército lideravam movimentos comunistas, como é o caso do General R/I Luiz Gonzaga de Oliveira Leite<sup>20</sup> que com o AI-1 teve seus direitos políticos cassados<sup>21</sup>. Mas antes dos impactos das ideias comunista, o exército brasileiro foi marcado pelo positivismo, baseado em Comte, ensinado por Benjamin Constant, principalmente na Escola da Praia Vermelha (CRUZ e MOREIRA, 2015, p. 177).

17 Link de vídeo do Bolsonaro afirmando que podem chama-lo de muitas coisas, menos de corrupto. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9dhB88GgMT8>. Acessado em: 30/10/2017.

18 Página de um Blogger com várias imagens que professam esse discurso. Disponível em: <http://vitimasdoins.blogspot.com.br/2016/03/os-politicos-nao-querem-fazer-politica.html>. Acessado em: 30/10/2017.

19 Usamos Ideologia aqui como conjunto de ideias.

20 Congresso Continental de Solidariedade a Cuba. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1963/03/cuba.pdf>. Acessado em: 04/11/2017.

21 AI-1. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocsr/1960-1969/atodocomandosupremodarevolucao-1-10-abril-1964-364826-publicacaooriginal-1-csr.html>. Acessado em: 04/11/2017.

Desse positivismo surgiu a ideia de soldado cidadão, ou seja, é aquele soldado que tem uma vida pública/política ativa. A instituição militar esforçou-se para que esse modelo de soldado fosse deixado de lado em prol do soldado profissional, que também passou a ser conhecido como soldado corporação, que seria o modelo do soldado que se ocupa apenas das ordens dadas por seus superiores e apaga-se como cidadão frente a instituição (CHIRIO, 2012, p. 8-9).

É a juventude do início do século XX, que chega ao oficialato ainda com a participação do Exército na Proclamação da República muita fresca na memória que emprega o modelo de soldado cidadão e irá criar movimentos como o Tenentismo e participar ativamente do movimento que colocou Getúlio Vargas no poder em 1930 (CHIRIO, 2012, p. 10).

Esses movimentos apresentaram grande perigo a uma das bases para as instituições militares: a hierarquia. Se os soldados se colocam como indivíduos, cidadãos, acima das ordens vindas de seus superiores isso, fatalmente, desestabiliza a cadeia de comando que sustenta o Exército. Por isso, na década de 1930 o regulamento disciplinar do Exército proíbe discussão e propaganda política no interior da instituição (CHIRIO, 2012, p. 10).

É esse receio de se acabar com a hierarquia, uma vez que, como citado mais acima, as ideias comunistas projetam quem está abaixo na hierarquia para assumir o comando, e o contato com o exército francês trazem a Doutrina de Segurança Nacional e o anticomunismo para dentro das organizações militares, antes desse anticomunismo chegar aos EUA (CHIRIO, 2012, p. 20).

É interessante destacar que Maud Chirio (2012, p. 87) afirma que “o golpe de 31 de março de 1964 tem todos os traços de uma reação contra a dupla ameaça de uma revolução comunista e de uma quebra da hierarquia militar”.

O intuito de fazer um pouco dessa arqueologia, baseado principalmente no trabalho muito bem elaborado de Maud Chirio, é perceber que as ideias anticomunistas no exército brasileiro vêm principalmente devido ao medo da subversão da ordem hierárquica e pelo contato com o exército Francês e

não com o dos EUA, uma vez que os EUA só começam a se importar com o comunismo de fato após a II Guerra (1939-1945).

É pela cultura anticomunista existente dentro do exército que Vargas ganha força e toma o poder em 1937, através do famoso Plano Cohen. É essa mesma cultura anticomunista que levou os militares a pressionarem Getúlio na década de 1950, que impulsionou o movimento para que Jango não assumisse e é ela que permitiu o apoio dos militares e seu protagonismo em 1964.

Motta (2001/2002, p. 71) trabalha com o anticomunismo já a partir de 1917 (ano da Revolução Russa) e afirma que foi esse sentimento contribuiu para a eclosão de dois golpes autoritários na história do Brasil, 1937 e 1964. Entretanto esse traço da cultura política ligado ao anticomunismo não é exclusivo dos militares.

Outro movimento que demonstra esse traço da cultura política brasileira é a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Sérgio Lamarão, em artigo intitulado A Marcha da Família com Deus pela Liberdade publicado no site da FGV, afirma que essa marcha “congregou segmentos da classe média, temerosos do ‘perigo comunista’ e favoráveis à deposição do presidente da República”.

A reportagem da Folha de São Paulo no dia 20 de março de 1964, noticia a marcha dando enfoques a algumas falas e nelas percebe-se o anticomunismo, o contraponto ao comício do dia 13 de março e também a evocação do movimento constitucionalista de 1932.

Motta (2014b, p. 6), utilizando dados levantados por pesquisas de opiniões da década de 1960, demonstra que a população, de uma maneira geral, não se contrapunha a Jango e nem as reformas de base propostas por ele<sup>22</sup>. Entretanto o que vai fazer com que esse apoio decaia é a imagem que foi atrelada ao presidente de que ele iria dar um golpe e transformar o Brasil numa República Sindicalista<sup>23</sup>.

É ainda o trabalho de Motta que comprova que a maioria da população era contra a legalização do PCB, apoiava Lacerda por proibir o Congresso de Solidariedade a Cuba<sup>24</sup> e colocava o comunismo como um perigo para o Brasil (MOTTA, 2014b, p.

22 Tem um trabalho de Mateus Pereira e Andreza Pereira (2007) que demonstra a construção da imagem de João Goulart nos livros didáticos. O que chama a atenção é o caráter caricatural dele, e também de Jânio Quadros, o que, fatalmente, dificulta o debate sobre o período e participação política dos sujeitos.

23 É importante ressaltar que para alguns jovens, ainda hoje, o movimento que tirou João Goulart do poder impediu que o Brasil se tornasse uma Cuba ou uma Venezuela, colocando esses países como exemplos negativos ligados ao comunismo (ÁVILA, 2016, p. 179).

24 Congresso organizado para angariar apoio à Revolução Cubana no Brasil. Sua mais recente edição foi de 15 a 17 de Junho do presente ano. A seguir link dos anais do evento de 1962; Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1963/03/cuba.pdf>. Acessado em: 31/10/2017. E link do convite para o evento de 2017; Disponível em: <https://pcb.org.br/porta2/14487>. Acessado em: 31/10/2017.



9-10). Mas mesmo com essa sensibilidade anticomunista “somente a minoria associava diretamente Goulart ao ‘perigo comunista’” (MOTTA, 2014b, p. 10).

Stepan (1975, p. 145) afirma que esse aspecto começa a mudar com o comício do dia 13 de março em que Jango chama a constituição de arcaica, o que enfraqueceu o seu próprio poder constitucional, principalmente frente os militares. E, esse mesmo autor, ainda destaca que “muitas pessoas que antes eram ‘pró-governo’ mudaram para uma posição de [...] ‘antigoverno’. Os conservadores, ‘antigoverno’ tornaram-se cada vez mais ‘antirregime’” (STEPAN, 1975, p. 145).

O caráter anticomunista foi tão forte no movimento de 1964 que é o que permitiu, segundo Motta (2014a, p. 290), que o regime vingasse, afinal era essa tradição anticomunista que unia os grupos heterogêneos que tomaram o poder. Além de Motta, Stepan (1975, p. 99) também demonstra essa pluralidade na formação do Exército quando afirma que “os grupos militares que, mais tarde, em 1964, deram mostras mais claramente associados com a política de guerra fria dos EUA foram os perdedores nas lutas militares internas de 1955 e 1961”.

É essa ânsia por extinguir o comunismo no Brasil que os militares dão origem à Primeira Linha Dura, formada principalmente por militares dos IPMs, e é esse grupo que pressiona para fechar ainda mais o regime à ponto de conseguir instalar o AI-2 e o AI-5 (CHIRIO, 2012, p. 49, 127). Com o fim da luta armada, a Linha dura que surge também estava voltada para a área da repressão, eram militares envolvidos com os Serviços de Informação do governo. Sendo que essa nova Linha Dura se posiciona contra abertura política e é marcada pelas ideias de antipolitismo e anticivilismo, tachando quem não é aliado de comunista, inclusive militares que

participaram do processo de 1964 (CHIRIO, 2012, p. 203).

O regime teve apoio da grande mídia, principalmente no momento de seu início, o que lhe auxiliou na divulgação de suas ideias. Mas é importante destacar que o apoio de grandes veículos de imprensa não significava “concordância plena com a pauta política da ala extrema-direita do novo regime” (MOTTA, 2013, p. 63), uma vez que “todos os jornais da grande imprensa professavam valores democráticos e liberais, que eram apresentados como fontes originadoras do regime de 1964” (MOTTA, 2013, p. 85).

Essa cultura anticomunista ressurgiu na atualidade, pelo menos desde 2013 (DELLAMORE, AMARO e BATISTA, 2017, p. 16). A prova disto é que em 2014 São Paulo vivenciou uma nova Marcha da Família com Deus que se manifestava contra o governo do PT, o qual relacionavam ao comunismo; contra a desmilitarização da PM; e a favor da intervenção das forças armadas<sup>25</sup>.

E como a força anticomunista na década de 1960 estava ligada ao ambiente internacional da Guerra Fria, atualmente há um fortalecimento dos discursos antiesquerda no mundo, podendo ser listado França com a candidatura forte de Marine Le Pen, EUA com a vitória de Donald Trump, a entrada no congresso alemão do Partido Alternativa para Alemanha (AfD), o Brexit, dentre outros fatores que demonstram essa tendência antiesquerda crescente na política mundial.

No Brasil, como vimos, esse anticomunismo está voltado para o PT e os partidos que, junto ao PT, governaram o país durante esses últimos anos. Pensando nisso, no instrumento que utilizamos colocamos uma questão para saber como que os estudantes se posicionam politicamente. As opções e os resultados constam no gráfico abaixo:

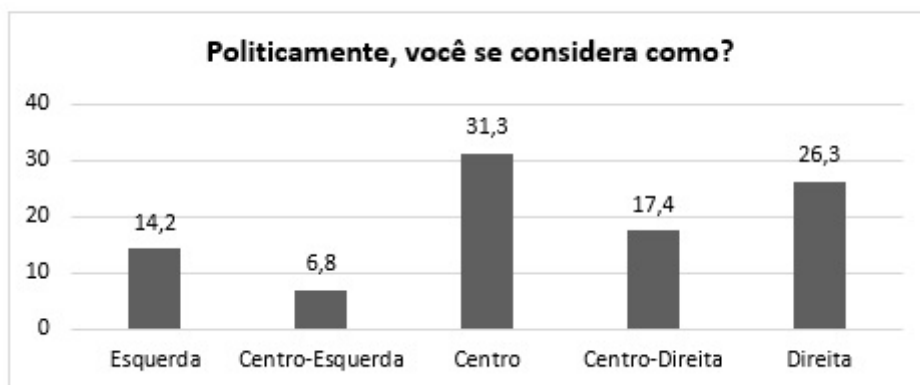


Gráfico 7 - Posicionamento político. Fonte: o autor

25 Reportagem de cobertura sobre a Marcha. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/03/1429580-marcha-da-familia-com-deus-reune-cerca-de-500-pessoas-no-centro-de-sp.shtml>. Acessado em: 31/10/2017.

Pelos dados apresentados através do gráfico é possível observar que a maioria dos jovens entrevistados se colocam como centro, entretanto tendem mais à direita do que a esquerda. Esse posicionamento mais à direita política pode sim está ligado a esse fenômeno global de antiesquerdismo.

A matéria, supracitada, da Folha sobre a Marcha da Família com Deus em 2014 apresenta fotos que afirmam que Dilma é comunista, assim bem como que a Verdade tortura os comunistas, dentre outras palavras de ordem.

Outro fator que demonstra esse anticomunismo presente atualmente são os dados apresentados no Gráfico 2 e 4, onde mostra Jair Bolsonaro, que tem um discurso bastante anticomunista, como candidato mais votado dentre os jovens entrevistados.

Essa sensibilidade anticomunista constituinte da cultura política brasileira acaba por facilitar o crescimento do apoio aos militares e ao governo destes, uma vez que, historicamente, a instituição se pôs contra o conjunto de ideias advindas de Karl Marx.

## DINÂMICA DA MEMÓRIA

Na parte anterior do texto foi discutido um pouco sobre o processo que permitiu que os militares mantivessem a sua imagem aliada a moral e contra a corrupção desde antes de 1964, até a atualidade, bem como o anticomunismo como um traço constante da cultura política brasileira em tempos de crise. O que pretendemos fazer a seguir é, através de revisão bibliográfica de autores que versem sobre memória, entender os mecanismos pelos quais essas imagens permaneceram na sociedade, mesmo que durante muito tempo elas estivessem como que mortas e enterradas.

A dinâmica da Memória é bastante rica e a contribuição das discussões teóricas sobre esse tema permitem-nos enxergar um pouco melhor os motivos pelos quais, mesmo depois de anos e de discursos contra os militares, ainda há a imagem de salvadores da pátria no campo político e o anticomunismo insiste em ressurgir em momentos de crise.

O primeiro ponto a ser abordado será a diferença entre História e Memória. Nas discussões políticas atuais, muitas vezes acaloradas, afirma-se que um dos dois lados tem que ler um livro de história. Ou seja, “num misto de otimismo iluminista com o saber

histórico escolar e desconhecimento sobre as bases sociais do regime autoritário, foi atribuída à História e aos historiadores a responsabilidade de ‘educar’ e ‘convencer’” (DELLAMORE, AMARO e BATISTA, 2017, p. 17).

Cerri, através do canal de YouTube História Recente, discute em um de seus vídeos<sup>26</sup> o discurso recorrente de que o professor/historiador, que não viveu o período, sabe menos do que quem viveu, desta forma remontando à antiguidade em que a história era baseada no testemunho ocular.

Com esses posicionamentos é possível observar que há uma contraposição da História a outra coisa que, nos debates cotidianos, não se nomeia de maneira clara, mas chama-se Memória. Pierre Nora esforça-se para diferenciar esses dois conceitos. O autor afirma que “a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente”, ou seja, “desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história” (NORA, 1993, p. 9).

Esse distanciamento do objeto e seu resgate através da mediação metódica é o que caracteriza a história como ciência e a diferencia da memória. O que se observa em discurso como os comentados acima é o fortalecimento da memória, das opiniões sem fundamento metodológico, sem base científica frente ao conhecimento produzido cientificamente.

Rüsen (2015, p. 221) afirma que, mesmo dentro do meio científico da história, “o entusiasmo com que a ciência da história se entregou aos lugares de memória, por sua vez, dá testemunho de sua busca por fontes de renovação de sua atratividade cultural”. Essa atratividade cultural referenciada por Rüsen permite a menor divulgação das produções sobre o passado baseadas em metodologias.

Com essa afirmação é possível perceber que a memória tem um apelo muito mais forte do que a história. Entretanto, embora seja importante a distinção dos dois conceitos para efeito de estudo e discussão, “uma distinção absoluta entre memória e história não se sustenta” (RÜSEN, 2015, p. 223). Ou seja, (...)

[...] memória e história não são a mesma coisa. No entanto, não se pode pensar adequadamente a história sem a memória. Por outro lado, a memória, sem a história, fica isolada, dos desdobramentos que lhe seriam próprios e em direção dos quais evolui

26 “(HR16) Vovó sabe mais história que você (evidência anedótica)”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yj75xrXmwwc>. Acessado em: 01/11/2017.

(RÜSEN, 2015, p. 227).

O campo da Didática da História é o que abrange essa discussão, pois ela refere-se a construção e circulação do conhecimento histórico na sociedade (SADDI, 2012, p. 217). Dentro desse campo a área responsável por refletir sobre a relação entre História e Memória é a Cultura Histórica. Essa área se ocupa “da origem do pensamento histórico na vida humana prática” (RÜSEN, 2015, p. 217).

Dentro da teoria de Rüsen, a consciência histórica é a responsável por organizar a contingência (RÜSEN, 2015, p. 41-42), ou seja, ela pega o passado com seus fatos e o organiza com o intuito de gerar uma narrativa que oriente o sujeito frente às suas carentias de orientação (RÜSEN, 1986/87, p. 99). Por sua vez, esse processo está inserido dentro da cultura histórica de uma determinada sociedade, desta forma, é a cultura histórica que “viabiliza que as experiências com o passado humano sejam interpretadas de modo que se possa, por meio delas, entender as circunstâncias da vida atual e, com base nelas, elaborar perspectivas de futuro” (RÜSEN, 2015, p. 217).

O pensamento histórico é o responsável por manejar de forma interpretativa a experiência temporal, “que é contingência carente de interpretação” (RÜSEN, 2015, p. 43). Todo esse processo é feito pela consciência histórica através do pensamento histórico, uma vez que essa consciência tem por objetivo “extrair do lastro do passado pontos de vista e perspectivas para a orientação do agir, nos quais tenham espaço a subjetividade dos agentes e sua busca de uma relação livre consigo mesmos e com seu mundo” (RÜSEN, 2010, p. 33-34).

Todo o processo de geração de sentido é uma atividade criativa do ser humano. “Ela se conecta sempre com interpretações prévias” (RÜSEN, 2015, p. 219), é esse o lastro da definição, acima, do objetivo da consciência histórica. Essa lógica de se orientar no presente através do conhecimento sobre o passado também está em Koselleck (2006, p. 309) dentro do que ele chama de espaço de experiência, que seria um conceito muito semelhante ao de lastro que Rüsen utiliza.

Rüsen (2015, p. 56) ainda destaca que crise é “a distinção desafiadora entre tempos diferentes no processo de mudança das circunstâncias da vida humana” e nesses momentos de mudanças que geram reorganizações de sentidos, que pedem maior esforço do pensamento histórico para trazer à tona conhecimentos sobre o passado para possibilitar o processo de orientação.

São momentos como esse que possibilitam o ressurgimento de memórias e discursos que estavam como mortos dentro da sociedade. Pollak (1989, p. 4) vai conceituar essas memórias que ressurgem em momentos de crise de Memória Subterrâneas. Essas são aquelas que resistem há tempos sem aparecerem diretamente por serem passadas de modo marginal, de certa forma escondidas, por serem “zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante” (POLLAK, 1989, p. 8).

Nessa citação, quando ele fala das estruturas de comunicação informais, lança-se uma direção para a reflexão sobre a origem do posicionamento a favor do retorno dos militares ao poder, mantendo a imagem de não-corruptos. Pois embora as memórias individuais sejam formadas a partir das coletivas (VASCONCELOS, 2009, p. 66), estas são passadas fora das grandes instituições.

Essa questão das instituições e seu enfraquecimento já vinha sendo apontado por Pierre Nora (1993, p. 8), quando o mesmo indica que há uma decadência das instituições responsáveis por passar a memória, sendo exemplo a igreja, a escola, a família, o Estado, dentre outras.

Para entender melhor o renascer dessas memórias subterrâneas utilizamos as divisões que Rüsen (2015, p. 225) faz da memória em três estágios. Como primeiro estágio ele coloca a memória comunicativa, onde se estabelece várias formas e conteúdos e são passadas como um tema entre outros mais; depois ele coloca a memória social, que seria aquela em que passa a ter um perfil próprio com importância política; por fim, a memória pode se tornar cultural, uma vez que passa a marcar a identidade de um determinado povo/sociedade.

Ainda é esse autor que coloca cinco dimensões para a cultura histórica, logo tange a memória, uma vez que esta está inserida naquela. As dimensões são cognitiva, que é a responsável pelo saber sobre o passado, refere-se a ideia de verdade que permite a validade do pensamento histórico (RÜSEN, 2015, p. 231); estética, refere-se à percepção das apresentações do passado, é essa dimensão a responsável por humanizar o saber histórico (RÜSEN, 2015, p. 231); política, é a responsável por lidar com o papel de influência da cultura histórica nas lutas pelo poder, uma vez que o pensamento histórico interfere na legitimação de discursos políticos (RÜSEN, 2015, p. 232); moral, é a dimensão responsável por valorizar o passado de acordo com a moral e a ética (RÜSEN, 2015,

p. 233); e religiosa, refere-se ao crer, a figura de um salvador (RÜSEN, 2015, p. 235).

Cruzando as ideias de Rüsen, Pollak e Nora com os dados e discussões expostos até aqui, é possível apontar que, devido ao enfraquecimento dos discursos institucionais em defesa dos militares, essa defesa permaneceu circulando em meios mais íntimos, de forma subterrânea. Isso ocorre porque essas memórias permaneceram como memórias comunicativas, principalmente porque, como estão inseridas dentro de uma determinada cultura histórica, esta última acaba por classificá-las, dentro da sua dimensão moral, como ruins, na dimensão cognitiva como incorretas, na estética como ultrapassadas, além de, dentro da dimensão política, como ilegítimas e na dimensão religiosa como sem apelo de salvação.

Uma vez que uma crise apareça, que é o que temos vividos no Brasil atualmente, houve a necessidade de reorganização das memórias para gerar sentido a ponto de orientar saídas para o presente. Desta maneira as memórias que estavam subterrâneas, funcionando como memórias comunicativas, passam ao status de memória social, onde ganham força política e começam a apresentar, através de adeptos, pretensão de verdade; a defender que seu discurso é atualizado, a qualificar-se como boa e legítima frente a cultura histórica que, até então, mostrava-se hegemônica, além de se fortalecer como discurso salvador.

Por fim, é importante destacar que a sociedade moderna, com o acelerar do desenvolvimento tecnológico, tem produzido muito e lutado por guardar muito também. Andreas Huyssen (2000, p. 15) denomina de Cultura da Memória esse processo de valorização do passado e afirma que “se a consciência temporal da alta modernidade no ocidente procurou garantir o futuro, então pode-se argumentar que a consciência temporal do final do século XX envolve a não menos perigosa tarefa de assumir responsabilidade pelo passado” (HUYSEN, 2000, p. 17-18).

Rüsen (2015, p. 228-229) destaca que a (...)

(...) aparente falta de propósito do pensamento histórico racionalizado é caracterizada como ‘memória de armazenamento’. O conhecimento histórico produzido cientificamente torna-se ‘entreposto de estoque’ de elementos cognitivos recuperáveis, conforme necessário, a (possível) serviço dos mais diversos fins culturais.

Rüsen concorda com Huyssen (2000, p. 32) e Nora (1993, p. 15) no que tange a ideia de que há um certo desespero por guardar memórias porque um dia elas podem ser úteis. A consequência deste

fenômeno é que, como está na citação acima, não há reflexão e nem discriminação para a guarda de memórias, deste modo guarda-se memórias e documentos, levanta-se Lugares de Memórias e abrem-se museus, mas não há uma discussão, nem absorção dessas memórias para efeito de orientação. Cria-se assim, o que Sergio Mota (2002) criticou, um imediatismo voltado ao prazer, lugares que deveriam comunicar memória, mas que mais se parecem com oásis no meio da conturbada vida na cidade, que não ensinam e nem refletem sobre nada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o processo de investigação foi possível observar a importância do conhecimento histórico para a formação dos posicionamentos políticos. Para além disso reforça-se o papel da História como ciência dentro da sociedade, ocupando a função de permitir o desenvolvimento de um pensamento que respeite a lógica científica e permita um posicionamento no presente cada vez mais consciente.

O que foi possível observar é que há uma necessidade dentro da ciência da História de um renovo estético, dentro da lógica das dimensões da Cultura Histórica, para que as informações que são produzidas pelos historiadores possam chegar até o cotidiano das pessoas na sociedade. Porque o que os dados apontam é para um desconhecimento, trazendo destaque para o fato da maioria marcar que os torturadores foram julgados, por parte dos jovens de discussões que já estão elucidadas no meio científico.

Nos referimos no decorrer do texto sobre as tensões entre História e Memória, frente a isso a ciência precisa de um renovo para que possa sair das universidades e comunicar as pessoas em geral. Rüsen (2015, p. 73) coloca uma Matriz do Pensamento Histórico que versa sobre a construção do conhecimento histórico que começa no cotidiano e deve voltar a esse cotidiano. Dentro dessa lógica a estética tem a função de humanizar, tornar compreensível para os não especialistas os saberes produzidos pela ciência.

É preciso que as discussões que estão sendo feitas na universidade cheguem de fato à população. Desta forma se torna possível haver mudanças, afinal “quanto menor o conteúdo de experiência, tanto maior a expectativa que se extrai dele” (KOSELLECK, 2006, p. 327). Ou seja, quanto menos se sabe do passado maior e menos infundadas as expectativas que são criadas no presente sobre o futuro.



## REFERÊNCIAS

- ARTURI, C. S. O debate Teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 17, p. 11-31, novembro 2001.
- ÁVILA, B. L. T. As Explicações sobre o Regime civil-militar (1964-1985) por alunos do ensino médio de Londrina, PR. In: (ORG.) MACHADO, I. P.; GERHARDT, M.; FRANZEN, D. O. **Ensino de História: Experiências na Educação Básica**. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2016. p. 166-184.
- BALESTRA, J. P. História e Ensino de História das Ditaduras no Brasil e na Argentina. **Antíteses**, v. 9, n. 18, p. 249-274, jul./dez. 2016.
- BAQUERO, M. Cultura Política Participativa e Desconsolidação Democrática: Reflexões sobre o Brasil Contemporâneo. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 4, p. 98-104, 2001.
- BOBBIO, N. **Direita e Esquerda: Razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1995.
- BRANDÃO, P. C.; LEITE, I. C. Nunca Foram Heróis! A disputa pela imposição de significados em torno do emprego da violência na ditadura brasileira, por meio da leitura do Projeto ORVIL. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 19, n. 35, p. 299-327, jul. 2012.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. [S.l.]: [s.n.], 1988.
- CARDOSO, O. Para uma definição de Didática da História. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 28, n. 55, p. 153-170, 2008.
- CERRI, L. F. Ensino de História e Nação na Propaganda do “Milagre Econômico”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 43, p. 195-224, 2002.
- CERRI, L. F. Un Bosque encima de la fosa común: dictaduras en la memoria de los jóvenes. In: SÁNCHEZ, L.; GARCIA, M. C.; GRÉGOIRE (ORG.), G. **La enseñanza de la Historia en debate: ¿enseñar desde el presente o para el presente?** 1ª. ed. Santa Rosa: Universidad Nacional de la Pampa, 2016. p. 81-98.
- CERRI, L. F. Um lugar na História para a Didática da História. **História & Ensino**, Londrina, v. 23, n. 1, p. 11-30, jan./jun. 2017.
- CERRI, L. F.; DUARTE, G. R. Politização e consciência histórica em jovens brasileiros, argentinos e uruguaios. **Diálogos (Maringá. Online)**, v. 16, p. 229-256, 2012.
- CHAUÍ, M. Cultura Política e Política Cultural. **Estudos Avançados**, v. 9, n. 23, p. 71-84, 1995.
- CHIRIO, M. **A Política nos Quartéis**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- CRUZ, M. M.; MOREIRA, S. C. A Formação do Ideário Militar e Ações Militares com foco no Exército (1864-1961). **Profanações**, v. 2, n. 1, p. 173-197, jan./jun. 2015.
- DELLAMORE, C.; AMARO, G.; BATISTA, N. Por uma História Social das Memórias da Ditadura. In: (ORG.) DELLAMORE, C.; AMARO, G.; BATISTA, N. **A ditadura aconteceu aqui: A história oral e as memórias do regime militar**. São Paulo: Letra e Voz, 2017. p. 15-25.
- FILHO, J. R. M. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. **Texto preparado para o congresso da Associação de Estudos Latino-americanos**, Dallas, Texas, 2003.
- HUYSEN, A. **Seduzidos pela Memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- KOSELLECK, R. Espaço de experiência e Horizonte de Expectativa: duas categorias históricas. In: \_\_\_\_\_ **Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto : Ed. PUC-Rio, 2006. p. 305-327.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- MOTA, S. Museu de tudo (e depois?). **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, v. 6, p. 203-213, 2002.
- MOTTA, R. P. S. A “Indústria” do Anticomunismo. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, p. 71-91, 2001/2002.

MOTTA, R. P. S. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. **Topoi**, v. 14, n. 26, p. 62-85, jan./jul. 2013.

MOTTA, R. P. S. Adesão, Resistência e Acomodação: O Influxo da Cultura Política. In: \_\_\_\_\_ **As Universidades e o Regime Militar**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014a. p. 288-324.

MOTTA, R. P. S. O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião. **Revista Tempo**, v. 20, p. 1-21, 2014b.

NORA, P. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

PEREIRA, M. H. F.; PEREIRA, A. C. I. Entre Loucos e Fracos: Jânio Quadros e João Goulart em livros didáticos de história (1973-2006). **Cadernos de História**, Uberlândia, v. 15, n. 1, p. 47-66, set.2006/set.2007 2007.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RÜSEN, J. Explicação Narrativa e o problema dos Construtos Teóricos de Narração. **Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica**, São Paulo, v. 3, p. 97-104, 1986/87.

RÜSEN, J. **História Viva**: teoria da História : Formas e funções do conhecimento histórico. Tradução de Estevão de Rezende MARTINS. Brasília: UnB, 2010.

RÜSEN, J. **Teoria da História**: Uma teoria da história como ciência. Tradução de Estevão C. de Rezende Martins. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

SADDI, R. O parafuso da didática da história: o objeto de pesquisa e o campo de investigação de uma didática da história ampliada. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 34, n. 2, p. 211-220, Julho-Dezembro 2012.

SADER, E. **A Transição no Brasil**: Da ditadura à democracia? São Paulo: Atual, 1990.

SALLES, R. **Nostalgia Imperial**: Escravidão e Formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

SANI, G. Cultura política. In: BOBBIO, N.; AL., E. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UnB, v. 1. 13, 2008.

SCHWARTZMAN, S. Veite Años de Democracia Representativa en Brasil, 1945-1962. **Revista Latinoamericana de Ciencia Política**, v. 11, n. 1, p. 2-25, Abril 1971.

SILVA, S. M. D. M. 1964, o ano de uma notícia indelével: A construção memorial do golpe militar, no Brasil, entre a mídia, a memória e a história. **Cenários da Comunicação**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 117-125, 2008.

SOUZA, M. D. C. C. D. A Nova República brasileira: sob a espada de Dâmocles. In: (ORG.) STEPAN, A. **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 521-562.

STEPAN, A. **Os Militares na Política**: Mudanças de Padrões na vida Brasileira. São Cristóvão - RJ: Editora Artenova, 1975.

STEPAN, A. As prerrogativas militares nos regimes pós-autoritários: Brasil, Argentina, Uruguai e Espanha. In: ORG. \_\_\_\_\_ **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 521-562.

SUZIGAN, W. Estado e Industrialização no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 8, n. nº4, p. 5-16, 1988.

USTRA, C. A. B. **Rompendo o Silêncio**: OBAN DOI/CODI 29 de Set. de 70 - 23 de Jan. de 74. [S.l.]: [s.n.], 2003.

VASCONCELOS, C. B. D. As análises da memória militar sobre a ditadura: balanço e possibilidades. **Estudos Históricos**, v. 22, n. 43, p. 65-84, 2009.



